



A CRIANÇA E A CIDADE: as transformações da infância numa Natal Moderna  
(1890-1929)

YUMA FERREIRA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA E ESPAÇOS  
LINHA DE PESQUISA: I

A CRIANÇA E A CIDADE: as transformações da infância numa Natal Moderna

(1890-1929)

YUMA FERREIRA  
NATAL

Catálogo da Publicação na Fonte.  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte.  
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA).

Ferreira, Yuma

A criança e a cidade: as transformações da infância numa Natal Moderna (1890-1929)/ Yuma Ferreira. Natal, 2009.

195 f.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em História, Natal, 2009.

Orientador: Prof.º Dr.º. Raimundo Pereira Alencar Arrais.

1. Transformações Social – Criança. 2. Educação escolar. 3. Saúde infantil
1. Arrais, Raimundo Pereira Alencar. II. Universidade federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BSE-CCHLA

CDU 316.422-053.2

YUMA FERREIRA

A CRIANÇA E A CIDADE: as transformações da infância numa Natal Moderna  
(1890-1929)

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração em História e Espaços, Linha de Pesquisa I, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob a orientação do Prof. Dr. Raimundo Pereira Alencar Arrais.

NATAL  
2009

YUMA FERREIRA

A CRIANÇA E A CIDADE: as transformações da infância numa Natal Moderna  
(1890-1929)

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no  
Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do  
Norte, pela comissão formada pelos professores:

---

Prof. Dr. Raimundo Nonato Araújo da Rocha  
(Co-orientador)

---

Prof. Dr. José Gonçalves Gondra  
(Examinador externo)

---

Prof. (a) Dr. (a). Margarida Maria Dias de Oliveira  
(Examinador (a) interno (a))

---

Prof. Dr. Muirakytan Kennedy de Macedo  
(Examinador Suplente)

Natal, \_\_\_\_\_ de agosto de 2009.

À minha mãe, por me fazer voltar à infância por algumas horas, a meu pai, que sempre espera o melhor de mim, às minhas irmãs queridas, Isis e Simonelle, por tornarem meus dias mais felizes e as sobrinhas preciosas Lívia e Layla, que, quem dera, nunca crescessem!

## SUMÁRIO

Resumo	6
Abstract	7
Introdução	14
<b>Capítulo I: AS TRANSFORMAÇÕES DA FAMÍLIA TRADICIONAL E O NASCIMENTO DA NATAL MODERNA</b>	<b>33</b>
1. A “Sociedade doméstica” e a família tradicional.	34
2. Os cuidados com os filhos.	37
3. A educação infantil – doméstica e fora de casa.	43
4. O indivíduo e o “despertar” para o mundo público.	49
4.1. O trânsito da modernidade: parques, transportes e avenidas.	51
5. Do mundo para Natal – as “notícias” do teatro e do cinema.	58
6. A defesa de uma cultura escrita e de uma sociedade leitora.	66
<b>Capítulo. II: A INFÂNCIA IDEALIZADA: CRIANÇA ESCOLARIZADA, FUTURO CIDADÃO</b>	<b>74</b>
1. Educação entre a casa e a escola: breves notas sobre o ensino imperial.	77
2. Educação, República e infância: um projeto político.	86
3. Arquitetura escolar e a construção de um espaço símbolo da civilização.	91
3.1. A construção do Grupo Escolar Augusto Severo e sua relação com a cidade moderna.	95
4. As determinações para o ensino público primário	103
4.1. O lugar dos métodos e das práticas pedagógicas	112
<b>Capítulo III: CORPO SÃO... MENTE SÃ.</b>	<b>125</b>
1. A situação sanitária de Natal e algumas considerações sobre a medicina local	130
2. Quando o olhar médico se volta para a infância natalense	139
3. A institucionalização da assistência médica à infância: o Orfanato João Maria e o Instituto de Proteção e Assistência a Infância	146
4. Medicina e educação: uma aliança vista com bons olhos	155
4.1 Inspeções Médico–escolares: um inventário sobre a saúde infantil na escola	158
Considerações Finais	173
Anexos	180
Listagem das fontes	183
Referência Bibliográfica	187

## RESUMO

Os primeiros anos do século XX em Natal se caracterizaram pelas várias intervenções urbanas que tinham como propósito modificar a feição da cidade quase rural numa outra que estivesse em consonância com as cidades consideradas modelos de modernidade e civilização. Nesse processo, todos os indivíduos passariam a ter papéis sociais importantes a desempenhar, o que incluíam homens, mulheres e, sobretudo, crianças. Foi nessa atmosfera de futuro promissor que as crianças foram tomadas como peças-chaves de uma sociedade profundamente idealizada. Alguns processos foram indispensáveis no desencadeamento das transformações da infância natalense, entre elas, as operadas no interior das famílias que, nesse momento histórico, buscaram na vida pública outras possibilidades de existência: a educação escolar e a construção dos que viriam a ser o modelo de educação urbana – os Grupos Escolares, propagadores das ciências como mediadoras de todo conhecimento e, por fim, as intervenções médicas que, divulgando práticas de higiene e saúde, possibilitaram não apenas a conservação da vida infantil, como também a possibilidade de construção da sua individualidade em um corpo saudável. Se por um lado esses processos tentaram cristalizar uma imagem ideal de criança estabelecendo uma identidade infantil diretamente ligada à educação escolar e ao “corpo higiênico”, por outro, deu às crianças determinada autonomia reflexiva proporcionando a elas verem o mundo através de olhos de sujeito.

Palavras-chave: infância; educação escolar; saúde infantil.

## ABSTRACT

The first years of the twentieth century in Natal is characterized by several urban interventions that aim was to change the feature of the city basically rural to another that was in line with cities as models of modernity and civilization. In this case all individuals would have to play important social roles, which included men, women and especially children. It was in this atmosphere of bright future that the children were taken as key parts of an idealized society. Some processes were essential in triggering changes in natal's childhood, among them, operated within the families, that this historic moment in public life sought other possibilities of existence, the school education and the construction of which would be the model for urban education – the School Groups, propagators of science as mediators of all knowledge, and finally, the medical interventions that disseminating health and hygiene practices has enabled not only the conservation of child life, but also the possibility of building their individuality in a body healthy. If these processes on the one hand tried to crystallize an ideal image of a child making a child identity directly linked to education and the "body hygiene" on the other, giving specific reflexive autonomy to children, providing them see the world through eyes of subject.

Key-words: childhood; school education; child healthy.

## AGRADECIMENTOS

Reservo essas linhas para algumas pessoas que contribuíram de inúmeras maneiras para a feitura desse trabalho. Mas, desde já, me antecipo a pedir desculpas se, por algum lapso de memória, deixar de retribuir aqui, nesse pequeno ato simbólico, minha gratidão a alguém, pois nesse “momento final” já não tenho nem “cabeça” nem uma memória muito confiável.

Ao longo desses dois anos e meio, tive o prazer de conviver com pessoas que se tornaram imprescindíveis na minha vida. Nesse ponto, agradeço aos colegas de mestrado Mariano Azevedo, Francisco Firmino, ou simplesmente Neto, e a ovelha desgarrada Marília Morgado que, apesar de nos ter deixado no caminho para seguir outras estradas, ainda continua companhia assídua das reuniões festivas em alguma mesa de bar. De “simples” colegas vocês se tornaram amigos fiéis a quem sempre vou dedicar minha torcida incondicional por um futuro promissor. As inúmeras conversas *históricas* que tivemos, nem sempre em estado lúcido, também estão diluídas pelas várias páginas desse trabalho.

Agradeço aos professores que formam o corpo docente da Pós-Graduação em História da UFRN, em especial, àqueles com quem tive o prazer de cursar disciplinas.

Agradeço ainda aos companheiros de pesquisa do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. A Lúcia, que foi imprescindível na minha “caça ao tesouro” naquela instituição, me ajudando a levantar grande parte da documentação que aqui foi utilizada. A Verônica, de quem muitas vezes torrei a paciência em busca da chave do armário “B” e me beneficiei da sua memória quase fotográfica, que parecia ter um mapa de todos os livros distribuídos pelas várias estantes do IHGRN. A Diego Firmino Chacon, com quem convivi muitas tardes de pesquisa na mesma instituição e também ri bastante sempre que nos víamos diante de alguma pérola histórica presente nos jornais antigos - a quem eu devo inúmeras crises de sinusite aguda! Ao segurança do IHGRN, que infelizmente não recordo o

nome, mas que sempre esteve pronto a me oferecer o famoso café “pretinho” com pão francês como lanche da tarde.

Agradeço profundamente aos competentes professores e também amigos queridos, Almir de Carvalho Bueno e Margarida Maria Dias de Oliveira, que leram de forma cuidadosa o meu trabalho de qualificação, auxiliando-me nas correções e indicando-me outros caminhos. E aproveito para deixar aqui também o meu protesto ao querido professor Almir que nos deixou para se aventurar em outras paragens seridoenses.

Agradeço a todos os colegas que compõem a nossa base de pesquisa *Os Espaços na Modernidade*, pelas diversas discussões proveitosas que tivemos. Sobretudo a Márcia Marinho, por ter tido a delicadeza de separar os artigos de jornais que julgava serem importantes para a minha pesquisa. E a Enoque Gonçalves Vieira, pelos mesmos préstimos.

Agradecimentos mais que especiais ao meu estimado orientador Raimundo Arrais, por ter literalmente me adotado como orientanda, e aos modernos meios de comunicação que me possibilitaram a sua presença virtual, mesmo estando a milhares de quilômetros de distância. Agradeço por suas orientações, leitura atenciosa, revisões, correções de todos os tipos e pela retirada forçosa do que ele mesmo denominou de “pedregulhos” que estavam no caminho.

Também agradeço ao professor e amigo Raimundo Nonato Araújo da Rocha, por uma convivência profícua desde o meu curso de graduação em História e com quem aprendi o verdadeiro significado da palavra “professor”. Sua dedicação incondicional aos alunos, sua responsabilidade no preparo das aulas, seu acompanhamento em todas as etapas de um seminário, sua atenção metodológica, sua busca pelos objetivos, pela problemática, pelas hipóteses, os esclarecimentos em torno da diferenciação entre discussões historiográficas e discussões teóricas. Por tudo isso lhe agradeço profundamente, sem dúvida você me ensinou muitas coisas, inclusive a ler o mundo com os olhos de um historiador.

Também deixo aqui meus agradecimentos a Anderson Dias Viana, por me auxiliar com o *abstract* e pelos momentos de *relax* proporcionados pelas “jogatinas” em momentos de muito estresse. Por fim, não poderia deixar de agradecer ao meu estimado companheiro e também mentor, Hélder Viana, a quem dedico o meu afeto e

minha total admiração. Sem o seu acompanhamento dedicado, sua leitura atenciosa, suas puxadas de orelhas, seu “terrorismo barato” que me fazia voltar sempre ao trabalho mesmo cansada e sem paciência, seu carinho afetuoso, pela indicação de leituras, pelo esclarecimento das dúvidas. Agradeço por tudo, pela metamorfose que me proporcionou! Sem ele, esse trabalho seria impossível e se aqui tem muito de mim, tem também muito dele.

*A infância é um período que se disfarça  
para embelezar e fazê-la encarnar uma  
visão ideal de humanidade.*

Paul Veyne

## INTRODUÇÃO

Diferentes períodos e abordagens sobre a infância foram explorados pela historiografia nacional: da criança colonial da casa-grande, passando pela criança escrava, do menor abandonado à criança na sociedade de consumo. As bases para a compreensão da criança contemporânea ainda guardam relações com o “modelo” de identidade infantil que foi sendo elaborado no decorrer do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, que coincidem, no Brasil, com o início do regime republicano.

Essa “Criança”, enquanto conceito idealizado, deixou de estar circunscrita ao universo doméstico da casa para entrar em contato mais estreito com o mundo público ofertado pelas cidades em desenvolvimento, passando também a incorporar os saberes científicos em voga ao seu cotidiano. Essas transformações no universo infantil, antes de se constituírem como um dado isolado, estiveram ligadas a mudanças mais profundas que vivenciavam a sociedade naquele período, caracterizado, *grosso modo*, pela entrada na modernidade.

Diversos aspectos foram ressaltados como sendo característicos dessa modernidade: o desenvolvimento dos saberes científicos e a sua expansão social, fosse na forma do desenvolvimento tecnológico e urbanístico, ou fosse na disseminação da Medicina no cotidiano; o desenvolvimento de novos saberes com bases científicas, como a Pedagogia, a Psicologia e a Antropologia; e a redefinição de outros, em especial da Medicina; a crença positiva no progresso social através de uma educação laicizada e de uma cultura higiênica; a redefinição das relações sociais baseadas numa nova temporalidade mecânica; a redefinição das representações espaciais e a possibilidade de modificá-las pela intervenção humana; e o desenvolvimento de sistemas peritos capazes de estabelecer relações de confiança entre as práticas sociais e as novas relações sociais de caráter mais globalizado e

menos baseado nas relações de co-presença<sup>1</sup>. Tais aspectos serviriam para colocar definitivamente em questão as formas tradicionais de sociabilidade e as relações dos indivíduos com o corpo e com o poder.

Em Natal essa entrada na modernidade podia ser percebida também através do fim do quase isolamento que a cidade e a sua população tinham das demais cidades circunvizinhas, dos outros Estados da Federação e mesmo do restante do mundo, sobretudo após a construção de diversas vias de acesso e do desenvolvimento de uma imprensa local de circulação regular. Dessa maneira, é possível vislumbrar certo alargamento do *universo* perceptivo dos natalenses entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Além disso, outros processos também foram indispensáveis nesse processo de ampliação: o desenvolvimento do sistema de transportes, sobretudo, as ferrovias, mas também as vias de acesso dentro da cidade e o transporte náutico; o desenvolvimento dos meios de comunicação com a difusão do telégrafo; o surgimento do telefone e do cinema; e as transformações no aumento da escala de cobertura dos jornais impressos, sobretudo, através da introdução do serviço das agências de notícias.

Numa escala nacional, o início do período republicano foi assinalado pela tentativa de reforma das cidades brasileiras e, sobretudo, pelo ideal de crescimento do país através de um processo civilizador, pautado na educação, na tecnologia e na ciência, capazes de colocar o país na mesma escala de desenvolvimento das nações ditas civilizadas, como a França e a Inglaterra. Esse contexto também foi assinalado como o momento em que a infância e a sua educação foram integradas, de maneira mais sistematizada, aos discursos sobre a edificação da tão almejada *sociedade moderna*. A educação da criança ligava-se, portanto, nesse momento, ao forte desejo nacional, ou pelo menos de uma elite dirigente, de desenvolvimento.

Também corresponde ao início do século XX, o surgimento de uma concepção na qual a vida passava a ser vista como uma parte importante do *capital social da nação* e, preservá-la, significava a possibilidade de ampliação desse mesmo capital, que atenderia às exigências de mão-de-obra impostas pela ampliação dos

---

<sup>1</sup> GIDDENS, Anthony. Confiança e modernidade. In: \_\_\_\_\_. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991, p. 86-87.

mercados de trabalho e de consumo<sup>2</sup>. Nesse sentido, é importante destacar as ações e intervenções médicas no interior das famílias, em termos de conservação da vida, através de medidas preventivas e sanitárias que visavam à diminuição das altas taxas de mortalidade infantil e assim garantir o próprio futuro promissor da Nação.

A preocupação com a infância no Brasil, assim como as iniciativas e propostas elaboradas para ela, tiveram início nas últimas três décadas do século XIX e ampliaram-se significativamente no decorrer do regime republicano. Podemos atribuir a essa preocupação, bem intencionada ou não, o próprio surgimento e ampliação da rede de escolas e de instituições voltadas para a assistência infantil que, nesse momento, tomaram para si a incumbência de educar uma infância que até então estava sob a guarda restrita do universo íntimo da família (quando essa existia), responsável por todo o processo de socialização da criança com o mundo exterior.

Neste sentido, o surgimento da escola assinala mesmo um momento de mudança na própria dimensão espacial das relações infantis - ir para a escola significava também sair de casa e entrar em contato com o mundo urbano, apreender os caminhos da cidade, as paisagens, a multidão caminhante. A escola também possibilitava o contato da criança com outras dimensões de tempo e espaço. A aquisição de novos conhecimentos, como por exemplo, o contato com disciplinas como História, Ciências, Geografia, entre outras, permitiu à criança o desenvolvimento de novas capacidades perceptivas. É provável que a aquisição das capacidades de ler e escrever tenha possibilitado à criança o desenvolvimento de novas maneiras de conceber e de representar o próprio tempo e espaço e de situar-se neles. A presença física como requisito essencial de conhecimento espacial, por exemplo, perdia o sentido frente aos mapas geográficos - não se fazia mais necessário estar em algum lugar para ter consciência de sua existência.

Por outro lado, os discursos e as práticas médicas em torno da saúde infantil também proporcionaram o desenvolvimento de outras formas de perceber o próprio corpo - corpo limpo, corpo sujo, corpo educado, corpo saudável, e também de desenvolver um novo discurso sobre o mesmo. Estas novas referências do corpo também implicavam uma nova maneira de lidar com o espaço, que pode ser

---

<sup>2</sup> GONDRA, José G. Modificar com brandura e prevenir com cautela: racionalidade médica e higienização da infância. In: FREITAS, Marcos Cezar; KUHLMANN Jr., Moysés (orgs.). **Os intelectuais e a história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002, p. 306.

apreendida através da incorporação de categorias higiênicas relacionadas aos lugares, por exemplo. Não se tratava apenas de hierarquizar os espaços pela fé ou pelo poder, mas, sobretudo pela higiene e limpeza.

De acordo com Kuhlmann Jr., as propostas direcionadas para uma infância republicana estavam centradas em três eixos principais: o primeiro eixo se voltava para o tratamento da infância e da sua educação como sendo indispensáveis para a produção da *nação moderna*, tendo como referência os países considerados exemplos de nações cultas e civilizadas. Era o caso de países da Europa e os Estados Unidos. Além disso, as políticas sanitaristas estariam diretamente articuladas com as propostas educacionais; o segundo eixo caracterizava a Pedagogia como conhecimento especializado, que se nutria da contribuição das diferentes ciências que tomavam a infância como objeto de estudo, na tentativa de formar professores capacitados e de orientar as famílias na educação das crianças; o último eixo tratava a educação como meio ordenador da nação, pela submissão social da infância e pela educação moral da mesma<sup>3</sup>.

Diversos vetores, portanto, foram importantes na criação da identidade moderna da infância: o poder médico; as novas representações do corpo e as práticas de saúde e higiene; os princípios pedagógicos e a relação do aprendizado com as disciplinas e o disciplinamento escolar; a concepção de cidadania e da formação cívica vistas como indispensáveis para a educação da infância republicana.

É importante levar em consideração que esse também foi um período de surgimento e estruturação de vários saberes científicos e o próprio discurso em relação à infância simbolizava uma forma de legitimação desses mesmos saberes. É o caso, por exemplo, do saber médico, da Pedagogia e da Psicologia, ambas lutando e se apropriando da criança na tentativa de construção de um saber científico sobre ela e da própria legitimação desse mesmo saber enquanto uma ciência explicativa.

Contudo, essas transformações que mudaram a feição das cidades brasileiras nas primeiras décadas do século XX, tanto materialmente quanto em seus aspectos sociais e culturais, e a intervenção de saberes especializados no interior do universo familiar, por mais universais que se pretendam ser, foram sentidas e, até mesmo, internalizadas pelas sociedades de maneiras tão distintas, quanto diversas. É possível

---

<sup>3</sup> KULHMANN Jr., Moysés. A circulação das idéias sobre a educação das crianças: Brasil, início do século XX. In: FREITAS, Marcos Cezar; KULHMANN Jr., Moysés. (orgs.) op. cit., p. 466.

encontrar distinções sensíveis ligadas a essa onda modernizadora em diferentes cidades, o que tornaria excludente pensar a modernidade como um desencadeamento de mudanças contínuas e uniformes.

Sem a pretensão de fazer comparações, é possível perceber certas especificidades entre as diferentes localidades nesse período. Não podemos, por exemplo, pensar Natal como uma réplica de cidades como São Paulo e Rio de Janeiro. As próprias limitações materiais da cidade não permitiriam tal definição e, se fosse possível, poderíamos enveredar por uma simples atribuição de juízo de valor, ou a construir uma “empobrecida” história evolutiva das cidades a partir das idéias de desenvolvimento e progresso. O essencial aqui é perceber como certas especificidades sociais, culturais, materiais, entre outras, deram à cidade do Natal um caráter singular e foram responsáveis pela construção de uma modernidade de feição própria.

Em Natal, as primeiras décadas do século XX foram assinaladas pela tentativa de modernização da cidade, buscando introduzir novos hábitos e formas de sociabilidades que estivessem em consonância com os ideais modernos característicos da *Belle Époque*<sup>4</sup>. Essa corrente modernizadora que caracterizou a cidade, especialmente na década de 1920, estava imbuída dos ideais de progresso que poderiam ser realizados pelos avanços do conhecimento das ciências e da tecnologia. Desde a Proclamação da República, em 1889, os investimentos urbanos foram priorizados e, sobretudo, posteriormente, na gestão do grupo político liderado por Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, cujas ações manifestavam sua vontade de investir no melhoramento das condições materiais da cidade, buscando afastar da capital sua feição arcaica e quase rural.

O anseio de transformar a feição da cidade foi encabeçado por uma elite formada, sobretudo, por médicos, educadores e magistrados, que estavam diretamente ligados aos cargos dirigentes da cidade e cujas propostas muitas vezes se

---

<sup>4</sup> Sobretudo no que diz respeito à valorização de uma cultura marcadamente cosmopolita, fosse na moda, na valorização de hábitos culturais mundanos, consumo de produtos importados, novas maneiras de falar etc. Como bem denota esse artigo publicado em julho de 1918 no jornal A Republica: “*um novo esperanto, sem doutores Zamenhoffs, ia calmamente e com a graça de Deus, fazendo a sua estradinha triumphal no concerto das línguas: em vez de terminações em ‘o’, ‘a’ e quejandas para substantivos e adjetivos, o seguinte – para ‘sport’, palavras inglesas; para a moda e assuntos femininos, palavras francezas; para arte, palavras italianas (...).* RICLA, Paudessú. Partida de football. **A Republica**, Natal, 11 julho 1918.

colocavam à frente das próprias limitações impostas por um dos Estados mais pobres do país, como eles mesmos apontavam em seus discursos.

As intervenções na cidade foram intensificadas com a gestão de Alberto Maranhão, eleito governador por duas vezes, cujos mandatos se situam entre os anos de 1900 e 1904 e 1908 e 1913. Para ele, havia a necessidade da construção de uma cidade que estivesse sintonizada com o progresso mundial, especialmente por se tratar de uma capital brasileira. O historiador Raimundo Arrais assinala que os anos em que Alberto Maranhão esteve à frente do Estado foram de grandes realizações, com a destinação de altas somas de capital para o investimento em obras públicas destinadas a promover a modernização da cidade que, de acordo com o autor, fez parte de uma tendência comum das capitais portuárias do país, que buscavam empréstimos nos centros capitalistas para investir em melhoramentos na estrutura produtiva e em equipamentos urbanos como transporte, construção de hospitais, hospícios e asilos, calçamento, eletricidade e *intervenção sanitaria voltada para a localização adequada de cemitérios e matadouros públicos no espaço urbano*<sup>5</sup>.

Entre os melhoramentos feitos na cidade estavam a construção de novos bairros como, por exemplo, a criação da Cidade Nova, entre os anos de 1901-1904 e a oficialização em 1911 do já existente bairro do Alecrim. A chegada do bonde movido a tração animal em 1908, a expansão do sistema de águas e esgotos, a introdução da energia elétrica em 1911 e, como consequência, a chegada do bonde elétrico. A construção de escolas na cidade também foi fruto das intervenções do governo de Alberto Maranhão, que as defendiam veementemente, atribuindo à escola o papel exclusivo de educar a infância natalense e de propiciar a obtenção da civilidade tão almejada. O governante não poupou críticas ao corpo de professores do Estado, *cuja incapacidade, com raras exceções, atrazadíssimos, e, portanto, inaptos para incutirem no animo infantil dos alumnos os mais rudimentares princípios de cultura*<sup>6</sup>. A escola se insere, portanto, nesse momento, como sendo também um dos principais e indispensáveis melhoramentos urbanos. Era a escola *um*

---

<sup>5</sup> ARRAIS, Raimundo. Da natureza a técnica: a capital do Rio Grande do Norte no início do século XX. In: DANTAS, George; FERREIRA, Angela Lúcia (orgs.) **Surge et Ambula**. Natal: EDUFRN, 2006, p. 125.

<sup>6</sup> MENSAGEM lida perante o Congresso Legislativo na abertura da terceira sessão da terceira legislatura pelo governador Alberto Maranhão, 14 julho 1900, p. 11.

*símbolo de modernização cultural, a morada de um dos mais caros valores urbanos – a cultura escrita*<sup>7</sup>.

Além da criação de diversas escolas, entre elas os grupos escolares, escolas isoladas e rudimentares, Alberto Maranhão também encabeçou a reformulação da Instrução Pública, em 1908, e a criação da Escola Normal, que a partir daí tomava para si a responsabilidade de formar professores capacitados para atender o *chamado do progresso e da civilização*<sup>8</sup>. Suas iniciativas no campo educacional se tornaram posteriormente, nas vozes de seus sucessores, o grande feito de seu governo e a continuação de suas iniciativas, promessas de campanha. Outros nomes merecem destaque como defensores da Educação no Rio Grande do Norte, especialmente Antonio José de Mello e Souza, que já havia exercido o cargo de diretor da Instrução Pública do Estado, organizador da Biblioteca Pública e defensor do sistema de inspeção médico-escolar no Estado, como também, José Augusto Bezerra de Medeiros, cujas atuações giraram em torno de princípios que defendiam a construção econômica e moral do país, *que só seria possível através de uma educação moderna e integral, daí a necessidade da remodelação do ensino e de uma ampla difusão do ensino elementar para fazer guerra firme e decidida ao analfabetismo*<sup>9</sup>.

A livre circulação dos indivíduos e das idéias dentro da cidade, como também a criação de novos espaços destinados à moradia, ao lazer, à prática de esportes, à Educação, ao comércio, aos atos cívicos, entre outros, reformularam as maneiras de viver e de se comportar na cidade. Nas palavras de Câmara Cascudo, a modernização de Natal fez com que os habitantes tivessem uma vida menos voltada para a família e para o interior de seus lares, herança que o folclorista atribui às antigas estruturas coloniais pautadas na grande propriedade rural.

A proposta do nosso trabalho se insere, portanto, nesse contexto de mudanças advindas com a *modernidade*, mas também de permanências asseguradas pela força de antigas tradições, ligadas às esferas da política, da família, da cultura, das organizações sociais etc.

---

<sup>7</sup> SOUZA, Rosa Fátima. Típicas escolas urbanas. In: \_\_\_\_\_. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada em São Paulo (1890 – 1910)**. São Paulo: UNESP, 1998, p. 91.

<sup>8</sup> MENSAGEM apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da segunda sessão da sexta legislatura em 1 novembro 1908, pelo governador Alberto Maranhão, p. 5.

<sup>9</sup> AUGUSTO, José. Discurso proferido em 1955. Apud: ARAÚJO, Marta Maria. **José Augusto Bezerra de Medeiros: político e educador militante**. 2 ed. Natal: EDUFRRN, 1999, p. 92.

Podemos situar a modernidade no período que compreende o final do século XVIII, caracterizado pelo processo de modernização<sup>10</sup> dos principais países da Europa e que foi acompanhado por um fluxo intenso de mudanças que atingiram praticamente todos os níveis da experiência social. Para Nicolau Sevcenko, essa corrente de mudanças foi estimulada, sobretudo, pelo novo dinamismo econômico gerado pela Revolução Industrial ainda no século XVIII, e que acabou por afetar *desde a ordem e as hierarquias sociais até as noções de tempo e espaço das pessoas, seus modos de perceber os objetos ao seu redor, de reagir aos estímulos luminosos, a maneira de organizar suas afeições e sentimentos*<sup>11</sup>.

Propomos então, um trabalho que procura compreender esse processo definido por modernidade a partir de uma análise que busca delinear as transformações por que passou a infância em Natal, entre as décadas de 1890 e 1929, a partir de alguns vetores que consideramos vitais nesse processo de gestão identitária do que viria a ser uma “infância moderna” e “republicana”. São eles: a família que, no período acima especificado, sofreu diversas intervenções, não só de órgãos oficiais ligados ao Estado, como também pelo desenvolvimento de uma vida urbana que reivindicava a saída da família do interior dos lares e a chamava para a rua, para a vivência cotidiana, para a troca de idéias, para o lazer, para o trabalho etc.; a Escola, enquanto instituição, que a partir do regime republicano foi responsabilizada pela educação infantil, tornando-se uma das principais instituições, senão a principal, responsável pela quase totalidade do processo de socialização infantil com o mundo exterior e pelo processo de atribuição identitária à criança, além de exercer grande influência no desenvolvimento de uma cultura letrada fundada na leitura e na escrita e que, portanto, auxiliou no desenvolvimento do que Giddens denominou de *reflexividade*, proporcionando à criança novas formas de perceber, como também de situar-se no tempo e no espaço *esvaziados*<sup>12</sup>; o saber

---

<sup>10</sup> Entenda-se por modernização o conjunto de transformações materiais e tecnológicas que mudou a feição das cidades européias, sobretudo em fins do século XVIII, transformações essas especialmente impulsionadas pelo crescimento econômico trazidos com as duas Revoluções Industriais.

<sup>11</sup> SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: \_\_\_\_\_. (org.) **História da vida privada no Brasil: República – da Belle Époque à Era do Rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 7.

<sup>12</sup> Giddens atribuí esse distanciamento entre tempo e espaço ao que ele chamou de “processo de esvaziamento”. De acordo com o autor, as referências temporais das sociedades pré-modernas estavam intrinsecamente ligadas aos referenciais espaciais. Havia um forte vínculo entre tempo e lugar, que para ele era muito impreciso e variável – *ninguém poderia dizer a hora do dia sem a referência a outros marcadores socioespaciais: “quando” era quase, universalmente, ou conectado a “onde”, ou identificado por ocorrências naturais regulares*. Para o autor, a separação entre tempo e

médico e sua relação com a criação de instituições que buscavam a preservação da vida infantil e que também tornou possível o estabelecimento de uma nova relação do sujeito, que aqui corresponde à criança, com o seu corpo, com o poder e com o próprio espaço.

As reflexões acima explicitadas serão distribuídas ao longo do trabalho através dos capítulos a seguir: no primeiro capítulo procuraremos investigar os contornos da “família natalense tradicional”, suas práticas domésticas de educação dos filhos e como estas foram essenciais para as definições dos papéis sociais que deveriam ser desempenhados pelos vários membros da família dentro e fora de casa. A partir de então, serão compreendidos os principais instrumentos de transformação dessa família e como esta passava a se relacionar com a cidade em crescimento, dando prioridade ao desenvolvimento das novas formas de transporte e de comunicação; o surgimento das novas formas de lazer e de sociabilidade e o papel delas na redefinição das relações dos indivíduos com a cidade e com outras formas de espacialidades, estes partilhados através dos novos sistemas de representações e dos modernos sistemas de comunicação à distância.

No segundo capítulo, buscaremos discutir o investimento no campo da educação infantil em Natal, através da construção das “escolas urbanas”, sobretudo dos grupos escolares, como também da eleição de novas práticas e conteúdos disciplinares destinados à construção de uma nova identidade para a criança baseada nos preceitos científicos e numa democracia liberal. Propomos, também, analisar como essas instituições se estruturaram nesse contexto de transformações urbanas, tomando a infância como central na produção de uma sociedade profundamente idealizada e como estas proporcionaram também novas possibilidades de existência infantil fora da esfera da vida privada, propiciando à criança o estabelecimento de

---

lugar só foi possível através da invenção do relógio e da “obediência” à marcadores universais como, por exemplo, o calendário. Essa separação possibilitou a criação de um tempo “vazio” quantificado de uma maneira que permitisse a designação precisa de “zonas” do dia, a mensuração do tempo pelo relógio mecânico *correspondeu à uniformidade na organização social do tempo*. Assim, o esvaziamento do tempo foi indispensável para o esvaziamento do espaço, que pode ser compreendido em termos da separação entre *espaço e lugar*, que até o advento da modernidade eram tidos como sinônimos. Giddens atribui a *lugar* a idéia de localidade, se referindo ao cenário físico da atividade social geograficamente localizada. Para as sociedades pré-modernas o tempo e o lugar coincidiam amplamente – as dimensões espaciais da vida social eram quase sempre dominadas pela “presença”. O autor atribui o esvaziamento do espaço a dois conjuntos de fatores, o primeiro estaria relacionado aqueles que concedem a representação do espaço sem referência a um local privilegiado que forma um ponto favorável específico. O segundo fator diria respeito aqueles que tornam possível a substituição de diferentes unidades espaciais. GIDDENS, Anthony. op. cit., 1991, p. 26-27.

outras relações e novas formas de representações com e do mundo que as cercavam. Por fim, no terceiro capítulo, nos propomos a compreender como se deu o processo de conformação e unificação de uma fisiologia do organismo à espiritualidade, sob a prerrogativa do *slogan* “corpo são, mente sã, através da apropriação da infância pelo saber médico sob as formas de imposição, aceitação, e mesmo de confrontação frente aos novos preceitos higiênicos relacionados à saúde do corpo e à construção de uma outra moral destituída dos preceitos cristãos e metafísicos. Além disso, também buscaremos entender como, aos poucos, o corpo foi se tornando um objeto de estudo, observado, analisado, escutado etc., que possibilitou a construção de um novo discurso sobre o mesmo e das diversas possibilidades de trabalhá-lo.

Estudar a infância nesse contexto pode trazer contribuições importantes para o campo de uma “História da Infância”, especialmente porque as pesquisas que abordam essa temática ainda estão bastante concentradas no circuito Rio de Janeiro - São Paulo e compreender outras realidades traz a possibilidade de diminuir as generalizações que constroem uma história para a infância do Brasil a partir de uma única localidade, como também permite o estabelecimento de novos diálogos teóricos e metodológicos sobre a temática, visto que as produções historiográficas nessa área ainda se encontram em fase de construção e de amadurecimento.

Podemos associar o surgimento do interesse pela questão da identidade infantil e da própria criança, à obra de Philippe Ariès, *História social da criança e da família*, publicada na década de 1960. O trabalho de Ariès, que trata da “construção da idéia de infância” na Europa, trouxe contribuições importantes para esse campo temático. Foi Ariès quem primeiro pensou a infância enquanto construção social.

Assim como Ariès, outros historiadores também realizaram importantes trabalhos no campo da História Social da Infância, como por exemplo, Simon Schama, em o *Desconforto da riqueza*. Ao abordar a questão da infância holandesa e de como esta era representada nas artes plásticas, o autor constrói um quadro em que demonstra o florescer de um novo sentimento em relação à infância, ou, de pelo menos, uma nova maneira de representá-la: fraldas sujas tomaram o lugar das asas de querubins com as quais as crianças eram pintadas nas telas renascentistas. Para o autor, a postura de transformar as crianças em seres terrenos pode ser o início da

percepção da criança como um ser em si – nem anjo, nem portador de todos os pecados, nem adulto em miniatura<sup>13</sup>.

Outro trabalho bastante relevante na compreensão do aparecimento da infância no mundo ocidental foi o de Colin Heywood, *Uma história da infância*. Apesar de fazer algumas ressalvas em relação ao trabalho de Ariès<sup>14</sup>, Heywood continuou considerando a criança como um constructo social que se transforma com o passar do tempo e que varia entre grupos sociais e étnicos dentro de qualquer sociedade<sup>15</sup>, o que para o estudo das identidades é essencial.

A historiografia brasileira, até o início da década de 1980, pouco se ocupou da criança e mesmo da família. Foi a utilização dos recursos da Demografia Histórica no Brasil, e da chamada “História Nova”, ambas valorizando as pesquisas sobre os excluídos sociais, que possibilitou a descoberta de realidades novas e inusitadas na nossa paisagem social histórica<sup>16</sup>.

No Brasil, a preocupação com o tema da infância tem aparecido cada vez com maior ênfase, sobretudo com a criação de diversos núcleos de estudos. Podemos citar o Núcleo de História Social da Infância, do Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa em História da Educação da Universidade São Francisco que agregou inúmeros investigadores interessados na pesquisa e no estudo acerca da formação de campos intelectuais e de suas repercussões na produção e disseminação de representações sobre a infância na sociedade brasileira.

Outra iniciativa de igual importância foi a criação em 1984, na Universidade de São Paulo, do Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina, o CEDHAL, ocasião em que a pesquisadora Maria Luiza Marcílio introduziu como um projeto de pesquisa interdisciplinar e coletivo, ligado a história da infância brasileira, o projeto *A Família e a Criança na História Social da População Brasileira*, em que era privilegiada a história da criança desvalida, como a escrava, a ilegítima, a exposta ou a abandonada, inter-relacionada com sua família, ou mesmo sem ela, e com as

---

<sup>13</sup> SCHAMA, Simon. Na república das crianças. In: \_\_\_\_\_. **O desconforto da riqueza: a cultura holandesa na Época de Ouro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 473-554.

<sup>14</sup> As críticas ao trabalho de Ariès se concentram em sua metodologia em relação ao trabalho com as fontes, e especialmente por suas afirmações em relação à ausência de qualquer sentimento em relação a criança no período medieval.

<sup>15</sup> HEYWOOD, Colin. **Uma história da infância**. Porto Alegre: ARTMED, 2004, p. 21.

<sup>16</sup> MARCÍLIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada**. São Paulo: HUCITEC, 2006, p. 12.

eventuais políticas criadas para a sua proteção<sup>17</sup>. Foi a partir desse projeto que outros trabalhos de maior envergadura foram publicados no Brasil sobre a temática da infância, com destaque para os trabalhos de Mary Del Priori, Fernando Torres Londoño, Renato Pinto Venâncio, Ana Silvia Volpi Scott e Dario Scott<sup>18</sup>.

Dentre os pesquisadores acima citados, a historiadora Mary Del Priori, Marcos Cezar de Freitas e Moysés Kuhlmann organizaram importantes trabalhos tentando mapear a história da infância no Brasil. Esses trabalhos, além de traçar um mapa teórico sobre a questão da infância, trazem importantes contribuições no campo metodológico.

Nossa pesquisa parte da concepção sobre a infância proposta por Ariès em seu livro *História social da criança e da família*<sup>19</sup>, em que considera a infância como uma construção social e, enquanto, tal atende a diferentes interesses que variaram de acordo com a época, a sociedade, a moral, a religião, dentre outros aspectos e cujas representações estavam ligadas a determinadas práticas e desempenhavam papéis distintos na vida social.

De acordo com Freitas e Kuhlmann Jr., a constituição do campo das ciências da infância é objeto de perplexidade para aqueles que se ocupam do estudo sistemático da história da criança. A primeira questão que se apresenta é a distinção conceitual entre “infância” e “criança”. Para os autores acima citados, podemos compreender a infância como a concepção ou a representação que os adultos fazem sobre o período inicial da vida, ou como o próprio período vivido pela *criança* – o sujeito real que vive essa fase da vida. Fazer uma história da infância seria, então, compreender a relação da sociedade, da cultura e dos adultos com essa classe de idade.

Já uma História da Criança implica compreender a relação que se daria em um sentido contrário, percebendo a relação das crianças entre si e com o universo adulto, com a cultura e com a sociedade, ou seja, seria preciso perceber a criança através de suas práticas sociais cotidianas. A opção por uma ou por outra perspectiva é algo que fica circunscrito ao mundo dos adultos, os que escrevem as histórias, os responsáveis pela formulação dos problemas e pela definição das fontes a investigar.

---

<sup>17</sup> Ibid., p. 13.

<sup>18</sup> Ibid., p. 15.

<sup>19</sup> ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

Contudo, a própria temática da infância implica adentrar em um campo de pesquisa bastante problemático, não tanto pelo fato das fontes disponíveis sobre o tema serem bastante escassas, mas por serem elas, em sua maior parte, registros de adultos cujas representações são frutos, muitas vezes, de suas percepções pessoais, da própria maneira como eles pensam e idealizam as crianças em uma determinada época. O próprio conceito de infância deriva do termo *enfant*, cujo significado está ligado àquele que é desprovido de fala. Dessa maneira, lidar com a infância é lidar com a ausência de registros e de falas propriamente infantis. Assim, sempre partimos das memórias, das opiniões familiares, dos discursos médicos, da ciência, das instituições educacionais, de observadores, para enfim tentar compor um quadro satisfatório sobre a infância.

Essas considerações acabam tornando mais viável tratar historicamente da infância do que das crianças em si, uma vez que a infância, por si só, já seria parte definida *a priori* pelos adultos e por instituições adultas.

Todas essas implicações nos impulsionaram a escolha da primeira abordagem proposta, mesmo que também se pretenda buscar a construção de um quadro que vise a perceber a criança através de suas práticas cotidianas, especialmente por considerarmos que para compreender a infância também se faz necessário considerar as crianças como partes ativas na determinação de suas vidas e das vidas daqueles que estão ao seu redor, ou seja, as relações entre adultos e crianças podem ser descritas através de uma visão que prioriza a interação.

Outras questões no tratamento da infância também devem ser levadas em consideração. Uma delas é a necessidade de ver a criança como uma variação da análise social a ser considerada em conjunto com outras, ou seja, tão importante quanto analisar a infância é percebê-la como uma categoria que só pode ser investigada a partir da referência a outras formas de diferenciação social que a intersectam, como por exemplo, classe social, gênero, etnia, religião etc.<sup>20</sup>.

Dar importância a essas questões nos possibilita repensar o papel das instituições na vida infantil, numa relação que não é só modeladora, mas que também abriu novas possibilidades de recolocação das crianças como sujeitos no meio social. Também não temos a pretensão de encontrar ou tentar construir uma voz autônoma e

---

<sup>20</sup> HEYWOOD, Colin. op. cit., p. 12.

autêntica para as crianças, especialmente porque suas próprias linguagens, hábitos e padrões de comportamento são apreensões do mundo adulto no qual elas estão inseridas.

A própria dificuldade no campo empírico da pesquisa sobre a infância anteriormente explicitada nos levou a considerar uma ampla variedade de documentos que nem sempre está diretamente ligada à infância, mas que nos possibilita o estabelecimento de relações importantes com a mesma. Na realidade, trata-se de um trabalho de tecelão em que, aos poucos, uma sinuosa colcha de retalhos vai sendo costurada emoldurando um quadro de uma identidade infantil em construção. Dentre a documentação levantada estão documentos oficiais ligados aos órgãos do Estado, como os Relatórios dos governadores de província e de Estado entre os anos que antecedem o período republicano até 1929; documentos produzidos por instituições educacionais ou a elas ligados, como estatutos, legislação, grades curriculares, revistas pedagógicas, periódicos, regulamentos e relatórios do Departamento de Educação; outros ainda são constituídos por fotografias, jornais e periódicos locais, revistas de costumes, como a *Cigarra*; literatura de caráter memorialístico como *Oiteiro* de Magdalena Antunes; livros de versos e poesias; livros de aconselhamentos que mais constituíam manuais educativos como o *Reflexões as minhas alumnas*, de Izabel Gondim; produções literárias como *Gizinha* de Polycarpo Feitosa, pseudônimo usado por Antonio José de Mello e Souza, entre outros; textos produzidos nas primeiras décadas do século XX a partir de várias conferências proferidas pelos intelectuais norte-rio-grandenses; outra documentação está ligada aos discursos e práticas médicas, que também estão presentes na produção acima citada ligada aos órgãos educacionais, com destaque para o livro *Inspeções médico escolares e doenças escolares*, ambos da autoria de Alfredo Lyra; planta de prédios destinados a sediar os grupos escolares, como a planta do Grupo Escolar Augusto Severo, também presente na obra de Alfredo Lyra; documentação produzida pelo Instituto de Proteção e Assistência a Infância; Revistas do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, entre outras. Além da produção historiográfica local sobre essas primeiras décadas do regime republicano, outras produzidas por pesquisadores da área de Educação e da Arquitetura. A maior parte da documentação levantada encontra-se disponível para pesquisa no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e em materiais digitalizados do Núcleo de Estudos

Históricos, Arqueológicos e Documentação (NEHAD), do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Essa documentação será trabalhada inserindo-a num contexto ligado às mudanças tanto materiais, quanto sociais e culturais advindas da modernidade e que nas primeiras décadas do século XX ganhou corpo num projeto político e social republicano.

A questão da modernidade se apresenta para nós como uma categoria importante a ser discutida, especialmente pela própria ambiguidade de sentidos remetidos pelo termo. Aqui, pretendemos trabalhar com a idéia de uma modernidade característica do século XIX e início do século XX, em que a crença no progresso e no valor positivo das mudanças rompia as fortes barreiras impostas pela resistência das tradições. Numa acepção simples do conceito, Giddens caracteriza a modernidade se referindo *a costumes de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência*<sup>21</sup>.

Podemos considerar *modernidade*, sobretudo, a partir do sentido de mudança, de uma percepção, mais ou menos universal, de que o mundo passava por transformações profundas que atingiam diversas esferas da vida social e cultural. Por outro lado, pensar modernidade a partir da explicação de *mudança* ou da percepção do *novo*, se torna um tanto quanto confuso, especialmente porque é possível encontrar mudanças e inquietações sociais geradas pelas “novidades” em praticamente todas as épocas históricas. Dessa maneira, propomos uma análise a partir da própria natureza dessas mudanças e de sua localização, tanto espacial, quanto temporal.

Ainda nesse sentido, é importante ressaltar que o período que compreende o final do século XIX e início do XX, também foi assinalado por profundas inquietações e mal-estar social, sobretudo pela constante perda de referências provocadas pela onda de mudanças. Podemos atribuir a essa perda de referências as transformações do tempo e do espaço provocadas pela modernidade, como também pela própria mudança da relação tempo-espacial que, ao contrário da profunda

---

<sup>21</sup> GIDDENS, Anthony. Op. cit., 1991, p. 11.

vinculação entre um e outro presentes nas sociedades pré-modernas, se distanciaram cada vez mais.

Entretanto, a separação entre tempo e espaço na modernidade, conforme demonstrado por Giddens, não pode ser considerada de forma muito rígida, até porque, mesmo trabalhando com a idéia de um tempo e de um espaço vazio, é possível encontrar ainda uma relação muito forte entre ambas as dimensões, uma vez que o rompimento entre o tempo e o espaço na verdade abrem possibilidades para uma nova ordenação no espaço das atividades sociais. O tempo escolar, por exemplo, se divide para possibilitar uma nova ordenação social dos indivíduos no espaço – hora da aula significa o momento de estar sentado numa cadeira de forma que olhe para o professor dentro de uma sala; hora do recreio é o momento em que o indivíduo se comportará de forma livre numa espacialidade identicamente livre, que por sua vez, também permite a liberdade de movimento; como também a hora da entrada e a hora da saída, significam a hora em que se estará dentro e fora de uma espacialidade que é o próprio prédio da escola.

Apesar de atribuirmos a essas mudanças e a outras a responsabilidade pelas sucessivas perdas de referências, não podemos pensar esse período como um momento de crise. De acordo com Peter Gay, em seu estudo sobre a época Vitoriana, esse momento também pode ser caracterizado como uma era de melhoramentos, em que a ideologia burguesa *carregada de esperanças não era apenas uma máscara para encobrir o desespero, mas uma crença sincera no progresso. O mito que dominava a época, pelo menos entre aqueles que dela se beneficiavam, teria inevitavelmente que ser o da mobilidade*<sup>22</sup>. Ainda nesse sentido, o autor afirma que nesse momento,

A convicção generalizada de que o mundo social dos burgueses cultos e ativos era um mundo quase sem barreiras, no qual o trabalho duro, a inteligência, a perspicácia e a árdua persistência trariam benefícios que a sociedade mais antiga, com sua carga de estratificações rígidas, negara a todos<sup>23</sup>.

---

<sup>22</sup> GAY, Peter. Arquitetos e mártires das mudanças. In: \_\_\_\_\_. **A experiência burguesa da rainha Vitória a Freud: a educação dos sentidos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 55.

<sup>23</sup> Ibid., p. 55-56.

O que houve nesse período, portanto, foi a universalização do “mito da mobilidade social”. Essa crença está presente em quase todos os discursos do século XIX e início do século XX, sobretudo se nos ativermos às instituições educacionais. Os discursos políticos ligados aos órgãos do Estado, pela defesa da universalização da educação, através da profética necessidade de aumento do número de estabelecimentos destinados ao ensino – grupos escolares, escolas rudimentares, isoladas e, sobretudo, escolas profissionalizantes – proferiam que somente através da educação seria possível a ascensão social para a infância pobre.

Outra categoria fundamental para a nossa pesquisa e, sobretudo, para melhor compreender a infância, e os documentos produzidos sobre ela, é a noção de representação considerada por Roger Chartier. Para o autor, não há prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido a seu mundo. Nesse sentido, os discursos não podem ser considerados como neutros, muito pelo contrário *produzem estratégias e práticas que tendem a impor uma autoridade à custa de outras, por elas menosprezadas, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas*<sup>24</sup>. Essa concepção nos permitirá estabelecer uma relação entre discursos e práticas, sejam educacionais, médicas, ligadas ao Estado, como o próprio comportamento infantil, como também a pensar a própria construção identitária da infância no período explorado, através da concepção das relações de força entre as representações *impostas por aqueles que têm poder de classificar e de nomear e a definição, submetida ou resistente, que cada comunidade produz de si mesmo*<sup>25</sup>.

Por outro lado, não propomos uma análise que parta unicamente da idéia de dominação, disciplinamento, normatização ou poder, tanto no que diz respeito à construção identitária da infância, quanto à produção do corpo educado, na qual são importantes as considerações de Michel Foucault em *Vigiar e punir*<sup>26</sup>. Apesar de

---

<sup>24</sup> CHARTIER, Roger. Introdução: \_\_\_\_\_. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990, p. 17.

<sup>25</sup> CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: \_\_\_\_\_. **À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002, p. 73.

<sup>26</sup> Em *Vigiar e Punir*, Foucault compreendeu a definição do espaço nas sociedades modernas como estando fortemente marcadas pela questão do poder disciplinar, que seria responsável por limitar a atuação dos corpos através de uma distribuição no espaço e no tempo, tornando-os “dóceis” e controlados. Nesse processo de controle, Foucault assinala a importância de instituições “completas e austeras”, no que se refere a prisão e ao manicômio, mas que também poderia estender-se à escola, à fábrica, aos pátios dos quartéis, etc. Nessas instituições o controle seria facilitado pela vigilância e pela

considerarmos a própria natureza das instituições educativas do início do século XX como lugares por excelência destinados a modelagem infantil, também propomos uma abordagem que permita vislumbrar a própria liberdade de ação dos indivíduos e a sua capacidade reflexiva e de interação. Para tanto, partimos da análise de Claude Dubar sobre o processo construtivo das identidades.

Ao levantar as principais correntes das ciências sociais que trataram da questão, o autor procurou estabelecer uma teoria da identidade levando em consideração o processo de socialização dos indivíduos. Para ele, a identidade humana não é dada, de uma vez por todas, no nascimento. Ao contrário, ela é construída na infância e, a partir de então, deve ser reconstruída no decorrer da vida do indivíduo. Contudo, esse processo de construção identitária não se dá individualmente, ela depende tanto dos juízos dos outros quanto das próprias orientações e autodefinições do indivíduo. A identidade é, portanto, produto das sucessivas socializações pelas quais os indivíduos passam no decorrer de suas vidas.

O processo de construção das identidades para Dubar se dá justamente na *compreensão interna das representações cognitivas e afetivas, perceptivas e operacionais, estratégicas e identitárias. Essa construção só pode ser feita a partir das representações individuais e subjetivas dos próprios atores*<sup>27</sup>. Nesse sentido, a representação seria uma dimensão indissociável da identidade.

Outra questão primordial a ser levantada é o fato de Dubar levar em consideração a condição relativa da construção da identidade. De acordo com o autor:

todas as identidades são denominações relativas a uma época histórica e a um tipo de contexto social. Assim, todas as identidades são construções sociais e de linguagem que são acompanhadas, em maior ou menor grau, por racionalizações e reinterpretações que às vezes as fazem passar por “essências” intemporais<sup>28</sup>.

---

manipulação do espaço e tempo. Ver: Foucault, Michel. **Vigiar e Punir**: história da violência nas prisões. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

<sup>27</sup> DUBAR, Claude. Para uma teoria sociológica da identidade. In: \_\_\_\_\_. **A socialização**: construção das identidades sociais e profissionais. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 130.

<sup>28</sup> Ibid., p. 21.

A “identidade” para o autor nunca é dada. Ela é resultado a um só tempo estável e provisório, individual e coletivo, subjetivo e objetivo, biográfico e estrutural, dos diversos processos de socialização que, conjuntamente, constroem os indivíduos e definem as instituições. Ainda nesse sentido, Dubar destaca a articulação de dois processos identitários heterogêneos: atos de atribuição e atos de pertencimento.

O primeiro processo visa a definir que tipo de homem/mulher se é, ou a identidade para o outro. O segundo está relacionado à expressão de que homem/mulher se quer ser, a identidade para si. A identidade para o outro seria construída a partir da atribuição da identidade pelas instituições e pelos agentes que estão em interação direta com os indivíduos, como família, escola, sindicatos etc. A identidade para si, ao contrário, estaria relacionada a uma interiorização ativa, à incorporação da identidade pelos próprios indivíduos. É importante ressaltar que o processo de construção identitária, mesmo tendo uma dimensão que lhe é atribuída, não se dá à revelia do indivíduo, mesmo que ela não possa ser construída sem o estabelecimento de uma relação com o outro; nesse caso o fator interação é indispensável.

Além dos dois processos identitários – atos de atribuição e atos de pertencimento – Dubar destaca ainda na produção da identidade outros dois processos importantes: o processo biográfico e o processo relacional, sistêmico, comunitário:

A relação entre as identidades herdadas, aceitas ou recusadas pelos indivíduos, e as identidades visadas, em continuidade às identidades precedentes ou em ruptura com elas, depende dos modos de reconhecimento pelas instituições legítimas e por seus agentes que estão em relação direta com os sujeitos envolvidos. A construção das identidades se realiza, pois, na articulação entre os sistemas de ação, que propõem identidades virtuais, e as “trajetórias vividas”, no interior das quais forjam as identidades “reais” às quais os indivíduos aderem<sup>29</sup>.

Fazendo uso das questões levantadas por Dubar acerca do processo de socialização como parte essencial na construção das identidades, é possível se

---

<sup>29</sup> Ibid., p. 140-141.

apropriar dos discursos das instituições de ensino republicanas, do poder médico e das práticas pedagógicas vigentes, como partes integrantes no processo de socialização primária<sup>30</sup> da criança como sendo essenciais na construção de uma identidade infantil atribuída no início do século XX, como também da delimitação dos papéis sociais da criança. Entenda-se por socialização primária o período compreendido pelos primeiros anos de vida da criança no qual a família e a escola têm papel fundamental na atribuição da identidade ao indivíduo.

---

<sup>30</sup> Entenda-se por socialização primária o período compreendido pelos primeiros anos de vida da criança no qual a família e a escola tem papel fundamental na atribuição da identidade ao indivíduo.

### *As transformações da família tradicional e o nascimento da Natal*

#### *Moderna*

Um dos principais traços da modernidade apresentado por Giddens, o processo de esvaziamento do espaço, ou a separação entre “espaço” e “lugar”, pode ser apreendido através das transformações que ocorreram no interior da vida familiar natalense no período que compreende as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX.

Podemos caracterizar a família natalense, nesse período, como estando muito reclusa ao ambiente da casa e à vida doméstica. Tal característica foi apontada pela elite intelectual local, então porta-voz e grande promotora da modernização da cidade, como um dos grandes entraves ao desenvolvimento de uma vida cidadina moderna. A sociedade, antes de qualquer coisa, era caracterizada como sendo uma “sociedade doméstica”, termo expresso e defendido pela educadora Isabel Gondim, e que parecia estar relacionado a uma sociedade que tinha como base social principal a união familiar, e cuja distribuição das atividades produtivas estava baseada na própria delimitação dos deveres dos membros da família, na qual, pai, mãe e filhos possuíam lugares bem definidos tanto na vida doméstica, quanto na esfera pública.

Por outro lado, o período entre os séculos XIX e XX foi palco de uma significativa transformação dessa mesma vida familiar, que aos poucos foi aderindo hábitos urbanos ofertados pelas sensíveis transformações pelas quais passava a cidade, rompendo barreiras, não só simbólicas (herança cultural de uma organização familiar muito pautada em formas tradicionais), mas também físicas, através da abertura de vias de comunicação, como ruas e avenidas, e da implantação de novos meios de transportes coletivos, como os bondes, trens e ônibus, indispensáveis na diminuição do isolamento da cidade e no encurtamento das distâncias.

A família ainda sofreu intervenções de uma nova vida cultural urbana e dos divertimentos que passaram a aflorar na cidade. O contato com outras realidades representadas nos espetáculos teatrais ou nos filmes em exibição, por exemplo, possibilitou também o alargamento das concepções relacionadas à temporalidade e ao espaço. A presença física e as relações sociais baseadas no que Giddens denominou de relações *face a face*, que havia sido a marca das organizações de sociedades tradicionais, foram aos poucos perdendo lugar para outras formas de relações sociais firmadas sobre dispositivos modernos.

Partindo do princípio de que nenhuma transformação no universo infantil é possível sem que antes haja uma redefinição da função familiar na sociedade, propomos neste capítulo uma análise das modificações no interior das famílias desencadeadas por essa entrada na modernidade, e como essa mesma família passava a se relacionar com a cidade em crescimento.

## **1. A “sociedade doméstica” e a família tradicional**

Parece-nos que, na cidade de Natal, as últimas décadas do século XIX guardaram os derradeiros suspiros de uma “sociedade doméstica”, voltada mais para a privacidade do lar do que para uma vida social mais pública e urbana, vida essa que os diversos representantes do Estado prontamente se encarregaram de defender ao primeiro sinal da alvorada republicana. É possível considerar a cidade nesse período como uma “comunidade” em que todas as relações sociais podiam ser consideradas como uma espécie de extensão das relações familiares. A própria separação entre a casa e a rua ainda não estavam muito claramente delimitadas. A casa muitas vezes estava aberta a visitantes, vizinhos, ou simplesmente àqueles que estivessem de passagem. As próprias conversas, até aquelas de conteúdos políticos, tinham lugar garantido nas calçadas das residências, onde eram formados os famosos cantões masculinos ou femininos, dependendo dos assuntos abordados. O hábito de construir presépios e abri-los à visitação durante as festividades natalinas, por exemplo, demonstram o quão mal delimitadas eram as fronteiras que separavam a casa da rua.

As janelas e portas sempre abertas dissolviam as últimas barreiras da intimidade do lar.

Lindolpho Câmara, ao retratar a cidade em 1872, dá um exemplo interessante dessa abertura da casa à rua e da própria ausência de um distanciamento maior entre as pessoas. De acordo com ele, era comum o hábito de abrir a residência aos seresteiros que saíam cantando na noite e, após a apresentação, realizar-se a tradição do copo único, em que era servido a todos um trago de vinho do Porto em um único recipiente. Lindolpho Câmara relaciona esse “mau hábito” à ausência dos conhecimentos de higiene, mas também é possível atribuir à tradição, a presença de relações baseadas, sobretudo, na intimidade, que por sua vez também dava à cidade uma feição de comunidade em que praticamente todos os indivíduos ocupavam lugares sociais semelhantes. Ainda nas palavras do autor, a cidade podia mesmo ser comparada muito mais a uma vila do que a uma cidade propriamente dita, devido ao seu *caráter atrasadíssimo*<sup>31</sup>.

As próprias escolhas dos indivíduos se faziam bastantes restritas pelas poucas oportunidades que a cidade ofertava, fosse em relação as ocupações profissionais, limitadas quase exclusivamente a pescadores, roceiros ou soldados de polícia; ou fosse em relação as opções de lazer, que devido a ausência de clubes recreativos estavam restritas ao ambiente da casa<sup>32</sup>. Os próprios assuntos conversados nos cantões giravam em torno dos comentários sobre a vida alheia. De acordo com P. de A. Pessoa de Mello, os “cantões” eram reuniões de *um grupo de amigos – sem número definido, diariamente, [que] à certa hora, se encontrava na calçada da residência de um deles – sempre o mesmo – e colocadas as cadeiras estava reunido o conclave*<sup>33</sup>.

Alguns cantões já eram famosos na cidade, não apenas pelo assunto que circulava entre os participantes, mas também pelos freqüentadores ilustres. Era o caso, por exemplo, do famoso cantão situado na antiga Rua Nova, hoje Av. Rio Branco, e o da residência de Urbano Hermilio que contava com a presença de Henrique Castriciano, Alberto Maranhão, Celestino e Segundo Wanderley, Manoel

---

<sup>31</sup> CÂMARA, Lindolpho. Memórias e devaneios. Apud: MELO, Veríssimo. **Natal há cem anos passados**. 2 ed. Natal: Sebo Vermelho, 2007, p. 21.

<sup>32</sup> Ibid., p. 22.

<sup>33</sup> MELO, P. A. Pessoa. **Natal de hontem**. 2 ed. Natal: Sebo Vermelho, 2006, p. 11.

Dantas, Pinto de Abreu, Pedro Soares<sup>34</sup>. Todos eles, figuras que se tornaram relevantes na história da cidade em diversos meios, entre eles a política, a cultura e a educação.

Os meios de comunicação também eram tratados por Lindolpho Câmara como sendo típicos de uma cidade pequena e pobre. A única forma de comunicação se fazia *através dos sinais semafóricos, através do telegrafo ótico da Catedral e o movimento dos carros à cabeça, em animais e carros de boi, que muitas vezes serviam de deslumbramento para os olhos infantis. O próprio cronista lembrava-se: muitas vezes ficávamos horas esquecidas sentados no telhado de casa, só prá ver os escoteiros mudar as bandeiras coloridas*<sup>35</sup>. Em relação aos meios de transporte, reclamava que Natal não possuía um único veículo e que toda locomoção *era feita a pé ou em animais*<sup>36</sup>. Da mesma maneira precária também eram feitas as viagens para fora da cidade, mesmo as visitas às localidades vizinhas poderiam transformar-se em verdadeiras aventuras.

Natal também possuía um comércio pobre, não havia água encanada, nem esgoto, nem iluminação elétrica, mesmo os lampiões a base de óleo de mamona eram economizados nas noites de luar. Nessa cidade sem muitos atrativos, o ambiente familiar se tornava o local por excelência das reuniões entre amigos. A residência funcionava como o principal lugar de sociabilidade dentro da cidade. Até mesmo as festividades públicas, como as cerimônias natalinas e a Festa de Reis, tinham nas residências seu destino certo. De acordo com o folclorista e historiador Luiz da Câmara Cascudo, durante as festividades de Reis

O dono da casa convidava amigos, preparava a mesa, comprava vinhos, reforçava o café, ouvindo os violões ao longe, fechava porta e janelas, ficando com seus convidados, aguardando a chegada do reisado<sup>37</sup>.

Após brincadeiras em forma de versos, *abria-se porta, abria-se janela, o povo saía batendo as palmas. O grupo entrava cantando, fazendo roda na sala.*

---

<sup>34</sup> Ibid., p. 11-12.

<sup>35</sup> CÂMARA, Lindolpho. Op. cit., p. 29-30.

<sup>36</sup> Ibid., p. 32.

<sup>37</sup> CASCUDO, Luís Camara. **História da cidade do Natal**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 111.

*Depois, ceia. Ceia ou comidinhas rápidas porque havia outra casa perto, também avisada e esperando os “pastores e pastoras”<sup>38</sup>.*

Outras formas de divertimentos e lazer também eram realizadas no interior dos lares, como os aniversários, as reuniões dançantes e as tertúlias. De acordo com Pessôa de Mello, *escolhia-se a residência de uma família amiga e a clássica hospitalidade dos donos da casa garantia o sucesso. Ao terminar uma dessas reuniões, já estava iniciada o local da próxima. E nessa atmosfera de amizade corria o tempo para a juventude natalense*<sup>39</sup>. [grifo nosso].

Por outro lado, essa hospitalidade a que o cronista faz menção e a própria abertura da casa para a entrada dos participantes das diversas festividades, não implicava a ausência de qualquer tipo de seletividade por parte dos proprietários das residências em relação aos seus convidados. Ele próprio afirmava que *a grande massa da população, [que podemos supor estava de fora dessas reuniões] não morria de tristeza, e podiam procurar outras alternativas de divertimentos*<sup>40</sup>.

Nessa cidade precária e sem muitos atrativos, a família constituía uma das principais bases da vida social e o primeiro elo de ligação entre o indivíduo e a sociedade. Os mesmos valores consideráveis indispensáveis ao bom cidadão confundiam-se com aqueles defendidos pela “gente de boa família”, como a honra, a dignidade e a boa moral. Para Isabel Gondim, professora e autora do primeiro livro destinado à educação primária das meninas em Natal, era possível *considerar [essa] sociedade [como] uma grande cadeia que enlaça o gênero humano, cujos destinos e conveniências tende a realizar. D’essa cadeia o primeiro elo é a família*. Não só o primeiro elo, mas também o mais importante, pois era a família a maior responsável pela criação e educação daqueles que viriam a ser a *feição dessa sociedade* e nessa empreitada a mãe e o pai teriam papéis bem definidos na educação dos filhos, fosse dentro ou fora de casa<sup>41</sup>.

---

<sup>38</sup> Ibid., p. 112.

<sup>39</sup> MELLO, P. A. Pessôa. Op. cit., p. 6.

<sup>40</sup> Ibid., p. 6.

<sup>41</sup> GONDIM, Isabel. **Reflexões as minhas alumnas:** para educação nas escolas primárias do sexo feminino. Natal: Typographia de A. Leite, 1910, p. 18.

## 2. Os cuidados com os filhos

A mulher constituía o pilar principal da vida doméstica e da harmonia do lar, ficando ao seu critério os cuidados com os filhos, especialmente no período compreendido pela primeira infância. A idéia da existência de um instinto maternal era muito presente nos discursos da época. A própria Isabel Gondim ao defender a necessidade da presença da mãe no trato com os filhos, ressaltava a importância da ternura, da sensibilidade e, sobretudo, do amor incondicional próprios da natureza feminina. Para a educadora, só esses atributos estritamente femininos seriam capazes de compreender todas as necessidades infantis e de ofertar a dedicação exclusiva de que *estas angélicas creaturas* necessitavam<sup>42</sup>. Essa imagem de instinto maternal e da mulher como mãe resignada também era compartilhada por grande parte dessa sociedade. Era comum encontrar artigos e poemas publicados nos jornais locais que ressaltavam essa abnegação materna pelo seu filho. Em *A Partilha*, de autoria de Coelho Netto, essa imagem é levada ao extremo. Descrevendo uma cena em que uma mãe tísica, pobre e magra luta para saciar a fome de seu filho faminto, ressalta qualidades de uma mãe resignada que, mesmo com dor e lágrimas nos olhos, cantarola para o filho que dorme, enquanto cedia seu seio ao outro faminto:

Ardia a derradeira chama, e a mãe, com os olhos razos de água, poz-se a soprar a lenha para atear o lume, enquanto o filho, que se lhe agarrava às saias, cantarolava: “Minha mãesinha... Estou com fome”. Mas já contente, vendo que a chaleirinha fumegava. A mesa, porém, quando a mãe lhe apresentou a tijella e o pedacinho de pão da véspera, o pequeno fitou-a com espanto:

- Só café, mamãe?

- Só, meu filho.

O pequeno, levando a colher á bocca, foi repellindo a tijella com um beicinho prestes a chorar.

- Não chores, olha que vaes acordar o maninho! Espera. E, desabotoando o corpinho, tirou o seu seio farto, pojado de leite e espremeu-o trincando os lábios descorados por onde as lagrimas corriam fio a fio, entregando a tijella ao filho (...)<sup>43</sup>.

---

<sup>42</sup> GONDIM, Isabel. Op. cit., p. 57.

<sup>43</sup> NETTO, Coelho. *A Partilha*. **A Republica**. Natal, julho 1908, p. 2.

Para outros, esse instinto maternal ia além de qualquer racionalidade, se constituindo como uma espécie de sentimento ontológico que só as mulheres poderiam ter. A prática do infanticídio e do abandono cometidos por algumas mães, muitas vezes justificada pelos ataques de histeria, loucura ou comoções cerebrais, tinha para Henrique Castriciano, maior defensor da educação doméstica para as moças no Estado, outras explicações. Sob o pseudônimo Rosa Romariz, o educador publicava no início do século XX, *A douda do Passo*, em que descrevia uma visita feita por ele a Maria Antonia, moradora de um dos bairros mais miseráveis da cidade - o Passo da Pátria. Totalmente atacada pela loucura, Maria Antonia havia sido vítima de alguém que, valendo-se de seu estado, a tinha seduzido e a abandonado grávida. Para Castriciano, nada teria sido mais perdoável do que a louca ter jogado o filho em qualquer latrina, quintal ou portas alheias, *afinal eles estavam ali para isso*. Mas a louca não o fez, porque nela *a natureza falou mais alto e não se deixou vencer pelo indivíduo*. O ato daquela mulher foi interpretado pelo educador como uma vitória, ou preponderância do instinto maternal sobre todas aquelas condutas nocivas que se escondiam por trás da suposta *falta de lucidez*, e que na realidade eram, para o autor, fruto de uma conduta feminina individualista *capaz de macular a espécie para salvar-se*<sup>44</sup>.

Outro pensamento comum era a idéia de fragilidade física da criança que muitas vezes ainda unia-se à delimitação de um caráter inocente e sem maldades. A própria atribuição de características celestiais – candura, formas angelicais, inocência – transmitiam uma idéia de criança ainda muito ligada a imagens religiosas. Foi muito comum a comparação da criança, pelo menos até os seis ou sete anos de idade, à imagem do anjinho, como nos demonstra o poema de Violante do Cèu, publicado na revista *Via-Láctea*, intitulado de *Graça Infantil*.

Parece um lyrio formoso, que os anjos tecem no céo.  
Seu rosto claro, mimoso, tem a candura do véo.  
Florido rosal de beijos, é sua bocca pequena.  
Tem rubra cor dos desejos, rescende a cravo e açucena.  
O seu macio cabelo, cheio de ouro e de luz.  
Faz lembrar o setestrello, dos cachos de Jesus.  
Vestida de azul, formosa, como celeste visão.

---

<sup>44</sup> ROMARIZ, Rosa. *A douda do Passo*. In: ALBUQUERQUE, José Geraldo. **Henrique Castriciano: seletas de textos e poesias**. Vol. 1. Natal, 1993, p. 34-35.

É sonho áureo de rosa, que eu guardo no coração<sup>45</sup>.

A representação da criança como anjo não foi exclusividade da realidade natalense. Muito pelo contrário, essa visão foi bastante comum nas imagens que os adultos faziam da criança pelo menos até o século XIX. É possível atribuir a essas representações, algumas considerações. Freyre define a origem dessa representação como uma espécie de artifício usado pelos jesuítas para justificar o alto índice de mortalidade infantil entre a população indígena e que, posteriormente, teria sido adotado pela família patriarcal brasileira. De acordo com o autor, a aproximação da criança com o anjo também demonstrava uma idealização extremada da infância pelo menos até os sete anos de idade.

A imagem do anjo não era apenas utilizada em ocasião de morte, mas também nas maneiras de tratar a criança na primeira infância. Os filhos não só eram sepultados como anjos, mas também eram criados como tais – *andando nu em casa como um Meninozinho Deus*<sup>46</sup>. As vestimentas também demonstravam essa percepção da infância, meninos e meninas vestiam camisolões folgados e usavam cabelos longos, numa nítida demonstração de assexualidade.

Apesar de serem considerados anjos após a morte, os cuidados com os filhos demonstram também uma sensível preocupação em mantê-los vivos. Os cuidados na primeira infância estavam destinados, sobretudo, a questões da saúde da criança visto sua fragilidade física. A primeira preocupação da mãe deveria ser com o aleitamento. Gondim ressaltava que a amamentação se apresentava como sendo um dos *maternos deveres e os extremos do amor, que tereis à essas fracas e inocentes criancinhas, há de incitar-vos a amamental-as, o que vossa própria hygiene igualmente indicará, como não tardareis a conhecer*. Ainda nesse sentido, Gondim assinala a importância de amamentar as crianças desde seu nascimento até o surgimento da primeira dentição. Quanto ao aleitamento, *convinha ser ministrado pela própria mãe, cujo*

---

<sup>45</sup> CÊO, Violante. Graça infantil. In: DUARTE, Constância Lima; MACÊDO, Diva Maria Cunha Pereira. **Via-Láctea de Palmyra e Carolina Wanderley**. Natal, 1914-1915. (edição fac-similar). Natal: NAC; CCHLA/NEPAM; Sebo Vermelho, 2003, p. 51.

<sup>46</sup> FREYRE, Gilberto. O pai e o filho. In: \_\_\_\_\_. **Sobrados e mucambos**. 14 ed. São Paulo: Global, 2003, p. 178.

*leite, depois dos trabalhos puerperaes, ordinariamente afflue, e não sendo extrahido assim, é causa de muitas moléstias nas senhoras*<sup>47</sup>.

Nesse aspecto, é possível perceber por parte da educadora também uma preocupação com o costume de se entregar os recém-nascidos, especialmente entre as famílias mais abastadas, a amas de leite. Gondim aconselha que caso os serviços de uma ama fossem necessários, a mãe deveria ter o cuidado de procurar *uma sadia e carinhosa ama que sob a vossa immediata e constante vigilância assuma o encargo d'essa importante parte das obrigações inherentes à maternidade*<sup>48</sup>. Ainda nesse aspecto, Gondim ressaltava que além dos benefícios proporcionados a criança pela amamentação, ela também seria responsável pelo estreitamento dos laços afetivos entre mãe e filho.

É importante ressaltar que pelo menos até a década de 1920, a figura do médico era pouco presente na vida familiar natalense. O próprio parto muitas vezes era realizado em casa por parteiras ou familiares mais experientes. Até mesmo após a criação de leitos no Hospital Juvino Barreto destinados a cumprir a função de maternidade, há queixas por parte dos presidentes do Estado sobre a dificuldade em realizar censos satisfatórios das taxas de natalidade na cidade, especialmente porque ainda eram poucas as mulheres que iam ter filhos nos hospitais, o que também ajudava a piorar os já altíssimos índices de mortalidade infantil<sup>49</sup>.

Unido à falta de assistência médica, o período do resguardo também consistia em um grande perigo para as crianças. A falta de higiene pode ser considerada como um grande fator para os altos índices de mortalidade infantil na capital. Os conselhos dos mais instruídos giravam em torno da alimentação, limpeza e cuidados com o corpo, sendo a alimentação o principal deles. Em “Cinquenta pequenos conselhos de hygiene infantil para uso das mães pobres”, a preocupação com a alimentação aparece como o principal requisito para assegurar a vida do bebê.

A necessidade do leite materno para assegurar a saúde da criança é um dos pontos principais da obra. De acordo com os conselhos ali presentes só 12 ou 24 horas depois do nascimento é que a criança deveria ser alimentada,

---

<sup>47</sup> GONDIM, Isabel. op. cit., 1910, p. 58-59.

<sup>48</sup> Ibid., p. 59.

<sup>49</sup> MENSAGEM lida perante o Congresso Legislativo na abertura da primeira sessão da undecima legislatura em 1 novembro 1921 pelo governador Antonio J. Mello e Souza. Essa discussão será retomada no terceiro capítulo.

Sendo que o leite materno deveria constituir o alimento exclusivo da criança, nos seus primeiros mezes de vida, uma vez que o leite materno seria responsável não só pelo aumento de peso do pequeno, como também permite que, mais tarde, o estomago delle degira sem sacrificio farinhas alimentares<sup>50</sup>.

Pela maneira enfática com que os conselhos se voltavam para a necessidade de amamentação é possível supor que esse não fosse um hábito comum entre as mães, sobretudo nas camadas populares, para quem o texto estava voltado, a ponto de lembrar imperativamente que *toda mãe tem o dever moral de amamentar o filho*.

Não é possível estabelecer o período exato em que as mães costumavam oferecer à criança outros tipos de alimentação, mas deveria ser entre o terceiro e o quarto mês, quando não antes, sendo o leite de vaca uma dos principais substitutos do aleitamento materno. Quanto à alimentação sólida, era comum a idéia de que determinados alimentos pudessem influir na formação do caráter infantil. Isabel Gondim chama atenção para os perigos de uma alimentação com base em comidas irritantes, apimentadas e em relação às bebidas alcoólicas. Para a professora, essa dieta seria responsável por tornar

O caráter desabrido, a índole intolerante; predispõem os hábitos a baixeza e adulteram o temperamento, a quem a alimentação de carne somente pode tornar sanguinário. As crianças d'essa substancia assim alimentadas, commumente vêm a ser pessoas de tracto pouco delicado, senão selvagem<sup>51</sup>.

Por outro lado, os alimentos considerados “fracos” como o peixe, os crustáceos, os moluscos e outros animais sem fibra *acanham o organismo, tornam a índole fleumática, o character pouco enérgico e o impulso tardio*. Dessa maneira, Gondim aconselhava que as mães procurassem ofertar a seus filhos uma alimentação balanceada, combinando diferentes gêneros para que estes não viessem *perturbar as*

---

<sup>50</sup> INSTITUTO de Proteção e Assistência a Infância do Rio Grande do Norte. Cinquenta pequenos conselhos de hygiene infantil para uso das mães pobres. Natal: Typ. R. Dourado. (s/d).

<sup>51</sup> GONDIM, Isabel. op. cit., 1910, p. 60.

*funções do organismo e sirvam para lhes desenvolver convenientemente a natureza*<sup>52</sup>.

Além das preocupações em torno da alimentação, a mãe deveria atentar-se também com a higiene, que consistia na preocupação com uma alimentação saudável; higiene diária das crianças através de banhos não muito demorados; e o cuidado com roupas sempre limpas. Os trajes dos filhos deveriam respeitar a natureza inquieta da criança, sendo largos, a fim de não atrapalharem a sua movimentação, nem locomoção e possibilitar o desenvolvimento muscular saudável das crianças.

A mãe deveria, portanto, constar como uma vigilante durante a primeira infância, cuidando do desenvolvimento físico e psicológico dos filhos. Suas principais tarefas eram assegurar o crescimento saudável da criança e a educação dos sentidos, lhes ofertando valores como o ensino da moral, da dignidade, da honra, o amor à justiça, ao dever, ao trabalho e à economia, além do amor à pátria, à virtude e à verdadeira abominação aos hábitos viciosos<sup>53</sup>.

### **3. A educação infantil - doméstica e fora de casa**

Após a fase da primeira infância, período em que a criança estava reclusa ao ambiente doméstico, é que a figura do pai aparecia, sendo considerada indispensável numa segunda fase de educação dos filhos, em especial no período da mocidade ou adolescência, quando as crianças estariam prontas para sair de casa. A rua aparece nesse momento como o local do perigo e por isso a figura masculina, “*o sexo forte*”, nas palavras de Isabel Gondim, se fazia necessária. Era dever paterno conter os impulsos próprios a essa idade e proteger os filhos dos perigos da rua, que aqui assumia vários sentidos.

O período que compreende o final do século XIX e início do século XX também pode ser caracterizado pela forte influência dos preceitos católicos na formação e educação das crianças, especialmente das meninas. O batizado, por

---

<sup>52</sup> Ibid., p. 60.

<sup>53</sup> Ibid., p. 66.

exemplo, indicava a entrada da criança na comunidade cristã, data comemorativa que era motivo de grandes festejos. Era lugar comum nos jornais locais a publicação de notas informando esse grande acontecimento e as celebrações realizadas em homenagem à criança batizada. Em 1910 a família do “inocente” Genar comunicava a nova situação de seu filho:

Hontem, á tarde, foi levado á pia baptismal, na egreja matriz o inocente Genar, filhino do nosso distincto collaborador, major Ezequiel Wanderley. Por esse motivo, o major Ezequiel Wanderley reuniu em sua residência os padrinhos de Genar, coronel Pedro Soares e sua digna consorte d. Anna Senhorinha, além de outros amigos, offerecendo-lhes lauta ceia, durante a qual foram erguidos vários brindes. O jovem Oscar, filho do major Ezequiel, n’um improvisado theatrinho, levou á scena, com o concurso de algumas creanças, vários monólogos, que fizeram as delicias das creanças que foram cumprimentar o major Ezequiel e sua digníssima consorte<sup>54</sup>.

Essa realidade só começará a ser questionada, pelo menos em parte, após a instalação do regime republicano, em cujas bases estavam a defesa de uma educação laica, assim como a tentativa de colocar no mesmo nível a educação masculina e feminina com a implantação de escolas mistas.

Em relação à educação, esse foi um período marcado pela quase total ausência de escolas no Estado. A maior parte da instrução era recebida em casa por mestres particulares e quando a criança estivesse com mais idade poderia ser enviada para obter ensino fora, especialmente em internatos do Recife, como o Colégio São José, destinados a meninas e, em relação aos meninos, o Atheneu Norte Riograndense, destinado à educação secundária. Todavia, devemos levar em consideração que essa era uma opção possível apenas para as famílias mais abastadas, sendo a grande maioria da infância pobre constituída por analfabetos.

A despedida dos filhos nem sempre era indolor e sem traumas. Magdalena Antunes, em sua suas memórias, lembra-se de quão penosa foi a sua separação dos pais e de sua casa:

---

<sup>54</sup> 54 Batisado. **A Republica**. Natal, terça-feira, 1910. Anno XXII, Num. 170, p.1.

A grande e pesada porta do velho educandário fechou-se como a separar-me bruscamente do mundo e de meus pais, que me deixavam, aparentemente insensíveis. De repente, vi-me só entre desconhecidos. Quis gritar, soluçar, mas tudo me ficou na garganta. Como nunca vira uma freira, aquele hábito negro apavorou-me. A Superiora conduziu-me ao recreio das pequenas, apresentando-me à mestra dirigente e às minhas novas coleguinhas. Ao afastar-se, afagou-me as faces dizendo: - “seja boazinha que tudo lhe correrá bem”<sup>55</sup>.

Uma das poucas coisas que conseguiam consolá-la era pensar que de lá sairia pronta para casar, idéia que a fazia pensar no internato com um *pouco de resignação e alívio*<sup>56</sup>. Ainda não se tinha a idéia de uma educação feminina voltada para a sua emancipação, nem mesmo numa educação baseada no ensino das ciências, como já ocorria no meio masculino. Sua educação estava voltada, sobretudo, na preparação para uma vida doméstica.

Numa escala mundial, podemos caracterizar estas atribuições do papel da família a um quadro maior, ligado aos ideais da família burguesa que começaram a vigorar em meados do século XVIII na Europa. A ascensão da burguesia foi responsável pela valorização de um novo modelo familiar, baseado principalmente numa unidade afetiva entre pais e filhos, pondo fim, assim, às antigas relações familiares baseadas na amplidão dos laços de parentesco.

A partir do século XIX, a família passou por profundas mudanças estruturais em suas principais atribuições, especialmente no que tangia as suas obrigações com os filhos. Nesse momento, a família tornou-se a principal encarregada pelo processo de socialização dos filhos com o mundo social, ficando ao seu critério a responsabilidade quase exclusiva pela reprodução dos padrões culturais nos indivíduos. Essas mudanças nas atribuições familiares, especialmente as novas atribuições femininas, cuja função indispensável passava a ser a de mãe, podem ser refletidas no próprio processo de reclusão da mulher ao interior do lar. Esse foi um momento de ampla defesa da domesticidade feminina.

É possível atribuir essa valorização da criança a diversos fatores. De acordo com o historiador norte-americano Christopher Lasch, a mentalidade burguesa

---

<sup>55</sup> ANTUNES, Magdalena. **Oiteiro**: memórias de uma sinhá-moça. 2 ed. Natal: A.S. Editores, 2003, p. 61.

<sup>56</sup> *Ibid.*, p. 60.

considerava os filhos como reservas para o futuro, tendo dedicado uma atenção sem precedentes à sua criação. Para o autor, o novo estilo de vida doméstica

Criou condições psicológicas favoráveis para o surgimento de um novo tipo de personalidade dirigida internamente e autoconfiada, que constitui a mais profunda contribuição da família às necessidades de uma sociedade de mercado baseada na competição, no individualismo, no adiantamento da recompensa, na previsão racional e na acumulação de bens materiais<sup>57</sup>.

Por outro lado, considerar o interesse familiar pelos filhos como resultado unicamente de caráter materiais é, de certa forma, bastante restritivo quando buscamos uma explicação mais plausível para esse processo, como também é restrita a sua aplicação a outras realidades em que o desenvolvimento industrial não se constituía em um fato. É possível perceber também que os cuidados dedicados aos filhos não eram justificados apenas a partir de uma consideração puramente material, fosse como herdeiros ou como reserva de mão-de-obra, sobretudo pelo fato de que esse também foi um momento em que floresceram discursos em defesa da necessidade do estreitamento dos laços afetivos entre pais e filhos. O próprio discurso em torno do papel de mãe o ligava à idéia da existência de um instinto maternal, unido muito mais à esfera da sensibilidade do que a outras instâncias. Nesse caso, também percebemos uma família que estava mais preocupada em preparar os filhos para uma vida doméstica e não pública.

A família deveria ser o polo irradiador de valores, como a primazia da vida doméstica, fundada no casamento e na educação dos herdeiros e, sobretudo, representada pela figura da mulher como mãe e dona de casa devota; a importância do afeto e da solidariedade entre seus membros; e, por fim, a privacidade e o intimismo como condições de uma identidade familiar. Além disso, a família seria por excelência a instituição na qual o indivíduo deveria ser preparado para a vida social. Conforme demonstrado por Lasch, a família, sobretudo pelo amor e poder nela encarnados, teria a capacidade de inculcar *modos de pensar e de atuar que se*

---

<sup>57</sup> LASCH, Christopher. Patologias sociais e a socialização da reprodução. In: \_\_\_\_\_. **Refúgio num mundo sem coração: a família – santuário ou instituição sitiada?** São Paulo: Paz e Terra, 1991, p. 26.

*transformam em hábitos. Devido à sua enorme influência emocional, afeta toda a experiência anterior da criança*<sup>58</sup>.

Ainda nesse sentido, a antropóloga Martine Segalan afirma que a família era considerada como

O local da ordem, como detentora de um poderoso modelo normativo em que toda e qualquer divergência é considerada como um perigoso desvio social. É neste caminho que se forjam os valores necessários à realização individual, fruto de virtudes morais que foram sendo inculcadas ao longo de um prolongado processo de socialização.<sup>59</sup>

Contudo, os investimentos materiais e afetivos dispensados aos filhos foram contrabalançados muitas vezes pela ideia de posse. Gilberto Freyre, ao tratar sobre as relações entre pais e filhos em *Sobrados e mucambos*, revela uma sociedade que pouco dava margem à vivência infantil. No interior da família patriarcal brasileira a infância era tida como uma etapa da vida que deveria ser ultrapassada o mais rápido possível. De acordo com o autor, nessa sociedade, o menino com *vergonha da meninice, deixa-se amadurecer morbidamente, antes do tempo. Seu gosto na precocidade o liberta da grande vergonha de ser menino. Da inferioridade de ser párvulo*<sup>60</sup>.

Freyre também atenta para a crueldade com que as crianças eram tratadas fosse pelos próprios membros da família o que, nessa realidade, incluía também tios, tias e avós, até aqueles encarregados pela educação das mesmas, como os mestres particulares, mestres régios e até os padres das instituições eclesiásticas de ensino, demonstrando que muitas vezes esse hábito persistiu e, mesmo após a decadência do patriarcado rural, foi prolongado e exercido até de forma mais *terrível* nos colégios<sup>61</sup>.

Os castigos físicos muitas vezes, para não dizer na maioria delas, eram permitidos e até aconselhados pelos membros da família. É mesmo com estranheza que Nestor dos Santos Lima, em suas considerações sobre a educação primária no Rio Grande do Norte republicano, relatava com espanto que em plena comemoração

---

<sup>58</sup> Ibid., p. 25.

<sup>59</sup> SEGALAN, Martine. A Revolução Industrial: do proletário ao burguês. In: BURGUIÈRE, André; et. al. (dir.). **História da família**. Vol. 4. Lisboa: Terramar, 1999, p. 18.

<sup>60</sup> FREYRE, Gilberto. Op. cit., p. 2003, p. 177.

<sup>61</sup> Ibid., p. 180.

dos cem anos da implantação da educação primária no país ainda fossem recorrentes a aplicação de penalidades físicas aos alunos, muitas delas a pedido dos próprios pais:

Podemos afirmar que, ao tempo da nossa direcção na Escola Normal desta capital, fomos varias vezes auctorizados e socilitados insistentemente para applicar o *castigo physico* a determinados degradante disciplina da *palmatória* e da vergasta poderia remodelar caracteres, mesmo anormaes ou retardados<sup>62</sup>.

A posse dos filhos pelos pais abarcava também a delimitação de suas escolhas. Constituindo o principal agente de socialização da criança com o mundo social, a família exercia sobre a criança um enorme controle, não só físico, como também no que tangia a determinação de suas escolhas. A educação obtida no interior dos lares proporcionava aos pais a possibilidade de controlar significativamente o acesso dos filhos a determinados conhecimentos, como também ao seu círculo de amizades, que constituía uma das grandes preocupações dos pais em relação aos filhos. Clementino Camara ao recordar sua infância ressaltava que sua mãe não consentia que ele brincasse com *os filhos dos outros*<sup>63</sup>. Câmara Cascudo também ressaltou em sua biografia a vivência de uma infância solitária: *tive uma meninice isolada e doente, cercado de brinquedos, mas sem companheiros de folia. Não possui “amigo de infância” (...). Não corria. Não saltava. Não brincava*<sup>64</sup>.

Isabel Gondim considerava que *a amisade pura e sincera tem ameos encantos que, desde tenra idade attrahem os corações e fazem estreitar aquelles doces laços por uma serie de atenções, respeito e condescendência que muito importa à vida social, da qual ninguém se pode abstrahir*. Mas também ressaltava o mal que as *perniciosas e más amisades* podiam acarretar à formação do caráter infantil, uma vez que *as más companhias poderão arrastar vossos filhos à sua perigosa influencia n’essa epocha em que a obra da educação não está n’elles completa*. E aconselha:

---

<sup>62</sup> LIMA, Nestor Santos. **Um século de ensino primário**. Natal: Typ. d’ A Republica, 1927, p. 24.

<sup>63</sup> CAMARA, Clementino. **Décadas**. Recife: Emp. Jornal do Commercio, 1936, p. 41.

<sup>64</sup> CASCUDO, Luís Câmara. **O tempo e eu**: confidências e proposições. Natal: EDUFRN, 2008, p. 49.

*tende, portanto, cuidado em afastal-os de companheiros desmoralizados ou de costumes suspeitos*<sup>65</sup>.

Esse controle sobre os filhos era responsável, muitas vezes, pela restrição do contato da criança, pelo menos até determinada idade, com o mundo exterior. É possível perceber, no decorrer do século XIX, uma profunda restrição da própria liberdade de locomoção da criança, mesmo da não escrava. O universo infantil estava resumido ao espaço privado da casa e a sua vizinhança, ou a visitas apressadas a Igreja e, em alguns casos, a casa dos professores. A percepção espacial da criança, desta forma, era muito restrita. Seu conhecimento resumia-se, sobretudo, aos lugares em que a presença seria responsável pela própria delimitação da existência dos lugares. Além disso, a reclusão da criança ao mundo privado da casa e a sua convivência com pessoas mais velhas, não permitia a separação ou a delimitação de um universo infantil separado do adulto. A construção de figuras infantis desbravadoras de mundos estranhos só eram possíveis às Alices, Pinóchios e Tom Sawyers.

A separação do universo adulto do infantil e a diminuição da influência familiar sobre suas escolhas só foi possível com a saída da criança de seus lares, especialmente quando as escolas tomaram para si a responsabilidade de educar. Além disso, na medida em que a criança passou a sair de casa para obter educação fora, ela começou a ter um domínio maior sobre suas escolhas.

#### **4. O indivíduo e o “despertar” para o mundo público**

Coube aos reformadores republicanos um ataque mais sistemático a essa realidade social doméstica. Foram eles que passaram a conceber estas antigas formas de sociabilidade e de organização familiar como estando em completo descompasso com os novos tempos republicanos, sobretudo, pela necessidade de fixar uma instância de poder público, e para os mais liberais, participativa.

---

<sup>65</sup> GONDIM, Isabel. op. cit., 1910, p. 68-69.

Nas palavras de Polycarpo Feitosa, um dos pseudônimos de Antonio José de Mello e Souza, representante da nova elite dirigente do Rio Grande do Norte, o que se percebia na Natal do final do oitocentos era uma sociedade que vivia voltada *para si e para os seus*, demonstrando uma ausência do que o político e escritor considerava indispensável para o desenvolvimento da sociedade, que consistia na *colaboração de todos para o bem estar da coletividade*. De acordo com o autor, a realidade que se apresentava parecia estar mais baseada no lema de *cada um por si e o diabo que carregue os outros*<sup>66</sup>.

Ainda nesse sentido, Antonio José de Mello e Souza tinha muitas reclamações sobre a vida municipal e do pouco espírito de coletividade entre os cidadãos. Para ele, era necessário desenvolver nos indivíduos dessa cidade o pensamento coletivo, tentando mostrar-lhes que eles faziam parte de uma realidade muito mais ampla e que suas vilas e municípios nada mais eram do que partes integrantes de uma realidade que se configurava como a “Pátria” e a “Nação”. O que faltava nos natalenses era o desenvolvimento de uma consciência baseada numa solidariedade cívica, em que o bem geral deveria estar ao lado, senão na frente, do bem próprio<sup>67</sup>.

Alguns pedagogos passaram a acreditar que poderiam solucionar esses problemas através de um ensino da História Pátria e de Moral e Cívica nas escolas. Também propunham a participação das crianças nas cerimônias públicas de caráter cívico que a cidade passou a realizar frequentemente depois da Proclamação<sup>68</sup>.

Contudo, as mudanças na sociedade também estiveram relacionadas a outras transformações que se efeturaram no interior das próprias famílias e da relação destas com o espaço urbano. Conforme demonstramos anteriormente, as últimas décadas do século XIX guardavam ainda vários hábitos centenários, calcados na própria organização do núcleo familiar e de sua relação com a casa, relação essa que fazia com que a família considerasse a moradia não só como o reduto da vida íntima, mas também das suas relações com o mundo exterior, que podem ser percebidas,

---

<sup>66</sup> FEITOSA, Polycarpo. **Vida Potiguar**. Natal: Sebo Vermelho, (s/d), p. 15-16. (a primeira edição do livro data de 1899).

<sup>67</sup> MENSAGEM lida perante o Congresso Legislativo na abertura da segunda sessão da undécima legislatura em 1 novembro 1922 pelo governador Antonio José de Mello e Souza.

<sup>68</sup> Para uma análise dessas cerimônias, ver: VIANA, Hélder. **Historiadores, oligarcas e a formação do espaço cívico da cidade do Natal (1902-1930)**. Texto Digitado.

sobretudo, através da realização de festividades públicas que se confundiam, muitas vezes, com celebrações particulares da vida doméstica.

Por outro lado, a vida familiar caracterizada, sobretudo, pela domesticidade, também estava relacionada a outros fatores ligados à própria precariedade física da cidade, que além de oferecer poucas opções para o lazer, como clubes, jardins, praças etc., ainda era agravada pela deficiente rede de iluminação, restringindo a vida urbana basicamente ao período diurno, apesar de encontrarmos registros de celebrações noturnas, festividades religiosas, entre outras, mas que em certa medida, estavam limitados a acontecimentos e não a cotidianidade da cidade.

As poucas redes de comunicação, como estradas trafegáveis e meios de transporte entre a cidade e outras localidades que, posteriormente, se tornariam áreas procuradas como opções de lazer, como por exemplo, as praias, também limitavam essa vivência urbana, além, é claro, do próprio acesso a outros bairros, possibilitando um maior intercâmbio entre os habitantes e o próprio desenvolvimento de uma identidade urbana.

#### **4.1. O trânsito da modernidade: parques, transportes e avenidas**

Nesse caso, podemos destacar a chegada dessas inovações tecnológicas - iluminação elétrica, chegada do bonde, cinematógrafo, comunicação dos bairros com as praias do Meio e de Areia Preta, no último caso, proporcionada pela passagem da linha de bonde em agosto de 1912<sup>69</sup>, a construção de praças e jardins destinados a passeios, entre outros. Conforme ressaltado pelo jornalista e bacharel Eloy de Souza, foi justamente o acesso a outras localidades, proporcionado pelos meios de comunicação, que fizeram com que as famílias pudessem entrar em contato com outras, fazendo surgir também outros lugares - *aos poucos a cidade foi adquirindo uma feição nova, que ia lentamente modificando à medida que as comunicações se tornavam mais fáceis, favorecendo o contato com outras populações mais*

---

<sup>69</sup> CASCUDO, Luís Câmara. op. cit., 1980.

*adiantadas. A convivência entre as famílias fez nascer os arrabaldes*<sup>70</sup>. [grifo nosso]

Por outro lado, é possível também perceber certa resistência por parte dos indivíduos pertencentes às famílias mais tradicionais em se apropriar desses espaços públicos construídos como meios de divertimento e de sociabilidade urbana. Em um artigo da revista *Via-Láctea* pertencente às primas Palmyra e Carolina Wanderley, uma colaboradora do periódico, em matéria intitulada *Atravez do Jardim*, relata sem muito ânimo e até com certa repugnância a mistura popular que se encontrava no jardim público em uma retreta de domingo:

Fôra infeliz com a musica; fui ver se o seria menos com o passeio. Havia naquella tarde muita concorrência... Mas, a maior parte della, valha a verdade, compunha-se de amas de creanças e de rapazolas mal educados que a cada instante nos tolhiam a passagem e nos deixavam attonitas pelo barulho ensurdecador que faziam... A graça, a elegância, a belleza da terra, lá estavam brilhantemente representadas em diversas senhoritas, mas a esses **astros, eclipsava a massa do povaréo desencadeado**. [grifo nosso]

E mais na frente ela conclui sem entusiasmo:

Abandonei o jardim sem saudades. **Aquelle ajuntamento de povo de todas as classes**, aquella musica que não passava dos ouvidos, que nada fallava ao coração deixaram-me ainda mais triste como se naquella tarde se tivesse desvanecido a última illusão a que me apegara<sup>71</sup>. [grifo nosso]

A mesma crítica sobre o uso dos espaços destinados ao lazer, também havia sido feita por Eloy de Souza em 1909. Contudo, sua crítica estava relacionada muito mais a uma ausência dessa participação pública nesses lugares, a qual o autor relacionava ao eterno hábito da família natalense de estar sempre em casa.

---

<sup>70</sup> SOUZA, Eloy. **Costumes Locais**. 2 ed. Natal: Sebo Vermelho, 1999, p. 32.

<sup>71</sup> [sem autoria] *Atravez do jardim*. In: DUARTE, Constância Lima; MACÊDO, Diva Maria Cunha Pereira. op. cit, p. 42.

Quem vai aos nossos jardins traz a impressão de que foram construídos para revelarem a apatia da cidade, a nossa moleza tropical, a falta de cordialidade nas relações pessoais. Debalde procurareis divisar um grupo de crianças dando expansão a natural alegria dessa idade. As poucas que ali vemos ou vão, por alguma inocente travessura, arrastadas pelas amas como se fossem pequenos animais ferozes, ou passam vagarosamente distraídas como se vergassem ao peso de tremendas responsabilidades<sup>72</sup>.

Se a opinião da colaboradora da revista *Via-Láctea* pode nos parecer uma resistência, ou desconforto frente à dissolução de antigos hábitos que asseguravam a distinção entre os membros dessa sociedade, também pode ser tomada a partir de um ponto de vista mais amplo. O estranhamento causado pela mistura indistinta entre o *ajuntamento de povo de toda classe e as senhoritas graciosas*, pode nos indicar o que Anthony Giddens assinala como uma das características da modernidade – os “compromissos com rosto” e os “compromissos sem rosto” e sua relação com a *confiança, o risco e o perigo*.

Para uma sociedade em que a família, ou a comunidade local, permanece como a base da organização social mais ampla, o “elemento estranho”, ou o indivíduo fora desse círculo familiar, e aqui nos referimos à principal base de organização das relações sociais estabelecidas entre os indivíduos da sociedade natalense como um todo, é tomado como “pessoa toda” *alguém que vem de fora e que é potencialmente suspeito para aquela comunidade*, sobretudo porque as relações sociais estavam diretamente baseadas na co-presença, ou como Giddens ressalta, nos “compromissos com rosto”, onde se constitui a existência de qualquer sentimento de confiança para com o outro. Ou seja, o estabelecimento de confiabilidade entre duas pessoas só se tornaria possível nas sociedades pré-modernas quando o “outro” se constitui como um rosto conhecido. No momento em que as relações sociais deixam de estar baseadas na organização da comunidade local familiar há o que Giddens destaca como “desencaixe”, em que instituições diversas passam a ser as bases sobre as quais as relações sociais locais se ligam a relações sociais mais amplas, ou globalizadas, que passam a organizar os aspectos principais da vida cotidiana, e aqui podemos ressaltar o surgimento de uma esfera pública de

---

<sup>72</sup> SOUZA, Eloy. Op. cit., p. 43.

outra natureza, fortalecida pela valorização e ampliação desse espaço público<sup>73</sup>, representado, nesse caso, pelo próprio *jardim*.

A ausência de cordialidade nas relações pessoais ressaltada por Eloy de Souza como característica da sociedade natalense pode nos indicar também outro caminho oposto ao percorrido pela colaboradora. Nas sociedades modernas de uma maneira geral, os indivíduos necessitam interagir com diversas pessoas desconhecidas, assinalando o que seriam os “compromissos sem rosto” de Giddens. Em contrapartida, as relações sociais passaram por uma transformação e esses estranhos deixaram de ser considerados como *pessoas todas*. Essa ampla variedade de encontros efêmeros que compõem a vida cotidiana nas sociedades modernas são mantidos pela “desatenção civil”, que longe de se constituir como indiferença ao outro, está relacionada à afirmação implícita de uma intencionalidade não hostil. A suspeição generalizada cede lugar, portanto, à tentativa de estabelecimento de relações de confiança sancionada por uma percepção de confiabilidade estabelecida pela manutenção de rituais informais. *Tato e polidez são dispositivos protetores mútuos que estranhos ou conhecidos usam intencionalmente como um tipo de contato social implícito*<sup>74</sup>, ou como destacado por Eloy de Souza, baseados em relações de cordialidade.

Ainda sobre esse aspecto, Henrique Castriciano, em 1903, sob o pseudônimo de José Braz, dirigiu suas críticas aos costumes do povo natalense, em um artigo publicado na *Gazeta do Commercio*. De acordo com o educador, o mais pernicioso defeito da vida social natalense era a sua desconfiança. Dizia ele: *na igreja, nas ruas, no teatro, nos bailes, em qualquer parte em que nos achamos, os homens e as senhoras, claramente divididos, parecem pessoas que se conhecem de pouco ou que se detestam mutuamente*<sup>75</sup>. Dessa maneira, também podemos caracterizar esse momento por que passava a cidade e a sua população como sendo um período de transição em que conviviam tanto formas modernas de relações sociais, como também, formas tradicionais.

A velocidade com que alguns costumes iam se perdendo no tempo e até mesmo a sensação de desconforto gerada pela perda de referências trazidas pelas

---

<sup>73</sup> GIDDENS, Anthony. op. cit., 1991, p. 83-86.

<sup>74</sup> Ibid., p. 86.

<sup>75</sup> BRAZ, José. Aspectos natalenses: críticas sobre costumes. *Gazeta do Commercio*. 16 abril 1903. Apud: ALBUQUERQUE, José Geraldo. op. cit., 1993, p. 185.

transformações materiais da cidade e dessas novas formas de sociabilidade, que em certa medida, iam sendo impostas pelos preceitos modernos, também aparecem ressaltadas em outras produções da época. Em 1 de outubro de 1910, um colaborador do jornal *A Republica* descreve com entusiasmo as modificações empreendidas na cidade que iam transformando a velha Natal numa cidade nova:

Natal é uma velha cidade, mas Natal é uma cidade nova, ressurgida das próprias cinzas (...). Sim! Natal é uma cidade nova, é uma cidade que vai conquistando dia a dia e com incontestável direito o lugar que lhe compete como capital que é de um dos Estados da União Brasileira (...). “Natal” de hoje é uma nova cidade, calçada sobre as ruínas da industria florescente (outr’ora muito rudimentares) com bellissimos edifícios que faze, honra a qualquer povo e se aparelhado para novos commettimentos de alta monta com bem sejam novas estradas de ferro, esgottos, calçamento das ruas e praças, eletrificação da luz e dos carris urbanos, e melhoramentos de toda ordem. Onde outr’ora se via o casebre, apertado, estreito e deteriorado ergue-se hoje magestoso edifício para altíssimo fim construído (...) <sup>76</sup>.

Em versos, o poeta Ezequiel Wanderley já nos anos 1920, falava da velocidade com que as coisas em Natal estavam sendo modificadas:

Lá das abas de uma serra,  
Voltei hontem, felizmente  
E, ah, que surpresa excelente  
Tive, ao rever minha terra!  
Vejo os bondes trafegando,  
Toda gente transportando,  
Dentro do horário marcado  
Prédios novos construídos,  
Vultos de bronze esculpidos,  
Como isto aqui’stá mudado! <sup>77</sup>

A impressão deixada pelo poeta assinala mudanças sensíveis na estrutura da cidade. Nesse novo cenário, a sensação de velocidade consistiu num dos sentimentos símbolos da modernidade da *Belle Èpoque*, estando ligada, em grande parte, ao desenvolvimento dos meios de comunicação e de transporte. Em Natal não foi

<sup>76</sup> NAHUM, Anatólio. Em Natal. **A Republica**. 1 outubro 1910.

<sup>77</sup> WANDERLEY, Ezequiel. Como isto aqui’stá mudado! Apud: OTHON, Sônia Maria Oliveira. **Dramaturgia da cidade dos Reis Magos**. Natal: EDUFRN, 1998, p. 50.

diferente. Fora o telégrafo ótico da Catedral, utilizado para informar a entrada e saída de navios e suas especificações, a população não tinha do que desfrutar nem, tampouco, do que se orgulhar, antes da chegada do bonde movido a tração animal em 1908.

O único meio de transporte de que dispunham os habitantes da cidade, antes dessa data, eram os próprios pés, ou o lombo de animais, em se tratando das famílias de maiores posses. Lindolpho Câmara ressaltava que nos anos de 1870, Natal não possuía um único veículo para tráfego na cidade, nem mesmo para os ocupantes de cargos públicos. Em seu relato sobre o percurso feito pelo presidente da província até o Palácio do Governo, destaca que este ao chegar ao seu destino se encontrava *esbaforido, suarento, que quase nem podia subir as escadas do edifício*<sup>78</sup>.

A chegada da Companhia Ferro Carril em 1908, responsável pela criação de linhas de bondes foi motivo de grande alegria para a cidade. A princípio a linha de bonde atendia apenas um pequeno trecho que ia da rua Dr. Barata à Praça Padre João Maria, mas logo se estendeu até onde hoje está localizada a Av. Hermes da Fonseca. Cascudo relata que mesmo as pessoas do interior vinham à cidade apenas para dar um passeio de bonde. Até para os meninos, o bonde havia virado um passatempo divertido, *pedindo parada apenas para passar por dentro do bonde e sair do outro lado*<sup>79</sup>.

O horário de funcionamento do transporte estava estipulado entre as seis e quinze da manhã até as vinte uma e cinquenta minutos da noite. Não é preciso ressaltar que os horários do bonde também se tornaram um forte concorrente para o relógio da Igreja. E não é difícil imaginar também que o tempo da cidade passava nesse momento, junto com o bonde, por uma nova forma de contagem<sup>80</sup>.

A partir de 1911 a vida natalense ganhou nova dinâmica, tanto pela chegada da energia elétrica quanto pelas possibilidades por ela proporcionadas<sup>81</sup>. Entre elas, o bonde elétrico, os telefones e o cinematógrafo. Junto com o bonde elétrico veio a

---

<sup>78</sup> CÂMARA, Lindolpho. op. cit., p. 30-31.

<sup>79</sup> CASCUDO, Luís Câmara. op. cit., p. 1980, p. 291.

<sup>80</sup> Para maiores esclarecimentos sobre o processo de secularização da cidade de Natal, ver: TEIXEIRA, Rubenilson. A agonia do velho Natal face ao novo: secularização e modernidade urbana. In: DANTAS, George; FERREIRA, Angela Lúcia. (orgs.). **Surge et Ambula: a construção de uma cidade moderna (Natal, 1890-1940)**. NATAL: EDUFRN, 2006.

<sup>81</sup> Ver: ANDRADE, Alenuska. À luz da modernidade a modernidade da luz. In: DANTAS, George; FERREIRA, Angela Lúcia. (orgs.). op. cit.

ampliação dos lugares atendidos por ele e a valorização de outros bairros residenciais. O bonde passava a atender locais praticamente isolados da cidade, como os bairros do Alecrim, Petrópolis e o sítio Solidão (antiga residência pertencente a Pedro Velho, afastada da cidade). Partindo da Av. Rio Branco percorriam 2.400 metros até a Cidade Nova e, a partir de 1915, fazia a ligação da cidade com a Praia de Areia Preta, escolhida para exercer as funções de balneário desde 1908<sup>82</sup>.

Nos anos 1920, estes benefícios foram expandidos pela chegada de outros meios de transporte. O bonde ganhava como “concorrente” os *auto-ônibus*, que passaram a trafegar na cidade, apesar de sua diminuta frota composta por duas unidades<sup>83</sup>.

Também é mister ressaltar a importância, nesse momento, para a comunicação entre as diversas localidades da cidade, dos melhoramentos empreendidos nas vias e trajetos urbanos, como o calçamento de ruas e a construção de estradas de ferro ligando a cidade aos municípios vizinhos. Câmara Cascudo, destacou a importância da chegada do bonde a tração animal em 1908 subindo e descendo entre os bairros da Ribeira e Cidade Alta como sendo de suma importância para a integração da cidade. De acordo com o folclorista e historiador, o movimento do bonde unido ao calçamento da Avenida Junqueira Aires pôs finalmente um término na antiga separação entre os Xarias e Canguleiros, possibilitando assim o nascimento do natalense<sup>84</sup>.

Essa distinção entre os habitantes da Cidade Alta e da Ribeira, principais bairros da cidade, eram tão marcantes que muitas vezes se constituíram como motivos de embates entre eles. A construção da identidade local ligava-se antes ao bairro de origem do que a própria cidade. Através das memórias de Clementino Camara podemos perceber o quão fortalecidas eram essas identidades, acompanhando a vida dos indivíduos desde a meninice até a fase adulta.

Ai! Do menino da Cidade [Alta] que ousasse vir sosinho á Ribeira. Ai do fedelho da Ribeira que fosse desacompanhado á Cidade [Alta], os da Cidade [Alta] eram “Xarias” – comedores de “Xareu”; os outros, Canguleiros – comedores de “Cangulo”. O introito era o insulto em que nem sempre a palavra “mãí” era

<sup>82</sup> CASCUDO, Luis Câmara. op. cit., 1980, p. 242.

<sup>83</sup> Ibid., p. 292.

<sup>84</sup> Ibid., p. 216.

olvidada; surgiam os “torcedores”, formava-se a trança que muitas vezes começava pelos meninos e terminava pelos homens.<sup>85</sup>

Quanto à ligação da cidade com as vilas e municípios vizinhos, ficava a critério da navegação, que também possibilitava as viagens para o Recife; e do trem, que já fazia a ligação entre Natal e São José do Mipibu desde setembro de 1881. A empresa encarregada pela construção da estrada de ferro foi a *Imperial Brazilian Natal and Nova Cruz Railway Company Limited*, que posteriormente fundiu-se a *The Great Western of Brazil Railway Company Limited*.

A partir de 1883 outras localidades foram atendidas pela estrada de ferro, como Nova Cruz, e os Estados da Paraíba e de Pernambuco em 1904.<sup>86</sup> Assim, todos os melhoramentos urbanos associados às inovações nos meios de transporte modificaram completamente a relação da população com o espaço, em seu entorno e fora dele. A maior facilidade de locomoção dos indivíduos tanto dentro, quanto fora da cidade, se constituía um fator fundamental para o fim do isolamento, considerado por muitos desde o século XIX, como sendo responsável pelo pouco progresso da cidade.

É possível atribuir a “vulgarização” dos meios de transporte e a melhoria das vias de acesso à cidade o próprio aparecimento de outros personagens no cenário urbano como, por exemplo, as mulheres e as crianças. É difícil imaginar a presença destes quando longos percursos deveriam ser vencidos, fossem em lombo de animal ou sobre os próprios pés. Dificilmente a família saíria unida, a não ser em dias de festividades religiosas, ou em visitas à cidade, salvo raras exceções. Em se tratando de percursos mais longos, como viagem a outros Estados, a presença destes personagens era ainda mais restrita. Talvez não tenha sido só o *eterno hábito da família de estar em casa*, ressaltado por Eloy de Souza, que restringiu a vida pública urbana, mas a própria dificuldade de acesso à cidade tenha sido um motivo plausível para tal característica da família natalense.

---

<sup>85</sup> CAMARA, Clementino. op. cit., 1936, p. 64-65.

<sup>86</sup> CASCUDO, Luís Câmara. op. cit., 1980, p. 406.

## 5. Do mundo para Natal – “as notícias” do teatro e do cinema

Não foram apenas os transportes que encurtaram as distâncias entre a vida da população de Natal na e da cidade com outras localidades, como também com outras partes do país e até do mundo! O desenvolvimento e o aparecimento de novos meios de comunicação e de entretenimento permitiram um maior acesso às notícias locais ou vindas de fora, informações e conhecimentos que muitos desconheciam.

O teatro em Natal, além de constituir uma das primeiras opções de divertimento, proporcionou à população o convívio social e sua identificação com uma vida urbana considerada moderna. A presença de teatros na cidade de que Câmara Cascudo nos dá notícia, remonta ainda a meados do século XIX, com atuações feitas ao ar livre ou localizadas em barracões feitos de palha. Não há registros sobre o público que freqüentava esses teatros, mas pelo seu caráter popular, muitas vezes funcionando sem cobrar entrada aos espectadores, é possível supor que não fosse um lugar indicado nem freqüentado pelas famílias tradicionais natalenses. Também não se encontrava em Natal uma única mulher que atuasse como atriz, salvo Maria Epifânia, acolhida em 1861 pela Sociedade Recreativa Juvenil<sup>87</sup>.

Além dessa atitude pioneira, Sônia Othon atribui à Sociedade Recreativa Juvenil um importante projeto educador. Para a autora, entre os projetos da Sociedade estava a pretensão de *educar o seu público pelo teatro, informando-o sobre a literatura clássica, fatos e personagens da História, movimentos de rotação da terra, mulheres e homens escritores*<sup>88</sup>. Sendo assim, é possível atribuir ao teatro importantes papéis. Além de auxiliar no processo de mudanças de hábitos e costumes tradicionais, uma vez que muitas de suas peças traziam notícias de longe por se tratar de adaptações de peças francesas, também podemos atribuir ao teatro os primeiros impulsos na disseminação de uma cultura letrada e urbana ainda no século XIX.

Numa sociedade em que grande parte da população era constituída por analfabetos, fosse pela quase total ausência de escolas, fosse pelo pouco caso que se fazia da educação, salvo, é claro, uma pequena elite da cidade que buscava instrução

---

<sup>87</sup> CASCUDO, Luís Câmara. op. cit., 1980, p. 196.

<sup>88</sup> OTHON, Sônia. **Vida teatral e educativa da cidade dos Reis Magos** – Natal, 1727 a 1913. Natal: EDUFRRN, 2006, p. 52.

na Europa ou em estados próximos como o Recife, é possível atribuir ao teatro a primeira possibilidade de contato da população pobre da cidade com uma realidade que ia muito além de suas fronteiras físicas e imaginárias. Dessa maneira, é possível inserir o teatro natalense como um incentivo de *ações civilizatórias* compatíveis com um estilo de vida urbana moderna.

A cultura ganhou com o teatro novas formas de transmissão, que iam muito além da simples oralidade. O teatro também exigia dos seus espectadores uma nova maneira de ler o mundo, em que deveriam ser observados o desempenho dos atores, seus gestos, suas falas e entonações, além dos cenários e dos figurinos. Era uma mudança importante no ato de representar tanto a temporalidade, quanto a espacialidade, que também exigia a elaboração de novos discursos sobre eles.

Até o ano de 1861, os espetáculos em Natal haviam contado apenas com as iniciativas de companhias amadoras quando, finalmente, chegou à cidade a Companhia Peixoto, a primeira de caráter profissional que colocou os pés na cidade. Encenando a peça *João de Alencastro* que, de acordo com Câmara Cascudo, levou muitos natalenses às lágrimas.

Sônia Othon atribui à chegada da Companhia Peixoto o despertar do interesse por parte dos natalenses em criar outras companhias amadoras de teatro na própria cidade com a participação dos seus escritores ilustres. Foi o caso, por exemplo, da criação da Sociedade Dramática Natalense encabeçada por muitos jovens estreados e pelos filhos de alguns integrantes da antiga Sociedade Recreativa Juvenil. De acordo com Cascudo, o elenco dessa companhia era composto pelo professor Joaquim Lourival Soares da Câmara, filho do ator e poeta Lourival Açucena, Emídio Marcolino de Melo, José Macabeu, Joaquim de Vasconcelos, Luís de França Guaju, Secundino Câmara, Antônio Calixto, entre outros. Muitos desses jovens iniciaram sua vida teatral cedo, alguns por volta dos doze ou treze anos de idade, mas, nem por isso, considerados crianças, estavam já na fase da mocidade e podiam vestir suas calças compridas.

Além dessas Companhias, outros grupos de teatro amador também fizeram parte do cotidiano da cidade, encenando suas peças em lugares improvisados, como os galpões da Ribeira, ou em barracões de palha, quase todos terminados em cinzas após arderem em chamas.

Apenas em 1880, Natal ganhou sua primeira construção exclusiva para esse fim. Tratava-se do “Teatro Santa Cruz”, construído por iniciativa particular do comerciante João Crisóstomo de Oliveira. O prédio estava localizado na Travessa Visconde Inhomirim, atual Rua João Pessoa. De acordo com Cascudo, o Teatro Santa Cruz acabou se tornando o centro da vida cultural e política da cidade, sendo palco de importantes debates sobre questões abolicionistas e republicanas. Além disso, foi a primeira vez que se registrou a frequência de famílias tradicionais da cidade nos espetáculos, até mesmo o presidente de província esteve presente no momento de sua inauguração. Também é possível atribuir ao Teatro Santa Cruz determinado caráter cívico. Como os demais teatros espalhados pelo país, havia o costume de, antes dos espetáculos, executarem o Hino Nacional. A própria ornamentação contava com bandeiras e imagens do Imperador D. Pedro II.

A seleção dos espectadores ficava aos cuidados de Antônio Gomes de Leiros, também porteiro da Câmara Municipal de Natal, que além do recebimento das entradas, *espantava a molecagem dos tabuleiros para que as famílias chegassem*<sup>89</sup>. O que nos leva a pensar que, ao contrário dos outros teatros de rua, o Santa Rosa não esteve aberto à participação de todos interessados nos espetáculos, nem mesmo para aqueles que podiam pagar.

A partir daí, o teatro ganhou fôlego e virou instrumento de educação e exemplo de ações solidárias. A inauguração posterior do Teatro Carlos Gomes, em 24 de março de 1904, nos dá mostras desse caráter. A peça que seria encenada na ocasião de sua inauguração fora escrita pelo educador Henrique Castriciano sob o título de “A promessa”. Ao contrário de outras encenações, *A promessa* contou apenas com a participação do público infantil, responsável por dar vida aos vários personagens criados por Castriciano. A peça, considerada *indispensável para toda família*, também tinha um propósito nobre. Toda a renda arrecadada com os ingressos vendidos do espetáculo seria destinada à assistência aos flagelados da seca e à compra de *450 vestidinhos que foram entregues aos pobres*<sup>90</sup>.

As três primeiras décadas do século XX foram assinaladas também por um teatro feito por e para crianças. Algumas peças infantis tiveram grande destaque na cidade, como a *Revista escolar* de Carolina Wanderley, *A promessa*, de Henrique

---

<sup>89</sup> CASCUDO, Luís Câmara. **Nosso amigo Castriciano**. Natal: EDUFRRN, 2008, p. 62.

<sup>90</sup> CASCUDO, Luís Câmara. op. cit., 1980, p. 201.

Castriciano, *O menor dos meus irmãos*, *Amor de mãe*, *Um lobo na Festa* (peça adaptada do conto Chapeuzinho Vermelho), *Uma visita à Escola Doméstica*, todas feitas por Santa Guerra na década de 1920. *Dramas escolares*, de Sinhazinha Wanderley e Maria Carolina Wanderley Caldas, *Romance na Primavera* e *Nos jardins do Palácio*, de Stella Wanderley Benevides em 1927 e 1930, respectivamente. Quase todas as peças infantis eram escritas por mulheres, salvo raras exceções.

A vida cotidiana se tornou um dos temas principais das peças teatrais, vistos em sua maioria, através do estilo cômico ou satírico. São exemplos: *Natal em camisas*, de Segundo Wanderley, *A moda na Roça*, de Stella Wanderley, *A republica dos bichos* e *Como isto aqu' sta mudado*, ambas de Ezequiel Wanderley<sup>91</sup>. As peças eram muitas e de caráter o mais variados possível, não cabendo aqui uma análise mais profunda sobre a temática.

Além do teatro, Natal pôde contar, a partir da virada do século, com uma nova invenção recém criada na Europa – o “cinematógrafo lumieriano”. A novidade foi trazida por Nicolau Parente em 16 de abril de 1898. O local escolhido para a exibição da nova tecnologia foi a Rua do Comércio na Ribeira e a projeção das cenas se deu no interior de um depósito de açúcar. Era a primeira vez que a população entrava em contato com uma diversão produzida por meios mecânicos.

A novidade foi tanta que o público, ao invés de virar-se para frente onde estaria a projeção, se pôs diante do projetor esperando ver algo dentro dele<sup>92</sup>. O jornal “A Republica”, em 19 de abril de 1898, tratou de noticiar o quanto a população havia se agradado do novo espetáculo e que aquela passava a ser uma *das melhores diversões que temos gozado nessa capital*.<sup>93</sup> O público se maravilhava com a capacidade que aquela máquina tinha de produzir imagens que davam a impressão do real. Um comentarista de “A Republica” exaltava a naturalidade com que eram representadas todas as cenas, dando *a ilusão de muita naturalidade*.<sup>94</sup>

É importante ressaltar que, para muitos, aquela havia sido a primeira vez que puderam vislumbrar imagens e pessoas de outros lugares, terras distantes que muitos

---

<sup>91</sup> Ver: OTHON, Sônia Maria Oliveira. **Dramaturgia da cidade dos Reis Magos**. Natal: EDUFRN, 1998.

<sup>92</sup> FERNANDES, Anchieta. **Écran Natalense: capítulos da história do cinema em Natal**. 2 ed. Natal: Sebo Vermelho, 2007, p. 28.

<sup>93</sup> Apud: FERNANDES, Anchieta. Op. cit., p. 29.

<sup>94</sup> Ibid., p. 31.

sequer haviam tido notícia. Os filmes, em sua maioria, traziam notícias de longe, não só da Europa, mas também do recém-conquistado “Oriente”. A celebração do progresso também foi temática recorrente dos filmes exibidos. Fizeram sucesso entre a população “Um corcel manhoso”, “Uma ponte em construção”, “Dança no Egito”, “Uma chistosa dança Tirolesa”, “Elefantes com carga na Índia”, “Cortejos dos costumes dos antigos germanos”, “Trajeto de romanos e abíssínios”, “Carnaval em Veneza”<sup>95</sup>, dentre muitos outros. Pelos títulos é possível perceber que muitos desses filmes também se constituíam como uma espécie de documentário: imagens de pontes em construção, história de povos antigos, costumes estrangeiros.

Ainda no ano de 1898 os natalenses tiveram outras experiências com as artes visuais. Chegava a Natal Ernesto Acton, trazendo as novidades do Kaleidoscópio e do cinematógrafo. Um pouco diferente das exibições realizadas por Parente Acton, os filmes exibidos por essa companhia privilegiava as produções norte-americanas, além da primeira apresentação de um filme religioso - “A vida e Paixão de Cristo”, que foi amplamente divulgado e comentado pelo jornal A República em 23 de novembro de 1898. Dentre os assuntos discutidos no jornal, uma parte merece a nossa atenção, pois já nos fornece alguns indicativos dos impactos causados na sociedade pelo cinema. No artigo intitulado “O cinematografo”, publicado em 24 de novembro de 1898, o autor concluía sua análise indicando o novo entretenimento como uma forma bastante diversa das antiquadas práticas de lazer a que os natalenses tinham acesso.

Em suma, as exibições do cinematógrafo são um espetáculo digno da apreciação do nosso público, a quem as recomendamos como uma diversão agradável, instrutiva e infinitamente superior aos cavalinhos, aos paus de sebo e quejandas borracheiras a que está habituado.<sup>96</sup>

É possível perceber através da fala do articulista o quanto algumas manifestações da diversão tradicional, *como cavalinhos, paus de sebo e as quejandas*, aos poucos iam adquirindo um sentido de atraso, inadequados aos tempos modernos que a sociedade e a própria cidade buscavam alcançar. Também é possível

---

<sup>95</sup> Ibid., p. 33.

<sup>96</sup> O cinematografo. **A Republica**, Natal, 24 novembro 1898. Apud: FERNANDES, Anchieta. op. cit., p. 43.

perceber como, nesse momento, o progresso se opõe dicotomicamente à tradição, tida como velha e ultrapassada. A existência de um novo momento só seria possível através da total aniquilação do outro, considerado “infinitamente inferior”.

O cinema aos poucos foi ocupando o lugar que anteriormente pertencia ao teatro enquanto forma preferida de diversão na cidade. O próprio Teatro Carlos Gomes hospedará o Cinema Natal a partir de 1909. Essa fase foi dividida por Anchieta Fernandes em quatro etapas distintas, a primeira fase foi a do *bioscópio*, em abril de 1906; a segunda corresponde ao cinematógrafo falante, em novembro de 1906; a terceira foi a fase do Cinema Natal, em 1909; e por fim a fase em que o teatro se transformou em Cine-Teatro Carlos Gomes, em outubro de 1928.

Após as apresentações realizadas, em 1898, por Ernesto Acton, Natal ficou sem o entretenimento do cinema. Foi apenas em 1906 que uma companhia cearense, A Empresa Bioscope, chegava à cidade pra mostrar suas diversões. Na noite de 7 de abril, o Teatro Carlos Gomes foi totalmente iluminado pelos motores da Empresa. Os ingressos para o espetáculo oscilaram entre 15\$000, camarotes de frente e 1\$000 para os lugares da “geral”. Todos os ingressos foram comprados e o Teatro ficou lotado de espectadores curiosos. Dentre as projeções estavam a imagem de personagens ilustres, como o Marechal Floriano Peixoto, o Barão do Rio Branco, o Almirante Saldanha da Gama, Victor Hugo e Santos Dumont<sup>97</sup>.

As imagens desses personagens pareciam falar sobre novos tempos. Tempos republicanos e diplomáticos personificados pelas figuras do Marechal proclamador da República e do Barão do Rio Branco, homem de letras e figura importante da diplomacia brasileira. Tempos de patriotismo encarnado pelo Almirante vitorioso da Guerra do Paraguai e dos conflitos com o Uruguai. Tempos de cultura letrada, representada por um dos grandes nomes da literatura francesa. E, por fim, tempos de ciência, ciência e progresso da grande invenção de Santos Dumont.

Entrado o ano de 1909, o Teatro Carlos Gomes passava a hospedar o “Cinema Natal” que, pela constância de exhibições, pode ser considerado o primeiro cinema da cidade. A chegada desse cinema foi tida como o começo de uma nova era, até mesmo a vinda de seu equipamento de projeção foi anunciada pela imprensa local como um grande acontecimento. As novidades foram muitas, entre elas uma ampla

---

<sup>97</sup> Ibid., p. 47.

variedade de filmes, que o dono garantia não se tratar de nenhuma repetição, além de sessões exclusivas para as crianças da cidade. Em nota, “A Republica” de 23 de agosto de 1909, apenas dois dias após a inauguração do cinema, proclamava a seção infantil:

Esteve em nosso escritório um dos representantes da firma Juvenal & Cia., proprietária do Cinema Natal, e informou-nos de que na próxima quarta-feira haverá um espetáculo especial destinado às crianças. Serão exibidas fitas principalmente agradáveis à petizada, começando o espetáculo às 6 hs para terminar às 8 da noite. As entradas custarão 500 réis e não haverá distinção de cadeiras e camarotes<sup>98</sup>.

Esse fato veio significar o estabelecimento da importância dada ao público infantil que, desse momento em diante, passava a ter uma sessão exclusiva, demonstrando a consciência de uma total distinção não apenas entre filmes aconselhados para crianças, como também de um horário mais propício para elas estarem nas ruas. Também podemos atribuir a esse episódio uma das primeiras manifestações em que a criança foi vista como membro separado da família. Não se tratava de filmes familiares, mas de filmes exclusivos para o indivíduo “criança”, que até então constituía com a família um todo homogêneo.

O ano de 1911 também foi um marco importante para a capital, era a chegada da energia elétrica e com ela novas possibilidades de diversão. Em 8 de dezembro do mesmo ano, era inaugurado o novo cinema da cidade, se constituindo muito mais como um complexo de diversões do que em simples sala de projeção. Possuía salas de jogos, serviço de bar, sorveteria e palco para representações teatrais. O nome foi sugerido pelos leitores do jornal “A Republica” através de um concurso realizado pelo Srs. Gurgel & Paiva. Assim o jornal respondia ao pedido dos empresários para a realização da seleção dos possíveis nomes para o cinema: *Acedendo de bom grado aos desejos dos srs. Gurgel & Paiva, que tão solícitos se mostram em dar a sua casa de diversões uma feição inteiramente nova, digna da cidade que habitamos.* A descrição que o jornal fazia sobre o cinema é ainda mais enfática quanto ao seu caráter de novidade:

---

<sup>98</sup> **A Republica**, 23 agosto 1909. Apud: FERNANDES, Anchieta. op. cit. p. 59-60.

Não será demais lembrarmos, antes de tudo, que se trata de um estabelecimento sem rival em nossa terra, pela variedade de serviços que vai manter, achando-se para isso, aparelhado de todos os elementos necessários.<sup>99</sup>

Passado o momento de deslumbramento com o cinema, ele se tornou alvo de outros olhares. É possível atribuir ao cinema impactos na vida cotidiana da cidade antes nunca sentidos. A própria elite intelectual de Natal, entre eles educadores de renome, viu no cinema uma forma importante de combate à ignorância e de educação da população. Na revista *Educação* dirigida por José Augusto Bezerra de Medeiros, é possível vislumbrar esse pensamento. Em artigo intitulado *O cinema a serviço da educação*, o professor Christovam Dantas identificava o cinema como uma das armas mais potentes do século:

Ninguém ousará sonegar que a eclosão do cinema moderno trouxe também um período de imensas e desejáveis modificações na constituição íntima de cada grupo ethnico. São incalculáveis as suas possibilidades, pelas realizações do momento e pelas propheticas do futuro podemos, sem hyperbolismo ou exagero, consideral-o como uma das mais potentes armas do século contemporâneo.<sup>100</sup>

Mas, se por um lado o cinema poderia ser um instrumento proveitoso para a educação, poderia se constituir também em um grande inimigo dela! A tela cinematográfica quando usada corretamente tinha a capacidade de concretizar na mente das crianças todas as lições, se constituindo como um excelente instrumento pedagógico, exceto pelo que o professor Antonio Fagundes destacava como o “cinema comum”, que deveria ser amplamente proibido para os olhos infantis.

Em que nem sempre os assuntos e o desenrolar do drama filmado encerram fundamentos de moral pura; algumas vezes até reproduz

---

<sup>99</sup> **A Republica**, 24 outubro 1911. Apud: FERNANDES, Anchieta. op. cit. p. 78.

<sup>100</sup> DANTAS, Christovam. O cinema a serviço da educação. **A Educação**: revista mensal dedicada a defesa da instrução no Brasil, ano I, n. 3. Rio de Janeiro, outubro 1922, p. 207.

trances violentos e bruscos, licenciosidades de costumes, maus exemplos, deve ser evitado em absoluto.<sup>101</sup>

Além disso, a capacidade de reproduzir o real que o cinema proporcionava não permitia à criança uma percepção mais criteriosa de que muitas temáticas abordadas pelos filmes eram pura ficção. *O cinema, com fitas impressionantes, em que se desenrolam cenas de fundo moral corruptor dos sentimentos, de trances agudos e de baixa moralidade, tem sido dos mais nocivos fatores de dissolução dos costumes sociais.* Para o professor Antonio Fagundes, o cinema constava como sendo um dos “tóxicos sociais”<sup>102</sup>, se igualando inclusive ao alcoolismo.

## 6. A defesa por uma cultura escrita e uma sociedade leitora

As primeiras décadas do século XX em Natal também viram florescer a atividade literária, tanto através da imprensa escrita, quanto através da publicação de livros, apesar da existência, desde a segunda metade do século XIX, de periódicos locais destinados tanto a manifestações de caráter político, quanto de cunho educacional, como por exemplo, “O Nortista” (1849 – 1891), “O Brado Natalense” (1849), “O Estudante” (1860-1861), “Recreio (1861), “O Professor” (1861), entre outros. Câmara Cascudo destaca que a vida intelectual na cidade teve como expressão natural o *jornalismo político* e como processo de exteriorização literária, *a modinha*.

A presença do jornalismo político foi muito marcante nas últimas décadas do século XIX, com jornais produzidos ora pelo Partido Conservador, *os nortistas*, ora pelo Partido Liberal, *os sulistas*. Quanto aos conteúdos, em sua maioria, estavam presentes zombarias e ataques diretos aos seus adversários. A maior parte desses jornais teve vida curta, alguns contanto com apenas um exemplar.<sup>103</sup>

---

<sup>101</sup> FAGUNDES, Antonio. O cinema na escola. **Educação e ensino**: crônicas publicadas no jornal “A Republica” pelo professor Antonio Fagundes, Diretor Geral de Educação do Rio Grande do Norte. Natal: Imprensa oficial, 1940, p. 51. Apesar de a coletânea datar de 1940, as crônicas publicadas pelo professor no jornal A Republica foram escritas em sua maioria na década de 1910.

<sup>102</sup> Ibid., p. 108.

<sup>103</sup> CASCUDO, Luís Câmara. op. cit., 1980, p. 370.

Os primeiros jornais de caráter não político que temos notícia foram *O Natalense* e *O Estudante*, (1861); ambos traziam as primeiras letras impressas de poetas locais.

A vida literária da cidade entre os séculos XIX e XX estava organizada em torno das Associações Literárias, locais onde se reuniam grandes nomes considerados a elite intelectual natalense. Tinham destaque o *Grêmio Polimático*, constituído por nomes como Alberto Maranhão, Antônio de Souza, Henrique Castriciano, Pedro Avelino, e que tinham na revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte seu principal veículo de discussão; o *Congresso Literário*, cujo órgão na imprensa era *A Tribuna*, uma revista de cultura que buscava fazer análises e discussões de assuntos mais densos; e, por fim, o Grêmio Literário *Le Monde Marche*. De acordo com P. de A. Pessôa de Mello, esta era uma agremiação *mais jovem e mais pobre, possuindo como capital uma grande dose de idealismo e um nobre anseio de vencer*<sup>104</sup>. Seu órgão na imprensa era *O Oasis*, cujas características são descritas por Cascudo por seu aspecto de *mocidade, inexperiência e transparência*.<sup>105</sup>

Após a virada do século, a imprensa aos poucos foi adquirindo nova feição, apesar de ainda guardar relações com os assuntos políticos com *A Republica*, jornal criado por Pedro Velho, que se constituía como a imprensa oficial do Estado republicano e, seu opositor, o *Diário de Natal*, periódico que trazia como *slogan* o apoio ao verdadeiro sentimento republicano. Contudo, essa *moderna imprensa*, que passava a surgir estava cada vez mais voltada para os amplos aspectos da vida social, ao mesmo tempo em que diversificava seu público leitor. Questões ligadas às reformas na cidade e ao comportamento da população apareciam ao lado de outras que anunciavam a venda de produtos e serviços. Artigos de escritores, poetas, médicos, educadores, advogados, entre outros, emitindo alguma apreciação especializada se tornavam cada vez mais comum nesses jornais.

Esta diversidade de matérias também podia ser percebida através do surgimento de uma imprensa dedicada exclusivamente às mulheres e feita por elas, cujo maior exemplo no período foi a revista *Via-Láctea*, dirigidas pelas primas Palmyra e Carolina Wanderley, publicada entre os anos de 1914-1915. Do mesmo

---

<sup>104</sup> MELLO, P. A. Pessôa. op. cit., p. 17.

<sup>105</sup> CASCUDO, Luís Câmara. op. cit., 1980, p. 379.

modo, instituições como a Igreja Católica, associações literárias, ligas religiosas e de jovens viam também nos jornais um meio profícuo de difundir seus interesses e preocupações.

Os jornais também estavam cada vez mais abertos a assuntos do restante do país e do estrangeiro. O aparecimento de colunas dedicadas a conteúdos nacionais e de outras partes do mundo, possibilitado pelo advento dos serviços das agências de notícias, proporcionava ao leitor a disponibilidade de informações que extrapolava os limites geográficos da cidade e do próprio Estado.

A produção literária da cidade durante muito tempo girou em torno dos mecenas políticos que, de certa forma, acabavam monopolizando as próprias produções. O pesquisador Humberto Hermenegildo chama atenção para uma importante atitude encabeçada por Henrique Castriciano junto ao governador Alberto Maranhão de incentivo à cultura e à produção literária local, voltado não só para as manifestações artísticas como também para a tentativa de construção da história da própria cidade e do Estado. O pesquisador considera Castriciano como a principal referência cultural do período de transição entre os séculos e destaca a lei nº 145, de 6 de agosto de 1900, como um marco para o desenvolvimento cultural norte-riograndense. Através de sua influência junto ao governador Alberto Maranhão, Castriciano criou a lei, única no Brasil, que mandava editar livros úteis à cultura do Estado.<sup>106</sup>

Os esforços de Henrique Castriciano, nesse período, giraram em torno da construção de uma possível cultura potiguar, tentando resgatar antigas figuras da vida cultural natalense como o poeta Lourival Açucena, através de vários artigos publicados sobre ele no jornal *A Republica*. Alguns livros também ganharam publicação, entre eles o de versos *Terra Natal*, do poeta Ferreira Itajubá. Ajudou nas pesquisas, através de levantamentos e coletas de dados sobre a vida e a obra de Nísia Floresta, além de ressaltar a importância de outras figuras ilustres da cultura local, como Segundo Wanderley e sua irmã, a poetiza Auta de Souza.<sup>107</sup>

A fase que se estendeu entre os anos de 1918 e 1922, de acordo com Cascudo, foi de intensa movimentação literária:

---

<sup>106</sup> ARAÚJO, Humberto Hermenegildo. **Modernismo anos 20 no Rio Grande do Norte**. Natal: Editora da UFRN, 1995, p. 22.

<sup>107</sup> *Ibid.*, p. 22-23.

A Campanha política de José da Penha, grande orador, jornalista e crítico, dera a nova tonalidade mental ao ambiente tornado repercutor de altas vozes renovadoras. Dezenas de jornais passaram discutindo, sugerindo, discordando, com a insolência intelectual que denunciava independência, rebeldia, inquietude<sup>108</sup>.

Em relação a uma produção literária infantil, com exceção de alguns livros didáticos adotados nas escolas públicas e particulares, nenhuma publicação literária local foi encontrada, salvo alguns artigos publicados no jornal *A Republica* em 1908, numa seção que tinha como título *Para crianças*.

A ausência de uma literatura destinada às crianças não era um problema exclusivo da capital norte-rio-grandense, pois mesmo nos grandes centros do país como, por exemplo, o Rio de Janeiro, essa literatura era quase inexistente, com publicações esporádicas de algumas adaptações das histórias européias, entre elas *Robinson Crusóé*, e *As aventuras pasmorosas do Barão de Munhausen*, estas ainda no início do século XIX. Contudo, pela sua tiragem não podemos considerá-la como o início de uma produção literária infantil. Essa realidade estendeu-se até o início do século XX. Todas as produções literárias infantis desse período estiveram fortemente influenciadas pela literatura europeia, não só nos textos acima citados, como também em traduções e adaptações dos contos de fadas dos irmãos Grimm, de Perrault e de Andersen, destacando-se os *Contos da Carochinha*, de 1894, coletânea produzida por Figueiredo Almeida, inaugurando a Biblioteca Infantil Quaresma no Rio de Janeiro; e a partir de 1915, a inauguração da Biblioteca Infantil da Editora Melhoramentos, sob a direção do educador Arnaldo de Oliveira Barreto e tendo *O Patinho Feio* como o primeiro volume da coleção.<sup>109</sup>

Em Natal, a literatura infantil, como nas outras cidades do país, se confundiu muitas vezes com uma literatura pedagógica, ficando a leitura das crianças, quando estas eram alfabetizadas, muito restrita à indicação das leituras escolares, como por exemplo, as cartilhas. Temos notícia de uma Biblioteca Infantil localizada no Grupo Escolar Frei Miguelinho, que passou a funcionar a partir de fevereiro de 1918. Sobre

---

<sup>108</sup> CASCUDO, Luís Câmara. op. cit., 1980, p. 382.

<sup>109</sup> Para maiores informações sobre a literatura infantil brasileira ver: LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **Literatura Infantil Brasileira**. 6 ed. São Paulo: Ática, 2005.

o seu acervo não temos informação, apenas que esta biblioteca estava aberta às crianças do bairro do Alecrim e aos alunos do próprio grupo.<sup>110</sup>

Apesar da quase total ausência de livros infantis, justificada também pelo fato da própria incapacidade de ler das crianças norte-rio-grandenses, é possível perceber uma tradição de contos baseados na oralidade, em que algumas histórias infantis eram relatadas às crianças. Magdalena Antunes em suas memórias lembra-se de que quando criança era reunida junto com os irmãos em torno da “*bondosa escrava*” que nas noites calmas do Oiteiro passava a contar histórias de Trancoso, invariavelmente começadas por “*Foi um dia...*”. Entre as histórias estavam um misto de cantigas folclóricas como *A da madrasta que cortou os cabelos da menina porque deixou o passarinho comer os figos da figueira*, com histórias que remetiam aos contos de fadas europeus, como histórias de *príncipes encantados e Maria Borradeira*.<sup>111</sup>

Outra opção seria a importação de livros vindos de Pernambuco. Clementino Camara destacou que em 1894, então com 7 anos, contava com as idas ao Recife de seu conhecido Zacarias, a quem fazia encomendas de toda literatura de que tinha notícia, *Princesa Malena, Donzela Teodora, Roberto do Diabo, Bertoldinho, O Marujo Vicente, etc.*<sup>112</sup>

Em relação aos contos publicados no jornal “A Republica”, destinados ao público infantil, temos uma literatura fortemente marcada por valores morais, muito próximos dos valores cristãos. A maioria deles trazia como temática principal a relação de convivência entre a mãe, quase sempre solteira e doente, e seus filhos, todos pobres e famintos. O tom desses contos era sempre triste e, destarte dificilmente seriam indicados como uma leitura saudável à criança, parecendo, muitas vezes, como textos destinados antes à um público feminino. Em *A urna das lágrimas*, de autoria de Guerra Junqueiro, por exemplo, a mãe viúva chora a perda da filha doente:

Era uma vez uma viúva, que tinha uma filhinha muito linda, a quem adorava sobre todas as coisas. Não se separava d’ella um só momento; mas um dia a pobre pequerrucha começou a soffrer, adoeceu e morreu. A desditosa mãe, que tinha passado as noites e os dias, sem repousar um momento, á cabeceira da filha, julgou

<sup>110</sup> **Boletim de Instrução.** Anno II, Num. I. Natal, fevereiro de 1918.

<sup>111</sup> ANTUNES, Magdalena. op. cit., p. 78.

<sup>112</sup> CAMARA, Clementino. op. cit., p. 47.

endoidecer de magua e de saudades. Não comia, não fazia senão chorar e lamentar-se. Uma noite em que estava acabrunhada, chorando ao mesmo sitio em que a filha tinha morrido, abriu-se de repente a porta do quarto e viu-se apparecer a Ella, a sua querida filha, sorrindo com uma expressão angélica e trazendo nas mãos uma urna, que vinha cheia até as bordas. - Oh! Minha querida mãe, disse-lhe Ella, não chores mais. Olha, o anjo das lagrimas recolheu as tuas nesta urna. Se chorares mais, transbordará, e as tuas lagrimas correrão sobre mim, inquietando-me no tumulto e perturbando a minha felicidade no paraizo. A pequenina desapareceu, e a mãe não tornou a chorar para não a affligir.<sup>113</sup>

Em outro conto, o autor ressaltava o valor do trabalho como instrumento de salvação dos espíritos pobres e transformação do indivíduo. A prática de esmolar não parecia algo justificável ao ver dele, nem mesmo para os miseráveis. Podemos citar o conto *O Rato*, escrito por Coelho Netto, como um bom exemplo dessa literatura. A associação da imagem da criança à mais vil criatura, o rato, se justificava por uma vida levada sem grandes aspirações. De constituição saudável, o garoto de nove anos vivia de esmolos para ajudar a sustentar a mãe paralítica. Contudo, o menino era alvo constante de chacotas e xingamentos dos outros *cegos, paralíticos e aleijados* que também esmolavam na porta da Igreja. Em contrapartida, e representando o seu oposto, um menino acompanhado de seu avô se compadece da situação de seu par, e pede ao avô que lhe dê algum trocado. Envergonhado pela situação em que se encontrava, finalmente o *rato* se tornava capaz de tomar uma atitude que mudaria sua vida para sempre

Olhei, e vi que elle me estendia a moeda. Estive para recusar, mas olhava-me com tanta meiguice que não tive animo. - Recebi-a, agradei e guardei-a. Logo, porém, que os vi entrar na igreja, tirei a do bolso, dei-a a um velho cego que estava sentado perto de mim e, desci. Desci os degraus, disposto a voltar para casa, mamãe, mas lembrei-me de ti, lembrei-me de que nada havia em casa e pensei em pedir trabalho em algum logar... Foi então que encontrei o Vicente com um maço de jornaes, apregoando. Pedi-lhe alguns e, fazendo como elle, fui vendendo, e, com tanta felicidade que não me ficou um só. Elle, então, ficou de arranjar-me maior quantidade para hoje e não mentiu. Passei o dia todo vendendo jornaes, primeiro os da manhã, depois os da tarde; e á noite o Vicente convidou-me para acompanhal-o até a porta do Lyceu, onde aprende, e onde eu quero que a mamãe me faça entrar, para que eu não ande a pedir aos outros que me ensinem a apregoar as noticias

---

<sup>113</sup> JUNQUEIRO, Guerra. A urna das lágrimas. **A Republica**, p. 2. Natal, 27 julho 1908.

dos jornaes. Hoje ganhei mais do que hontem; e estou contente, mamãe, porque ninguém me tomou por um vadio.<sup>114</sup>

A mensagem do conto paira em torno de duas qualidades essenciais para o autor, e que somente por elas seria possível a transformação do rato em uma criança respeitada e de princípios, se aproximando da outra que havia lhe dado a esmola. O trabalho e a escola assumem lugar de destaque como aspectos indispensáveis na construção da identidade infantil que aos poucos ia se tornando regra.

Assim como o cinema se tornou posteriormente alvo de comentários, fosse ressaltando a sua função positiva na educação das crianças ou destacando seu caráter funesto nesse quesito, a literatura destinada a leitura infantil também o foi. Se por um lado Henrique Castriciano considerava os contos infantis e as histórias para crianças como ilusórios, sem aplicação, falsos e mentirosos<sup>115</sup>, por outro, o professor Afranio Peixoto escrevia na revista *A Educação* um artigo exclusivamente dedicado a literatura infantil, suas características e suas benesses incalculáveis ao desenvolvimento e à transformação da criança em grandes homens.

Pois esses poetas, reformadores, romancistas, apóstolos, só são grandes, quando a imaginação de adultos lhes sobrou dessa infância maravilhosa... estou convencido que todos os francezes escrevem com facilidade um conto ou um romance, divertido ou curioso, porque na infância todos ouviram e leram as historias de Perrault, da condessa d'Aulnoy, de mme. De Beaumont, da condessa de Seguir... Não estou longe mesmo de me convencer que as Viagens de Gulliver, de Swift, ou o Robson Crusoe, Defoe, deram e dão aos inglezes essa independência do velho lar, que elles desertam para melhor servil-o, pelo vasto mundo (...). Portanto, primeiro a realidade dos grandes, mas também a super-realidade da fantasia, o sobre natural, a fada, a velha Cunda, as varinhas magicas, o milagre, o symbolo, a alegria, Nosso Senhor disfarçado em mendigo, objectos maravilhosos, palavras encantadas... são o “Abre-te, “sésamo” desses pequeninos corações.<sup>116</sup>

O crescimento dessa imprensa e da literatura esteve ligado ao aumento da escolarização, fator importante de mudança de uma cultura ainda marcada pela

<sup>114</sup> NETTO, Coelho. O rato. **A Republica**. Natal, 18 julho 1908, p. 1.

<sup>115</sup> CASTRICIANO, Henrique. Minha terra e minha gente: homenagem a Afranio Peixoto. In: ALBUQUERQUE, José Geraldo. op. cit., p. 39.

<sup>116</sup> PEIXOTO, Afranio. Literatura infantil. **A Educação**: revista mensal dedicada a defesa da instrução no Brasil. p. 201-202. Ano I. Num. 3. Rio de Janeiro, outubro 1922.

oralidade, para uma cultura cada vez mais voltada para a escrita. Assim, dentro de um plano sociológico, esta mudança, como demonstra Giddens, significou uma transição de um mundo ainda muito marcado pela tradição para um mundo moderno, mais aberto às mudanças. De acordo com o autor, a tradição se constitui como *uma maneira de lidar com o tempo e o espaço, que insere qualquer atividade ou experiência particular dentro da continuidade do passado, presente e futuro, sendo estes por sua vez estruturados por práticas sociais recorrentes.*<sup>117</sup>

Desta maneira, é possível considerar a importância da obtenção das informações em outros meios, como jornais, revistas, teatro, cinema etc., como uma possibilidade que faz com que as práticas sociais possam ser constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, às quais uma cultura baseada na oralidade não permitia.

---

<sup>117</sup> GIDDENS, Anthony. op. cit., p. 44.

### *A Infância Idealizada: criança escolarizada como futuro cidadão*

Conforme demonstramos no capítulo anterior, a cidade de Natal entre as últimas décadas do século XIX e o início do século XX, foi assinalada pelas tentativas, fossem elas públicas ou privadas, de incentivar uma vida social mais voltada para a vivência na cidade do que para o interior dos lares. Essas tentativas também coincidiram com o início do período republicano e tiveram nos primeiros governantes seus principais incentivadores.

Chamar as pessoas para a cidade implicava também oferecer a elas não só uma vida pública prazerosa, com opções de lazer e divertimentos, mas também de criar instituições que dessem à cidade legitimidade e que, por outro lado, fossem responsáveis pelo próprio desenvolvimento do conceito de cidadania, ligando os indivíduos, seja afetivamente, culturalmente ou socialmente, à cidade, auxiliando, dessa forma, a construção da ideia do que deveria vir a ser o cidadão natalense. Nesse sentido, é importante pensar a cidadania como incluindo todas as modalidades possíveis de relações estabelecidas entre os cidadãos, o governo e todas as instituições do Estado<sup>118</sup>.

Por outro lado, o desenvolvimento urbano implicava também a indução de novos padrões de comportamento social, mudando de maneira sensível a rotina de vida dos indivíduos. Dessa maneira, é possível pensar essas instituições como sendo parte de um aparato que, em certa medida, tinha como uma de suas responsabilidades, direta ou indiretamente, a normatização da vida coletiva, fosse através da força - se pensarmos as instituições policiais, ou fosse através da indução - se nos ativermos às instituições educativas, em especial o que veio a se constituir

---

<sup>118</sup> CARVALHO, José Murilo. **Nação e cidadania no Império**: novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 10.

como o modelo de escola urbana e que carregava em seu interior as principais aspirações republicanas: os Grupos Escolares.

Ainda nesse sentido, e seguindo o que acontecia em outras cidades brasileiras, o início da República em Natal trouxe em sua gênese o ideal de produção de uma sociedade moderna e civilizada e a infância foi tomada como peça central nesse processo. Para tanto, a educação da infância centrou-se em três eixos principais. O primeiro consistia no tratamento da infância e da sua educação como sendo indispensáveis para a produção da nação moderna e civilizada; o segundo eixo caracterizava a Pedagogia como conhecimento especializado<sup>119</sup> que, como outras ciências, tomaram a infância como seu objeto de estudo, através de um processo de desqualificação das práticas familiares, não só no que diz respeito aos cuidados com os filhos, como também, sua educação; por fim, a educação passava a ser considerada um meio de ordenamento das práticas sociais, através da “submissão” e da educação moral da infância.

À escola caberia, portanto, difundir os valores e comportamentos que seriam a base da nova nacionalidade - República e educação escolar estavam intrinsecamente ligadas à idéia de civilização e crença do progresso.

Nos diversos censos realizados no Brasil, a situação do Rio Grande do Norte, no que dizia respeito à Educação, se apresentava bastante desoladora, isso porque o Estado encabeçava a última colocação, fosse em relação ao número de escolas, de professores, de alunos matriculados, ou de frequência real, mesmo que esses censos não viessem a ser fontes confiáveis pela própria dificuldade em levantar esses dados, devido à ausência de uma fiscalização séria e contínua. É possível também concordar com tal quadro, sobretudo se nos debruçarmos sobre a documentação encontrada no período, fossem estes documentos oficiais ou da imprensa local. As denúncias em torno da precariedade da educação potiguar era lugar comum nas críticas endereçadas aos órgãos competentes. O fato era que a Educação no Estado necessitava muito mais do que melhorias, ela exigia um início.

Junto com a seca, a Educação constituía assunto de grave urgência a ser resolvido pelos novos líderes do Estado. Na primeira mensagem republicana de governo, datada de 8 de fevereiro de 1890, já podemos ter um esboço da situação do

---

<sup>119</sup> Que pode ser percebido através do crescente número de estabelecimentos voltados para a formação e qualificação dos profissionais da educação - as Escolas Normais.

ensino público no Rio Grande do Norte. De acordo com o relatório de Adolpho Affonso da Silva Gordo, *o estado da Instrução Publica enche-nos de verdadeira humilhação. Não temos escolas, como não temos professores. Não temos, enfim, instrução*. Como tentativa de resolver essa situação desoladora em que se encontrava a educação pública, o mesmo governador tentava delinear as bases para se promover uma reforma nesse setor, trazendo como principais propostas: a criação de uma escola normal, organizada de modo a preparar bem o mestre; a descentralização do ensino primário, tirando o professor da ação do governo para colocá-lo sob a fiscalização de comissões locais; garantir o pagamento com regularidade e conforme atestado na receita do orçamento destinado à Educação, decretado em 20 de dezembro de 1889; decretar um imposto anual de mil réis, sobre todos os indivíduos, para ser destinado ao *fundo escolar*; dar autorização para que as coletorias pusessem essa quantia à disposição dos conselhos municipais, visando ao pagamento do professorado; e, por fim, a criação de um Conselho Superior para dirigir tudo quanto dizia respeito à instrução publica<sup>120</sup>.

As propostas, portanto, se dirigiam para os problemas mais recorrentes quando o assunto era instrução, ou seja, oferecer uma educação contínua e criar meios que garantissem o pagamento do quadro de professores e a sua formação. É importante destacar que, nesse momento, a primeira preocupação, como também os primeiros esforços, voltavam-se para a educação primária, tida como indispensável à formação de indivíduos educados e que se pretendia universal, o que deslocava todas as atenções para as diversas fases da infância que, de acordo com os estudos da psicologia da época, estaria dividida em três fases. Do 0 aos 2 anos, em que a criança atravessaria uma fase de total passividade, reagindo apenas aos instintos mais primitivos, como a dor e a fome; dos 2 aos 7 anos, caracterizada pelo despertar da criança para o mundo exterior, e portanto, bastante propícia à educação sensorial e à atividade pré-escolar; por fim, a fase que iria dos 7 aos 10 anos aproximadamente, fase essa em que a criança estaria apropriada ao início da vida escolar propriamente dita, estando mais voltada para o universo dos educadores do que para a atenção dos

---

<sup>120</sup> Não podemos desconsiderar que grande parte desses discursos políticos do início da República fazia parte de todo um aparato ideológico que buscava desqualificar a monarquia, considerada velha, arcaica e, sobretudo, atrasada em relação às novidades republicanas, o que nos leva a olhar para esses discursos também com certa desconfiança. Contudo, quando confrontadas com outros documentos de época, nos parece que as palavras de Adolpho Gordo representavam bem a situação da instrução pública no estado nesse final de século. MENSAGEM de presidente de Estado proferida pelo governador Adolpho Affonso da Silva Gordo. 8 fevereiro 1890, p. 8.

higienistas, principais encarregados das duas primeiras fases da infância, apesar de ter ingressado posteriormente em todas as fases da educação infantil<sup>121</sup>.

Não podemos desconsiderar que o saber médico produzido nesse período também estivesse fortemente ligado à idéia de disciplinarização dos indivíduos. E esse controle sobre as ações individuais e sociais estavam associadas ao desejo de construção de uma sociedade/nação moderna, cujas bases estavam amparadas, sobretudo, na educação do corpo e da mente. Nesse processo, educação escolar e educação médica construíram juntas os pilares da civilidade republicana – *Civilizar e higienizar conformavam uma gramática fortemente articulada*<sup>122</sup>. A apropriação da criança pelo saber médico significou também a prescrição de diferentes procedimentos que teriam início no controle sistemático da família e se estenderia até a “idade dos colégios” *demarcando fronteiras e instituindo empréstimos entre espaço da casa e o da escola. Nessa linha, tal discurso auxiliou na construção da própria idéia de família, infância e escola*<sup>123</sup>.

Todavia, se pensarmos o processo educativo da criança apenas pelo viés das instituições, seja através das escolas, do saber médico, ou do próprio Estado, caímos no risco de perder de vista o que essa educação significou para a emancipação, seja política ou social, dessa parcela da sociedade, já que nos voltamos para políticas públicas, e que, portanto, estavam direcionadas muito mais para o atendimento das camadas menos abastadas da sociedade. Não podemos nos esquecer, por exemplo, que a própria participação política, enquanto direito ao voto, passava pelo crivo da alfabetização.

---

<sup>121</sup> É interessante perceber como a delimitação da infância e do termo criança ligasse, nesse momento, a fase de escolarização, a própria delimitação da idade em que o indivíduo poderia ser considerado criança seguia essas normas. A identidade infantil, portanto, delimitava-se aos indivíduos em fase escolar, fora da escola primária, ou da idade escolar, a criança automaticamente passava a ser considerado o moleque ou pirralho. Ou já um rapazinho ou uma mocinha, mesmo na idade dos 7 aos 10 anos.

<sup>122</sup> GONDRA, José G. op. cit., p. 315.

<sup>123</sup> Ibid., p. 290.

## 1. Educação entre a casa e a escola: breves notas sobre o ensino imperial

Apesar de o período imperial trazer em seu interior os primeiros esboços de uma preocupação com a educação primária, a situação não foi menos preocupante do que havia sido no período colonial, em que a capitania do Rio Grande contava com apenas uma Escola Régia por dois séculos consecutivos, escola essa desprovida de qualquer princípio de organização ou mesmo de *mestres*, cujos interesses giravam em torno de ofertar apenas uma educação elementar como a leitura, a geometria e a escrita e que, de acordo com Nestor Lima, estava longe dos princípios renovados já vigentes em alguns países europeus, baseados nos fundamentos de Comenius e na Renovação Escolar Alemã<sup>124</sup>.

A província do Rio Grande do Norte durante o Império acompanhava o baixo nível de instrução percebido em outras partes do país. E apesar de os governadores de província demonstrarem em suas falas alguma preocupação com a educação das crianças, tida como *indispensável ao desenvolvimento da Nação*, era dela que, ao menor sinal de que as finanças apresentavam problemas, eram diminuídas e até retiradas todas as verbas públicas necessárias. Em 1877, por exemplo, o Dr. Delfino Augusto Cavalcanti de Albuquerque dispensou todos os professores interinos de instrução primária da província alegando falta de recursos<sup>125</sup>.

Os censos realizados no Estado nos anos de 1872 e 1890 apontam uma população de analfabetos que girava em torno de 83% e 84,6% respectivamente<sup>126</sup>, o que nos leva a pensar as formas de obtenção de instrução de que dispunham os outros 15% de alfabetizados nesse período.

Pensar a educação do século XIX em Natal é o mesmo que fazer um passeio pelas residências de diversos sujeitos que tomaram para si a responsabilidade de educar, ou de, pelo menos, alfabetizar grupos restritos de crianças. Preparadas ou não, e em sua maioria sem a menor estrutura, essas residências abriram suas portas

---

<sup>124</sup> LIMA, Nestor. op. cit., 1927, p. 12.

<sup>125</sup> RELATORIO de abertura da 2ª sessão ordinária da Assembléia Legislativa da província do Rio Grande do Norte proferida por Delfino Augusto Cavalcanti de Albuquerque. 12 outubro 1871, p. 9.

<sup>126</sup> STAMATTO, Maria Inês Sucupira. As meninas iam a escola no século passado? In: \_\_\_\_\_. (org.). **Recortes**: momentos da educação norte-rio-grandense. Natal: EDUFRRN, 1996, p. 14.

para receber esses pequenos aprendizes, sentados sobre caixotes de vinhos, sem papel, tinta ou pena<sup>127</sup>.

Quanto à educação pública, o que sabemos é que, assim como em outras províncias, a lei de 1827 que tornava de responsabilidade do Governo Geral a instrução pública no país, funcionou como a primeira tentativa de organização sistemática do ensino primário ou, pelo menos, deu o primeiro “ponta-pé” para a construção de escolas públicas na província<sup>128</sup>. De acordo com a lei, ficava determinada a construção de escolas de “primeiras letras” gratuitas em todas as cidades, vilas e lugarejos do país, dependendo do número de sua população em idade escolar. Essa lei veio indicar a direção que o Estado deveria tomar, sem, contudo, fornecer meios para que isso se realizasse, uma vez que as verbas destinadas à Educação continuavam irrisórias<sup>129</sup>.

A lei de 15 de outubro de 1827 também determinava o método pedagógico a ser empregado nas escolas, que deveriam ser de ensino mútuo nas capitais das províncias e nos lugares mais populosos, fossem cidades, vilas ou lugarejos. O modelo educacional a ser adotado, e que já era corrente em outros países *avançados em civilização*<sup>130</sup>, foi o *método monitorial ou mútuo*<sup>131</sup>, em que a responsabilidade de ensinar estava dividida entre professor e monitores, esses últimos correspondiam aos alunos mais adiantados entre as classes<sup>132</sup>. A disciplina constituía uma das principais vantagens desse método, como também era responsável pela sua vasta propaganda.

---

<sup>127</sup> CAMARA, Clementino. op. cit. 1936.

<sup>128</sup> Não há muitos registros sobre a instrução no período que antecede a República em Natal, talvez porque ela não fosse de vital importância para o governo provincial, o próprio Nestor Lima em seu estudo sobre a instrução pública na capital declara o desinteresse da província pelo ensino primário, atribuindo ao governo imperial toda a responsabilidade pelas primeiras iniciativas em relação a instrução no estado. LIMA, Nestor. op. cit., p. 5.

<sup>129</sup> GOMES, Angela Castro. A escola republicana entre a luz e sombras. In: ALBERTI, Verena; GOMES, Angela Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves. **A república no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; CPDOC, 2002, p. 388.

<sup>130</sup> LIMA, Nestor. op. cit., 1927, p. 13.

<sup>131</sup> O método monitorial ou mútuo foi sistematizado separadamente por J. Lancaster (1778 - 1838) e por A. Bell (1753 - 11832), que buscaram constituir um método em que apenas um professor pudesse ensinar a um número elevado de alunos, sem perda de qualidade no ensino, nem de disciplina, e que por sua vez trazia a vantagem de economia tanto de verba, visto que a despesa se dava apenas com um único professor, e de espaço, uma vez que as diversas classes de alunos poderiam estar reunidas em uma única espacialidade.

<sup>132</sup> De acordo com Pierre Lesage, o termo classe no método monitorial é totalmente exclusivo da noção de arquitetura ou de espaço. Só sendo entendido em relação à aquisição e ao conhecimento; a primeira classe é a dos alunos iniciantes, enquanto a oitava seria destinada aos alunos que estivessem concluindo os estudos, e de onde saíam a maioria dos monitores. Ver: LESAGE, Pierre. A pedagogia nas escolas mútuas no século XIX. In: BASTOS, Maria Helena Camara; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (orgs.). **A escola elementar no século XIX: o método monitorial/mútuo**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

De acordo com Maria Camara Bastos, no interior das classes a disciplina tinha como base principal a hierarquia entre os alunos, estabelecida através das recompensas e sanções o que, por sua vez, garantia uma espécie de estímulo pelos esforços e pelo bom funcionamento do trabalho realizado pelos aprendizes.

A satisfação pessoal é estimulada pelo progresso rápido, de classe em classe, ou pela possibilidade de tornar-se monitor, ou pela distribuição de prêmios - jogos, livros - ou de dinheiro (...). Enfim, aqueles que se destacam durante seus estudos recebem um certificado, que facilita sua colocação profissional<sup>133</sup>.

O mesmo grau de hierarquia era percebido em relação às sanções, que eram atribuídas de acordo com a infração cometida e que podiam variar desde a impossibilidade de deixar a classe, mesmo após o término dos exercícios, até a expulsão do aluno e o julgamento do mesmo pelos seus pares.<sup>134</sup>

Quanto ao conteúdo, ficava especificado que as escolas deveriam ensinar a ler, escrever, realizar as quatro operações, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática da língua nacional e os princípios de moral cristã e de doutrina da religião católica apostólica romana - proporcionados a compreensão dos meninos, preferindo para leitura a Constituição do Império e a História do Brasil. Quanto à educação das meninas, a decisão de construir estabelecimentos para esse fim, ficava à mercê da deliberação dos presidentes de província quando julgassem necessários. Quando houvesse escolas femininas, as aulas deveriam ser ministradas apenas por professoras, cujo conteúdo daria prioridade a uma educação elementar, ou seja, ler, escrever e contar e ao ensino das *prendas femininas que servem à economia doméstica*<sup>135</sup> como, por exemplo, a costura e o bordado.

O método que tinha a disciplina como um de seus principais objetivos trazia em seu interior uma estrutura quase militar, ritmada pela própria atividade intensa no interior das classes e pela regularidade do comando e dos movimentos, das perguntas

---

<sup>133</sup> Importante destacar que muitos monitores acabaram se tornando também professores. BASTOS, Maria Helena Camara. O ensino Mútuo no Brasil. In: BASTOS, Maria Helena Câmara; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (orgs.) op. cit., 1999, p. 101.

<sup>134</sup> Ibid., p. 101.

<sup>135</sup> LIMA, Nestor. op. cit., 1927, p. 9.

e respostas, que tornava a disciplina tanto rígida quanto uniforme<sup>136</sup>. No caso da província do Rio Grande do Norte, não é possível fazer qualquer discussão em torno dessas instituições, nem, tampouco, de como funcionava a disciplina no interior dos colégios, sobretudo porque o Estado no período imperial mal contava com escolas, ou com espaços amplos necessários à implantação das mesmas, nem com um número elevado de alunos que exigisse a economia de professores, ou de uma frequência constante dos mesmos nas aulas que assegurassem a escolha dos monitores, ou mesmo de professores que fossem capacitados e conhecedores desse método, visto que em sua maioria eram escolhidos apenas por possuírem um grau de conhecimento um pouco mais elevado em algum conteúdo, ou por terem noções básicas do Português e da Aritmética.

O que sabemos, portanto, é que este método deveria ser adotado em qualquer escola construída pelo governo. Se de fato chegou a ser implantado ou não no Estado, não temos como afirmar. Há notícias apenas de que, em 1870, o governador da província, Cavalcante de Albuquerque, teria reformulado o método de ensino elementar através da simplificação do mesmo, por ser impossível estabelecê-lo conforme exigia o Governo Geral e por ser esta a única maneira de garantir a instrução - *a divida restricta do paiz para com seus filhos*.<sup>137</sup>

A idéia de professor que se tinha nesse período estava bastante vinculada à vocação. Na realidade, estar preparado em termos intelectuais parecia não ser, pelo menos nas palavras dos próprios professores, a atribuição necessária para lecionar. O magistério aparece como tarefa árdua, especialmente para aqueles cuja inclinação não permitia tanta abnegação. O poema de autoria da professora Izabel Gondim intitulado de “A realidade - no magistério” nos demonstra um pouco essa idéia:

De falso prospecto creando attractivos,  
Sonhara no ensino colher a ventura;

---

<sup>136</sup> Conforme demonstrado por Rogério Fernandes em seu estudo sobre a difusão do ensino mútuo em Portugal no começo do século XIX é possível também traçar um paralelo entre o modelo disciplinar adotado no Brasil e o de Portugal. Essa tendência a militarização pode ser atribuída ao próprio fato de que em Portugal a implantação das primeiras escolas a adotarem o modo mútuo ou monitorial terem sido as escolas militares destinadas ao ensino de primeiras letras, mesmo que a sua expansão também tenha atingido posteriormente os setores civis. Ver: FERNANDES, Rogério. A difusão do ensino em Portugal no começo do século XIX. In: BASTOS, Maria Helena Camara; FARIA FILHO, Luciano Mendes (orgs.). op. cit., p. 26-28.

<sup>137</sup> RELATORIO dos presidentes de província proferido por Cavalcante de Albuquerque. 17 fevereiro 1870, p. 11.

Ahi, de prudência meu calix cheio,  
Das gottas lhe esgoto sobeja amargura.

Da angélica infância, feliz, descuidosa  
A doce innocencia tão pura e louçã  
O seu tirocínio com fé redoirando,

Na incerta razão, diviso a manhã.  
A voz do imponente dever soberano,  
Embora resoe com intenso embaraço  
Suffoca-me extremos que n'alma palpitam...  
Buscando guiar-lhes seguro seu passo.  
Se nessa enfadonha, aspérrima estrada,  
A débil infância fatiga-se e cahe,  
Que lucta exhaustiva!... trabalho afanoso!...  
A um tal desalento que é que a retrahe?!...

O empenho baldado no rígido aspeito,  
Affável, risonha pretendo ir avante!  
A sombra propicia de ameno descanso,  
Não busco, não quero sequer um instante!<sup>138</sup>

De fato, a profissão de professor, salvo raras exceções, se mostra desprovida de qualquer qualificação profissional, conforme relatado nas diversas reclamações contidas nos relatórios dos presidentes. Cavalcante de Albuquerque, então presidente em 1870, atribuía à escassez de professores qualificados uma das maiores dificuldades em ter algum tipo de progresso no campo da instrução pública. Afirmando a falta de *peessoal idôneo*, reivindicava a necessidade de criação de uma Escola Normal, uma vez que da sua ausência, *resulta d'ahi que, salvo uma ou outra excepção, o pessoal á cujo cargo se acha o ensino elementar é o peor possível, quer em razão da própria incapacidade, quer pelo desleixo com que procede*<sup>139</sup>.

Ainda sobre esse aspecto, havia a denúncia de que vários indivíduos se intitulavam professores e assumiam as cadeiras oferecidas pelo governo com a única finalidade de promover-se. Esse quadro se tornava ainda mais preocupante, visto que muitos desses cargos se tornavam mercadorias preciosas num sistema de trocas clientelistas e que, por sua vez, era agravado pela precariedade da inspeção escolar:

Entre nós o indivíduo que não tem aptidão para qualquer outro emprego, procura uma cadeira de primeiras letras como meio mais

<sup>138</sup> GONDIM, Izabel. **A Lyra Singela**. Rio de Janeiro: Editorial Duco, 1933, p. 46 - 47.

<sup>139</sup> RELATORIO dos presidentes de província proferida por Cavalcante de Albuquerque 17 fevereiro 1870, p. 10.

seguro de vida, e depois de conseguil-o arranja facilmente que autoridades pouco escrupulosas atestem muita aptidão, intelligencia, zelo e moralidade do improvisado professor para que a vitaliciedade venha coroar a obra<sup>140</sup>.

A conduta dos professores também se torna repletas de reticências, fossem estes do sexo masculino ou feminino, ambos eram carregados de vícios e que *por isso antes corrompem e perventem a infância do que a educam*<sup>141</sup>.

Pelo fato de os levantamentos realizados na província sobre a instrução infantil igualar tanto as aulas públicas quanto as particulares, e julgando as últimas serem ministradas em residências dos próprios professores, é provável que as aulas ofertadas pelo governo provincial não contassem com prédios próprios, mas antes, de serem também realizadas em casas específicas, ou mesmo nas residências de professores que recebiam alguma subvenção do governo para funcionar.

Com relação ao número e à infra-estrutura desses estabelecimentos, o que se tinha era um quadro bastante deficiente. O orçamento reservado à instrução pública mal dava para o pagamento do quadro de professores, não havendo destinação de verba alguma para a aquisição de materiais necessários para o funcionamento das escolas, quando existiam, tais como livros, papel, penas, tinta, ou outros materiais ainda mais básicos. Em 1873, Bonifacio Francisco Pinheiro da Camara declara – *nem as escolas tem casas commodas em que se estabeleçam, e nem os alunos bancos para assentar-se e mezas para escrever*<sup>142</sup>.

Levando em consideração apenas o número de aulas oferecidas à população nos seis últimos anos do regime imperial e, não sendo possível ter certeza se esses correspondiam ou não à realidade, já que nem todas as localidades realizavam tal levantamento, o que torna esse número circunscrito a Natal e seus arredores. Nem mesmo se estes correspondiam ao número de escolas, em termos de espacialidades próprias e exclusivas. O quadro que se tinha na província era de aulas pouco regulares e que ainda oscilaram bastante.

---

<sup>140</sup> FALA com que foi aberta a primeira sessão da vigésima primeira legislatura da Assembléia Provincial do Rio Grande do Norte proferida por Antonio dos Passos Miranda. 17 outubro 1876, p. 9.

<sup>141</sup> Ibid., p. 10.

<sup>142</sup> RELATORIO com que instalou a Assembléia Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte por Bonifacio Francisco Pinheiro da Camara, 11 junho 1873, p. 11.

De acordo com os levantamentos, em princípios de 1886 a província contava com 147 aulas. Destas, 135 eram públicas e 14 particulares. É interessante destacar que a freqüência feminina nas aulas públicas era bem maior do que nas aulas particulares<sup>143</sup>, 1.785 e 138 respectivamente<sup>144</sup>, se compararmos com a freqüência masculina (que representava mais que o triplo da feminina), e que estas freqüentavam apenas o horário diurno, enquanto que aos meninos eram oferecidas tanto aulas diurnas quanto noturnas, apesar do período da manhã ter uma maior freqüência. Em relação às aulas mistas, só há menção delas a partir de 1887, com um número bastante diminuto, uma vez que província inteira contava com apenas quatro aulas desse caráter. Até 1889 o número de aulas, públicas e particulares, pouco variou, oscilando entre um pequeno aumento e diminuição das mesmas. Estatisticamente falando, o ensino no período imperial chega ao final de 1889 com uma proporção entre a população e número de alunos quase insignificante, pois apenas 19% das crianças iam à escola. Por sua vez, o número de freqüência feminina oscilou sensivelmente em relação ao número de freqüência masculina, enquanto que as escolas mistas continuavam em 4, e as 5 escolas particulares contavam com a freqüência de 76 alunos<sup>145</sup>.

Somado à deficiência no número de escolas e ao diminuto número de professores com qualificação, a província ainda contava com outro problema de igual ou maior proporção. Muitos pais pobres preferiam mandar os filhos para alguma oficina com o intuito de fazê-los aprender qualquer tipo de ofício a mandá-los para uma escola aprender a ler, escrever e contar. Conquistar a confiança das famílias parecia assim, ao ver de Bonifacio Francisco Pinheiro da Camara, uma tarefa ainda mais árdua<sup>146</sup>.

---

<sup>143</sup> Não podemos atribuir essa quase ausência de meninas em escolas particulares como um desinteresse por parte das famílias de educar suas filhas. Sendo as aulas particulares destinadas as camadas mais abastadas da sociedade, é possível também supor que a baixa freqüência feminina nessas aulas seja explicada pelo fato de que muitas famílias preferiam a figura da preceptora, que ministrava suas aulas na própria residência da aluna, e que também foi comum enviar as filhas para internatos femininos fora da cidade, como por exemplo o colégio São José localizado em Recife. Importante também destacar que a diferença existente entre o número de escolas masculinas e femininas está relacionada também a própria deficiência encontrada pelos governadores de prover os cargos de professoras, uma vez que havia ampla dificuldade em encontrar mulheres qualificadas para exercer esses cargos.

<sup>144</sup> Esses dados correspondem ao número de matrículas e não a freqüência real das alunas.

<sup>145</sup> Dados retirados dos relatórios de governadores de província e dos diretores de instrução pública por Nestor Lima em obra já citada anteriormente.

<sup>146</sup> Esse problema não foi apenas um privilégio do período imperial. A cultura das famílias pobres de enviar os filhos para aprender algum ofício em oficinas particulares persistiu durante os primeiros

Emquanto a escola não estiver na altura de sua missão e os pais de família não se compenetrarem dos seus deveres, enviando os filhos a receber as luzes do ensino, pouco resultado se colherá dessa útil e proveitosa instituição (...). Se chegarmos á triste realidade de que ao pai brasileiro é indiferente a sorte do filho, ou se não acha convencido da necessidade que tem este de instruir-se, ficaremos habilitados a recorrer ao ensino obrigatório, estabelecido em muitos paizes, e entre nós ainda não ensaiado<sup>147</sup>.

Contudo, o mesmo presidente aponta o aumento no número das aulas particulares como um indicador de que aos poucos a sociedade estava dando maior atenção à educação dos filhos. Interessante perceber que muitos dirigentes da província viam nas aulas particulares uma maneira de compensar a ausência de uma educação contínua e de qualidade de caráter público, dando a esses estabelecimentos certo mérito. Vale ressaltar que, assim como as escolas públicas, essas aulas particulares também deixavam muito a desejar, sobretudo porque, na maioria dos casos, os mesmos professores que trabalhavam na educação pública buscavam na educação particular uma maneira de aumentar seus rendimentos, oferecendo às crianças a mesma educação sem qualidade.

Por outro lado, a educação particular também se encontrava circunscrita as famílias com alguma renda, que por não poderem arcar com o envio dos filhos para receber uma educação fora da província, podiam contar com esses estabelecimentos. Outros, ainda, aproveitavam os parentes com algum conhecimento para ensinar os rudimentos da escrita, leitura e da Aritmética. Clementino Camara, em suas memórias, lembra-se de que o seu irmão de 12 anos *apenas aprendeu a ler com o tio Honorato, professor tão carinhoso que certo dia, rasgou a orelha a um aluno e filho com um puxão que lhe deu por causa da tabuada*<sup>148</sup>. É importante destacar que essas “escolas”, fossem particulares ou públicas, não seguiam nenhum tipo de regras ou método, e como a inspeção nesses estabelecimentos era pouca ou nenhuma, cabia aos professores manter o disciplinamento no interior das classes, o que significava dizer o mesmo quanto à constante recorrência à violência.

---

anos do regime republicano na capital. Clementino Camara, por exemplo, relata que logo após receber os primeiros rudimentos de educação foi enviado por sua família a oficina do Mestre Silvino, onde se tornou um aprendiz de serralheiro. CAMARA, Clementino. op. cit., 1936, p. 63.

<sup>147</sup> RELATORIO com que instalou a Assembléia Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte por Bonifacio Francisco Pinheiro da Camara, 11 junho 1873, p. 9 -11.

<sup>148</sup> CAMARA, Clementino. op. cit.1936, p. 18.

A Educação durante o período imperial também esteve desvinculada de qualquer tipo de saber científico, mesmo que o método de ensino mútuo ou monitorial fosse o modelo. Tampouco, se tentou fazer algum tipo de apropriação da infância enquanto objeto de estudo. Dessa maneira, disciplinas como a Pedagogia, a Psicologia e até mesmo o saber médico, que no decorrer do século XIX, em países da Europa e nos Estados Unidos, estiveram entrelaçadas na tentativa de formulação de um modelo educacional, só foram percebidas na província após a Proclamação da República, que entre outros aspectos trazia em seu interior uma nova reformulação para quase todas as instâncias da vida social, e a educação infantil constituiu-se como uma de suas principais bandeiras.

É interessante perceber como esses saberes aparecem fortemente carregados de um teor político que viam na educação das crianças um meio propício para a formulação da sociedade moderna, civilizada e saudável.

## **2. Educação, República e infância: um projeto político**

Desde o Império, apesar da característica centralidade política, a descentralização sempre foi uma constante no que diz respeito à responsabilidade pelo desenvolvimento da rede de instrução pública e, com a implantação do regime republicano, não foi tão diferente. Fosse pelo tamanho do território ou pela dificuldade de acesso, coube aos Estados e municípios o encargo de criar escolas e de oferecer à população uma rede de ensino que fosse capaz de suprir as necessidades locais. Essa atitude, claro, não levava em consideração as disparidades nos orçamentos e na destinação de verbas que cabia a cada Estado, o que foi determinante para o desenvolvimento da instrução pública na capital do Rio Grande do Norte e que, até certo ponto, justificava a desigualdade existente entre ela e as outras partes do país.

Conforme demonstrado anteriormente, o Rio Grande do Norte sempre esteve em última colocação quando o quesito era a instrução pública, fosse pelo número de escolas, a frequência de alunos, o número de professores, ou qualquer outro aspecto. Somado a essa falta de recursos práticos, o início do regime republicano em Natal

ainda foi marcado por indefinições, vários mandatos provisórios e poucas mudanças. Entre 1890 e 1892, o governo transitou pelas mãos de quatro administradores que, usando as palavras de Nestor Lima, *não puderam levar a efeito nenhuma reforma ou alteração no ensino, porque lhes faltava tempo e, sobretudo, meios para tentá-la*<sup>149</sup>.

Como herança do regime imperial, a República foi inaugurada no Estado trazendo como bagagem um quadro “desesperador” no quesito educação, quadro esse não muito propício para os planos republicanos que, já no seu início, depositara todas as suas “fichas” na instrução do povo enquanto fórmula mágica de integração social, já experimentada em outras partes do país e ratificada pelos discursos liberais que contavam com o modelo educacional inaugurado nos países ditos civilizados.

O discurso em torno dos possíveis benefícios na formação cívico-patriótica do indivíduo, através de uma educação imbuída de certo teor político, não era novo. A difusão das benesses das ciências e sua introdução no meio educacional, como também a afirmação da nação enquanto projeto político já havia sido defendido com veemência pelo movimento das Luzes e, posteriormente, apropriado e re-significado pelos porta-vozes da Revolução Francesa. Se na época das Luzes pensou-se a Educação como uma forma de emancipação do indivíduo, Carlota Boto nos mostra que foi com a Revolução Francesa que a bandeira por uma escola única, laica, gratuita e universal para ambos os sexos foi erguida e, o mais importante, foi nesse momento que também foi gestada a idéia de escola enquanto incumbência do Estado. A defesa por uma escola que deveria gerir e proteger a República, portanto, não foi uma idéia republicana, mas antes um rearranjo dos ideais revolucionários franceses que demonstravam nada mais do que a crença exacerbada no potencial transformador contido no ato de educar<sup>150</sup>.

No caso republicano brasileiro, o que ocorreu foi uma espécie de mitificação do poder da Educação, conforme demonstrado por Rosa de Fátima de Souza, depositando nela *não apenas a esperança de consolidação do novo regime, mas a [própria] regeneração da Nação. A escola primária tornou-se uma das principais divulgadoras dos valores republicanos*<sup>151</sup>. Daí decorre também que o regime

---

<sup>149</sup> LIMA, Nestor. op. cit., 1927, p. 136.

<sup>150</sup> BOTO, Carlota. **A escola do Homem Novo**: entre o Iluminismo e a Revolução Francesa. São Paulo: UNESP, 1996, p. 16 - 21.

<sup>151</sup> SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização**: a implantação da escola primária graduada do estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: UNESP, 1998, p. 16.

republicano tenha carregado de valores políticos a instrução infantil. Nas palavras do professor Antonio Fagundes, em artigo intitulado *Mais um pouco de abnegação pela escola*, o tema “Nação” é central e explícita de maneira clara essa capacidade quase doutrinária da escola.

Precisamos compreender a grande verdade de que é na escola que reside a salvação da nacionalidade. E’ preciso convencer-nos de que a escola é o cadinho onde se fundem os caracteres humanos (...), centro de irradiação de todos os nobres sentimentos, onde o coração desperta para a vida e a inteligência se ensaia para as grandes conquistas cívico-sociais. Precisamos compreender que “a escola é a célula mater da nacionalidade”, o meio convenientemente disposto para realizar o futuro dos povos<sup>152</sup>.

Mais a frente, o professor conclui como sendo as principais aspirações da Pátria e que só poderiam ser encontradas e desenvolvidas naqueles espíritos que recebiam uma educação escolar - a preparação dos herdeiros da sua tradição; sustentáculos da soberania; propulsores da opulência; sentinelas indormidas do tesouro da sua dignidade soberba, impoluta, majestosa; a firmeza do caráter; as forças da inteligência e a doçura do coração<sup>153</sup>.

Contudo, a idéia quase religiosa da educação não tinha como representante apenas a escola, mas foi depositada também na própria figura do professor que nesse processo constituía peça central, representado como a corporificação do espírito do saber, o sacerdote da educação, mestre incansável e dedicado, e cuja vida estaria plenamente dedicada ao magistério,

Quando um verdadeiro professor primário sente a completa e clara responsabilidade do seu cargo, a sua alma é invadida de uma anagogia extática, como o arrebatamento de espírito, que, nos primeiros tempos da vida monástica, transfigurava o asceta. Na sua cadeira de educador, o mestre recebe a visita de um deus: é a Pátria, que se installa no seu espírito. O professor, quando professa, já não é um homem: a sua individualidade annulla-se: elle é a Pátria visível e palpável, raciocinando no seu cérebro e fallando

---

<sup>152</sup> Apesar de a publicação datar de 1940, os textos contidos no livro foram publicados no jornal “A Republica” em vários números entre as décadas de 1910 e 1930. FAGUNDES, Antonio. *Mais um pouco de abnegação pela escola*. In: \_\_\_\_\_. **Educação e ensino**: crônicas publicadas no jornal “A Republica” pelo professor Antonio Fagundes, diretor geral do Departamento de Educação do Estado do Rio Grande do Norte. Natal: Imprensa Oficial, 1940, p. 3.

<sup>153</sup> FAGUNDES, Antonio. op. cit., 1940, p. 4.

pela sua bocca. A palavra, que elle dá ao discípulo, é como a hóstia, que, no templo, o sacerdote dá ao comungante. É a eucharistia cívica. Na lição, há a transubstanciação do corpo, do sangue, da alma de toda a nacionalidade<sup>154</sup>.

Os novos dirigentes do regime recém instituído enfrentavam um momento delicado, sobretudo se pensarmos a política como um terreno que abrange tanto opções racionais e conscientes, como também que transita do pelo campo da emoção e da crença, e daí decorre ser esta uma fase de constantes recorrências a esferas afetivas e morais da sociedade visando a própria legitimidade do novo sistema. Desse modo, a escola não era apenas um campo de racionalidade, mas antes se constituiu enquanto símbolo concreto de edificação social e de identidade, agindo como representante da própria coletividade nacional, como também foi, por exemplo, a elaboração de uma nova bandeira ou a criação de um novo hino.

A escola, enquanto instituição foi palco de criação e recriação dos rituais e das festividades públicas através do incentivo e da defesa de um sentimento profundo de fraternidade universal<sup>155</sup>. Nesse sentido, Ângela de Castro Gomes chama atenção para o surgimento de uma nova percepção em relação a ela,

A escola começou a ser vista como a instituição mais adequada para o oferecimento da educação, que cada vez mais era associada à idéia de cidadania política. A constituição de 1890 reiterava o requisito que já existia no período imperial e era internacionalmente compartilhado na época, de que, para se votar e ser votado, era necessário saber ler e escrever<sup>156</sup>.

A utilização da idéia de construção de uma nova nacionalidade era recorrente e esse novo modelo estava pautado especialmente numa educação cívica, que buscava elucidar em que consistia esse novo governo através da defesa de um Estado que deveria estar acima dos interesses partidários e individuais, defendendo um governo isento dos favorecimentos políticos. Foi assim que Antonio José de Mello e Souza defendeu a sua candidatura ao governo do Estado - *A justiça em*

---

<sup>154</sup> BILAC, Olavo. O professor primário. **Boletim de Instrução**. Anno II. Num. 1. Natal, 1918, p. 1.

<sup>155</sup> Ver CASTRO, Celso; FREIRE, Américo. As bases republicanas dos Estados Unidos do Brasil. In: ALBERTI, Verena; GOMES, Angela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves. **A república no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; CPDOC, 2002.

<sup>156</sup> GOMES, Angela Castro. A escola republicana: entre as luzes e sombras. In: ALBERTI, Verena; GOMES, Angela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves. op. cit., 2002. p. 391.

*administração, como nos tribunales, deve ser sempre igual para todos, ou não garantiria os direitos de ninguém. Neste particular a norma será inflexível e se traça desde agora*<sup>157</sup>. Cabia também desenvolver na sociedade uma nova cultura da vida pública, o que implicava a construção de hábitos modernos e, nesse aspecto, educação e política se tornariam estruturas básicas que confluíam para um mesmo objeto.

Entre os administradores do Estado e grande parte da intelectualidade, o que parecia constante era a idéia de que a democracia só poderia ser assegurada se empregasse a instrução pública como seu instrumento, assim como também dependia dela a própria felicidade material e moral da nação. Do ponto de vista econômico, cabia uma educação profissional da população desprovida de qualquer qualificação *técnico-científica* que, quando educadas, poderiam atender as novas exigências de trabalho de um país moderno, no caso do Rio Grande do Norte, a criação de escolas agrícolas foi tomada como sendo uma boa solução para o desenvolvimento do estado. Do ponto de vista intelectual, caberia à educação pública o objetivo de dar a população capacidade de pensar e, por conseguinte, de escolher, ou ainda, *prover a instrução do povo que deve governar a si mesmo*<sup>158</sup>.

Democracia e instrução são princípios ligados desde a implantação do novo regime. No jornal a Tribuna Juvenil, datado de 1890, o assunto instrução aparece destacado em seu primeiro número, dividindo espaço com artigos sobre literatura e ciência. O mais interessante e que nos desperta maior interesse, é que tais matérias vêm logo após uma chamada calorosa para a necessidade de criação de um partido operário, que fosse capaz de difundir o ensino das artes plásticas entre os trabalhadores. Esse novo momento político parece convocar todos à participação e exigia operários unidos e instruídos buscando a parcela de contribuição política que lhes cabia. Sobre a instrução, o periódico abre com uma pequena citação em francês sobre como a educação pode pôr um fim à corrupção e a ignorância, e, mais à frente, faz uma defesa de uma educação igual para todos:

---

<sup>157</sup> SOUZA, Antonio José Mello. **Carta familiar**: aos membros da convenção de 24 de maio pelo candidato que escolheram ao cargo de governador do período. Natal: Typ. Commercial J. Pinto & C. 1919, p. 6.

<sup>158</sup> F. Pinto de Abreu. **Relatorio annual do ensino publico**. Natal, 15 junho 1906, p. 5.

O nosso acrysolado amor a causa sublime das letras, faz com que a nossa débil penna, não acostumada a discussão de graves questões, de leve toque n'um assumpto difficil, que constitue a questão vital das eleições e que deveria ser corollario immediato da revolução de 15 de novembro - a diffusão do ensino por todas as classes sociaes. Só assim tornar-se-ia realidade o sonho democrático dos povos, o nivelamento social. Hoje que o governo é do povo pelo povo, que seria dos destinos da pátria se os regesse alguém que da taça do saber não houvesse libado o divino ether?<sup>159</sup>

Se considerarmos ainda o discurso de Mello e Souza é possível ter um modelo claro dos benefícios creditados a uma educação cívica, tão defendida nesses primeiros anos da República. Uma educação que pudesse instruir o povo garantindo assim a sua participação política, não apenas como eleitores, mas antes como tendo capacidade de intervir nas decisões políticas - *É seu dever, como parte da comunidade, colaborar no bem publico, esclarecendo e suggerindo providencias úteis aos que governam, si para tanto lhes não faltarem a capacidade e a competência*<sup>160</sup>.

Ainda que os discursos figurassem os planos que se tinham para a instrução pública republicana, havia outro problema a solucionar no Estado e, sobretudo, na capital. Em Natal não havia prédios construídos especialmente para sediar escolas. Assim como no Império, as poucas escolas de que dispúnhamos estavam localizadas em algumas casas rearranjadas para receber alunos e antes que os novos métodos pedagógicos, modelos dos países ditos civilizados, fossem implantados na capital, era preciso se adaptar a outra tendência que já se espalhava por várias capitais brasileiras - educação, arquitetura escolar e método passaram a ser elementos indissociáveis para uma educação cívica, patriótica e moderna.

### **3. Arquitetura escolar e a construção de um espaço símbolo da civilização**

Se o discurso da Educação como sendo indispensável para o desenvolvimento da Nação não era assim tão novo, visto já ser possível encontrá-lo nos discursos

---

<sup>159</sup> [Autor ilegível]. Pela instrução. **Tribuna Juvenil**: liberdade e luz. Natal, 11 agosto 1890. Anno I. Num.. I, p. 1.

<sup>160</sup> SOUZA, Antonio José Mello. op cit., 1919, p. 7.

imperiais, uma questão parece para nós ser a grande inovação do regime republicano em Natal - a arquitetura escolar urbana.

Assim como as políticas educacionais ajudaram a construir uma imagem da criança valorizada e representada como herdeira da República, a construção de escolas e sua arquitetura também tinham uma função simbólica importante a cumprir: num misto de civismo e patriotismo exacerbado, a educação republicana ganhou ares de quase religião – *religião cívica, cuja finalidade é dotar a sociedade de coesão, mediante a educação dos novos – povo e criança – recém-chegados à vida republicana*<sup>161</sup>. Através da construção de escolas e de um amplo investimento político no campo cultural, o Estado procurava na Educação uma maneira de ordenar a sociedade, ordenamento esse que visava a dotar os cidadãos das qualidades necessárias para a vida urbana. Dessa maneira, é possível perceber como os ideais republicanos de instrução e a importância atribuída à Educação se materializaram na construção dos prédios escolares. Todavia, a imagem criada da escola como lugar por excelência destinado à Educação foi fruto de várias intervenções.

Através de um longo processo de desqualificação da família como estando apta a educar seus filhos, foi possível construir um novo modelo de Educação, no qual profissionais capacitados, entre eles médicos e educadores, seriam os responsáveis por educar físico, intelectual e moralmente a infância. Esse processo foi marcado também por diversas ambiguidades em que a escola ora aparecia como um contraponto ao lar, ora como prolongamento da casa, oferecendo às crianças aquilo que as famílias, por mais cultas que fossem, não eram capazes de ofertar, mas nem por isso, descartando a importância da família na formação moral dos filhos – *pais e mestres, cada qual na esfera de ação que lhe pertence, necessitam descobrir nos filhos ou alunos, os germens do talento (...)*<sup>162</sup>.

Além disso, o crescimento das cidades, resultado do processo modernizador que atingiu o Brasil nas últimas décadas do século XIX e início do XX, trouxe à vida republicana uma nova feição: era o prelúdio da vida urbana e a escola passou a fazer parte integrante desse cenário. De acordo com Rosa Fátima de Souza, a construção dos grupos escolares também fazia parte do conjunto de melhoramentos urbanos,

---

<sup>161</sup> MONARCHA, Carlos. Arquitetura escolar republicana: a escola normal da praça e a construção de uma imagem de criança. FREITAS, Marcos Cezar; KUHLMANN Jr., Moysés (orgs.). op. cit., p. 106.

<sup>162</sup> FAGUNDES, Antonio. op. cit., 1940, p. 28–29.

como a água encanada, o saneamento, a iluminação pública etc., tornando-se denotativo do progresso de uma localidade. Era a escola *um símbolo de modernização cultural, a morada de um dos mais caros valores urbanos – a cultura escrita*.<sup>163</sup> A escola e a cidade tinham, portanto, identidades interligadas, uma significando e dando sentido a outra. Na escola, enquanto “templo do saber”, as dimensões da vida urbana eram traçadas:

Ali se ensinava a ler, escrever e contar, além das noções básicas das ciências físicas e naturais, as virtudes morais e cívicas – um conjunto de rudimentos que disseminava uma cultura comum revestida de significados simbólicos. Além disso, a escola tornou-se nas cidades mais um espaço de encontro, de solenidades e comemorações. Cravados no coração dos centros urbanos, os grupos escolares irradiavam sua dimensão educativa para toda a sociedade<sup>164</sup>.

A construção de prédios destinados exclusivamente à Educação estava ligada também à própria setorialização dos espaços urbanos. A cidade deveria ser dividida e ordenada de modo que cada segmento social, entre eles a infância, tivesse seu lugar dentro desse espaço projetado, o que nos leva a considerar a construção de escolas, em especial dos grupos escolares, como sendo também uma tentativa de localizar as crianças dentro da cidade. A contraposição entre a escola e a rua, por exemplo, são representantes desse processo. O grupo escolar, portanto, deveria ser o espaço destinado às crianças que, mantidas fora da rua, teriam nesse prédio sua principal identificação, decorrendo daí a própria idéia de que a infância se tornava a fase por excelência da educação escolar. Para Agustín Escolano, essa realidade também foi fruto de vários discursos e embates característicos de uma orientação positivista das ciências humanas, na qual se considerava que as relações das pessoas se davam através de uma separação no e pelo espaço. A própria configuração da escola na cidade moderna seria resultado desse mesmo conflito. A relação da criança com o

---

<sup>163</sup> SOUZA, Rosa Fátima de. Típicas escolas urbanas. In:\_\_\_\_\_. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada em São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: UNESP, 1998, p. 91.

<sup>164</sup> *Ibid.*, p. 116.

espaço urbano não é, pois, um episódio isolado, mas antes, *um corolário que se acrescenta ao modo de construir as cidades em nossas sociedades*<sup>165</sup>.

A monumentalidade dos prédios escolares, por sua vez, tinha uma função simbólica importante a cumprir, ela representava a materialidade de dois princípios caros à República e ao pensamento científico da época: a ordem e o progresso. Além disso, conforme demonstrado por Monarcha, a construção da escola simbolizava ainda a união de várias forças que atuavam naquele momento histórico: *a força produtiva das massas humanas, o potencial técnico e o dinheiro*<sup>166</sup>. O prédio escolar por si só já teria a obrigação de dar mostras de sua função. Ao olhá-lo, os transeuntes deveriam logo relacioná-lo à educação - a própria nomenclatura “escola” nesse momento passava a significar tanto o prédio em si, quanto a instrução obtida nele.

Além do caráter simbólico, a edificação das escolas reunia, entre outras coisas, grandiosidade, perceptível em sua forma física; e funcionalidade, esta baseada, sobretudo nos preceitos higiênicos e sanitários – iluminação, ventilação, conforto, mobiliário adequado, material didático apropriado, asseio dos ambientes e dos indivíduos. A escola aparece nesse contexto tanto como a materialização dos novos princípios pedagógicos, quanto como mais um referente modernizador dentro da cidade, com signos próprios capazes de identificá-la como lugar especializado de produção de conhecimento. Esse papel de simbolização desempenhado pela arquitetura escolar, unida ao urbanismo, demonstrava as finalidades tanto imaginadas, quanto projetadas de uma educação urbana.

A escola da cidade moderna enquanto constructo social, que englobava em sua gênese tanto conflitos quanto interesses e que, por sua vez, era lócus de um entremeadado de racionalidades e irracionalidades nas quais se materializava, constituía assim uma parte importante de um currículo que não precisava ser cursado, mas que desempenhava o papel de uma *fonte silenciosa de ensinamentos*<sup>167</sup>. Assim como outros espaços, a escola também era responsável pela formação das estruturas mentais dos indivíduos através de um processo que tanto socializava quanto educava, mas que também, pela sua própria natureza e função e ao contrário de outros

---

<sup>165</sup> ESCOLANO, Agustín. Arquitetura como programa. Espaço-escola e currículo. In: ESCOLANO, Agustín; FRAGO, Antonio Viñao. **Currículo, espaço e subjetividade**: a arquitetura como programa. 2 ed. Rio de Janeiro: DP & A editora, 2001, p. 29.

<sup>166</sup> MONARCHA, Carlos. Arquitetura escolar republicana: a escola normal da praça e a construção de uma imagem de criança. FREITAS, Marcos Cezar; KUHLMANN Jr., Moysés (orgs.). op. cit., p. 110.

<sup>167</sup> ESCOLANO, Agustín. op. cit., p. 30.

espaços, também era responsável por situar e ordenar essas estruturas mentais com a mesma finalidade específica de socializar e educar a *tudo e a todos quanto nele se encontram*<sup>168</sup>.

Quando a escola deixa de ser um lugar onde a ausência de especificidade - como ocorria no Império, em que as aulas eram realizadas em estabelecimentos arranjados - cede lugar à fixação, a estabilidade e a própria delimitação de edificações próprias e funcionais à Educação, é possível compreender uma série de questões a partir dessa estrutura física e também simbólica, que vai desde sua estruturação interna - divisão de salas de aula, ornamentação, setorização das atividades - até sua dialética do interno e do externo, ou seja, a construção de uma identificação específica tanto para aquilo que estava dentro, quanto fora dela. Essas questões nos permitem ainda perceber as relações mantidas entre os membros da instituição, a distribuição interna dos espaços e os objetos que se encontravam no interior do espaço escolar.

### **3.1. A construção do Grupo Escolar Augusto Severo e sua relação com a cidade moderna**

A rota que iria guiar a nova orientação do ensino oficial no Estado teve como “ponta-pé” inicial a lei de nº 249, de 22 de novembro de 1906, que autorizava *o governo a reformar a instrução pública, dando especialmente ao ensino primário moldes mais amplos e garantidores de sua proficuidade*<sup>169</sup>. De acordo com o decreto, além de autorizar a construção de um prédio escolar moderno nos moldes dos de São Paulo e que aformosearia a praça “Augusto Severo”, o governo tentava resolver ainda a falta de regularidade no funcionamento das escolas da Capital e do Estado, que se apresentava como um grave problema, visto ser essa mesma irregularidade resultado não só da ausência de preparo e organização dessas escolas, como também

---

<sup>168</sup> FRAGO, Antonio Viñao. Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e questões. In: ESCOLANO, Agustín; FRAGO, Antonio Viñao. op cit., p. 64.

<sup>169</sup> A REFORMA do ensino: texto e comentario da Lei n. 405, de 29 de novembro de 1916. Natal: Typ. D’Republica, 1917, p. 3.

da própria falta de alunos e de professores que pudessem dar a elas o caráter de escolas.

Além disso, alguns grupos escolares já existentes não podiam fazer jus ao nome que recebiam, uma vez que o ensino graduado, uma de suas principais características, não apresentava a menor condição de ser realizado, em muitos desses grupos só havia funcionando regularmente duas cadeiras apenas. A partir desse quadro, uma das primeiras decisões adotadas foi a conversão desses grupos em escolas isoladas, com um ensino mais simples e podendo ser efetuado, quando necessário, em menor duração, assim como o ofertado pelas escolas rudimentares. O plano de ensino dessas escolas, que teria duração de dois anos, tinha como principal atributo alfabetizar as crianças com um currículo que compreendia as disciplinas tidas como fundamentais, ou seja, a leitura, a escrita e a aritmética, ampliados apenas pela leitura da Constituição e da História Pátria, pelo ensino sistemático do civismo, da história nacional e da “geografia prática”<sup>170</sup>.

Os planos para a construção do primeiro prédio público apropriado à atividade escolar em Natal, e que deveria ser a sede do primeiro grupo escolar da cidade propriamente dito, coincide com a escolha de um lugar propício à construção da Estação da Estrada de Ferro Central em 1907. Isso porque a antiga escola pública masculina localizada no bairro da Ribeira, a Escola Primária Professor Lourival Camara, foi vista como o lugar mais apropriado para a construção dessa estação. A defesa pela desapropriação do prédio foi pautada no discurso de que o mesmo se apresentava como estando pouco adaptado às novas exigências higiênicas da arquitetura escolar já vigente nos centros mais desenvolvidos do país, como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Após a sua desapropriação, a construção de uma nova escola na cidade tornou-se causa urgente. O orçamento e a planta do prédio já haviam sido calculados e planejados desde 1906 sob as ordens do então governador Tavares de Lyra, mas que, por falta de recursos e até de um espaço apropriado à sua localização, não puderam ser postos em prática. A responsabilidade pelo projeto foi dada ao arquiteto mineiro Herculano Ramos e como característica principal deveria estar em consonância com os grupos escolares de São Paulo, em especial a Escola Normal da

---

<sup>170</sup> LIMA, Nestor dos Santos. op. cit. 1927, p. 5.

Praça, sediada na Praça 7 de Setembro<sup>171</sup>. O mesmo arquiteto foi responsável por outras diversas obras da prefeitura, como a construção do cais Augusto Lyra, o palacete do Congresso, pelo projeto para a construção de um edifício que deveria servir ao Superior Tribunal de Justiça, entre outros.

Contudo, foi somente em 1907 que a construção do novo grupo escolar da Capital começou a ser efetuada. Ao grupo foi dado o nome da mesma praça em que foi construído - Augusto Severo. Não por acaso, Augusto Severo representava para a cidade um dos elementos mais significativos da modernidade - a aviação. Homem de grande prestígio, dentro e fora do Estado, era manchete constante nos jornais locais, notícias estas trazidas inclusive de outros países. Além do nome ilustre, o novo prédio seria construído ao lado do teatro Carlos Gomes e junto com ele representariam a morada da arte e da intelectualidade natalense - grupo escolar e teatro formavam, juntos, uma espécie de centro da cultura da capital.

A obra teve seu início sob as ordens do governador Antonio José de Mello e Souza, antigo diretor da instrução pública durante o primeiro mandato do governador Alberto Maranhão. A princípio o edifício foi orçado em 50.201\$508, sendo necessárias à sua conclusão outras somas ainda maiores de dinheiro, essas destinadas ao provimento das cadeiras de ensino que ali deveriam funcionar e ao aparelhamento interno do Grupo, como material didático, carteiras, aparelhos sanitários, entre outros. O grupo escolar foi inaugurado em 12 de junho de 1908, durante o mandato do governador Alberto Maranhão, a princípio funcionando também como escola de aplicação para os alunos da Escola Normal. Desta maneira, o grupo também adquiriu o caráter de escola modelo, devendo funcionar como exemplo arquitetônico e institucional para qualquer outro grupo escolar construído no Estado posteriormente<sup>172</sup>.

A localização do Grupo Escolar Augusto Severo numa das principais praças da cidade, seguia os moldes dos grupos escolares paulistas e que acabou se tornando a regra quando a opção pelos grupos escolares se expandiu no restante do país.

---

<sup>171</sup> A Escola Normal da Praça, nome afetivo dado a escola Normal de São Paulo, que abrigava em seu prédio além do curso Normal, a Escola-Modelo Preliminar Antonio Caetano de Campos, a Escola Modelo Complementar e o Jardim de Infância, foi inaugurada em 2 de agosto de 1894 e foi fruto das discussões que buscavam eleger um estilo arquitetônico escolar republicano. MONARCHA, Carlos. op. cit., p. 101.

<sup>172</sup> MENSAGEM apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da segunda sessão da sexta legislatura em 1 novembro 1908 pelo governador Alberto Maranhão, p. 6.

Contudo, é importante destacar que em Natal a oferta de uma área plana que pudesse abrigar o prédio não era abundante, muito pelo contrário, nem tampouco havia praças que pudessem recebê-lo. A Ribeira, enquanto bairro que no início do século XX passou a se caracterizar como uma área comercial da cidade, e que, portanto, constituía um lugar de passagem e de encontro de pessoas, tornara-se um lugar privilegiado para a construção de um prédio que se queria “dar a ver”. Além disso, o bairro já havia sido alvo de intervenções diversas no final do século XIX, que buscavam promover a sua modernização com obras de aterramento, pavimentação de ruas e embelezamento que, entre outras coisas, tentavam resolver também os problemas das constantes inundações do bairro em épocas de chuvas. A própria Praça Augusto Severo foi resultado dessas intervenções efetuadas pelo mesmo arquiteto, Herculano Ramos, encarregado do projeto de construção do grupo escolar e pelo tratamento arquitetônico do aterro da Campina da Ribeira alguns anos antes, em 1904.

Por outro lado, a escolha da localização de um prédio escolar também passava por outras racionalidades que não apenas a oferta de terreno e que, por sua vez, demonstram as diversas transições que o pensamento escolar passou no decorrer dos tempos, em especial, quando a escola - enquanto edificação - se tornou também um assunto urbano. Assim como as moradias, o espaço escolar foi fonte de incorporações dos preceitos higienistas, como também das novas exigências dos padrões de conforto, funcionalidade e tecnologia. A escolha pelo espaço que melhor se apropriava à construção de um prédio escolar demonstrava, assim, as primeiras preocupações quando se pensava em educação infantil. A própria importância e prestígio da escola passavam pela sua localidade e formas, como o tamanho, a limpeza, sua localização e orientação<sup>173</sup> e; a escolha do local constituía, portanto, a primeira dessas preocupações.

De acordo com o Dr. Alfredo Lyra, responsável pelas premissas da inspeção médico-escolar no Estado e autor do livro *Inspeção medico-escolar*, a escolha do local para a construção da escola considerada moderna e urbana deveria ser

---

<sup>173</sup> ESCOLANO, Agustín. Arquitetura como programa. In: ESCOLANO, Agustín; FRAGO, Antonio Viñao. op cit., p. 37.

Judiciosamente feita, e tanto quanto possível, deverá recahir em um terreno salubre, sêcco, de preferência n'uma elevação livre que assegure a todas as classes ar e luz; afastados dos centros movimentados e bulhentos (...). O edifício deve ser situado no centro da localidade, de maneira a bem servir à população escolar e sem obrigar as creanças a fazerem longos percursos (...), deve a escola ocupar um quadrilátero de faces livres, dentro do alinhamento das ruas e ladeado de arborização, a orientação será influenciada pelo grande poder bactericida da luz solar, no saneamento e na desinfecção natural. Entre nós, é recomendada a orientação nordeste ou sudeste que realiza o Maximo de illumination, nas primeiras horas do dia, e, á tarde, contra a ardência dos raios solares e o calor excessivo, torna a escola protegida pelo vento ameno que campeia na região nordestina (...). O solo occupado pelo edifício deve ser impermeabilizado por uma camada de concreto, asphalto, argilla batida ou de betume que isola das visinhanças insalubres e das infecções possíveis<sup>174</sup>.

A salubridade do terreno aparece, nesse momento, carregada de outros valores além da limpeza e da higiene do espaço escolar. Assuntos como ventilação, iluminação, barulho, poluição atmosférica, por exemplo, se tornam temas indispensáveis do projeto. Coincidindo também com os apelos contra o que se denominava por “*vizinhanças insalubres*”, tidos como aqueles lugares considerados perigosos, imorais, responsáveis pela corrupção não só do corpo, mas também da mente e da moral das crianças, despertando na infância desde cedo as obscenidades, não consagrando à escola o devido respeito e não garantindo a ela a *hygiene moral*<sup>175</sup>. A escolha de sua localização, portanto, evitaria todas as condições anti-higiênicas contrárias à missão educadora e social da escola moderna, distanciando-se não só de fábricas, hospitais, asilos, centros movimentados, cemitérios, entre outros, como também dos locais de tolerância de hábitos imorais, como bares, clubes e tabernas.

Além disso, a escolha de sua localização ainda poderia dizer muito do papel social que a escola deveria desempenhar dentro da cidade. Quando o grupo escolar Augusto Severo passa a ocupar um lugar de destaque ao lado do teatro Carlos Gomes, assume, sem dúvida, o sentido de irradiador da cultura letrada, ao contrário, por exemplo, de outros grupos escolares. O próprio grupo Frei Miguelinho, construído posteriormente no bairro do Alecrim, em 1914, assumiu, como o próprio

---

<sup>174</sup> LYRA, Alfredo. **Inspecção Medico-Escolar**. Natal: Atelier Typ. M. Victorino; A. CAMARA & C. 1922, p. 29.

<sup>175</sup> Ibid., p. 25-26.

bairro, caracterizado como um bairro proletário, a função de ensinar também um ofício às crianças pobres através da criação de cursos profissionalizantes, como o de marcenaria e de sapataria. Quando o Grupo Escolar Augusto Severo decide criar cursos profissionalizantes, a principal atividade será a de formar professores e novos músicos, determinando por definitivo sua identidade de propagador e incentivador da cultura local.

De fato, não sabemos se todas essas exigências, enquanto escolha do terreno, foram cumpridas quando a Praça Augusto Severo foi escolhida como o lugar para a construção do primeiro grupo escolar da cidade, mas, sem dúvida, a mesma praça não era um dos pontos mais elevados. Muito pelo contrário, a Ribeira caracterizava-se, desde a gênese da cidade, como sendo a parte baixa de Natal. A solução do problema, contudo, foi dada no próprio nivelamento do prédio em relação à rua, com alicerces mais altos que o plano da praça a escola assumia a dimensão esperada, ostentando entre outras coisas grandeza, beleza e uma arquitetura moderna de estilo eclético com características *art nouveau*, elementos neoclássicos e do rococó, conforme analisado por Ana Zélia Maria Moreira<sup>176</sup>. A imagem do prédio do grupo escolar Augusto Severo nos dá dimensão da grandiosidade e opulência da arquitetura escolar, que também se assemelhava bastante ao próprio modelo arquitetônico do prédio do teatro Carlos Gomes.

---

<sup>176</sup> MOREIRA, Ana Zélia Maria. **Um espaço de modernidade educacional**: grupo escolar Augusto Severo. Dissertação de Mestrado. UFRN. Natal, 2005.



**Fig. 1.** Fotografia da fachada externa do Grupo Escolar “Augusto Severo”.

Além da escolha do terreno, outras orientações eram ainda mais exigentes, demonstrando um discurso marcadamente científico cada vez mais forte e abrangente, fosse em relação às características e resistência dos materiais escolhidos para a construção do prédio escolar, responsáveis por garantir a sua solidez, ou mesmo da preparação do solo. Assim palavras como umidade, oxidação, resistência, porosidade, bactérias, infecções etc., são cada vez mais frequentes. Um bom exemplo desse discurso são as explicações dadas pelo Dr. Alfredo Lyra quando defende a necessidade de um preparo apropriado do solo e o emprego de materiais específicos no fabrico dos alicerces e fundações da construção escolar. Para o médico, esses cuidados na escolha do material e no preparo do solo poderiam evitar diversos problemas, o emprego de materiais impermeáveis, por exemplo,

previne a ascensão capillar da água tellúrica e impede de serem atacadas as paredes formando depósito de salitre, vegetações microbianas, bolores e bactérias e as madeiras pelos parasitas animais, termites, etc..., e vegetais, mofo, etc. A causa mais grave da umidade e que constitui a higroscopicidade é a propriedade

que oferece a estrutura de certos materiais de reterem a água nos poros, lacunas e interstícios (...)<sup>177</sup>.

Quanto às paredes — suas espessuras deveriam garantir a proteção térmica da escola, sobretudo das salas de aula — deveriam ser construídas com materiais de pouca *conductibilidade* e permeabilidade *calorificas*. As paredes ainda deveriam ser revestidas por *enducto hydrofugo de argamassa fina e homogenea, evitando os ornamentos salientes e reentrantes*. Estavam descartados outros revestimentos como os papéis coloridos que, aderidos com gelatina e cola, que, por serem de impossível asseamento, permitiam o surgimento da *vegetação do penicillium brevecaule*, uma vez que, *dos papeis contendo productos arsenicaes, forma-se e expande-se um gaz toxico — as H(C2 H5)2 — a ethylarsina*<sup>178</sup>.

As dimensões do prédio escolar Augusto Severo demonstram por si só motivos plausíveis pelos quais se tornou uma referência de arquitetura moderna na cidade e da posição de importância que a educação primária e pública adquiria naquele momento.

Num terreno de 1.794,00 m<sup>2</sup>, o prédio ocupava uma área construída de 540,00 m<sup>2</sup>. A entrada do Grupo Escolar ficava a um recuo bastante seguro da rua, não só pela sua calçada, mas também por um pequeno pátio que separava o gradão de ferro dos portões externos da porta de entrada que dava acesso ao interior da escola. O mesmo recuo também era percebido em relação às suas laterais e aos fundos do prédio. Com um pé direito de 4,50 m, o grupo ainda garantia sua imponência pelo desnivelamento em relação à rua. Somava-se a esses 4,50 m do pé direito uma altura de 1,20 m que o separava da praça e ainda ajudava a diminuir os efeitos dos constantes alagamentos.

Em relação às suas disposições internas, o grupo escolar contava com quatro salas de aula, uma sala de direção, um arquivo, uma secretaria, dois vestíbulos divididos por sexo, dois pátios de recreio igualmente divididos e banheiros masculinos e femininos.

---

<sup>177</sup> LYRA, Alfredo. op. cit., p. 29.

<sup>178</sup> Ibid., p. 30.

As salas de aula estavam dispostas retangularmente, sendo duas destas com dimensões de 10 m de comprimento por 7 m de largura, e outras duas salas de aula com dimensões de 7 m de comprimento por 6 m de largura. Outros ambientes como a sala da direção e a sala de arquivo contavam, respectivamente com 6 m por 5, 46 m. Já os vestíbulos tinham dimensões de 6 m por 5, 50 m. A sala da direção se comunicava através de portas e janelas com uma sala de aula, com a secretaria, a sala de arquivo e um vestíbulo, que não sabemos se eram masculinos ou femininos ou destinados aos professores e funcionários do grupo escolar<sup>179</sup>.

A entrada de meninos e meninas ocorria exclusivamente pelas laterais do prédio, indicados por duas estátuas de bronze, cada uma destas representando um sexo, enquanto que os professores e funcionários entravam pela porta frontal do Grupo. A saída para os pátios de recreio também se davam por portas laterais, estas localizadas no fundo

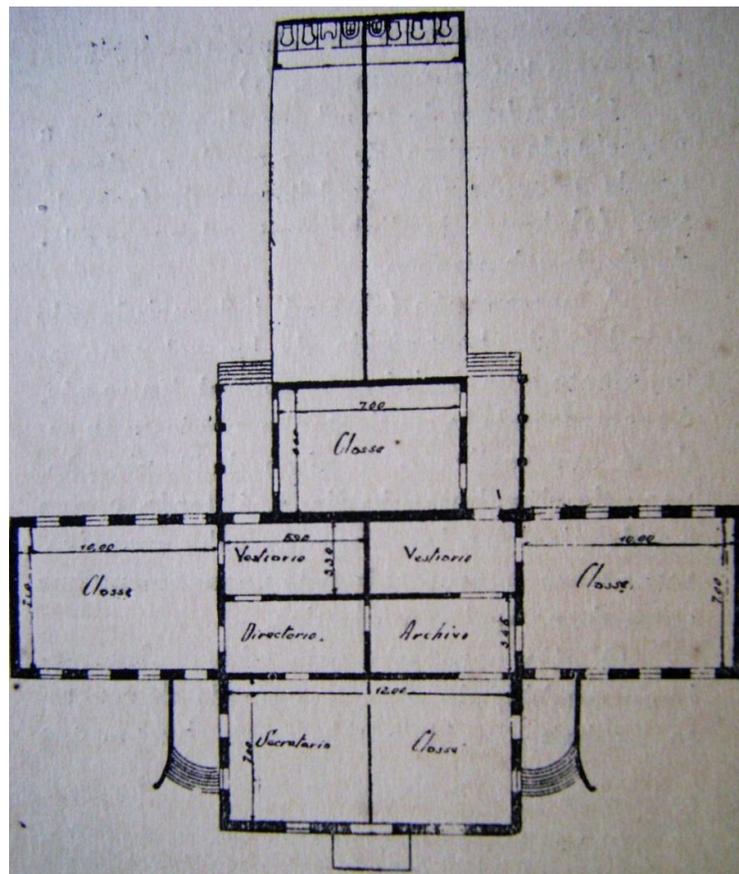


Fig. 2. Planta baixa do prédio escolar Augusto Severo.

da escola, igualmente separadas por sexo. É interessante perceber que, apesar de o

<sup>179</sup> Essas disposições internas do prédio estava longe de coincidir com o modelo radial ou panóptico, como alguns trabalhos afirmam [ver MOREIRA, Ana Zélia Maria], o que nos leva a pensar num tipo de disciplinamento escolar em que o poder estava regulado por uma outra dinâmica, baseado muito mais nas relações de co-presença do que por uma vigilância onipresente ou invisível. A presença física portanto - esta representada pela figura do professor, se fazia mais forte e presente do que a figura do próprio diretor, estando este incumbido muito mais das atividades administrativas da escola do que da tarefa de um vigilante atento e invisível, e daí deriva também a necessidade de comunicação de sua sala com outros espaços que não as salas de aula, como por exemplo, a entrada da escola, a secretaria e o arquivo, conforme pode ser visualizado na planta acima.

grupo escolar Augusto Severo contar com turmas masculinas, femininas e mistas, a divisão por gênero era bastante forte, sendo permitido o encontro de meninos e meninas apenas no interior das salas de aula, em se tratando das aulas mistas. Essa coexistência se dava sob os olhos atentos de professoras e professores, até mesmo em horários marcadamente de descanso, liberdade e diversão, como o recreio, meninos e meninas continuavam igualmente divididos.

#### **4. As determinações para o ensino público primário**

Como vimos, o início do período republicano foi assinalado por um discurso em que a educação pública aparecia como um dos aspectos que mais exigiam a atenção das camadas dirigentes, fosse em relação à construção de escolas, fosse em relação à reformulação do sistema educacional. Contudo, essas reformulações não se deram de maneira abrupta, nem tampouco foram responsáveis pela remodelação total do ensino primário, mesmo se nos ativermos a uma escala nacional. Todavia, é possível encontrar em Natal algumas tentativas de reformulação da instrução pública que merecem destaque por proporcionar um certo rompimento no cotidiano infantil dentro da cidade, uma vez que, juntamente com a construção dos grupos escolares, houve, também, todo um esforço para que as famílias pobres colocassem os filhos na escola, proporcionando assim o surgimento de uma população escolar infantil fora dos círculos das classes dominantes da Capital, que era até então inexistente.

É importante ressaltar que, ao contrário do que ocorreu em outros grupos escolares espalhados pelo Brasil, como o Caetano de Campos em São Paulo, por exemplo, em que grupos escolares acabaram se transformando em redutos de uma elite dominante<sup>180</sup>, em Natal, os grupos escolares vieram desde sua gênese atender principalmente às classes pobres da cidade, não só pobre, mas também àquelas crianças desprovidas até mesmo dos bens materiais mais primitivos, como roupas e sapatos<sup>181</sup>.

---

<sup>180</sup> Ver: SOUZA, Rosa de Fátima, op. cit., 1998.

<sup>181</sup> Nesse sentido, é recorrente, por exemplo, a defesa por parte dos diretores e professores da instrução pública primária de Natal, pela organização de caixas escolas visando a arrecadação de algumas

Além desse aspecto, a construção dos grupos escolares serviram também para colocar uma determinada ordem no que diz respeito à organização de um modelo único para a educação primária no Estado, sistematizando métodos, programas, estabelecendo regras, e, sobretudo, ressaltando a necessidade de profissionais formados e conhecedores das ciências e dos métodos modernos de ensino. A escolha por uma educação laica, por exemplo, foi sem dúvida responsável por um grande salto qualitativo em relação às disciplinas que deveriam ser aprendidas pelas crianças e necessárias para a construção do homem/cidadão modernos.

É importante ressaltar que a determinação de uma educação laica na instrução pública não delimitou o fim da influência da Igreja Católica na educação infantil do Estado, isso porque a Igreja passava a comandar quase que a totalidade das escolas particulares de maior porte criadas no Rio Grande do Norte durante as primeiras décadas do regime republicano. São exemplos dessas instituições a Casa de Educação Feminina, criada em 1902, posteriormente denominada de Colégio Imaculada Conceição, o Colégio Diocesano Santo Antonio, fundado em 1903, o Colégio Coração de Maria, fundado em Mossoró em 1912, o Colégio Nossa Senhora das Vitórias, fundado em Açu em 1927, entre outros. Ainda nesse sentido, foi comum a participação de religiosos na Associação de Professores do Estado, e, sobretudo, suas contribuições como colaboradores das revistas de educação da Capital, entre elas a Revista *Pedagogium*.

Sem dúvida, a construção do grupo escolar “Augusto Severo” foi um marco incentivador para mudar o quadro de indefinições que vinha se arrastando desde a proclamação da república, isso porque uma escola nova, representante dos princípios mais modernos em termos arquitetônicos, implicava também na necessidade de reformular todas as bases de organização até então vigentes da instrução pública na

---

somas de dinheiro para poder oferecer às crianças pobres da capital o mínimo de vestuário, como roupas e sapatos. Além de desempenhar outras funções de caráter assistencialista. A caixa escola foi uma criação do professor Luiz Soares, então diretor do Grupo Escolar Frei Miguelinho com o intuito de auxiliar as crianças pobres da capital, inclusive aquelas incapacitadas de frequentar as escolas por falta de roupas e livros. Nesse caso, a caixa escola desse grupo acabou ainda por exercer outras funções, como por exemplo, prestar assistência médica, fornecer medicamentos e certidões de nascimento, além de funcionar como caixa econômica, em que os alunos com melhores rendas podiam fazer depósitos de dinheiro e recebê-los ao final do ano letivo com correção e juros. A iniciativa do professor Luiz Soares influenciou a reforma do ensino realizada em 29 de novembro de 1916, se tornando uma das medidas que deveriam ser estendidas a todas as escolas públicas do estado. A REFORMA DO ENSINO: texto e commentario da Lei n. 405, de 29 de Novembro de 1916. Natal: Typ. d’A Republica, 1917; NOBRE. P. Caixas escolas. **Revista Pedagogium**, Anno I. n. 2. Natal, novembro de 1921.

cidade e, ao se tornar a escola modelo da capital, o grupo passava a definir as bases nas quais a organização da educação primária, em Natal ou no interior do Estado, deveriam seguir.

Os grupos escolares construídos posteriormente à escola modelo teriam a obrigação, pelo menos na teoria, de operar como uma unidade obedecendo às mesmas prescrições no que diz respeito à qualificação dos professores, ao material escolar, à disciplina, aos conteúdos, ao calendário, como também aos exames, matrículas e higiene dos prédios e dos alunos. Para isso, o governo do Estado passava a assumir a responsabilidade pela criação e pela fiscalização de grupos escolares dentro do Rio Grande do Norte, pondo fim a uma discussão que já vinha de muito antes, sobre quem seria o responsável pela construção e manutenção das escolas primárias, se o governo do Estado ou as próprias municipalidades.

Uma primeira tentativa de reformulação da instrução pública na Capital, que nos parece ter surtido algum efeito, foi realizada durante o primeiro mandato do governador Alberto Maranhão, através do decreto n. 178 de 22 de abril de 1908<sup>182</sup>, que buscava reformular não só as bases do ensino primário, como também a necessidade de constituir o magistério como uma profissão<sup>183</sup> e que, portanto, exigia uma formação muito mais específica do que apenas uma “inclinação inata” para lidar com as crianças. O próprio sucesso dessa reforma dependia *principalmente da preparação pedagógica dos novos mestres*<sup>184</sup>, que, após diplomados, poderiam substituir os vários professores provisórios encarregados de ministrar as aulas das escolas públicas do Estado. Essa medida, por sua vez, trouxe algumas implicações. Transformar o magistério em uma profissão exigia, além de uma formação especializada, a necessidade de uma remuneração que fosse não só suficiente para a sobrevivência dos professores e professoras, mas que também servissem para

---

<sup>182</sup> Essa reforma trazia como base a lei n. 249 de 22 de novembro de 1907 que mandava promover a reforma da instrução pública no Rio Grande do Norte, assim como ordenava a criação do primeiro grupo escolar do Estado nos moldes dos de São Paulo.

<sup>183</sup> Essa profissionalização do ensino estava baseada, conforme demonstrado por Rosa Fátima de Souza, numa renovação da educação e de um saber pedagógico, através da definição de um campo profissional nutrido pelas idéias educacionais mais modernas em circulação, não só dentro como também fora do país, baseados, sobretudo na formação dos professores e na adoção do método intuitivo. Ver: SOUZA, Rosa de Fátima. op. cit. 1998 p. 158.

<sup>184</sup> MENSAGEM apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da primeira sessão da sétima legislatura em 1 novembro 1910 pelo governador Alberto Maranhão., p. 6.

estimulá-los. Essa medida dava início, portanto, a um processo que depois se tornaria a regra – o de institucionalização da profissão de professor<sup>185</sup>.

Com esses objetivos, foi criada através do decreto n. 178, de 29 de abril de 1908, a Escola Normal com o encargo de preparar professores de ambos os sexos. A Escola passava a ter sede própria, ocupando uma área anexa ao Colégio Atheneu Norte Rio Grandense, como também a seguir parâmetros específicos para a formação de professores nos métodos modernos, ou seja, *pelo método intuitivo* ou *lições de coisas*, como passou a ser comumente conhecido. O curso teria a duração de quatro anos, distribuídos entre o curso propedêutico de aperfeiçoamento das disciplinas aprendidas nas escolas primárias, e o curso profissional, propriamente dito, *no qual os alumnos vão aprender a ensinar, que será feito no terceiro e quarto annos, sendo obrigatoria, durante este curso, a frequencia no Grupo Escolar Modelo*<sup>186</sup>.

Essa reforma parecia estar focada, portanto, muito mais na preparação desses mestres e na organização efetiva da instrução pública. A criação de uma Diretoria Geral da Instrução, por exemplo, é um bom indicativo dessa inclinação. Esse órgão teria como encargo principal a organização das bases nas quais as escolas deveriam funcionar, como também, a função de fiscalizar todos os outros órgãos até então existentes que se tornavam, assim, subordinadas à Diretoria Geral. Dessa maneira, os grupos escolares espalhados pelo Estado passavam a ser de responsabilidade do poder estadual e não mais dos municípios, que ficaram encarregados apenas da construção de prédios próprios que estivessem dentro das exigências de higiene e asseio estabelecidas pela Diretoria Geral.

Os anos que se sucederam a essa reforma foram assinalados por um surto de criação de grupos escolares na Capital e no interior Estado. Ao todo foram criadas 23 destas instituições entre os anos de 1907 e 1913.

Outra reforma de relevância foi efetivada alguns anos depois, em 1916, apresentando um caráter bem mais abrangente, sobretudo no que dizia respeito ao próprio funcionamento dos grupos e das demais escolas primárias. Essa reforma foi resultado de uma comissão nomeada pelo governador do Estado, Ferreira Chaves, que contava com a presença de Manoel Dantas, chefe da comissão e diretor da

---

<sup>185</sup> O termo professor passava a significar àqueles profissionais que obtinham conhecimento e formação apenas no interior da Escola Normal e não mais aos indivíduos que, de uma forma ou de outra, praticavam o magistério de maneira não regulamentada.

<sup>186</sup> A REFORMA do ensino. op. cit., p. 12.

instrução pública do Estado, Henrique Castriciano, Antonio de Souza, José Augusto e Moysés Soares. A reforma trazia como principais pontos de discussão a organização e fiscalização geral do ensino; criação de novos órgãos como os Conselhos Escolares; estabelecimento de um ensino leigo em todos os seus aspectos; divisão entre as diversas etapas da vida escolar - ensino primário, secundário e profissional; liberdade total para os estabelecimentos de ensino privados no que dizia respeito aos métodos e ao regime didático, *ficando somente sujeito á fiscalização do Governo no que se referir á higiene, á moralidade e ao conjunto das matérias ensinadas, dentre as quais terá sempre o primeiro logar a língua nacional*<sup>187</sup>. Até mesmo as escolas fundadas por estrangeiros teriam essa obrigação, podendo ser fechada caso a descumprisse.

Em relação ao ensino primário, ficava estabelecido que este seria ministrado em todo o desdobramento do método adotado, nos grupos escolares e nas escolas isoladas, por meio de cursos graduados - infantil, elementar e complementar, e de modo rudimentar, ou seja, sem a graduação presente nos grupos, nas escolas noturnas e ambulantes; a higiene dos prédios escolares deveria seguir as mesmas normas estabelecidas para as habitações no que dizia respeito ao conforto, higiene e localização. O prédio deveria ocupar a parte central dos terrenos; estes, por sua vez, elevados e secos; não estabelecer ligações com outros prédios, especialmente de estabelecimentos comerciais ou casas de diversão, *que possam prejudicar a frequencia e a moralidade escolar*. Quanto às suas dimensões, ficava estabelecido como medidas mínimas: a altura de 4 metros para o pé-direito; salas de aula em formato retangular, com o comprimento de 7 metros e uma largura de 6 metros. Tais salas teriam a capacidade de comportar 40 alunos e não mais do que isso. Assim como as escolas públicas, a construção de escolas particulares e municipais também estariam sujeitas à aprovação prévia por parte do Estado, da planta do prédio e, caso não atendessem às mínimas exigências estabelecidas pela comissão responsável pela regulamentação da instrução pública, poderiam inclusive, ter sua construção interdita.

Essa reforma teve como ponto principal a centralização da organização da instrução pública estadual em torno do poder executivo. A criação de novos órgãos, como os Conselhos Escolares, habilitava o governo a mover-se livremente pelo

---

<sup>187</sup> Ibid., p. 8.

território da Educação, *dotando-o de serviços mais aperfeiçoados, modificando os actuaes, de maneira a poderem, todos elles, conforme as necessidades de momento, ser alterados, sem precisar da intervenção do Poder Legislativo*<sup>188</sup>. A centralização ia ainda mais longe. Toda a fiscalização e a direção dessas escolas passariam pelo crivo do governo estadual que, para tanto, criava vários órgãos responsáveis pela direção do ensino, como o diretor da instrução pública, os inspetores de ensino, os diretores de estabelecimentos, os conselhos escolares. Todos esses órgãos estariam sujeitos ao Conselho Superior de Instrução Pública formada por oito membros residentes na capital do Estado, com direito a voto consultivo e deliberativo em praticamente todas as questões.

O pagamento dos professores passava a ser de inteira responsabilidade do Governo do Estado, ficando os municípios incumbidos do provimento dos materiais escolares e pedagógicos necessários ao funcionamento das escolas, como carteiras, mapas, livros, quadro negro, entre outros; asseio e conservação dos prédios; o expediente do ensino e a renovação desses materiais. A primeira medida, tentavam pôr fim à grande diversidade de valores pagos aos professores que, de acordo com a reforma, passariam a receber um salário já previamente estipulado respeitando a posição ocupada pelo professor<sup>189</sup> e o seu tempo de serviço, variando também conforme o tipo de escola na qual lecionava, se em escolas rudimentares, isoladas, ambulantes ou grupos escolares. Essa medida também procurava diminuir os constantes abandonos de cadeiras no interior do Estado ocasionados pelos baixos salários, como também aos numerosos pedidos de transferência de professores que preferiam lecionar nos grupos escolares da Capital, onde teriam melhores pagamentos.

No que diz respeito às determinações do ensino público, ficava especificado que o ensino primário teria duração de 4 anos para os grupos escolares, ao longo dos quais as crianças deveriam aprender leitura, escrita, língua nacional, cálculo aritmético, sistema métrico decimal, noções de geometria, de geometria geral, *chorografia* do Brasil, especialmente do Rio Grande do Norte, rudimentos de história pátria, instrução moral e cívica, noções de desenho, noções de ciências físicas e naturais nas suas mais simples aplicações, especialmente a higiene, a agricultura e a

---

<sup>188</sup> Ibid., p.7.

<sup>189</sup> Importante frisar que o Estado só reconhecia como professor e o aproveitava na instrução pública aqueles diplomados pela Escola Normal do Rio Grande do Norte.

zootecnia, economia doméstica, cantos escolares, trabalhos manuais e exercícios físicos. Quanto ao início do ano letivo, ficava determinado que as aulas teriam início e término, tanto nos grupos quanto nas escolas isoladas, no dia 1º de fevereiro e 31 de novembro, respectivamente. E para o grupo escolar modelo, o “Augusto Severo”, de 1º de fevereiro a 31 de outubro, estando suspensos apenas os domingos, dias de festa nacional e os últimos três dias da Semana Santa<sup>190</sup>.

Outra medida importante para a regulamentação do sistema escolar foi a estipulação de regras básicas para o funcionamento e aplicação da disciplina no interior das escolas, regulamentação essa que visava não só ao aluno, como também tirava dos diretores e professores uma ação mais livre e passional com atitudes que pudessem pôr em questão a integridade física do aluno. Ficavam instituídas, assim, algumas penas que poderiam ser aplicadas aos alunos infratores, como a admoestação; repreensão; retirada de boas notas; notas más no boletim; privação parcial do recreio; exclusão do quadro de honra; reclusão na escola depois de concluído o trabalho diário, sob vigilância do professor, por espaço máximo e meia hora; privação de prêmios escolares; exclusão da aula; suspensão de até 15 dias letivos; por fim, eliminação<sup>191</sup>.

Os professores também passavam a estar suscetíveis à aplicação de penalidades que variavam de acordo com a falta cometida. Entre as mais graves estavam as suspensões e a demissão destinadas aos professores que dessem maus exemplos ou inoculassem maus princípios no espírito dos alunos, infligissem as regras estipuladas pelos conselhos superiores da educação, ou utilizassem materiais, entre eles livros e mapas, que não tivessem sido aprovados previamente por esses mesmos órgãos.

O que se percebe, portanto, com essas medidas, é uma diminuição gradativa da autoridade dos professores no interior das escolas, sobretudo no que diz respeito à liberdade de ação individual. Aos poucos, outras relações de hierarquia iam sendo estabelecidas no interior das escolas, que iam muito além daquelas representadas pela figura de um professor soberano ou de um aluno totalmente passivo. A autoridade de soberania que se estabelece nesse momento é encarnada pelo próprio

---

<sup>190</sup> A REFORMA do ensino. op. cit., p. 8-11.

<sup>191</sup> Ibid., p. 13.

Estado, devendo todo o resto estar sujeito a obedecer a suas regras e exercer a função que lhe fora atribuída.

A reforma ainda chama atenção por outro aspecto: o da adoção de um sistema de aplicação de multas para aqueles professores cujas aulas tivessem um grande número de evasão escolar. Este sistema nos parece exigir do professor outras funções não coercitivas. A hierarquia autoritária responsável pela mediação de toda relação professor/aluno cedia lugar ao estabelecimento de uma relação baseada muito mais na confiança de que naquele local; assim, a segurança e a integridade moral e física do aluno estariam resguardadas. Sobretudo, porque transformar a aula maçante, decorativa e monóloga em uma atividade mais atrativa sugeria, antes de qualquer coisa, uma participação mais ativa e espontânea dos alunos nas aulas e, para tanto, havia a necessidade crucial de garantir que essa mesma participação não resultaria em cocorotes, puxões de orelhas ou castigos. A própria Escola Normal desde sua fundação já não tinha os castigos físicos como parte de seu currículo, apesar de muitos pais ainda o clamarem, conforme percebemos na fala do professor primário Antonio Fagundes:

Em nosso tirocinio escolar encontrámos alguns pais que solicitavam a fineza de castigar o filho com bôlos de palmatória, prisões, puxões de orelha, etc. um deles chegou a conferssar-nos que somente acreditava que o filho ‘tomasse termo de homem’ se fosse castigado frequentemente com bôlos e surras, porque era **incorrigível**<sup>192</sup>. [grifo do autor]

Sem dúvida, a diminuição da recorrência à agressão física não deve ter sido um processo rápido, podendo ser percebida em alguns estabelecimentos de ensino tanto dentro, quanto fora da esfera do Estado, fosse durante o período que antecedeu a reforma ou após sua promulgação, mas, pelo menos em relação ao novo papel atribuído ao professor primário, a agressão havia deixado de ser uma de suas atribuições, uma vez que o castigo físico *tem servido muito mais para irritar as crianças do que para fazê-las corrigir os seus erros. Somente as crianças estragadas*

---

<sup>192</sup> FAGUNDES, Antonio. op. cit, 1940, p. 33.

*pela frequência das punições corporais não poderão ser corrigidas pelos sistemas de persuasão e conselho*<sup>193</sup>.

As memórias de Antonio Othon Filho sobre sua vivência no grupo escolar “Capitão Mor Galvão”, localizado na cidade de Currais Novos, pode ser um interessante indicativo desse novo momento educacional no Estado. Ele lembra que certa vez o professor Gilberto da Cunha Pinheiro propunha problemas de frações ordinárias a diversos alunos de sua classe. Após inúmeras respostas corretas, o professor dirigiu-se ao aluno Silvio Bezerra de Melo,

- Seu Silvio, eu parto um jerimum em oito partes, como seis, o que ficou? E Silvio com um arzinho de malícia e a vivacidade que o caracterizava, respondeu: - “Está com a barriga cheia”. Foi uma gargalhada geral em que até o mestre riu. **O aluno, filho do Dr. Tomaz Salustino, não teve punição, como não teria se fôsse outro qualquer.**<sup>194</sup> [grifo nosso]

O episódio demonstra algumas mudanças interessantes na relação entre professor e aluno. A princípio, a cumplicidade e intimidade entre ambos podem ser percebidas através da própria disposição do professor em participar das brincadeiras pueris dos alunos. Tornar a lição risível não parece mais ser uma falta de gravidade extrema. O próprio professor, ao achar graça da brincadeira, concorda em parte com a afirmação do aluno - se ele tivesse comido isso tudo, realmente estaria de barriga cheia, não havia como negar! Nesse caso, o aluno não só errou a resposta que deveria ter dado, como também apontou falhas na maneira pela qual o professor formulara a sua questão, expondo não só sua autoridade na frente de toda a classe, mas também sua qualificação profissional. Em qualquer outro momento da História da Educação, essa atitude poderia ter resultado em diversas punições, como por exemplo, a recorrência à palmatória. Contudo, o bom senso do professor parece ter assumido o lugar de uma autoridade que tornava o mestre inatingível e inquestionável; a brincadeira não foi levada como fator que pudesse estremecer a sua relação com os alunos, nem a sua posição dentro da classe, mas, antes, como um jogo em que todos poderiam participar. Por outro lado, o fato de o aluno pertencer a uma das famílias

---

<sup>193</sup> Ibid., p. 33.

<sup>194</sup> FILHO, Antônio Othon. Introdução. In: \_\_\_\_\_. **Meio século da roça à cidade**: cinquentenário de Currais Novos. Recife: Companhia Editôra de Pernambuco, 1970, p. 37.

mais tradicionais da região também não se tornou fator decisivo na reação do professor; era fato que nada teria acontecido mesmo que tivesse sido qualquer outro aluno o autor da façanha, conforme fora relatado por seu amigo.

#### **4.1. O lugar dos métodos e das práticas pedagógicas**

O método intuitivo<sup>195</sup>, tido como o mais moderno em relação às novas bases pedagógicas da educação infantil e considerado símbolo da renovação e modernização educacional nesse momento passava a ser o modelo no qual os professores deveriam basear todo o seu projeto. Esse método firmado, sobretudo, numa educação indutiva respeitando as diversas fases do desenvolvimento psicológico da criança, vinha se contrapor a uma educação tradicional calcada na repetição e memorização dos conteúdos ensinados. A nova visão acerca da natureza infantil exigia um método que, além de respeitá-la, pudesse desenvolver de maneira mais satisfatória tais aptidões. Para tanto, a obtenção do conhecimento deveria se dar através da observação, experiência e dos sentidos. A experiência concreta no processo de aprendizagem infantil se tornava, assim, um ponto crucial do método intuitivo.

Esse método estava ancorado em uma base material que sustentava a própria produção das idéias e do conhecimento. Essa base material passava a ser encontrada nos materiais didáticos, nas mobílias adequadas, como também nos prédios escolares, tecnologias e processos produtivos, na elaboração desses instrumentos e de seus significados. A aprendizagem deixava de ter na memorização a chave de todo conhecimento apreendido na escola. O indispensável no processo de aprendizagem infantil passava a ser a educação dos sentidos e de uma consciência sólida dos objetos em seu entorno - visão, olfato, tato e até o paladar eram indispensáveis para o novo método.

---

<sup>195</sup> O método intuitivo foi formulado na Alemanha no final do século XIX, e tinha como um de seus principais fundadores Pestalozzi, que buscava através da psicologização do ensino adaptá-lo ao que ele denominava de “espírito infantil”, e que, de acordo com ele, tinha como características principais a curiosidade, a imaginação, a inquietude e a recreação. Dessa forma, é possível afirmar que o método intuitivo trazia em sua gestão não só uma nova forma de ensinar, como também uma nova percepção em relação à criança e, portanto, uma nova maneira de representá-la.

A escola moderna, ancorada nos métodos modernos, passava a re-significar também o sentido de educar, educação esta voltada, sobretudo para as exigências da nova vida social que se anunciava. A mesma transformação percebida no sentido atribuído à educação passava, também, a dar ao aluno uma nova identidade, o aluno bom não deveria mais ser considerado o aluno dócil, aquele que melhor se adaptava à disciplina e ao processo livresco, mas aquele aluno capaz de transformar o conteúdo aprendido em habilidades que proporcionassem o domínio de si mesmo.

Aprender já não é assimilar. O conceito do vocábulo modificou-se através do tempo e a sociedade imprimiu novos rumos aos fins da Educação. Aprender significa hoje integrar-se no ambiente, adquirir habilidade, e educar se resume no domínio de si mesmo, na elevação das forças necessárias para resolver os problemas sociais e humanos. (...) Como poderá, então, atingir essa finalidade uma escola que não seja, realmente, de vida, de experimentação e de atividade?<sup>196</sup>

Além disso, a aplicação por parte dos educadores desses métodos estava empenhada em oferecer uma educação moral bem diversa daquela baseada apenas em valores religiosos, como a virtude, a honestidade, a decência etc., mas procurava dotar o indivíduo de um raciocínio baseado na razão, regido pelos princípios da ciência e pela compreensão das leis. E isso a própria Constituição do Brasil passa a ser leitura obrigatória em muitas escolas públicas do Rio Grande do Norte. A compreensão das leis se tornava peça chave desse discurso para que o cumprimento das leis morais, sociais, cívicas e até religiosas pudesse ser efetivado. A educação primária passava a ser o período da escolaridade por excelência desse aprendizado, uma vez que constituía a base da formação integral do cidadão. *É sobre ela que se assentam todas as outras; ela é o ponto de apoio das nacionalidades e a segurança das democracias*<sup>197</sup>.

Esse método trouxe alguns obstáculos difíceis de transpor. Em princípio sua aplicação exigia uma ampla variedade de material didático. Todas as matérias exigiam materiais específicos e indispensáveis ao aprendizado. O professor Luiz Soares, na Revista de Ensino, faz a seguinte listagem dos itens considerados como objetos necessários aos grupos:

<sup>196</sup> FAGUNDES, Antonio., op. cit., 1940, p. 53-54.

<sup>197</sup> Ibid., p. 116.

Um globo geographico, um mapa da terminologia geographica, um mappa da America do Sul, um da America do Norte, um da Europa, um Mappa-Mundi, um de Cosmographia, um de figuras geometricas, um contra o Impaludismo, um contra a febre amarela, um do Brazil, uma carta, de Parker, de Arithmetica, uma colleção de mappas do corpo humano (12 mappas) uma colleção de solidos geometricos, uma regua T para quadro negro, um transferidor, um compasso para giz, um mappa do systema metricos, uma caixa do systema metrico, uma colleção de quadro das quatro estações do anno, uma colleção de mappas das quatro regiões da terra, seis caixas de giz branco, duzentos alphabetos de papelão para linguagem<sup>198</sup>.

Sem dúvida, nem todas as escolas primárias da capital tinham acesso a esses equipamentos didáticos, nem, tampouco, contavam com laboratório equipados para aulas experimentais, sobretudo quando saímos do universo dos grupos escolares, cujos materiais importados, especialmente da Alemanha, aparecem nas prestações de conta do governo estadual.

Mesmo assim, é possível perceber que o método intuitivo foi amplamente aplicado, se não com utilização desse material didático, pelo menos em seus preceitos mais importantes, um manual básico sobre ele – *Lições de coisas*, de V. Martel, por exemplo, era leitura obrigatória para os professores das escolas rudimentares, consideradas apenas como local de alfabetização básica das crianças<sup>199</sup>, se diferenciando de maneira significativa na instrução ofertada pelos grupos escolares.

Apesar de não termos imagens desses laboratórios no interior dos grupos escolares, nem na Escola Normal, onde sabemos que existiam, é possível, a partir da Escola Doméstica<sup>200</sup>, inaugurada em 1 de setembro de 1914, ter uma mostra da vasta influência que o método intuitivo passou a exercer nas escolas da Capital, tanto na sua aplicação como também na importância dada à experimentação como forma

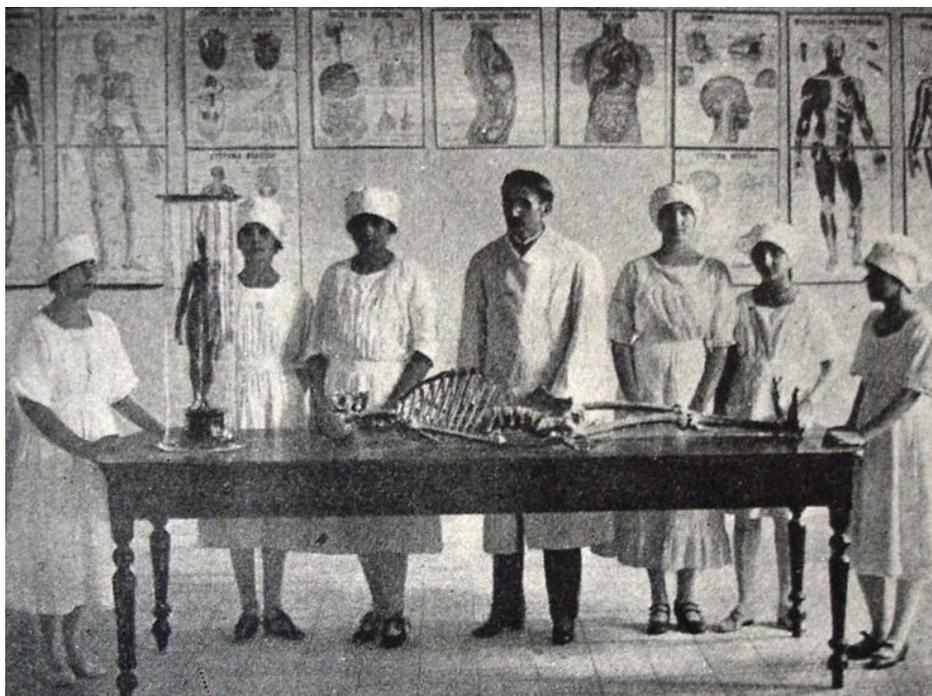
---

<sup>198</sup> SOARES, Luiz. Material Pedagógico para os grupos escolares. **Revista de ensino**. Anno I. Num. 3. Natal: junho de 1917, p. 9.

<sup>199</sup> REGIMENTO interno das escolas rudimentares. Natal: Typ. d' A República, 1925.

<sup>200</sup> Apesar de a Escola Doméstica não pertencer à esfera pública, mas sim privada, o governo do Estado foi responsável por parte de sua construção e pelo provimento do mobiliário e dos materiais didáticos utilizados na escola, por isso suas imagens podem nos oferecer uma mostra de como estariam organizados esses laboratórios nos grupos escolares e na Escola Normal. Ver: MENSAGEM apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da segunda sessão da oitava legislatura em 1 novembro 1914 pelo governador desembargador Joaquim ferreira Chaves.

primordial de obtenção e produção do conhecimento e da valorização atribuída ao material destinado à realização de aulas práticas.



**Fig. 3** Aula de anatomia humana

A escola em questão não só foi equipada com os materiais didáticos considerados os mais modernos, como também contava com algumas salas mobiliadas especificamente para cada matéria ensinada, como a sala de puericultura, em cujo interior as alunas podiam “treinar” com crianças reais os conteúdos ministrados pelas professoras (fig. 3), como também contava com laboratório moderno de Anatomia Humana, local onde eram realizados tanto estudos do corpo, como os experimentos envolvendo outras disciplinas, como a Química e a Física (fig. 4).

A sala de aula que recebia o nome do primeiro diretor da Liga de Ensino Norte Riograndense<sup>201</sup> também mostra um mobiliário adequado às normas de postura dos alunos, como as cadeiras com encosto, como trazia também em suas paredes

---

<sup>201</sup> Fundada em 23 de julho de 1911, tinha como a base de seu projeto o auxílio aos poderes públicos do Estado em tudo o que dissesse respeito à *instrução e educação do povo, em particular, fundar escolas para a instrução e educação da mulher*. LIMA, Daladier Pessoa Cunha. Liga do ensino do Rio Grande do Norte. In: \_\_\_\_\_. **Noilde Ramalho**: uma história de amor à Educação. Natal: Liga do Ensino do Rio Grande do Norte, 2004. P. 339.

vários mapas representando a geografia do Brasil e do mundo, imagens de personagens ilustres das ciências, da História e do pensamento filosófico.



Fig. 4 Sala de puericultura

As novas regulamentações estabelecidas para a escola primária republicana impulsionaram o surgimento de uma série de publicações, fossem em revistas especializadas, como a “Revista de Ensino”, criada em 1917, e a “Pedagogium”, criada em 1922 pela Associação de Professores sob a direção do Dr. Nestor dos Santos Lima; ou fossem em artigos publicados nos periódicos locais, como o jornal “A Republica”, lugar também de publicações das constantes conferências realizadas pelos integrantes da Associação de Professores, em que eram debatidos temas caros à Educação, como moral, disciplina e métodos de ensino. Essas publicações tinham o intuito de constituir materiais escritos que abordassem e discutissem as diversas disciplinas escolares, entre elas as ciências, a Geografia e a História.

A carência de material didático<sup>202</sup>, especialmente livros, pode ser considerada como um dos fatores responsáveis por impulsionar essa produção, mas, também, as

---

<sup>202</sup> A carência desse material não pode ser considerada como um fator determinante dessa produção, visto que essa mesma carência já podia ser encontrada em períodos anteriores, contudo o que se

determinações estabelecidas nas escolas primárias pelo governo estadual priorizando o ensino da Geografia e da História do Rio Grande do Norte explicam, em grande medida, a coincidência desse “surto” de publicações destinadas ao público escolar, com o próprio surgimento e vulgarização de uma produção intelectual que se voltava para a explicação do passado, como, também, da formação econômica, social e política da região. De toda forma, não podemos esquecer que já no início do século o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte tinha como uma de suas tarefas a produção de uma História e de uma Geografia local, mas que, sem dúvida, estavam destinadas a um público mais restrito e específico, não atendendo às carências da escola primária.

Essas produções tinham algumas características próprias interessantes, como por exemplo, o emprego de uma linguagem bem mais acessível e de fácil compreensão e a utilização de um texto romanceado, muitas vezes poético, adquirindo mais do que um caráter instrutivo, mas que era também ideológico, buscando despertar no leitor, ou no ouvinte, as sensações e sentimentos de afetividade e de pertencimento. Não fazia parte do interesse desses autores apenas dar a conhecer a região do Rio Grande do Norte, mas conhecer e sentir-se parte dela, afeiçoar-se com as vaquejadas do interior do sertão, com a vegetação rasteira dos tempos de seca, ou a exuberância das mangabeiras, dos cajueiros, das mangueiras, dos marmeleiros, para depois perder-se na imensidão do branco puro dos algodoeiros.

A recorrência à construção da nacionalidade, por exemplo, era lugar comum em muitos desses textos, fosse pra explicar o norte ou o sul do país. Em um texto intitulado “Norte-Sul”, o professor Clementino Camara chama a atenção para o fato de muitas vezes essas duas regiões, quando tomadas como objetos, serem postas em contraste, como se ambas não fossem partes indissociáveis de um mesmo território. Apesar de esse discurso estar carregado de um apelo à necessidade de construção de uma identidade local, o bairrismo passa a ser identificado como um arcaísmo que apenas servia para prejudicar a construção da Nação, cedendo lugar à idéia de uma

---

percebe nesse momento é que essa carência começou a gerar um incômodo no meio intelectual, sobretudo porque a Educação passava a ser considerada como elemento fundamental na constituição de uma sociedade civilizada. O primeiro livro didático propriamente dito do Estado do Rio Grande do Norte só foi publicado em 1933, pelo professor Antonio Fagundes, e se tratava de uma compilação de diversos textos escritos nas décadas anteriores pelos professores das escolas públicas e particulares da Capital e do interior. O livro trazia contribuições em diversas áreas como ciências, Geografia, Português, História etc.

integração de cunho mais nacionalista. Nas palavras do professor, *não há Norte nem Sul quando se trata dos filhos de nossa terra; para nós só deve haver o Brasil eterno. Só um pensamento nos deve empolgar – trabalhar pelo seu engrandecimento*<sup>203</sup>.

Os trabalhos que se voltam para a explicação da história local trazem, portanto, o forte apelo à integração dessa mesma história com algo maior. A necessidade do conhecimento sobre o local se liga à sua própria valorização, que deve ser considerada como um contribuinte indispensável do que deveria ser a História do Brasil. Para tanto, há a seleção, por exemplo, do rol dos heróis locais norte-rio-grandenses e de como foram peças chaves para o processo de emancipação e engrandecimento da nação brasileira. Algumas figuras são centrais nesse discurso. Entre eles, ocupavam os lugares de honra André de Albuquerque e Frei Miguelinho que, apesar de não serem nativos do Rio Grande do Norte, eram considerados os grandes heróis locais da Revolução de 1817; e Augusto Severo, maior representante dos ideais de progresso e das ciências no Estado, encarnação dos mais caros valores republicanos. Os nomes desses heróis aparecem imortalizados em várias publicações, fossem jornais, revistas, ou mesmo livros que retratavam a história local, mas também em monumentos e edificações. Os dois maiores grupos escolares da capital recebem, não por acaso, estampados em suas fachadas, os nomes de Augusto Severo, 1907, e Frei Miguelinho, 1914.

Ainda nesse sentido, o estudo da História não se reduz, nesse momento, à oralidade dos mestres nas salas de aula, mas a participação ativa das crianças no próprio reconhecimento da cidade e de seus heróis ilustrados pelos quadros e pelos monumentos espalhados pela capital<sup>204</sup>. O próprio Instituto Histórico do Rio Grande do Norte passa a operar junto aos grupos escolares na organização de festividades cívicas de caráter público, como também na produção material de imagens dos personagens históricos do Estado. Na comemoração do primeiro centenário da morte de Frei Miguelinho, no dia 12 de junho de 1917, por exemplo, a parceria entre o IHGBRN e o Grupo Escolar Frei Miguelinho foi profícua. A comemoração cívica não só contou com a participação de outras escolas da Capital, como também mobilizou todo o bairro do Alecrim, sede do grupo escolar Frei Miguelinho. Os

---

<sup>203</sup> CAMARA, Clementino. Norte – Sul: o que os meninos do nordeste devem saber. In: FAGUNDES, Antonio. **Leituras potyguares**. Natal: Sebo Vermelho, 2009, p. 66. (Ed. fac-similar)

<sup>204</sup> Ver: VIANA, Hélder do Nascimento. **Historiadores, oligarcas e a formação do espaço cívico na cidade de Natal – 1902-1930**. Texto digitado, 2008.

moradores daquela localidade iluminaram a frente de suas casas e embandeiraram várias ruas. Cento e setenta e oito crianças tomaram as ruas, carregando “bandeirinhas” brancas e azuis, acompanhadas pela banda de música da Escola de Aprendizes Marinheiros e pela de Nova Cruz. A festividade começou às cinco da manhã e entrou pela noite, *o bairro do Alecrim oferecia um aspecto agradável, graças às lanternas multicores, que illuminavam as frentes de quase todas as casas daquelle frutuoso bairro*<sup>205</sup>.

As festividades cívicas aparecem como grandes momentos da experimentação da História por parte das crianças, experimentação esta fortemente carregada de um discurso patriótico e nacionalista em que o herói ocupava lugar central, encabeçando um discurso que fazia referência a valores como a honra, a moral, a coragem e o amor à pátria. As ocasiões eram várias: Festa da Bandeira, Festa do Professor, Festa da Independência, Festa da Pátria, entre muitas outras.



**Fig. 5** Festa da Pátria, na Praça “7 de Setembro”.

O discurso de inauguração do monumento em homenagem a Frei Miguelinho, erigido na Praça André de Albuquerque, realizado por Henrique Castriano, tem sua ênfase nesses valores:

Somos uma pequenina porção da Humanidade em marcha para o desconhecido, um instante acampada junto ao obelisco de cuja

---

<sup>205</sup> Centenário de Miguelinho. **Revista de Ensino**. Anno I. Num. 3, Natal, junho 1917, p. 11.

sombra vejo sahirem essas duas sombras eternas [André de Albuquerque e Frei Miguelinho], abrindo-nos os braços num gesto evocativo e dizendo que os immortaes resurgem nos dias culminantes da Patria e ai! Das nacionalidades que lhes não querem ouvir o grito de angustia e de alerta. (...) Elevemo-nos até os antepassados cuja sombra estamos evocando; elles nos dirão eternamente as palavras reveladores da abnegação, da bravura, da esperança!<sup>206</sup>

A comemoração das datas nacionais como sendo um momento glorioso de aparição das crianças na cidade dividiam espaço de importância com a realização dos “passeios escolares”. Ambos haviam se tornado obrigatórios através do Regimento Interno dos Grupos Escolares, sob a direção do Dr. Manoel Dantas. Além do caráter festivo de ambas as atividades, tanto as comemorações quanto os passeios faziam parte dos novos preceitos de natureza pedagógica que viam na experiência e na vivência infantil formas profícuas de obtenção de conhecimento. Por outro lado, o aparecimento das crianças escolarizadas nas ruas tinha também um forte caráter ideológico amplamente defendido pelo Dr. Manoel Dantas. Em nota publicada no jornal “A República”, o diretor ressaltava a importância dessas atividades mundanas. Além de suas finalidades pedagógicas, as festas e os passeios escolares funcionavam também como propaganda do ensino oficial e um ensejo que se abria para os professores darem as,

Proveitosas licções de coisas, exhibirem e, publico as suas classes chamando a atenção para as formaturas, os exercícos calisthenicos e os himnos escolares, assim, esta directoria liga o maximo empenho em que essas festas e passeios tenham a máxima regularidade e representem estimulo salutar em contacto directo com as populações. Para que o esforço dos professores não fique improffcuo.<sup>207</sup>

É interessante perceber como grande parte dessa produção tinha na primazia do olhar e na experiência sua principal fonte de obtenção de informações, sobretudo para os que tratavam dos aspectos geográficos, das ciências e da natureza. Não sabemos se por influência do método intuitivo ou se por causa da falta de especialidade desses professores em determinadas áreas, o fato era que a observação

---

<sup>206</sup> CASTRICIANO, Henrique. **Revista de Ensino**. Anno I. Num. 3, Natal, junho 1917, p 16 - 19.

<sup>207</sup> DANTAS, Manoel. Pelo ensino. **A Republica**. Natal, 9 março 1920. Anno XXXI. Num. 55, p. 1.

constituía peça chave na elaboração do conhecimento - todo o didatismo se desenvolvia em torno da visualidade. Vários textos são exemplares desse aspecto. Antonio de Souza em “Serra Caiada”, por exemplo, descreve uma região vista por vários ângulos, como se ele mesmo ainda estivesse a fitá-la:

Olhada do norte e do sul, Ella apparenta a figura de um felino agachado, a cabeça erguida como uma esphinge, a contemplar eternamente immovel, a caatinga subjacente, e a figura desde innumeraveis séculos o nascer do sol de cada dia. Vista do levante, a parte granítica, mais larga, encobre a vegetação posterior, e o aspecto é o duma coroa de três cúpulas arredondadas, toda de pedra, com raras anfractuosidades nos declives, onde um punhado de terra acumulada pelo vento de milhares de annos, dá vida a pequeninas touceiras de cinchos amarellos, como ornatos de ouro.<sup>208</sup>

O próprio olhar abria a possibilidade de novas nuances e outras explicações: se vista de longe ou de perto, se olhada pela manhã ou ao raiar do dia, tudo dava um novo significado a paisagem que, aberta a outras e novas interpretações, colocava o observador na posição de criador também. É provável que através dessas novas formas de ensinamentos a criança passasse a olhar o espaço sob o crivo de outras categorias. A paisagem antes vista como natural, passava a ter outros significados. Categorias científicas, como direção, relevo, vegetação, hidrografia, muniam a criança de um vocabulário antes desconhecido e que, nesse momento, podia proporcionar a ela uma nova maneira de perceber esse mesmo espaço através de olhos de um inquiridor que tomava aquelas paisagens como objeto.

Mas não era apenas a geografia que ressaltava a importância da observação e dos sentidos como mecanismo do conhecimento. As ciências também incitavam os olhares atentos das crianças para o visível e também para aquilo que seus olhos desatentos, não educados e apenas humanos, não podiam captar. Cheiro, tato, paladar, tudo estava presente nessa nova forma de aprender. Os laboratórios de Química, Física e Ciências, por exemplo, equipados com seus aparelhos óticos, traziam à tona o mundo invisível dos perigos contidos nos micro-organismos.

A natureza e seus organismos se tornavam objetos de inspeções minuciosas. As aulas de higiene, por exemplo, se transformaram em momentos em que o próprio

---

<sup>208</sup> SOUZA, Antonio. Serra Caiada. In: FAGUNDES, Antonio. op. cit., 2009, p. 73-74.

corpo podia ser estudado, analisado e, sobretudo, protegido. Alfredo Lyra, lente da cadeira de Higiene e Química da Escola Normal, chamava a atenção para os vários perigos contidos nas moscas domésticas e dos males que estas podiam carregar e causar ao corpo:

A mosca, constituindo uma ameaça á hygiene, porque pousa em **logares suspeitos ou contaminados**, carrega-se de **bacillos** que ella transmite e propaga. Esses bacillos ficam retidos nas suas patas, nas suas azas, na sua tromba, que aliás é composta de um numero incalculável de tubos que terminam por dois mais grossos, atravez dos quaes passam os alimentos, em que, semeados em meio favorável, os **germes** proliferam e se desenvolvem<sup>209</sup>. [grifo nosso]

Bacilos, bactérias, germes, vermes, contaminação, asseio, higiene, saúde, essas palavras passavam a compor um vocabulário preocupado com a segurança do corpo e do espaço. Os lugares visivelmente suspeitos, entre eles os depósitos de lixo, adubo animal, banheiro etc., não eram mais as únicas fontes de propagação das doenças. A contaminação poderia estar em qualquer lugar. O apelo à limpeza corporal e ao asseio do ambiente adquiria um caráter menos moral e mais de proteção. A limpeza passava a fazer parte de um currículo da construção do próprio indivíduo, uma limpeza que assumia outros significados.

Aos poucos a idéia de uma higiene corporal edificadora baseada, sobretudo, na moralidade deixava de ser a principal razão para o banho. Além disso, os novos significados atribuídos à limpeza do corpo e também do ambiente exigiam uma nova forma de olhar. Com as descobertas bacteriológicas, a percepção do visível não era mais capaz de descobrir o que estava limpo, sujo ou contaminado<sup>210</sup> - A cor da pele, o odor, a transparência, nada mais poderia ser considerado como determinantes da limpeza e da segurança do corpo, até mesmo a água mais cristalina podia ser a morada de todas as bactérias. A educação higiênica nesse momento também assumia um caráter prático. A instrução infantil sobre os perigos invisíveis contidos em qualquer lugar buscavam fazer das crianças verdadeiras sentinelas que, fora da

---

<sup>209</sup> LYRA, Alfredo. A mosca doméstica. In: FAGUNDES, Antonio. op. cit., 2009, p. 45.

<sup>210</sup> Ver: VIGARELLO, Georges. Higiene do corpo e trabalho das aparências. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (dir.). **História do corpo: da Revolução Francesa à Grande Guerra**. Vol. 2. Petrópolis: Vozes, 2008.

escola, poderiam melhorar as condições higiênicas de suas habitações e de seus corpos.

Na vida da infância natalense, podemos atribuir à escola a valorização de hábitos considerados higiênicos, uma verdadeira revolução na percepção que a criança tinha em relação ao corpo e ao espaço. Foi na escola, enquanto espaço planejado e ordenado, que uma pequena parcela da infância pobre da cidade teve, pela primeira vez, acesso a uma construção com água encanada, luz elétrica, solo impermeável, latrinas, fossas higiênicas; algo que era bem distante da realidade dos chiqueiros de porcos harmoniosamente distribuídos pelas ruas dos seus bairros<sup>211</sup> de origem, em sua maioria nem campo, nem cidade, como também acesso aos primeiros indícios de construção do indivíduo. A defesa da utilização de apenas um copo para cada aluno na escola, por exemplo, a princípio pode nos parecer uma atitude banal, contudo, num universo em que a oferta de objetos pessoais era ínfima para alunos que não possuíam roupas ou sapatos, a posse de seu próprio copo pode ter significado o rompimento de antigas tradições, como por exemplo, “o ritual do copo único”, demonstrado no capítulo anterior, como também o surgimento de um processo que culminaria na individualização do sujeito.

---

<sup>211</sup> Questões relacionadas aos bairros, habitações e suas caracterizações serão discutidos no próximo capítulo

### *Corpo são... Mente sã*

A preocupação com o desenvolvimento infantil não foi apenas uma prerrogativa dos educadores, mas antes, de uma gama de intelectuais que tomaram as crianças e os jovens do país como promessas de um futuro promissor para a nação. Além do desenvolvimento moral e intelectual, a constituição física das crianças e a sua preservação passavam a ocupar lugar de destaque entre as preocupações de médicos e sanitaristas durante as últimas décadas do século XIX e início do século XX, momento em que o saber médico e suas idealizações formularam um projeto sanitário que buscava reverter as nefastas perspectivas que viam no brasileiro um povo inferior e, portanto, que dificilmente poderia atingir qualquer grau mais elevado de civilidade.

A valorização da ciência e da técnica trazidas pela Revolução Industrial ajudou a construir a figura do médico como o único capaz de avaliar as mazelas que assolavam as regiões mais longínquas do país e restaurar essa sociedade que se encontrava avariada através de um combate efetivo às causas que tornavam o progresso nacional incerto<sup>212</sup>. Esse poder concedido aos médicos se constituía no momento em que a Medicina passava a ser vista como um conhecimento técnico bastante distinto dos demais por possuir normas de conduta internamente estabelecidas, definindo uma moral resultante de sua prática e da implicação de uma sabedoria do uso de seus conhecimentos e valores éticos. André Mota chama atenção para o fato de que foi devido a esse poder atribuído aos médicos e as suas instâncias normativas que

As políticas públicas de saúde seriam inseridas no planejamento das cidades e das zonas rurais como forma de combate sistêmico das doenças, domínio e saúde do corpo social, incorporando à

---

<sup>212</sup> MOTA, André. Médicos e sanitaristas: os heróis da regeneração nacional. In: \_\_\_\_\_. **Quem é bom já nasce feito**: sanitarismo e eugenia no Brasil. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 20.

lógica médica outros campos do conhecimento, como a Estatística, a Geografia, a Demografia e a História.<sup>213</sup>

À medicina, foi estipulada a tarefa de realizar um verdadeiro inventário da situação sanitária do país e de seus habitantes, incluindo homens, mulheres e, sobretudo, crianças. A preocupação crescente do Estado com a saúde pública motivou um tipo de medicina direcionada para a coletividade, que procurava tratar os indivíduos, e também as crianças, não particularmente, mas como um corpo social.

Vários trabalhos sobre esse período apontam para um saber médico fortemente vinculado à idéia de disciplinarização dos indivíduos exercido através de um “controle disciplinar” sobre suas ações, fossem individuais ou coletivas e que eram associados ao forte desejo de construção de uma sociedade/nação modernas, cujas bases estavam amparadas, sobretudo na educação do corpo e da mente. Através de um processo que buscava a vinculação entre a educação escolar e a educação médica, seria possível a construção da civilidade republicana. Gondra considera que a apropriação da criança pelo saber médico significou também a prescrição de diferentes procedimentos que teriam início no controle sistemático da família e se estenderia até a “idade dos colégios” *demarcando fronteiras e instituindo empréstimos entre espaço da casa e o da escola. Nessa linha, tal discurso auxiliou na construção da própria idéia de família, infância e escola*<sup>214</sup>, determinando para cada uma dessas instituições os papéis e deveres que deveriam desempenhar e cumprir.

Transitando dos corpos individuais ao tecido social e vice-versa, a ordem médica constituiu a infância em tema caro, a ponto de defender a criação de uma área da Medicina que fosse exclusivamente destinada ao tratamento das crianças – a “sciencia da infância”, ou a “sciencia da hygiene”, conforme demonstrado por Gondra.

A radicalidade expressa nesta posição convive com uma perspectiva colonizadora desse saber, em cuja órbita foram instalados temas tais como o quartel, hospital, clima, topografia, água, ar, bordel, cidade e escola. Ou seja, tratava-se de uma

---

<sup>213</sup> Ibid., p. 21.

<sup>214</sup> GONDRA, José. Modificar com brandura e prevenir com cautela: racionalidade médica e higienização da infância. In: FREITAS, Marcos Cezar; KUHLMANN Jr., Moisés. op. cit., p. 290.

racionalidade que também deveria se ocupar da infância, colocando-a no âmbito do extenso projeto de modelação higiênica dos sujeitos e do social<sup>215</sup>.

Sobre esse processo de disciplinarização do social, Jurandir Freire Costa também destaca que tanto a cidade quanto a população foram, desta maneira, incorporadas ao campo do saber médico que através da higiene revelou a *dimensão médica de quase todos estes fenômenos físicos, humanos e sociais e construía para cada um deles uma tática específica de abordagem, domínio e transformação*<sup>216</sup>. Para o autor, isso só foi possível através de um processo que visou a desqualificação da família como sendo capaz de autogerir-se, o que também incluía a sua total incapacidade de cuidar dos filhos. Dessa maneira, o saber médico acabou por reduzir a família a uma espécie de estado de dependência, cuja tutela estava destinada a ser assumida pela “política higiênica”. Através do que se denominava de “educação higiênica” seria possível o cultivo nos indivíduos do gosto pela saúde, buscando com isso *extinguir a desordem higiênica dos velhos hábitos coloniais*<sup>217</sup>.

Para outros autores, além da vida social, o saber médico também passou a interferir em outras instâncias da sociedade, essas de caráter muito mais público, do que em momentos anteriores. As críticas direcionadas às famílias convivem com o estímulo a uma medicina que estivesse ligada ao próprio poder do Estado e que por ele fosse coordenado, processo esse que, de acordo com Fabíola Rohden, estava associado a essa necessidade de modernização do país, defendida tanto pelo poder nacional, quanto pelas instâncias regionais. A transformação da saúde como sendo um problema eminentemente público possibilitou, por sua vez, não só a construção de um aparelho burocrático, mas também a organização de um corpo de leis de saúde pública e a criação e implementação de uma política sanitária que buscava universalizar determinadas medidas que deveriam ser adotadas em âmbito nacional<sup>218</sup>. Nesse processo foi marcante a participação de intelectuais e membros da

---

<sup>215</sup> Ibid., p. 290.

<sup>216</sup> COSTA, Jurandir Freire. A medicina das cidades. In: \_\_\_\_\_. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1999, p. 30.

<sup>217</sup> Ibid., p. 12.

<sup>218</sup> ROHDEN, Fabíola. A sociedade e a reprodução: um problema político. In: \_\_\_\_\_. **A arte de enganar a natureza: contracepção, aborto e infanticídio no início do século XX**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003, p. 41.

elite econômica das várias partes do País que, munidos do ideal de progresso e modernização, tomaram a ciência *como tábuas de salvação para a transformação do Brasil em país civilizado*<sup>219</sup>.

Nesses primeiros anos de regime republicano, esteve no centro das preocupações médicas duas questões consideradas essenciais para o desenvolvimento nacional. A primeira dizia respeito à situação sanitária das cidades, sobretudo porque o país estava entrando numa fase de forte desenvolvimento urbano, que tentava atingir todas as capitais e os lugares mais povoados do país; a segunda questão estava relacionada à própria população tão necessária ao povoamento das regiões do país que apresentavam baixa densidade demográfica. Nesse ponto, os médicos dividiam-se em torno de dois aspectos que deveriam nortear as intervenções médicas. O primeiro dizia respeito à qualidade da população; aqui a medicina de caráter eugênico colocava em pauta as discussões raciais e as possibilidades de melhoramento genético da população. Quanto ao segundo aspecto, temos em pauta as discussões em torno da própria quantidade. Chamando a atenção para os altíssimos índices de mortalidade infantil, os médicos e sanitaristas atentavam para a possibilidade de um país despovoado e que seria, portanto, incapaz de se desenvolver. A ênfase nesses dois aspectos passaria a caracterizar a relação que iria se estabelecer entre a Medicina e o poder público, relação essa que direcionava suas atenções não só para as crianças, como também para a questão dos índices de natalidade e reprodução, dando maior importância ao papel da mulher na sociedade, *que deveria ser considerado em virtude de sua importância para os projetos nacionais*<sup>220</sup>.

Contudo, é importante considerar que apesar desse caráter que podemos destacar como “autoritário” e “disciplinante” trata-se de um momento histórico em que a própria Medicina estava se constituindo enquanto um campo do saber científico, e como tal possuía suas limitações tanto de ação quanto de conhecimento. Nesse sentido, Colin Heywood chama atenção, por exemplo, para o fato de que os médicos nesse período não tinham ao seu dispor tratamentos medicamentosos eficientes, o que impossibilitava, por sua vez, uma ação terapêutica de caráter

---

<sup>219</sup> TEIXEIRA, Luiz Antonio. Uma sociedade médica em São Paulo. In: \_\_\_\_\_. **Na arena de Esculápio: a Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo (1895-1913)**. São Paulo: UNESP, 2007, p. 41.

<sup>220</sup> ROHDEN, Fabíola. op. cit., p. 17.

curativo no caso da criança estar acometida de alguma doença mais grave. Fora a descoberta da vacina Jenneriana<sup>221</sup> contra a varíola e alguns tratamentos contra a sífilis, a ação médica ainda estava restrita à apropriação de alguns saberes da medicina popular, muitas vezes ao cargo das parteiras e mulheres mais velhas. O repertório de medidas utilizadas para neutralizar os “humores perniciosos” ainda seguia a tradição hipocrática, girando em torno de sangrias, eméticos e purgações, que hoje sabemos ser totalmente inadequados para o tratamento de doenças<sup>222</sup>.

Nesse sentido, não é difícil supor os motivos que levaram a Medicina a colocar como centro de suas intervenções a questão da higiene do corpo como meio eficaz de preservação da saúde, *a limpeza, principalmente a do corpo, tornar-se-ia um dos objetivos fundamentais da medicina e ligar-se-ia intimamente à superação de um modo de viver permeado pela ignorância*<sup>223</sup>. A Medicina assumia, assim, um caráter que também era educativo e não meramente disciplinado. A prerrogativa do “corpo são, mente sã” constitui-se como lema para as tentativas das intervenções médicas no início do século XX.

Por outro lado, é mister levar em consideração que as medidas higiênicas defendidas pelos médicos, higienistas e sanitaristas proporcionaram também às crianças novas maneiras de se relacionar com o próprio corpo, de uma forma mais autônoma, fosse através da exploração de suas potencialidades, ou mesmo pelo desenvolvimento de maneiras novas de relacionar-se espacialmente com o mesmo – o corpo visto também como espaço a ser preservado e cuidado através das práticas de higiene e que, por sua vez, ajudou no processo de construção da própria subjetividade individual. Conforme assinalado por Corbin, foi esse o momento de uma modernidade em que o poder da ciência e os cuidados com o corpo para consigo marchavam juntos e ao mesmo tempo, *em tempos de ampliação dos movimentos, o indivíduo afirma-se como valor político, científico e, sobretudo existencial. É a prodigiosa descoberta de si por si próprio*<sup>224</sup>.

---

<sup>221</sup> Sobre esse assunto ver: CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

<sup>222</sup> HEYWOOD, Colin. Investindo no futuro: saúde e educação. Op. cit., p. 199.

<sup>223</sup> ROMERO, Mariza. Um cotidiano higienizado. In: \_\_\_\_\_. **Medicalização da saúde e exclusão social**: São Paulo, 1889-1930. São Paulo: EDUSC, 2002, p. 74.

<sup>224</sup> CORBIN, Alain. Bastidores. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. **História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. 8 ed. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 417.

As novas práticas de higiene, além de possibilitar novas possibilidades físicas e existenciais supunham também *uma total conversão do imaginário das cidades, bem como uma total conversão do imaginário do corpo. Supõem uma profunda redistribuição do espaço também: uma nova maneira de fazer o corpo passar por fluxos que o mantém, o “reconfortam”*<sup>225</sup>.

## **1. A situação sanitária de Natal: algumas considerações sobre a Medicina local**

A situação sanitária da capital do Rio Grande do Norte, de acordo com os relatórios da Inspetoria de Saúde Pública, era péssima e, em algumas localidades, chegavam a constituir-se como o mais grave problema enfrentado pela população. Os bairros considerados operários como a Ribeira, Rocas, o Baldo, Areal e o Passo da Pátria, locais habitados, sobretudo, pela população mais desprovida materialmente, eram os campeões de reclamação.

Antes mesmo de a República chegar à província norte-rio-grandense, a questão da salubridade já estava em pauta. As conhecidas “febres palustres” assombravam a população e eram consideradas responsáveis por altos índices de mortalidade tanto na Capital como também no Interior. Em relatório datado de 1886, o inspetor da saúde pública, Dr. Pedro Velho, fez um apanhado da situação sanitária da cidade e de sua população, que nos dá indícios interessantes de como a questão da saúde pública estava sendo tratada naquele momento.

O pensamento do médico em relação à salubridade da província apresenta elementos que estavam baseados tanto nas “teorias dos meios”, filiada à tradição do pensamento hipocrático, quanto à teoria miasmática - clima, temperatura, matérias orgânicas em decomposição, lixo, dejetos, entre outros, eram vistos como os principais fatores responsáveis pela propagação de doenças, ao mesmo tempo em que também se considerava a ação dos micróbios. A vacina contra a bexiga, mal que

---

<sup>225</sup> VIGARELLO, Georges. Higiene do corpo e trabalho das aparências. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (dirs.). **História do corpo:** da Revolução Francesa à Grande Guerra. Vol. 2. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 392.

assolava a província constantemente, por exemplo, estava em pauta nas discussões, acompanhada de críticas em relação à ignorância da população que via na vacina uma forma de adquirir a doença e não de prevenir-se dela. Dizia ele que *a população, apesar de que tem sofrido em épocas anteriores, conserva pelos efeitos profiláticos da vacina a mais completa indiferença. Alguns mesmo temem-na, convencidos de que a inoculação vacínica, longe de ser um preservativo, pelo contrário predispõe o indivíduo a contrair o mal*<sup>226</sup>.

Algumas instituições se tornaram alvos das críticas no relatório, fosse em relação ao mal funcionamento, ou à situação sanitária em que se encontravam. A falta de higiene presente nesses estabelecimentos era responsável por exalar odores perniciosos, produzindo os temidos miasmas. A sudoeste da cidade fora construído pelo Dr. Francisco de Gouveia Cunha Barreta, com recursos próprios, um lazareto destinado a recolher os indivíduos acometidos pela varíola e portadores de doenças contagiosas, visando a proporcionar-lhes o tratamento adequado, como também afastar da cidade o risco do contágio. Apesar de o relatório tratar a construção do lazareto como uma iniciativa de caráter humanitário, reclamava da impossibilidade do exercício satisfatório de suas funções, sobretudo porque lhe faltava uma organização interna regular, e aqui se percebe a ausência de uma ação conjunta com o Estado, e que, portanto, fomentava as críticas por parte do próprio governo, como também o fato de que a população não indigente, ou seja, aqueles pertencentes às camadas mais abastadas, tinham o “péssimo hábito” de não enviar seus enfermos à instituição. Dizia o médico que o isolamento dos variolosos *só é lembrado e posto em prática para os bexigentos indigentes, permanecendo os outros nas ruas públicas e transitadas*<sup>227</sup>.

Sobre as péssimas situações higiênicas das instituições públicas, havia uma ainda mais problemática do que o Lazareto da Piedade ou o Hospital da Caridade<sup>228</sup>,

---

<sup>226</sup> VELHO, Pedro. Relatório de Pedro Velho como Inspetor de Saúde pública em 1886 Apud: CASCUDO, Luís Câmara. **Vida de Pedro Velho**. Natal: EDUFRRN, 2008, p. 140.

<sup>227</sup> Sobre a bexiga, o médico parece não distingui-la da varíola, utilizando ambas muitas vezes como sendo sinônimos. VELHO, Pedro. Relatório de Pedro Velho como Inspetor de Saúde pública em 1886 Apud: CASCUDO, Luís Câmara. op. cit., p. 141.

<sup>228</sup> Interessante perceber como as primeiras instituições de saúde pública na cidade ainda estavam fortemente carregadas de valores mais próximos do que seria uma assistência cristã. A própria nomenclatura dessas instituições, como por exemplo, o Lazareto da “Piedade” e o Hospital da “Caridade”, atestam esse caráter. Contudo, após as primeiras intervenções sanitárias na cidade e nesses estabelecimentos, essa característica aos poucos vai perdendo espaço para uma assistência de caráter mais filantrópico; os próprios nomes deixam de estar ligados a valores cristãos e passam a

essa exigindo intervenções imediatas ao ver do relator da saúde pública. A Casa de Detenção, denominada pelo próprio autor como “um pungente espetáculo de repugnância e repulsão”, era o exemplo dos hábitos e aspectos mais condenáveis para a boa higiene e asseio:

Acumulados em grande número num estreito e lóbrego calabouço, onde o ar pouco penetra e dificilmente se renova – em um meio empestado pelas exalações de seus próprios corpos, onde os cuidados de asseio não são observados, e mais ainda pelas emanações das latrinas e mictórios de esgoto insuficiente e imperfeito e sem água bastante – descalços, em um pavimento sórdido e imundo – entre quatro paredes que transudam uma constante umidade (...) <sup>229</sup>.

A ausência de hábitos higiênicos entre os presos também foi foco de condenação por parte do relator. Medidas simples como banhos de corpo inteiro e trocas de roupas semanais não eram percebidas como ações corriqueiras dentro da Casa de Detenção, o que aumentava ainda mais a degradação dos corpos naquele estabelecimento.

O clima também não passava despercebido e sobre seus efeitos funestos. Dizia o Dr. Pedro Velho que o forte calor percebido no verão, em que os termômetros marcaram altíssimas temperaturas, havia sido, sem a menor sombra de dúvida, a causadora direta dos numerosos casos de “insultos cerebrais” que se observaram durante o período, *na capital em um mesmo dia foram vitimados por ataques apopléticos três indivíduos. Igualmente digno de nota foi o aparecimento de alguns casos de loucura, por esse tempo de excessivo calor* <sup>230</sup>.

De uma maneira geral, a Inspetoria de Saúde Pública, representada pelo seu diretor, ligava os surtos epidêmicos que assolavam a cidade a três questões principais: as condições sanitárias do lugar, o mau asseio da população e as péssimas condições dos alimentos consumidos, daí resultarem desses fatores os numerosos casos de desordens gastrointestinais e as febres de vários tipos responsáveis por altos índices de obituários. As vias públicas eram muitas vezes o reflexo dos maus hábitos

---

serem associados com o de personagens importantes da cidade, como políticos e, sobretudo, os médicos.

<sup>229</sup> VELHO, Pedro. Relatório de Pedro Velho como Inspetor de Saúde Pública em 1886 Apud: CASCUDO, Luís Câmara. op. cit., p. 141.

<sup>230</sup> Ibid., p. 141.

higiênicos da população com imundas esterqueiras em ruas e travessas de trânsito público, onde [em contato com] *os raios ardentes do sol de estio, entram em rápida decomposição, viciando a atmosfera e exalando um cheiro insuportável, detritos vegetais e animais de toda natureza*<sup>231</sup>. A associação das questões do ambiente com a saúde dos indivíduos aparecia assim como a base dos princípios médicos e que, por sua vez, estavam no foco das intervenções sanitárias, justificando a ação higienista tanto na estruturação física da cidade e suas instituições públicas, como também nas habitações e nos costumes dos indivíduos<sup>232</sup>.

A questão da limpeza nesse momento estava diretamente relacionada ao que não estava sujo, visivelmente sujo. Nesse ponto, estar limpo correspondia a esconder a sujeira aos olhos do observador e a água entrava como elemento indispensável na limpeza dos ambientes e indivíduos. Quando Pedro Velho está se referindo ao Hospital da Caridade e ao fato de ser possível de encontrar naquele ambiente certa sujeira, o médico levanta a questão de que aquela sujeira era injustificável, uma vez que naquele estabelecimento havia a existência de água corrente e de materiais laváveis; o próprio piso era impermeável, podendo ser asseado quantas vezes fossem necessárias<sup>233</sup>.

O primeiro plano para o saneamento da cidade foi realizado em 1896 pelo então Presidente Interino da Inspetoria de Saúde Pública, o Dr. Manuel Segundo Wanderley<sup>234</sup>. Dentre as medidas que deveriam ser adotadas na cidade, estava a remoção do matadouro; a mudança de local do Lazareto da Piedade; o arrasamento da represa do Baldo, considerado *foco perene de moléstias miasmáticas*; e o aumento da capacidade do aqueduto que desviava as águas pluviais acumuladas na campina da Ribeira para o rio Potengi<sup>235</sup>. Essas medidas visavam, sobretudo, a garantir a

---

<sup>231</sup> Ibid., p. 144.

<sup>232</sup> EDUARDO, Anna Rachel; FERREIRA, Angela Lúcia. As topografias no Brasil do início do século XX: aportes históricos ao estudo da relação meio ambiente e sociedade (o caso de Natal-RN). In: DANTAS, George; FERREIRA, Angela Lúcia. op. cit., p. 137.

<sup>233</sup> Sobre a questão da importância dispensada à água no processo de higiene como diferenciador do limpo e do sujo ver: VIGARELLO, Georges. Higiene do corpo e trabalho das aparências. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (dirs.). op. cit., 2008.

<sup>234</sup> A situação de Manoel Segundo Wanderley nos parece bastante interessante. Apesar de ser médico de formação, segundo Wanderley, jamais se identificou com a profissão, preferindo a atividade de poeta e escritor, tornando-se um dos expoentes maiores da cultura local. Foi escolhido para ocupar o cargo, muito mais pela indisponibilidade de outros médicos, do que por sua vontade de exercer o ofício. O próprio curso de Medicina havia sido uma imposição de seu pai, que desejava um filho médico.

<sup>235</sup> LIMA, Pedro de. Contexto histórico. In: \_\_\_\_\_. **Saneamento e modernização em Natal:** Januário Cicco, 1920. Natal: Sebo Vermelho Edições, 2003, p. 27.

constante renovação da água, a limpeza dos espaços públicos e a circulação do ar. Contudo, esse plano não surtiu os efeitos desejados, tendo sido efetuadas apenas algumas das medidas propostas, como por exemplo, a construção da Praça Augusto Severo, em 1904, como tentativa de conter as constantes inundações em partes da Ribeira e a realização de algumas obras de saneamento na região do Baldo, em 1905.

O século XX em Natal se inicia com uma oferta de médicos bastante limitada em relação à população. Além disso, ao contrário do que se percebia em outras partes do país no mesmo período, esses mesmos médicos ainda não se constituíam como uma classe homogênea, nem tampouco preocupada com as questões sociais. Essa falta de médicos e de sua atuação na vida pública era alvo de críticas de vários periódicos locais, em especial, dos jornais independentes, em sua maioria de curta duração. Em julho de 1905, o jornal “O Trabalho” trazia uma coluna inteira tratando sobre a situação sanitária da Capital e sobre a epidemia de varíola que assolava os bairros da cidade. Dizia o artigo que,

A varíola, na sua vertigem destruidora alastra-se de modo assombroso nos dois bairros desta cidade [Ribeira e Cidade Alta], e dia a dia, e cada vez mais aumenta o numero de victimas. E’ de lamentar que o serviço da hygiene diminua na razão inversa da propagação da peste. Factos e não palavras provam demais a dolorosa verdade de nossa afirmação. Diversos pontos da cidade e da Ribeira continuam a ser o que d’antes eram – um terrível foco de miasmas. Para não falar de todos, sirvam de exemplo o lamaçal e as águas estagnadas que rodeiam o estabelecimento do capitão Braulio Heroncio (...). sabemos que o serviço de vacina tem sido mais ou menos regular mas, no momento actual, é necessário comprehender que não é esta a única medida a tomar.<sup>236</sup>

É mister ressaltar que as intervenções urbanas de caráter sanitário mais importantes e mesmo a entrada da figura do médico como um agente de transformação e intervenção na vida social urbana foi um processo percebido em Natal apenas com a aproximação dos anos de 1920, quando o médico Januário Cicco realizou um inventário sobre a situação sanitária da Capital e as possíveis soluções para tais problemas. Até então, os médicos que existiam na cidade estavam relegados aos seus consultórios, ou prestando serviços nos hospitais e instituições de saúde pública da Capital. Alguns chegavam mesmo a serem vistos como criaturas caricatas,

---

<sup>236</sup> A peste. [autor ilegível]. **O Trabalho**. p. 4. Natal, 30 de julho de 1905. Anno I. Num. 3.

portadores de um conhecimento mais enciclopédico do que especializado, como bem demonstrou Cascudo em suas memórias sobre o médico que freqüentava na infância, o Dr. Francisco de Paula Antunes que, de acordo com o autor, andava todo de preto,

sizudo, medido a compasso, feito de encommenda, rythmado a metronomo. Ao sol vibrante e lindo de Natal, o dr. Antunes era uma pincelada de pixe num muro caiado. Lembrava, ao mesmo tempo, um coqueiro e um urubú. (...) Falava allemão, inglez, francez, italiano, espanhol. Lia o grego e o latim. Sua casa era um cafifo à célula do dr. Fausto. Parecia uma lura de astrólogo, de alchimista, de feiticeiro, de adivinho a Nostradamus. De mágico a Cornelio Aggrypa<sup>237</sup>.

Foi apenas na década de 1920, com o plano de saneamento da cidade realizado pelo Dr. Januário Cicco, que medidas sanitárias de maior fôlego foram adotadas na cidade. O médico foi responsável por compor o que ele denominou de *topografia de Natal e sua geografia médica*, que se tratava de um quadro de descrição e análise das condições de salubridade de cada bairro e as melhores medidas a serem aplicadas em cada caso. Além disso, Cicco, ao relacionar a situação sanitária da cidade a pouca atenção do poder estadual e a carência de políticas públicas, acabou por iniciar um processo na Capital que já estava em andamento desde o fim do século XIX em algumas cidades do Brasil: a de transformar a situação da saúde como uma responsabilidade do Estado<sup>238</sup>.

Januário Cicco também destacou a importância da escola e do trabalho dos educadores no combate e prevenção de doenças. Era a primeira vez na história da cidade que um médico defendia a associação da escola e da Medicina como importantes mecanismos no combate às doenças e na melhoria da saúde pública, o que se explica pelo fato de que na Capital, de acordo com os levantamentos realizados pelo médico, as principais doenças que afligiam a população eram principalmente as associadas à falta de limpeza e higiene da cidade, das habitações e dos indivíduos, como por exemplo, as verminoses e as doenças transmitidas por insetos, como moscas e mosquitos.

---

<sup>237</sup> CASCUDO, Luís Câmara. O doutor Antunes. A Republica, Natal, 6 de dezembro de 1928. Apud: ARRAIS, Raimundo (org.). **Crônicas de origem**: A cidade de Natal nas crônicas cascudianas dos anos 20. p. 111.

<sup>238</sup> Ver: ROHDEN, Fabíola. op. cit., 2003; ROMERO, Mariza. op. cit., 2002.

A classe trabalhadora foi escolhida pelo médico como a população que mais atentava contra a vida coletiva, por suas moradias mal asseadas e o cultivo de hábitos “imundos”. Pela total falta de recursos materiais, não era difícil encontrar casas, sobretudo nas localidades do Alecrim e Passo da Pátria, considerados bairros operários, que abrigassem um número exorbitante de habitantes, transformando essas casas em *ambientes promíscuos e impossíveis de desenvolver a vida*. Em algumas residências era possível de se encontrar até 16 pessoas, constituídas por famílias e seus agregados, vivendo sob o mesmo teto. A esse excesso de habitantes somava-se o total desconhecimento de qualquer noção de higiene corporal

O modo por que se fazem as casas do nosso operário, com o piso desprotegido e por onde se arrasta a filharada amarelenta e nua, mesclando o chão com as próprias dejeções, misturando á sujidade do local a côdea de pão que lhe cae das mãos, não há remédio contra as reinfecções [das verminoses], tónicos que reorganizem decadências, nem fossas que eduquem um povo de analfabetos.<sup>239</sup>

Ao primeiro olhar, a associação feita pelo médico entre a classe operária como aquela que mais atentava contra a vida coletiva, pode ser tomada como um posicionamento que buscava enquadrar a mesma na nova norma e ordem médicas, ou mesmo como uma forma de desqualificação da pobreza. Contudo, é possível perceber a posição do médico também a partir de outra ótica. As mesmas condições de higiene encontradas nos bairros operários também não eram difíceis de serem achadas em outras localidades. Bastava um passeio pela Ribeira ou pela Cidade Alta para nos depararmos com casas cujos anexos eram constituídos por chiqueiros, vacarias, cocheiras, estercarias e estábulos<sup>240</sup>, as ruas, em sua maioria, não pavimentadas, facilitavam o acúmulo de águas pluviais. O próprio matadouro da cidade, nas proximidades da Cidade Alta, tinha como vizinhos uma esterqueira e o

---

<sup>239</sup> CICCIO, Januário. **Como se higienizaria Natal**: algumas considerações sobre o seu saneamento. Apud: LIMA, Pedro. op. cit. 2003, p. 17.

<sup>240</sup> O mau hábito de criar animais nas proximidades da casa não era um fato novo, nem muito menos alvo da crítica moderna. Pelo contrário, era um hábito já bastante conhecido na cidade, constituindo motivo de piada já no início do século para os periódicos locais. Na seção *Pensando e rindo*, do jornal “A Republica”, de 1906, o tema da convivência entre humanos e animais já era criticado, como no artigo a seguir: Numa consulta o médico diz ao seu paciente que agora que ele está melhor, tratasse de mudar o chiqueiro para longe de sua casa, uma vez que fazia mal à saúde e como resposta o paciente lhe disse – “Qual, o que, doutor! O porco, alli aonde esta’, nunca esteve doente desde que nasceu”. TARTARIN. *Pensando e rindo*. **A Republica**. Natal, 1906. Anno XVIII. Num. 16. p. 2.

depósito e forno de lixo e onde, nas palavras do médico, *se regala de podridão o higienista daquela zona – o urubu.*<sup>241</sup>

O mesmo sistema de fossas do Alecrim, do Passo da Pátria e do Baldo, também era encontrado nos outros bairros da zona urbana de Natal, até mesmo no bairro considerado modelo, com suas ruas e avenidas largas e arborizadas- a Cidade Nova<sup>242</sup>. O problema das latrinas a céu aberto e a falta de sanitários também era recorrente antes de sua obrigatoriedade nas habitações urbanas. De acordo com outro médico, o Dr. Joaquim de Fontes Galvão, o hábito de construir essas latrinas formava um ambiente infecto.

Com um assento em cima de quatro pernas infincadas ou dispendo, apenas, de uma trave á entrada, separando o piso da parte onde caem os excrementos, que ficam ao alcance de gallinhas e porcos que se encarregam da destruição das fezes, e tão affeitas estão a esse serviço que acompanham habitualmente qualquer pessoa que se dirija para esse imundos logares. Os menos favorecidos pela fortuna nem isso possuem e são obrigados a “ir no matto”, deixando a descoberto, pelos campos, as suas dejecções.<sup>243</sup>

Então, o que diferenciava esses bairros centrais dos bairros operários? Habitados pelos indivíduos de maiores rendimentos e pelos órgãos públicos, havia nessas localidades uma maior presença do Estado, para onde confluíam as verbas destinadas à reformulação da cidade e dos melhoramentos urbanos, como pavimentação de ruas, obras de aterramento, linhas de bonde, clubes esportivos, cinema, teatro, escolas, etc. Dessa maneira, a escolha do Dr. Januário Cicco revestem-se antes de um discurso paternalista do médico em relação à classe pobre que, desprovida de um poder público que falasse por ela, necessitava de alguém que pudesse orientá-la. Mas esse discurso médico de caráter paternalista também assume outra posição diversa do controle, a defesa de uma educação voltada para a difusão dos preceitos higiênicos e de maneiras de se evitarem doenças buscava também

---

<sup>241</sup> CICCIO, Januário. **Como se higienizaria Natal**: algumas considerações sobre o seu saneamento. Apud: LIMA, Pedro. op. cit. p. 30.

<sup>242</sup> Sobre a idealização e a construção do bairro Cidade Nova ver: Costa, Ricardo José Vilar. **Habitação e modernização** : Cidade Nova e maneiras de viver em Natal no início do século XX. Natal, UFRN, 2008 145 f. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

<sup>243</sup> GALVÃO, Joaquim Fontes. Pela saúde pública. PALESTRA realizada no Centro Operário natalense no dia 30 de outubro de 1927, p. 12.

emancipá-la. Partindo da prerrogativa de que “o homem è apenas o próprio artista da sua morte”<sup>244</sup>, seria possível, segundo o médico, desencadear um processo inverso que assegurasse a vida, seria nesse ponto que a educação entraria.

Num cenário como esse, com tantas esterqueiras e latrinas a céu aberto, o tratado sobre as moscas escrito pelo Dr. Alfredo Lyra para lição escolar ganha todo sentido, e se os adultos não tinham essas lições como medidas importantes de higiene e profilaxia, caberia às crianças o desenvolvimento e valorização de uma nova cultura higiênica.

Essa atenção dispensada à Educação, sobretudo a infantil, tentava diminuir outro quadro tão assustador quanto à situação sanitária da Capital. Os índices de mortalidade infantil eram altíssimos, correspondendo a mais da metade do número total de óbitos. Em um levantamento sobre os índices de mortalidade em Natal realizado em 1919, ano anterior Na publicação do inventário em questão, por exemplo, foram computados 1.093 óbitos, dos quais 573 eram crianças de 0 a 5 anos, isso sem contar ainda com os 54 natimortos, e um pequeno número de infanticídios<sup>245</sup>. Se julgarmos que no período correspondente entre 1 de outubro de 1918 e 30 de setembro de 1919 a taxa de nascimentos na maternidade anexa ao Hospital Juvino Barreto, que contava com seis leitos destinados ao atendimento de mães pobres, foi de 438<sup>246</sup>, teremos nesse índice de mortalidade um número ainda mais preocupante para a cidade, o que, a longo prazo, poderia significar o desaparecimento de crianças na Capital, uma vez que o número de óbitos superava o de nascimentos.

Esse alto índice de mortalidade era causado, nas palavras do médico, quase que exclusivamente por problemas que facilmente poderiam ser evitados, sobretudo porque não era nenhuma moléstia epidêmica a causadora desse mal, mas antes a falta absoluta de conhecimento das mães em relação à alimentação e à higiene infantil.

---

<sup>244</sup> CICCO, Januário. **Como se higienizaria Natal**: algumas considerações sobre o seu saneamento. Apud: LIMA, Pedro. op. cit., p. 44.

<sup>245</sup> Devemos levar em consideração ainda, que esse número nem de longe correspondia a realidade, uma vez que a maioria das crianças nasciam e também morriam em casa, muitas delas antes mesmo do batismo, ou de qualquer outro tipo de registro, o que pode nos levar a pensar que esse número fosse ainda maior, uma vez que grande parte desses nascimentos e óbitos não tinham como serem computados pelos órgãos responsáveis por esses levantamentos. CICCO, Januário. **Como se higienizaria Natal**: algumas considerações sobre o seu saneamento. Apud: LIMA, Pedro. op. cit. 2003, p. 15.

<sup>246</sup> MENSAGEM apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da segunda sessão da décima legislatura em 1 novembro 1919 pelo governador desembargador Joaquim Ferreira Chaves. p. 10.

Cuidados na alimentação da primeira idade, que, só por si, é bastante para entreter as gastro-enterites fataes, quando lhes não succedem as infecções, tão communs ás creanças pelo uso de consoladores, pela alimentação de má qualidade e contactos. impuros. Accresce que as dearhêas estivaes compromettem também a vida dos pequeninos rio-grandenses, como os de todo mundo, é claro; mas quando organismos se desenvolvem sob a vigilância de mães inteligentes e cultas, quase sempre supportam as enterites outonaes e não morrem pela falta de hygiene alimentar, equivalendo affirmar que a educação è também therapeutica, cada vez mais se comprovando a necessidade de instruir o povo, como problema de salvação universal.<sup>247</sup>

É importante ressaltar que esse índice de mortalidade infantil também não estava restrito ao círculo da pobreza, pelo contrário, atingia toda a população da cidade. Se levarmos em consideração que a maioria, senão todas as notas sobre óbitos e funerais de crianças publicadas nos jornais foram encomendadas pelas classes mais abastadas, é possível perceber que esse era um problema universal na cidade, *vários eram os anjinhos que deixavam suas famílias para unir-se a vasta legião que já estava em companhia de Deus*. Mesmo se considerarmos as notas de óbitos fornecidas pelo cartório de Natal, ainda assim estaremos nos referindo às “famílias tradicionais”, já que se tratava de crianças que também tinham seu registro de nascimento, o que não era uma realidade da pobreza natalense<sup>248</sup>.

O médico atentava para a urgência que se fazia na cidade de tentar elucidar as causas das doenças e as formas corretas de preveni-las pela própria população, o que também se explica pelo fato de que havia poucos médicos na cidade, e destes nenhum médico higienista. O próprio Januário Cicco também não o era e ao realizar esse inventário topográfico das doenças em Natal fazia uma tarefa que estava fora de sua alçada enquanto médico responsável pela Inspeção de Saúde do Porto.

---

<sup>247</sup> CICCO, Januário. Como se higienizaria Natal: algumas considerações sobre o seu saneamento. Apud: LIMA, Pedro. op. cit. 2003, p. 15.

<sup>248</sup> Dados obtidos através da leitura das notas de óbitos publicadas no jornal “A Republica”.

## 2. Quando o olhar médico se volta para a infância natalense

A preocupação com a infância na capital só foi pauta das discussões médicas tardiamente, já quando se iniciava a década de 1920, se considerarmos outras partes do país, como Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais<sup>249</sup>. Questões sobre higiene e saúde infantil foram antes prerrogativas defendidas pelos educadores da Capital, que em muitos casos, tomaram para si a responsabilidade de difundir hábitos saudáveis e combater certos vícios perniciosos à vida da criança, como por exemplo, o alcoolismo e o tabagismo, considerados fatores de degradação e decadência do corpo e da raça.

A imprensa também foi um importante veículo nesse processo de valorização e vulgarização das práticas de higiene e dos preceitos médicos tomando como alvo a criança. A carência de médicos na cidade interessados na infância e a ausência de escritos médicos locais sobre higiene e saúde, temática já bastante conhecida e divulgada em outras partes do País e fora dele, fez com que os editores dos jornais trouxessem de fora artigos que traziam a questão da higiene infantil como requisito indispensável para o desenvolvimento de um povo civilizado. Em várias publicações era possível encontrar temas sobre higiene corporal, asseio, doenças transmissíveis, a influência dos hábitos viciosos na degeneração do corpo etc.

Em 1905 o jornal “A Republica” publicava um artigo do Dr. Eduardo Magalhães que perdurou por mais cinco edições. Sobre o título de “O arthritismo nos meninos”, o artigo trazia à tona a discussão da infância como a fase por excelência destinada s intervenções higiênicas e médicas, por ser esse um momento em que o caráter do indivíduo e sua constituição física ainda se encontrava em formação,

---

<sup>249</sup> Através do levantamento realizado sobre as teses defendidas nas faculdades de medicina do Brasil, entre os anos de 1841 e 1948, temos um número bastante significativo de trabalhos que tinham a criança como objeto de pesquisa. Entre os anos de 1841 a 1929 foram escritas cerca de 57 teses das faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro que traziam a infância como elemento de investigação, sem levar em consideração as que tratavam de questões relacionadas ao parto, ao aborto e ao casamento, que implicitamente também estavam relacionadas à vida infantil. Dessas 57 teses, 22 foram escritas entre os anos de 1841 e 1919. Ver: CATALOGO de teses de Medicina do Brasil (1841-1948). DABAT, Christine P. Y. Rufino; MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2000. Outra medida que pode ser considerado o marco que inicia a atenção destinada à infância, sobretudo a desvalida, pode ser atribuída à criação do Instituto de Proteção e Assistência à Infância, criada pelo Dr. Moncorvo Filho, na segunda metade do século XIX no Rio de Janeiro. Sobre as iniciativas do médico e do IPAI ver: GONDRA, José G. Modificar com brandura e prevenir com cautela: racionalidade médica e higienização da infância. In: FREITAS, Marcos Cezar; KUHLMANN, Moysés Jr. (orgs). op. cit., 2002; KUHLMANN, Moysés Jr. **Infância e educação infantil**: uma abordagem histórica. 4 ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2007. 210 p.

tratando-se, portanto, de uma fase em que a modelagem dos hábitos podia ser efetuada de forma positiva e sem grandes traumas para a criança.

Modificável no adulto por uma conducta hygienica, o arthritismo melhor o será no adolescente ajuisado; é, porem, no menino, conforme já manifestei e o bom senso o diz, que maiores proveitos de colherão **da hygiene, a mais humanitária e civilisadora das sciencias, a sciencia divina: com a observância de seus ensinamentos e luzes, dos seus conselhos e advertências**, conseguir-se-á evitar que se aprofundem as raízes desse mal, ganhem alento e se assenhoriem do organismo. Particular importância adquire então o exame dos primeiros signaes ou traços de semelhante vicio, por offerecer á infancia a melhor oportunidade de ataca-lo, enfraquecel-o ou extinguil-o.<sup>250</sup> [grifo nosso]

O artigo também pode indicar outra característica da “Sciencia da Hygiene”, conforme demonstrado por Gondra, que foi a da sua aproximação, ou mesmo a sua denominação como sendo a “sciencia da infância”, proposição enunciada pelo Dr. Guimarães em 1858. Outro aspecto interessante desse artigo, ao utilizar termos como “divina”, “ensinamentos”, ou “conselhos”, podem demarcar também os constantes embates que o saber médico enfrentou com os dogmas eclesiásticos. A tomada do vocabulário cristão assinala um momento preciso de demarcação de territórios de uma medicina que tentava se constituir como a única capaz de responder às questões relacionadas às instâncias que antes eram prerrogativas da Igreja Católica, como por exemplo, o casamento e sua descendência<sup>251</sup>.

---

<sup>250</sup> MAGALHÃES, Eduardo. O arthritismo nos meninos. **A Republica**. [Data, ano e número ilegíveis]. Natal, 1905.

<sup>251</sup> GONDRA, José G. Modificar com brandura e prevenir com cautela: racionalidade médica e higienização da infância. In: FREITAS, Marcos Cezar de; KUHLMANN, Moysés Jr. (orgs.). op. cit., p. 290–293.

Em outros artigos, a fase infantil aparece como momento oportuno de educação e oportunidade de construir adultos fortes e saudáveis, livres de doenças degenerativas da raça humana e dos vícios maléficos, principais causadores da abreviação da vida. Além de terem se constituído também como locais por excelência de propagandas das linhas de remédios destinados exclusivamente às crianças

como xaropes, elixires, sabonetes, pós dentríficos,

emulsões etc. Foi o caso, por exemplo, da Emulsão de Scott, que já em 1905 trazia a transformação de uma criança raquítica e fraca num adolescente de corpo forte e sadio como a ilustração de sua propaganda, servindo de apelo aos pais que desejassem ter filhos robustos e saudáveis (fig. 6)<sup>252</sup>. É bom ressaltar que nenhum desses produtos era de fabricação local, sendo suas propagandas também encomendas de fora da cidade. Contudo, foi com elas que, pela primeira vez, a criança apareceu como alvo exclusivo de um produto ligado à saúde.

O saber médico e suas práticas também apareciam nos jornais como alvos de piadas e chacotas que, retratando a relação entre o médico e o paciente, davam pouco crédito aos tratamentos terapêuticos prescritos pelos doutores. Na seção “Humorismo” do jornal o “Pyirilampo”, periódico de vida curta nos primeiros anos da República, a relação médico/paciente é colocada de forma risível, demonstrando uma autoridade médica ainda não consolidada:

Medico e doente: - Tomou o calmante hoje de manhã?

**Portentosa Transformação**

Estas são duas photographias do menino Francisco Maribona y Peraza, da Havana, tiradas na idade de 9 e 11 annos respectivamente.

A transformação maravilhosa de um ser debil e rachitico n' um adolescente forte, robusto e sadio, como o demonstra sua atheletica figura, foi obra realizada pela

EMULSÃO DE SCOTT

EDADE 9 ANNOS

EDADE 11 ANNOS

Fig. 6 Propaganda da Emulsão de Scott, retirada do jornal “A Republica”

<sup>252</sup> A Republica. Natal, [ano ilegível]. Num. 1. 1905, p. 3.

- Sim, senhor.
- Deram-me ás três que v. s. mandou.
- E as pímulas?
- Tomei ás horas marcadas.
- E o banho frio para acelerar a reacção?
- A's 6 horas, conforme receitou.
- Bem! Vejo que o senhor é um homem digno de estar doente.<sup>253</sup>

É possível que esses artigos tenham desempenhado inúmeras funções nesse início de século entre o seu público leitor<sup>254</sup>. Não só as pessoas comuns tiveram acesso a informações antes desconhecidas, entrando em contato com os benefícios da higiene para o corpo, com nomes de doenças, seus sintomas, suas causas e até sua prevenção; como também no interior da própria classe médica da cidade, que de uma maneira ou de outra, poderia ser cobrada e indagada por uma população que passava a ter acesso a informações anteriormente restritas a uma classe. Além disso, o fato de não haver manifestações de carácter público do grau de conhecimento do esculápio, poderia exigir dele a saída do interior de seu consultório e uma maior participação na vida pública da cidade. As “Conferências” abertas sobre temas de várias ordens, como educação, saúde, vida social etc., realizadas nos clubes da Capital, que posteriormente se tornaram comuns, podem ser um indicativo desse processo.

Nesse ponto, é interessante perceber também como a higiene aos poucos vai sendo disseminada e vulgarizada entre os indivíduos da cidade; alguns comerciantes a traziam como sendo mesmo uma qualidade de seu produto, característica percebida não só em relação aos medicamentos, mas também em relação ao vestuário, aos calçados e até ao mobiliário. O “Armazém de fazendas e miudezas Angelo Roselli”, por exemplo, anunciava no Diário de Natal que dispunha *de camas e berços de qualquer tamanho e qualidade com lastros higiênicos e de extraordinária duração* [grifo nosso].<sup>255</sup>

<sup>253</sup> Humorismo. **Pyrilampo**. Natal, 28 maio 1905. Anno I. Num. 3, p. 4.

<sup>254</sup> Devemos levar em consideração também que grande parte da população pobre da cidade estava a princípio daí excluída, uma vez que em sua grande maioria era composta por indivíduos analfabetos, mas que indiretamente, através da circulação dessas idéias na urbe, poderiam ter contato com tais conhecimentos.

<sup>255</sup> **Diario de Natal**. Natal, terça-feira, 1 novembro 1904. Anno XII. Num. 2,629. p. 4.

É fundamental ressaltar que assim como a infância vai se constituindo em tema caro para a medicina, a própria oferta de medicamentos também vai mudando de feição. Alguns remédios que no início do século XX oferecem seus benefícios a todo os indivíduos, fossem homens, mulheres ou crianças, aos poucos vão restringindo o seu foco, ao perceberem na infância um público promissor. A trajetória das propagandas do Xarope Bromil é um bom exemplo desse processo.

Quando o xarope aparece pela primeira vez nas propagandas dos jornais locais em 1913, vem apoiado pelo testemunho irrevogável de um arcebispo, Dom Claudio José, assegurando a cura de vários seminaristas

após algumas doses do Bromil, que há muito sofriam de várias moléstias ligadas ao sistema respiratório. A propaganda ainda era arrematada pela imagem benevolente do religioso<sup>256</sup>. Já quando a década de 1920 bate à porta, o Xarope Bromil volta à cena com uma roupagem totalmente modificada. Com crianças bem vestidas, organizadamente distribuídas num banco escolar, busca atingir um público alvo específico - tratava-se da infância escolar. O próprio cenário, que simbolicamente representava a morada das ciências, como também a caracterização das crianças todas bem vestidas e adornadas, advindas, sem dúvida, das famílias burguesas, dispensava a figura do arcebispo para legitimar a eficiência do xarope (fig. 7)<sup>257</sup>.

A vasta oferta de medicamentos propagandeados nos jornais pelas farmácias parece ter causado um certo impacto nos hábitos da população a tal ponto que chegou a incomodar os médicos. Num local em que a Medicina ainda estava se constituindo como um campo específico de saber, as ofertas facilmente poderiam incentivar ao que hoje denominaríamos de “automedicação”. O próprio Dr. Januário



Fig. 7 Propaganda do Xarope Bromil, retirada do jornal "A Republica"

<sup>256</sup> **Gazeta da Tarde**. Natal, 1 julho 1913.

<sup>257</sup> **A Republica**. p. 3, Natal, quarta- feira, 7 janeiro 1920. Anno XXXI. Num. 5.

Cicco dirigiu críticas fervorosas ao que ele denominou de *mercantilismo indiferente aos destinos do enfermo*. Dizia ele:

Ao mercantilismo é indiferente a sorte dos syphiliticos, bastandolhe que cada doente consuma uma dúzia de vidros das suas infâmias engarrafadas para lhe consolidar a fortuna, que ambiciona. Avariados! Em guarda contra os vossos coveiros, esses mesmos que vos offerecem um vidro dos elixires cura tudo!<sup>258</sup>

Unido a esses **elixires cura tudo**, a permanência de uma Medicina de caráter popular também se constituía em entrave à eficiência das receitas médicas. Até mesmo para as camadas mais abastadas da cidade, a procura pelo médico no caso de doenças não se constituía como hábito. Lauro Pinto, ao descrever sua permanência no Colégio Santo Antonio, que se constituía como uma das escolas particulares destinada aos meninos mais respeitadas dentro da cidade, lembra-se que em 1919 o colégio fora acometido por um grave surto de tifo em que vieram a falecer seis alunos da instituição, em todos os casos, sem a assistência de um médico. Dizia ele:

O estudante Manoel Bezerra Cabral já bem doente, com muita febre, porém ainda lúcido, vendo os colegas morrerem e sem assistência médica, (...) lembrou-se de que no interior usava-se alho para todas as doenças dos intestinos. (...) Então Manoel Cabral reuniu suas forças, desceu do dormitório e foi até a cozinha. Ali preparou um fortíssimo chá de alho com muitos dentes, dose para dinossauro e tomou de uma vez queimando tudo por onde passava. Passou vários dias suando alho por todos os poros, arrotando alho e bombardeando todo o dormitório com gases asfíxiante de alho e escapou. Depois de mais de cinquenta anos êle está vivo para contar a estória.<sup>259</sup>

Tornar a Medicina como algo imprescindível na vida dos doentes, ou como a única capaz de curar doenças e educar a população, parecia ser outro longo caminho, esse bastante espinhoso a percorrer. Em relação ao interesse médico pela infância, as propagandas de consultórios que saíam nos jornais locais nos dão boas pistas de

---

<sup>258</sup> CICCO, Januário. **Como se higienizaria Natal**: algumas considerações sobre o seu saneamento. Apud: LIMA, Pedro. op. cit. 2003, p. 7.

<sup>259</sup> PINTO, Lauro. **Natal que eu vi**. [edição fac-similar]. Natal: Sebo Vermelho, 2003.

quando a criança passou a ser considerada pelos médicos como indivíduo diverso do adulto, cujas carências exigiam uma formação específica.

Nos primeiros anos do século XX, encontrar propagandas de médicos especializados na saúde da criança em Natal era uma tarefa impossível. Algumas alusões a médico da família, ou à saúde da mulher, ocupavam propagandas discretas, mas também raras. As primeiras notas nos jornais que podemos considerar como incluindo a criança como centro de interesse são aquelas que dizem respeito ao parto. Nesse sentido, a primeira propaganda com que tivemos contado foi a do Dr. Raul Fernandes, ex-interno efetivo do Hospital de Santa Izabel da Bahia, que se autoqualificava como médico e parteiro<sup>260</sup>.

A especificação de “parteiro” aparecerá com maior frequência a partir da década de 1910, mas sempre colocada como uma função à parte da de ser médico, como se o parto ainda estivesse vinculado a uma prática e não exclusivamente a uma formação específica, como a Medicina. Não devemos desconsiderar que por muitos séculos a tarefa de trazer à vida os bebês no Brasil foi uma atividade desempenhada pelas *comadres*, se constituindo em uma espécie de ritual em que a Medicina se instituía como a última intrusa no processo, vindo somente depois da Nossa Senhora do Bom Parto, da Nossa Senhora do Ó, do cordão de São Francisco, da Nossa Senhora da Conceição, da Nossa Senhora das Dores e dos amuletos mágicos, como os fígados de galinha crus atados à coxa das mãos e a pedra “mombaza” carregada junto ao joelho da parturiente<sup>261</sup>.

Na realidade, o hábito de ter filhos pelas mãos de um médico foi antes uma realidade presente no interior da classe pobre, utilizando os serviços do Hospital Juvino Barreto, mesmo que em quantidade diminuta, do nas famílias ricas da cidade. O próprio Câmara Cascudo, de família de muitas posses, veio ao mundo pelas mãos da velha parteira Bernardina Nery, *falecida nas Rocas em 25 de agosto de 1922, com 82 anos. Apanhara mais de 800 crianças. Meu pai era tenente do Batalhão de Segurança e pagou 10 mil réis.*<sup>262</sup>

---

<sup>260</sup> **A Republica**. Natal, anno XVIII. Num. 14. 1906, p. 3.

<sup>261</sup> FREYRE, Gilberto. O escravo negro na vida sexual e de família do brasileiro. In: \_\_\_\_\_. **Casa-Grande & Senzala**: formação da família sob o regime patriarcal. 49 ed. São Paulo: Global, 2004, p. 407.

<sup>262</sup> CASCUDO, Luís Câmara. **O tempo e eu**. op. cit., 2008, p. 39.

Outros médicos fizeram ainda um percurso parecido com o das propagandas de remédios. Se antes não faziam alusão ao parto ou a saúde da criança, conforme a década de 1920 vai se aproximando, as funções de seus consultórios também vão sofrendo alteração. O Dr. Januário Cicco, por exemplo, em 1913, apenas deixa à disposição da população a informação de onde está localizado o seu consultório<sup>263</sup>, já no ano de 1920 a propaganda de sua clínica vem com as especificações de suas especialidades: *medicina, cirurgias e partos*<sup>264</sup>. Quanto ao aparecimento de propagandas, em que as crianças aparecem como a especialidade médica, teremos que esperar o início dos anos 1930.

### **3. A institucionalização da assistência médica à infância: o Orfanato João Maria e o Instituto de Proteção e Assistência a Infância**

A questão da assistência pública em Natal se constituiu historicamente como um tema difuso. No início do século XX não se tinha dúvida de que a pobreza deveria ser considerada como um problema social, cabendo ao Estado amenizar os seus efeitos. Todavia, a influência do pensamento cristão, defensor de uma assistência caritativa, e a falta de recursos financeiros do governo impulsionaram o Estado a tomar uma posição menos atuante quando o assunto eram instituições públicas.

Poucos eram os estabelecimentos de caráter assistencial existentes na cidade que haviam sido resultado de iniciativas do próprio governo; o Lazareto da Piedade, pode nos servir como exemplo. Partindo de uma iniciativa particular e isolada, o Lazareto foi resultado do empenho do Dr. Francisco de Gouveia Cunha Barreto que, angariando donativos entre os “homens ilustres da Capital”, conseguiu fundar o estabelecimento, tornando-se, posteriormente, também seu administrador e médico responsável pelos internos.

---

<sup>263</sup> **O Echo**. Natal, 1 maio 1913, p. 3.

<sup>264</sup> **A Republica**. Natal, 10 janeiro 1920. Anno XXXI. Num. 8. p. 3.

O Hospital da Caridade também seguia a mesma regra não por ter sido resultado de empenhos particulares, visto ser este estabelecimento iniciativa do governo estadual, mas porque dependia do trabalho voluntário de freiras para funcionar<sup>265</sup>.



Fig. 8 Ala de internação do Hospital Juvino Barreto

Essas instituições, juntamente com o Asilo de Mendicidade, procuravam atender à sociedade como um todo, sem distinção de tratamentos para homens, mulheres ou crianças. No Hospital da Caridade, herança dos tempos imperiais, por exemplo, não havia a existência de leitos ou alas exclusivas para crianças, estando essas misturadas aos adultos enfermos, nem tampouco, contava com qualquer espaço destinado a cumprir as funções de maternidade. O mesmo também ocorreu quando, em 1909, o então governador do Estado, Alberto Maranhão, fundou um novo hospital na Capital, o Juvino Barreto<sup>266</sup>, cujos planos de criação tentavam seguir as novas normas de higiene necessárias para os fins que o hospital estava destinado a desempenhar. Apesar de possuir um anexo com seis leitos dedicados a maternidade, esse hospital também não contava com ala pediátrica (fig. 8).

---

<sup>265</sup> VELHO, Pedro. Relatório de Pedro Velho como Inspetor de Saúde pública em 1886. Apud: CASCUDO, Luís da Câmara. op. cit., 2008. p 140 – 143.

<sup>266</sup> VIEIRA, Enoque Gonçalves. **A construção da natureza saudável: Natal (1900- 1930)**. Natal, UFRN, 2008, 173 f. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

A construção do Hospital Juvino Barreto tentava remodelar a forma como se construiu o sistema de assistência à saúde pública na capital do Rio Grande do Norte, tentando superar um modelo caritativo por um outro com bases científicas.

Contudo, o caráter assistencial das políticas públicas foi uma constante quando o assunto era a infância pobre, pelo menos até o início da década de 1920, quando entram em cena duas novas instituições, essas exclusivamente destinadas à infância carente: o Orfanato Padre João Maria e o Instituto de Proteção à Infância, ambos fortemente carregados dos preceitos higiênicos.

Criado através do decreto n. 118, de 25 de maio de 1920, pelo governador Antonio José de Mello e Souza como uma das propostas que tentava regularizar e uniformizar os serviços de Assistência Pública em Natal, o “Orfanato João Maria” vinha substituir o antigo *Asylo de Mendicidade*, ficando incumbido, a partir daquela data, pelo amparo das meninas órfãs desvalidas. Seu funcionamento deveria ser totalmente guiado por uma regulamentação própria e específica, e qualquer mudança passaria antes pelo crivo do Congresso Legislativo. Com o intuito de não deixar sem assistência os “desvalidos velhos”, antigamente atendidos pelo *Asylo de Mendicidade*, ficava destinado também que uma de suas dependências, *convenientemente separada*, fosse destinada a esse atendimento até que o Governo pudesse arcar com a construção de um outro prédio exclusivo para esse fim.

A princípio, o orfanato tinha a permissão de abrigar até 60 órfãs, sendo esse número aumentado proporcionalmente em relação aos rendimentos públicos do governo. Para ter a sua aceitação permitida, a menina deveria estar inserida na faixa etária dos 7 aos 12 anos, não possuir qualquer doença contagiosa, ser vacinada e ser órfã de pai e mãe, ou quando uma das partes, quando sobrevivente, não pudesse prover a subsistência das filhas, por moléstias permanentes, como a cegueira, a loucura ou paralisia, ou ter sido condenado pela justiça, com pena superior a quatro anos de prisão<sup>267</sup>.

A instituição ficou sob os cuidados de freiras católicas que tinham total autoridade em relação às internas, mas essa atitude não dava ao orfanato uma característica de estabelecimento religioso. No orfanato, as meninas teriam acesso unicamente a uma educação doméstica, que futuramente lhe assegurassem uma

---

<sup>267</sup> REGULAMENTO do Orphanato João Maria. Natal: Typ. Commercial – J. Pinto & C., 1920, p. 5.

sobrevivência honesta prestando seus serviços às “boas famílias” da cidade; e a uma assistência médica. A instituição se constituía em uma espécie de espaço hermeticamente fechado: ninguém entrava ou saía sem a permissão da madre superiora, ou por ordem expressa do governo. Apenas tinham passe livre o capelão, o governador e o médico, nomeado exclusivamente pelo governador para cuidar das internas.

Naquele estabelecimento, as funções do “doutor” eram várias. Prestando duas visitas semanais ao orfanato, tinha uma posição superior dentro da instituição se comparada com a de outros funcionários. Atuando ora como conselheiro, ora como supervisor, acompanhava a vida das meninas da hora da entrada à hora final de sua partida. A ele, cabia o aconselhamento dos melhores meios destinados à boa higiene da casa em todas as suas dependências, examinando pessoalmente o estado de asseio e salubridade de cada uma; tratar com solicitude as irmãs, as menores e o pessoal interno do Orfanato, receitando-lhes os medicamentos necessários; examinar individualmente todas as meninas que apresentassem aspecto doentio, a fim de verificar em tempo as moléstias dos órgãos dos sentidos e dos internos, tendo particularmente em vista afecções pulmonares e do aparelho gastrointestinal, as verminoses e a avaria; dar parecer sobre os serviços que poderiam ser distribuídos às menores, de acordo com a idade e disposições físicas de cada uma, a fim de que estas não fossem incumbidas de trabalhos superiores as suas forças; examinar os gêneros alimentícios destinados ao consumo do estabelecimento, mandando recusar os que não se achassem em perfeito estado de conservação ou de pureza; e, por fim fazer um exame prévio antes da admissão das desvalidas para atestar se as mesmas possuíam vacinação e não sofriam de nenhuma moléstia contagiosa<sup>268</sup>.

A saída das internas era totalmente controlada. Para as enfermas acometidas por doenças não contagiosas, existia uma sala exclusivamente destinada às funções de enfermagem e, caso precisassem de um atendimento mais criterioso, ou se suas doenças exigissem o isolamento, a internação já era providenciada com antecedência pela superiora no estabelecimento que o seu estado de saúde exigia.

Além da subvenção oferecida pelo governo, o Orfanato também funcionava com recursos próprios, gerados pelos trabalhos produzidos pelas internas, como por exemplo, os bordados e as costuras. Os mesmos rendimentos também poderiam ser

---

<sup>268</sup> Ibid., p. 11.

aplicados como uma espécie de poupança, devolvida às meninas quando estas deixassem o orfanato ao completar 18 anos, ou quando reclamadas por familiares.

O Orfanato João Maria é exemplar de um processo que se iniciou no último quartel do século XIX, sobretudo nos países europeus, e ganhou força sob a égide do discurso democrático moderno do início do século XX. Sua organização e suas regras denotam claramente a passagem do que seria uma assistência caritativa aos pobres, para uma assistência filantrópica com bases científicas. O seu objetivo aí também muda. A assistência vista como fim, se torna meio, um meio capaz de *corrigir efetiva e permanentemente comportamentos indignos, tomando sempre em consideração os fundamentos causadores da imoralidade, como também inculcando novos valores e novos estilos de comportamento às massas deserdadas*<sup>269</sup>.

De acordo com Lipovetsky, três anseios se tornam as grandes finalidades dessa filantropia: impulsionar a independência econômica dos pobres, concorrer para o incremento da previdência e higiene das famílias, estimular o senso de responsabilidade individual<sup>270</sup>. Não por acaso, o orfanato se sustenta sobre regras claramente estabelecidas: a primeira corresponde ao tipo de conhecimento a que as internas terão acesso. A educação doméstica baseada no ensino da costura, do bordado, da horticultura e da culinária, visa a preparar moças que se tornem capazes de autoprover-se de *forma digna nas casas das boas famílias*. A moralidade acompanha toda a sua formação no sentido de um dever não voltado para Deus, mas abraçado com a causa social – é possível, através da ação autônoma, mudar e melhorar o mundo profano; a segunda regra dizia respeito à higiene individual. Supervisionada periodicamente pelo olhar médico, a menina passa a ver no seu corpo um espaço a ser resguardado, fosse das taras sexuais e aqui se insere a prevenção de filhos ilegítimos e das doenças venéreas, fosse em relação aos hábitos perniciosos, o alcoolismo visto também como entorpecente, responsável por tornar inútil a vontade individual; por último, a não seguridade de permanência na instituição chama atenção para o merecimento ou, mais acertadamente, para a meritocracia. O acesso à proteção assistencial não estava disponível para todos os desamparados, mas somente para aquelas pessoas de bem, sabedoras de que apenas através de suas ações a realidade poderia ser modificada. - O ideal moderno das democracias liberais

---

<sup>269</sup> LIPOVETSKY, Gilles. A consagração do dever. In: \_\_\_\_\_. **A sociedade pós-moralista: o crepúsculo do dever e a ética indolor dos novos tempos democráticos**. São Paulo: Manole, 2005, p. 23.

<sup>270</sup> Ibid., p. 23.

buscavam os interessados e crédulos no poder da educação moral, produtora dos cidadãos esclarecidos e responsáveis pela direção de sua realidade social.

A segunda instituição – o Instituto de Proteção e Assistência à Infância, veio atender a uma demanda bem maior de indivíduos, sua função era salvar vidas. A ideia de se construir na Capital algum estabelecimento responsável exclusivamente pela infância pobre começou a ser gerada em 1917, quando o então presidente de Estado Ferreira Chaves chamava atenção para o destino mórbido que esperava as crianças desvalidas da Capital. Essa instituição teria a incumbência de diminuir os índices de mortalidade infantil, vacinar e revacinar as crianças, além de possibilitar o registro civil de nascimentos. Mas foi somente em 1919, sob a responsabilidade do Dr. Varella Santiago, sob o nome de Associação de Assistência à Infância, que a instituição se torna realidade. O mesmo médico já era sócio da Caixa Escola, trabalhando voluntariamente no atendimento dos alunos pobres do Grupo Escolar Frei Miguelinho.

A infra-estrutura dessa instituição não deixava a desejar a nenhuma outra do mesmo caráter. Em visita ao Instituto, Palmyra Wanderley narra entusiasmada a sua viagem pelo *ninho das crianças*. Em um amplo terreno, o prédio do Instituto se dividia ordenadamente em vastos cômodos religiosamente asseados. Ao entrar no prédio, a visitante se deparava com um amplo salão de cor verde e com um auxiliar higienicamente trajado de vestes brancas e de um avental de mesma cor. A próxima sala, que também exibia um branco puríssimo, estava destinada a realizações de cirurgias infantis sob a responsabilidade de um jovem médico, que no mesmo dia havia tido a felicidade de operar *enorme tumor que enchendo toda a cavidade da orbita esquerda de uma menina de sete annos, recalrava a vista, produzindo grande saliência, deformando o rostinho da operada*. A sala contígua funcionava o consultório médico, local sob a responsabilidade do Dr. Paulo de Abreu e do Dr. Varella Santiago, diretor daquele Instituto, ambos com paternal solicitude consultavam as avesinhas doentes. Próximo ao consultório havia uma outra sala em que funcionava o consultório odontológico do Dr. Godeskardo, que apesar de seu sorriso constante, não conseguia fazer *desaparecer dessas creaturinhas desafortunadas o terror que lhes inspiram, a cadeira portátil, a mesinha giratória, o*

*motor e sobretudo a ferramenta reluzente*<sup>271</sup>. As últimas salas estavam destinadas as funções administrativas, sala de matrícula, e a farmácia.

A primeira, vasta e arejada, modestamente mobiliada contendo pouco, contem tudo quanto necessita. A segunda, a pharmacia, onde o dr. Luiz Antonio e os acadêmicos Angelo Pessôa e Lauro Wanderley manipulam com habilidade, é pequenina, banhada de luz que lhe entra por uma janella aberta ao nascente. Milhares de caixinhas, dúzias de frascos largos, enfileirados, dezenas de latas de farinhas nutritivas, tudo isto obedecendo uma disposição symetrica, encantava-me.<sup>272</sup>

Os propósitos do Instituto ganhavam todo sentido frente aos numerosos óbitos registrados entre as crianças da Capital pela Inspetoria de Higiene. A relação entre natalidade e mortalidade infantil em Natal era preocupante. Sem levar em consideração a faixa etária acima de 1 ano, nem os números de natimortos, abortos e infanticídios, e considerando apenas a década de 1910 (tab. 1), temos um quadro em que quase metade do número total de óbitos registrados na Capital correspondem aos recém-nascidos. Salvo a epidemia de gripe que assolou a capital em 1918, e o aumento da população ocasionado pela imigração de retirantes da seca um ano antes, esses números permanecem praticamente inalterados no decorrer dos dez anos seguintes. Era atribuída a maior parte das causas da morte das crianças à total ausência de qualquer conhecimento sobre higiene infantil e sobre sua alimentação. Nesse contexto, o Instituto de Proteção e Assistência à Infância vem fortemente carregado dos preceitos higiênicos.

Período	Nº total de óbitos	Nº de óbitos entre crianças de 0 a 1 ano
1909 - 1910	569	260
1910 - 1911	562	236
1911 - 1912	633	247
1912 - 1913	612	251
1913 - 1914	605	256
1914 - 1915	790	342
1915 - 1916	826	279
1916 - 1917	602	221

<sup>271</sup> WANDERLEY, Palmyra. No ninho das crianças. **A Republica**. 3 maio 1920.

<sup>272</sup> Idem.

**Tab. 1:** Relação do índice de mortalidade infantil em Natal entre os anos de 1909 e 1917.<sup>273</sup>

A iniciativa de criar instituições com foco no atendimento à infância pobre não era nova. A influência da criação do IPAI em (1899), no Rio de Janeiro, pelo Dr. Moncorvo Filho, de certa maneira, acabou influenciando a proliferação dessas instituições em várias capitais brasileiras. Sua atuação tornava-se visível a partir da ampla participação que o médico tinha nos Congressos Internacionais voltados para a infância, a própria realização do 3º Congresso Americano da Criança<sup>274</sup> junto às comemorações do Centenário da Independência em 1922, foi fruto dessa influência.

Ao contrário do Orfanato João Maria, o Instituto de Proteção e Assistência à Infância não se constituiu como um estabelecimento educativo. Seu único foco era a saúde infantil e a preservação da vida das crianças desvalidas, apesar de também oferecer seus serviços de vacinação às crianças vindas das classes mais abastadas da Capital. No Instituto, também eram recebidas crianças doentes, onde lá permaneciam até receberem alta do médico responsável.

Pouco depois de sua criação, o Instituto publicava um manual sob o nome de *50 pequenos conselhos de higiene infantil para uso das mães pobres*. Não sabemos ao certo o alcance que essa publicação teve na realidade dessas mães, uma vez que não podemos desconsiderar que grande parte delas era analfabeta e, portanto, incapaz de lê-lo. O fato foi que o manual buscava informar as melhores formas de alimentar as crianças a partir de seu primeiro dia de vida e quais os procedimentos higiênicos necessários caso os pequenos apresentassem qualquer sinal de enfermidade. Um pouco mais que a metade dos conselhos estava relacionada à necessidade de amamentar as crianças, que antes de qualquer coisa, se constituía como um *dever moral das mães*, responsável por proteger o filho de doenças e estreitar os laços de afeto entre mãe e prole. Todos os conselhos em relação ao regime alimentar e ao

---

<sup>273</sup> Tabela elaborada pelo autor através das informações colhidas pela Inspetoria de Higiene de Natal, presentes nos relatórios dos presidentes de Estado, entre os anos de 1909 e 1917. Nesse levantamento não estão inclusos os números de natimortos, nem de infanticídios. Nem tampouco, correspondente ao número total da mortalidade infantil na Capital, uma vez que não estão aí incluídas outras faixas etárias. Se levarmos em consideração crianças entre 0 e 5 anos, teremos um quadro de mortalidade relativamente mais elevado.

<sup>274</sup> Sobre a participação do Brasil nas Exposições Internacionais e nos Congressos sobre a infância ver: KUHLMANN, Moysés Jr. **As grandes festas didáticas: educação brasileira e as Exposições Internacionais (1862 – 1922)**. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001; \_\_\_\_\_. **A circulação das idéias sobre a educação das crianças**. Brasil, início do século XX. In: FREITAS, Marcos Cezar; KUHLMANN, Moysés Jr. (orgs.). op. cit., 2002.

tratamento físico dispensado a criança, fosse em relação às horas necessárias de descanso, de seu vestuário, ou mesmo do tratamento “médico” necessário aos primeiros sinais de enfermidade, estavam fortemente carregados da noção de que a constituição física da criança era extremamente frágil e que, portanto, necessitava de um cuidado diferente daquele destinado ao adulto.

Na realidade, os *50 conselhos* constituíam uma espécie de sequência de passos a serem adotados até o primeiro ano de vida, para assim garantir a sobrevivência dos *pequeninos*. Dentre os principais conselhos, merecem destaque: só doze ou vinte quatro horas após o nascimento é que a criança poderá ser alimentada; o leite materno deve constituir o alimento exclusivo da criança, nos seus primeiros meses de vida; toda mãe tem o dever moral de amamentar o filho; o leite materno faz não só aumentar depressa o peso da criança, como permite que, mais tarde, o estomago dela possa digerir sem sacrifício as farinhas alimentares; as crianças alimentadas a horas determinadas são mais sadias do que as que não têm *regimen alimentar*; menino só deve comer quando tem fome e não toda vez que chora; a mãe que amamenta não deve passar a noite inteira amamentando o filho, mesmo que este seja fraco e de pouca idade; a primeira refeição diária da criança de peito deve ser depois das quatro da madrugada e a última, antes das dez da noite; as mães que amamentam devem ter, pelo menos, seis horas de descanso no correr da noite; na primeira semana, a alimentação do recém-nascido deve ser muito espaçada (de 4 em 4 horas), do fim da primeira semana ao fim da 3<sup>o</sup> mês, a criança fará 8 refeições ao dia (de 2 em 2 horas), do fim do 3<sup>o</sup> mês ao fim do 6<sup>o</sup>, 7 refeições (2 ½ em 2 ½ horas), do fim do 6<sup>o</sup> ao fim do 1<sup>o</sup> ano, 6 refeições (de 3 em 3 horas); na falta do leite materno, as mães não devem dar s crianças de poucos meses o leite de vaca puro, por ser muito pesado; menino só pode tomar leite de vaca puro, depois do 4<sup>o</sup> mês de vida, caso não sofra de nenhum problema intestinal, etc. Note que a maioria dos conselhos giravam em torno da alimentação e do primeiro ano de vida da criança, por ser esta a fase em que a maior parte das mortes eram contabilizadas<sup>275</sup>.

Enquanto órgão do Estado, o Instituto de Proteção e Assistência à Infância deveria prestar contas à população de suas ações; para isso eram publicados periodicamente no jornal “A Republica” o número de crianças que eram assistidas pelo estabelecimento, a quantidade de crianças que eram vacinadas, a proveniência

---

<sup>275</sup> INSTITUTO de Proteção e Assistência à Infância do Rio Grande do Norte. op. cit. s/d.

das mesmas e sua caracterização, como sua cor e idade, além da contabilidade das mortes, a faixa etária em que ocorriam e, sobretudo, suas causas. A tentativa era fazer com que as crianças da Capital deixassem de morrer por falta de assistência ou de causas banais, como a falta de higiene doméstica. Além disso, o Instituto também tentava suprir a dificuldade que a Inspetoria de Higiene tinha em relação ao número exato de nascimentos e mortes, pela falta do registro civil de ambos.

#### **4. Medicina e educação: uma aliança vista com bons olhos**

Conforme demonstramos no capítulo anterior, o período que se inicia com o regime republicano fora assinalado pela retomada dos preceitos iluministas e dos revolucionários franceses em defesa da educação como emancipadora do homem e da Nação e, nesse processo, as crianças foram tomadas como peças centrais na construção de uma sociedade fortemente idealizada. A junção do saber médico à tarefa civilizatória da educação foi uma constante no Brasil nas primeiras décadas do século XX. Muitos médicos viam nas escolas uma forma promissora de isolar os filhos de suas famílias, em se tratando, sobretudo, da infância pobre, como uma maneira de controlar vícios, sobretudo o álcool, o fumo e as desordens sexuais, como também tirar da esfera familiar a função de educar seus descendentes, dever que passava a ser considerado incumbência de outros autores. A idéia de construir cidadãos do mundo tentava desarticular a maneira tradicional de perceber as crianças como uma espécie de propriedade familiar. A criança enquanto “capital social da nação”<sup>276</sup> deveria ser resguardada por um saber especialmente capacitado, responsável por garantir a prosperidade de seu corpo e de sua mente.

Na contramão do que se percebia nas outras capitais brasileiras, em Natal, a iniciativa de unir medicina e educação não partiu dos médicos, mas antes, foi um assunto que aqueceu as discussões sobre as funções da escola entre os próprios professores. Dois educadores de renome no Estado merecem o crédito pela junção: o intelectual Henrique Castriciano que, vislumbrado pelas iniciativas dos países

---

<sup>276</sup> GONDRA, José G. Modificar com brandura e prevenir com cautela: racionalidade médica e higienização da infância. In: FREITAS, Marcos Cezar de; KUHLMANN JR, Moysés. (orgs). op. cit., 2002, p. 306.

européus, trouxe a Puericultura como uma das disciplinas principais de sua “Escola Doméstica”, (1914); e o diretor do “Grupo Escolar Frei Miguelinho” (1914), o professor Luiz Correia Soares de Araujo que, fazendo uso das economias da “Caixa Escola” do grupo, financiou consultas médicas para vários alunos dessa instituição. Se a segunda iniciativa revestia-se de um caráter de assistência humanitária, o primeiro tinha objetivos bem menos “desprendidos”.

Fundada em 1 de setembro de 1914, a Escola Doméstica dizia ter como princípio de sua educação não

Pregar a emancipação da mulher nem encaminhá-la para a solução do que se convencionou apelar feminismo, consistente na aquisição de certos direitos públicos. Bem longe disso. O principal objetivo pode ser resumido em quatro palavras: - aperfeiçoar a educação doméstica (...) que habilitem a mulher a velar criteriosamente pela educação física, intelectual e moral dos filhos<sup>277</sup>.

A questão da educação higiênica era central em todas as disciplinas ensinadas na “Escola Doméstica”. A partir do 3º ano, depois das lições de cozinha e do preparo higiênico dos alimentos, entravam em cena as aulas de medicina prática. Suas lições compreendiam a assepsia do quarto do doente, de seu leito e acessórios; antissepsia e asepsia; curativos e aparelhos provisórios; medicamentos tópicos, feridas e o modo de curá-las; primeiros socorros no caso de acidentes; observação dos doentes, através da medição da temperatura e do pulso; cuidados e precauções nas moléstias contagiosas; profilaxia da tuberculose; equilíbrio nutritivo, gastos do homem em repouso, valor em energia da ração alimentar, alimentos nervinos, álcool e alcoolismo; e regimes dietéticos<sup>278</sup>. O vasto conteúdo dessas aulas visava a preparar as meninas para serem mães de família exemplares e também enfermeiras domésticas, prontamente disponíveis para atender às exigências da saúde e assepsia de sua casa.

Atrás do objetivo de formar a mãe ideal, responsável pela consolidação da nação moderna e civilizada, as aulas de Puericultura ganharam peso.

---

<sup>277</sup> CASTRICIANO, Henrique. Apud: CASCUDO, Luís Câmara. **Nosso amigo Castriciano**. Natal: Imprensa Universitária, 1965, p. 134.

<sup>278</sup> SÁ, F. de S. Meira e. LIGA do ensino: programma da Escola Doméstica de Natal – Aprovado pela Directoria Geral da Instrução Publica. Natal: Typografia d’A Republica, 1914, p. 13

Henrique Castriciano se constituiu no Estado como um dos maiores defensores de uma educação prática, sobretudo, para mulheres, que longe de desenvolver pensamento crítico e de desgastar-se com racionalismos, deveriam deixar que o *sexo forte, a quem compete a direção das sociedades, exerça a acção dinamica, inherente aos organismos habiatuados à lucta; deixem que elle investigue, analise, abebere-se de theorias e de complicados problemas sociolaticos*<sup>279</sup>. Às mulheres caberia a função de aprender a cuidar de seus filhos e de melhor exercer a função que historicamente, tradicionalmente, e podemos acrescentar catolicamente, lhe foi resignada. O pensamento de Henrique Castriciano em relação à educação feminina, também pode ser encontrado em suas propostas para a educação da infância pobre. Enquanto o Estado Republicano, através dos Grupos Escolares, adota o método intuitivo como modelo moderno de educação, cujo objetivo encarna a idéia de produzir seres autônomos e reflexivos, Castriciano percorre o caminho inverso, dirigindo críticas a Pestalozzi e Froebel, condena a educação livresca *responsável pela disseminação de mentiras, tanto mais perigosas quanto são, geralmente de um falso optimismo patriótico e humano (...). Não é, por conseguinte, embalando a pscologia das crianças e da mocidade com visões de uma grandeza que não existe ou phrases cheias de doçuras inúteis que formaremos uma nação forte*<sup>280</sup>. E arremata defendendo uma educação menos voltada para o pensamento do que para a ação:

Não sei se entra nisso o subconsciente, mas ele que tanto fala de bondade, virtude, nacionalismo, caracter, palavras que aprendeu na escola, vive inteiramente alheio ao sofrimento dos outros, incapaz da menor tentativa de solidariedade, inlausurada no mais feroz individualismo. Coisa singular, os grandes exemplos de abnegação, de amor ao trabalho, de continuidade no esforço, partem entre nós, dos analphabetos, grande maioria. Aos que jamais ouviram falar de obras e deveres cívicos, mas, em compensação, tiveram por mestra a necessidade que lhes formou ao mesmo tempo o corpo e a alma.<sup>281</sup>

---

<sup>279</sup> BRAZ, José. Férias de domingo. [Sem data] Apud: ALBUQUERQUE, José Geraldo de. (org.).

**Henrique Castriciano**: seletas – textos e poesias. Vol. 1. Natal, 1993, p. 13.

<sup>280</sup> CASTRICIANO, Henrique. “Minha terra e minha gente”: homenagem a Afranio Peixoto. [sem data] Apud: ALBUQUERQUE, José Geraldo de. (org.). **Henrique Castriciano**: seletas – textos e poesias. Vol. 1. Natal, 1993, p. 39.

<sup>281</sup> Ibid., p. 39.

Nessa perspectiva pedagógica, a prática assumia a função principal da tarefa educativa e as aulas de puericultura se faziam indispensáveis nesse processo. A idéia era ensinar às alunas tudo que dissesse respeito à vida do bebê. Dentre o conteúdo, destacavam-se os primeiros cuidados ao recém-nascido, banhos e temperatura ideal da água; como os resfriados e a asfixia poderiam ser evitados e a natureza dos tecidos protetores nesse processo; maneiras de vestir as crianças; causas que podem perturbar o sono e a saúde infantil; significação dos gritos e do choro; regimes alimentares - aleitamento natural, mixto e artificial; causas que contra-indicam o aleitamento materno; escolha de uma ama de leite; ablactação; valor higiênico do peso crescente; fases da dentição; primeiros movimentos da marcha; primeiras palavras articuladas; moléstias comuns as diferentes fases da infância; terapêutica infantil; e por fim, educação física, intelectual e moral da criança<sup>282</sup>.

Numa sala exclusivamente aparelhada para esses fins (fig. 9), seis bebês e crianças, advindos das camadas populares da cidade, eram recebidos anualmente pelas alunas da Escola Doméstica.



**Fig. 9** Sala de puericultura da Escola Doméstica

O acolhimento dessas crianças no anexo da instituição de ensino era considerado por Henrique Castriciano como uma maneira de evitar que os mesmos viessem a ter suas vidas ceifadas pela má alimentação e pela falta de higiene

---

<sup>282</sup> PROSPECTO da Escola Doméstica de Natal. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & C., 1919, p. 21.

presentes em seus lares de origem. Contudo, se lançarmos um olhar mais criterioso sobre a atitude do educador, veremos que, nessa instituição, as crianças, que a princípio teriam suas vidas preservadas por estarem recolhidas num ambiente higiênico sob os cuidados de moças prendadas, não passavam de instrumentos de aprendizado para o foco principal da escola, constituído por suas alunas. Nessas aulas, as funções dos bebês e das crianças estavam restritas as de serem medidos, pesados, limpos, exercitados e alimentados.

A segunda iniciativa se reveste de outro caráter bastante diverso daquele proposto por Henrique Castriciano. O Grupo Escolar Frei Miguelinho (fig. 10), fundado em 1914, ocupava uma das áreas mais pobres da cidade, o bairro do Alecrim. Considerado um bairro operário, o Alecrim se caracterizava por suas moradias paupérrimas e insalubres para se viver. Bairro meio urbano meio rural, também dividia seu terreno com o cemitério público da Capital, alvo constante das críticas dos Inspetores da Saúde Pública. Sem muito futuro, foi fundado naquela localidade um grupo escolar bem diverso daquele que ocupava a Praça Augusto Severo. Sem ostentação ou brilho, o Frei Miguelinho tinha a proposta de atender às crianças da própria vizinha, em sua maioria sem calçados nem fardamentos. O professor Luiz Soares assumiu a função de diretor da escola desde sua fundação, constituindo uma espécie de funcionário vitalício daquela instituição.



**Fig. 10** Visita das alunas da Escola Doméstica ao Grupo Escolar Frei Miguelinho

Misturando vida pessoal e profissional, olhava sua função por um ponto de vista quase messiânico. Obstinado pela tarefa de mudar a realidade das crianças pobres do Alecrim, Luiz Soares foi responsável por encabeçar algumas medidas pioneiras na cidade, como a criação de uma biblioteca infantil, localizada no próprio Grupo, mas que também podia ser frequentada pelas crianças que estavam fora da escola; a criação de um jornal de divulgação das iniciativas da instituição, o *Boletim de Instrução*<sup>283</sup>, fundado em 1918; a criação do Grupo de Escoteiros do Alecrim; e a criação da “caixa escola”.

Suas iniciativas se combinavam entre medidas de assistencialismo cristão e de uma filantropia liberal. A “caixa escola”, por exemplo, abarca essas duas características. Funcionando como uma espécie de poupança para os alunos que podiam poupar, recebia depósitos mensais tanto desses, quanto de alguns professores. Além de devolver o dinheiro, com seus merecidos rendimentos, ao final do ano letivo, a “caixa escola” era utilizada pelo diretor para cumprir várias finalidades, entre elas a de realizar o registro de nascimento das crianças no cartório, não só da escola, como do bairro de uma maneira geral, como também a de consultar os pequenos enfermos, medida que buscava diminuir o alto índice de mortalidade do bairro, além de diminuir a taxa de crianças que morriam por falta de assistência e de causas desconhecidas. No *Boletim de Instrução* o diretor trouxe discussões interessantes sobre os efeitos do alcoolismo e do tabagismo nos adultos e os males que podiam acarretar à infância.

Nas páginas do *Boletim de Instrução* foram publicados vários artigos que tinham como foco a higiene, a moral e o civismo. Em fevereiro de 1918, o jornal trazia um amplo artigo dedicado à preservação da saúde infantil. Nele vinham várias considerações sobre o alcoolismo e sua influência na decadência do homem e na vida infantil. A questão da descendência aparecia de forma central no texto, com conselhos direcionados aos pais, e até aos avós, que evitassem transmitir aos filhos a herança obscura do álcool.

Intoxicado, que dizer, envenenado o sangue com esta espécie de bebidas, o alcoolismo transmite-se por herança, de paes para filhos

---

<sup>283</sup> O *Boletim de Instrução* era publicado mensalmente pelo Conselho da Caixa Escolar do grupo Frei Miguelinho, com instruções práticas de higiene, civismo e moral, sendo distribuído gratuitamente entre as crianças do bairro do Alecrim.

e por isso, vemos nascer muitas crianças com predisposição para este funesto vício, trazendo ao mundo *estigmas* (signaes característicos) de lesões latentes, das quaes a única causa é o álcool, e vivendo condemnados a lamentável inferioridade mental, extrema fraqueza nervosa e a uma morte prematura (...). Na maior parte dos casos, deve-se attribuir a mortalidade das crianças e a degeneração da gente viva, ao habito funesto dos avós ou dos Paes que só bebiam *bôa* cerveja e vinho *natural*.<sup>284</sup>[grifos do autor]

A questão do alcoolismo já era tema tarimbado das discussões em torno da higiene infantil desde o início do século XIX, considerado como uma das grandes causas da degenerescência da raça, acompanhada pela sífilis e pela tuberculose. A ideia de se fazer um inventário da história familiar, buscando qualquer relação de seus membros com o álcool tornar-se-á, posteriormente, um dos objetivos principais das Inspeções Médico - escolares realizadas em Natal a partir dos anos 1920.

As doenças causadas na infância e no adulto pelo uso do álcool, presentes no artigo publicado no Boletim de Instrução, guarda muitas semelhanças com as propagandas contra o alcoolismo infantil efetivadas pelo IPAI, na figura do médico Moncorvo Filho, como por exemplo, a sua associação com a criminalidade, a debilidade e a incapacidade de as crianças aprenderem<sup>285</sup>. De acordo com o artigo, os efeitos do alcoolismo culminam em,

Insônias terríveis, e se consegue adormecer, os pezadelos succedem-se. Tudo o que ganha, gasta na taberna ou no botequim, o que é exactissimamente a mesma cousa, e mais tarde, minado pela tuberculose ou por *doença gravíssima do fígado, do cérebro, etc.*, vem a morrer desgraçadamente ou na exerga duma enfermaria ou em sua casa, rodeado pela mulher, a sua victima, e por *um filho surdo-mudo, idiota ou futuro candidato á tuberculose*<sup>286</sup>. [grifos do autor]

Quanto ao uso do tabaco, as críticas a ele direcionadas eram um pouco mais brandas, talvez porque fumar estivesse relacionado nesse momento, com o consumo de produtos modernos, ou porque desqualificá-lo seria o mesmo que atribuir aos

---

<sup>284</sup> [Título e autor do artigo ilegíveis]. **Boletim de Instrução**. Anno II. Num. 1. Natal, fevereiro 1918, p. 4.

<sup>285</sup> GONDRA, José G. op. cit., p. 299 - 302

<sup>286</sup> . [Título e autor do artigo ilegíveis]. **Boletim de Instrução**. Anno II. Num. 1. Natal, fevereiro de 1918, p. 4

países civilizados a disseminação de hábitos reprováveis, sobretudo os Estados Unidos, que se constituía como um dos maiores produtores de fumo do mundo. O Dr. Varella Santiago, responsável pelo artigo, diz que talvez as causas dos malefícios do tabaco fosse uma realidade somente brasileira, uma vez que os princípios químicos de nossas plantas, ou mesmo o atraso agrícola e industrial do nosso país, acarretaria efeitos mais tóxicos do que em outros países, em que o fumo era de melhor qualidade. Por outro lado, alguns hábitos locais, como por exemplo, o de mascar o fumo que também poderiam potencializar os seus efeitos nocivos, além de se constituir em grave falta de educação e asseio. Mesmo com essas ressalvas, os efeitos do tabagismo são seria menos prejudicial do que o alcoolismo, podendo acarretar,

Vertigens, enxaqueca, dor de cabeça ou cefalalgia, insônia, tremimentos, nemicránea, desordens transitórias da palavra articulada, estados vagotônicos, pés e mãos frias, nevralgias, sympathoses (...). a nicotina, agindo continuamente sobre o cérebro, determina a diminuição da capacidade intelectual e o enfraquecimento progressivo da memória<sup>287</sup>.

Quanto as suas influências na vida infantil, se o álcool causava anomalias físicas e mentais na criança, a nicotina era responsável por um amplo número de abortos ou, se consumido pelas amas de leite, e poderia mesmo envenenar os bebês e levá-los a morte prematura. O fato era que o hábito deveria ser totalmente banido da sociedade, cabendo às crianças resistirem a *idéia pueril de que o cigarro ao queixo lhes dá importância, os põe em destaque*.<sup>288</sup>

---

<sup>287</sup>. SANTIAGO, Varella. Tabagismo. **Boletim de Instrução**. p. 3, Natal, março 1918. Anno II. Num. 2.

<sup>288</sup> Ibid., p. 4.

#### **4.1. Inspeções médico–escolares: um inventário sobre a saúde infantil na Escola**

Em 24 de maio de 1919, o candidato ao cargo de governador do Estado, Antonio José de Mello e Souza, lançava como uma das plataformas de sua campanha a realização periódica de Inspeções médico-escolares, que teriam como função principal fiscalizar e empregar os modernos preceitos higiênicos no interior das escolas. De acordo com o candidato, a falta de asseio das escolas e dos escolares eram causadores de grandes males à saúde infantil, muitas vezes deixando marcas que acompanhavam o indivíduo até a vida adulta. A falta, ou a má distribuição da luz nas salas de aula, a insuficiência do asseio, a defeituosa posição das crianças durante a leitura e a escrita, os pequenos maus hábitos adquiridos em casa ou na rua. Todas essas deficiências deveriam ser corrigidas pela escola e para tanto a inspeção médico-escolar seria um instrumento indispensável. De acordo com o plano, deveriam ser contratados alguns médicos que pudessem formar uma equipe grande o bastante para visitar periodicamente todas as escolas que estivessem sob a responsabilidade do Estado. Como função, eles seriam encarregados de levar

Recomendação especial para attenderem particularmente, no exame individual, aos órgãos dos sentidos, ao funcionamento do aparelho gastro-intestinal, ás attitudes do menino em pé ou sentado, e a tudo o mais quanto a sua competência naturalmente julgasse necessário. Em relação ao meio, estudariam as endemias porventura reinantes, o impaludismo, as verminoses e outras, e as moléstias parasitarias; examinariam a água potável, recommendando e ensinando providencias de prophylaxia usual e solicitando do governo aquellas que, por sua importância e generalidade, estivessem acima dos meios individuais.<sup>289</sup>

Ao sair vitorioso nessas eleições, as inspeções médico-escolares tiveram início no começo dos anos 1920.

As inspeções escolares já eram realizadas em vários países da Europa desde o final do século XVIII, tendo nas figuras de Lakanal, Sièyès e Daunou seus idealizadores. Na América Latina, foi adotada pela Argentina em 1884, através de

---

<sup>289</sup> CARTA Familiar, op. cit., 1919, p. 25.

Lei escolar que a tornava obrigatória em toda a República. Já no Brasil, a municipalidade do Rio de Janeiro, através do decreto 778, de 9 de maio de 1910, criava também seu serviço de inspeção medico-escolar<sup>290</sup>. Contudo, foi sob a orientação do italiano Ugo Pizzoli, encarregado pelo governo de São Paulo da instalação de um Gabinete de Psicologia e Antropologia Pedagógica em 1914, anexo à Escola Normal Secundária de São Paulo, que as inspeções tomariam corpo. Esse gabinete procurava colocar a Pedagogia de um ponto de vista totalmente científico, desvinculando-se da Filosofia para unir-se à nova ciência da Psicologia. Como resultado da implantação desse gabinete, Pizzoli lançou um livro que tornava público seus objetivos do mesmo, assim como o seu aparelhamento. A ideia era ressaltar o máximo possível o seu caráter científico. Além dessas informações, o texto também trazia um modelo da Carteira Biográfica Escolar. Essa carteira

Deveria ser generalizada a todos os grupos escolares e abranger registros acerca da vida do aluno nos cinco anos de curso. Deveria ser elaborada e assinada pelo diretor do estabelecimento, pelos professores das classes e pelo médico escolar. Constando de nove páginas, a Carteira reunia fotografias anuais do aluno e inúmeros registros de mensurações resultantes de ‘observações antropológicas’ e ‘físio-psicológicas’, além de anotações registradas como ‘dados anamnéticos da família’ e ‘notas anamnéticas’, estas últimas obtidas por exame médico.<sup>291</sup>

Quando, em 1922, o Dr. Alfredo Lyra escreve um compêndio sobre inspeções médico-escolares, a influência do manual de Pizzoli é claramente identificável. O doutor via na inspeção médica das escolas uma maneira de fazer desaparecer a velha dualidade entre o corpo e o espírito, *afirmando o principio de Juvenal – ‘mentalidade sadia em corpo são’*<sup>292</sup>. A ideia era unir higiene e Pedagogia para fazer um estudo sistemático dos alunos, buscando conhecê-los com exatidão e permitir julgar os encaminhamentos necessários para efetuar a transformação física e mental dos mesmos. Enquanto o estudo individual de cada escolar propiciaria a medição dos valores dos regimes de exercícios estabelecidos, das prescrições de estudos aconselhadas e dos métodos pedagógicos instituídos.

<sup>290</sup> LYRA, Alfredo. op. cit., 1922, p. 9.

<sup>291</sup> CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. In: FREITAS, Marcos Cezar de; KUHLMANN JR, Moysés. (orgs). op. cit., 2002, p. 295.

<sup>292</sup> LYRA, Alfredo. op. cit., 1922, p. 9.

A educação uma vez firmada sobre as bases solidas da physiologia, a instrução deve fornecer o maximo de rendimento com o mínimo de usura, desde que a cultura integral das faculdades phisicas, mentaes e moraes está em relação directa com o valor physiologico do escolar.<sup>293</sup>

A Inspeção vinha contrapor-se à indiferença e ao abandono criminoso em que se encontrava a escola e seus alunos pelo descuido higiênico. A prática metódica das inspeções do educando funcionaria como garantia da seguridade de sua preparação racional e científica, da saúde e do aperfeiçoamento das diversas gerações escolares, firmando as qualidades fundamentais que caracterizariam a superioridade de uma raça, fosse em relação aos aspectos físicos do corpo, ou fosse em relação ao seu desenvolvimento intelectual.

A inspeção compreenderia três pontos principais de investimento: o primeiro ponto dizia respeito à vigilância sanitária do meio escolar; o segundo, ao exame individual dos alunos; e, por fim, o terceiro ponto dizia respeito à prevenção das doenças transmissíveis. Seguindo o exemplo da Carteira Biográfica Escolar elaborada por Pizzoli, o Dr. Alfredo Lyra elaborou duas fichas a serem preenchidas pelos responsáveis pela escola e pelo médico durante a Inspeção.

A primeira ficha estaria relacionada ao cadastro geral da escola, com vistas a atender o primeiro objetivo da Inspeção. Entre os dados a serem coletados, estavam localização do edifício escolar, como a sua cidade, o bairro, a rua e a orientação do prédio no que diz respeito à direção do vento e à luminosidade; a quantidade de alunos presentes na escola e nas salas de aula; o aparelhamento do prédio, como os mictórios, os lavatórios e o mobiliário; o tipo de iluminação, se artificial ou natural; o material didático utilizado, como mapas, murais, quadros negros etc.; a estruturação física do edifício, como disposição das salas e dos pátios de recreio (Anexo A).

Esse primeiro inventário buscava fazer um levantamento inicial da situação do prédio escolar e, caso houvesse a existência de *defeitos higiênicos*, cabia à equipe médica propor a melhor forma de intervenção para corrigi-los. O principal quesito da higiene do prédio escolar estava diretamente relacionada à sua ventilação e à luminosidade, o interesse era abrigar no *futuro as creanças contra accidentes graves*

---

<sup>293</sup> Ibid., p. 18.

que as ameaçam e para que não seja a escola incriminada de alimentar e difundir moléstias infecto-contagiosas<sup>294</sup>. Além disso, a inspeção propunha corrigir os modos considerados anti-fisiológicos, como por exemplo, os defeitos e as imperfeições do ponto de vista físico e mental, das formas como eram executados os trabalhos propostos aos alunos. Nesse ponto, também assume lugar de destaque a importância de uma mobília racionalmente higiênica, responsável por proporcionar conforto a criança e permitir que esta suportasse as exaustivas horas de aula. Garantindo uma posição física correta, o mobiliário adequado evitaria os *desvios rachidianos e as perturbações visuais múltiplas, que atingem os alunos, no fim dos cursos, em uma percentagem superior a 50%*<sup>295</sup>.

A carteira ideal seria aquela em que as costas estivessem seguramente apoiadas, além disso, havia a necessidade de uma mesa, posicionada a pouca distância do escolar, onde seria possível o apoio das mãos e dos braços, indicado tanto para leitura, quanto para a escrita. A distância calculada da mesa evitaria um maior esforço da visão infantil, evitando assim as possíveis perturbações visuais, como também, uma sobrecarga da coluna, causada pela inclinação do aluno para frente. Tanto a

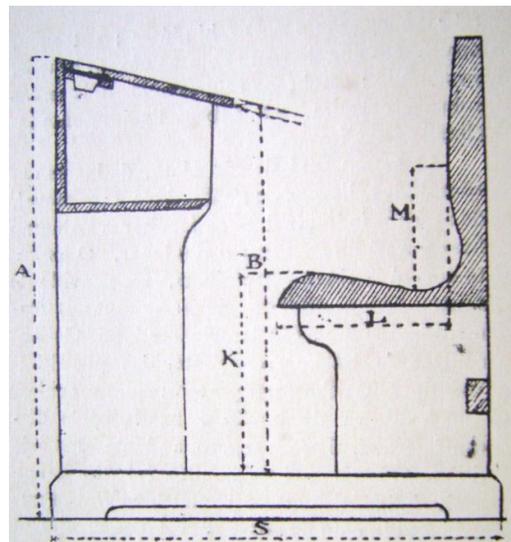


Fig. 11 Projeto da “carteira higiênica”

cadeira como a mesa, caso não formassem um só conjunto, deveriam estar bem fixadas ao chão da classe, garantindo não só a distância adequada entre os estudantes, como também evitava que os mesmos diminuíssem ou aumentassem a distância indicada entre cadeira e mesa.

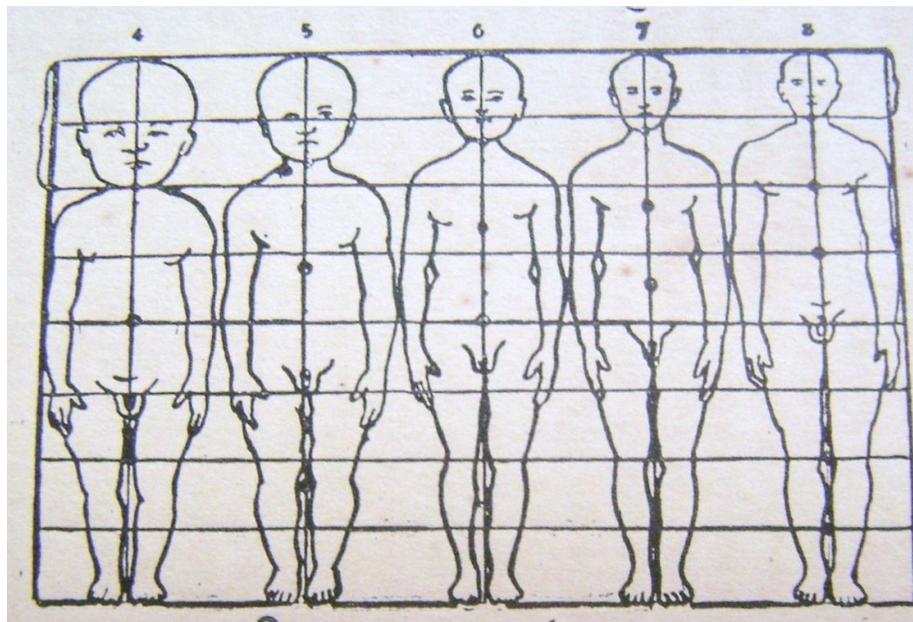
A segunda e a terceira ficha a serem preenchidas estavam relacionadas ao exame sanitário do escolar (Anexos B e C). Essas fichas eram constituídas através da observação, da análise e da leitura efetuada pelo médico sobre os alunos, *o modelo de ficha sanitária individual é completado por observações pedagógicas, de modo a*

<sup>294</sup> LYRA, Alfredo. op. cit. 1922, p. 10.

<sup>295</sup> Ibid., p. 11.

*constituir a ficha anthropo pedagógica em que se basêa a lei biológica fundamental da unidade do copo humano – ‘a relação íntima do physico e do espírito.’<sup>296</sup>*

Assim como a ficha escolar, a segunda iniciava com a coleta de dados mais gerais do aluno, como nome, idade, filiação, naturalidade, vacinação e revacinação. Em seguida, deveriam ser discriminados os antecedentes pessoais. Nessas informações era feito um verdadeiro inventário de toda a vida do escolar, o que abrangia o seu nascimento. Dados como complicações no parto, formas de aleitamento, retardamento da locomoção, da fala, doenças infecto-contagiosas, doenças congênitas, entre outras, deveriam ser precisamente coletados. Após essa descrição histórica da vida que antecedeu a entrada do aluno na escola, viriam as informações visíveis, tal como coloração da pele, se é fisionomicamente saudável, se tem inteligência, se sua constituição é boa, medíocre ou má, se seu crescimento é proporcional a sua idade ou inferior, se tem tendência a obesidade ou a magreza. Após essas informações viriam os elementos *anthropométricos*, onde tudo era mensurado, esquadrinhado e medido (fig. 12).



**Fig. 12** Quadro de proporção das diferentes partes do corpo nas diversas faixas etárias

---

<sup>296</sup> Ibid., p. 72.

Vários aparelhos científicos eram empregados para medir toda a simetria do corpo e a capacidade dos órgãos, como a simetria da cabeça, a largura do tórax, a capacidade pulmonar, a força das mãos, a adiposidade da pele, a capacidade da visão e da audição, aspectos da boca, análise dos dentes e da língua, aspectos da mucosa etc. Por fim, vinha a observação e análise do caráter. Essa descrição se dava a partir da conduta e do comportamento do aluno na escola; a conduta do escolar de acordo com o médico, dizia muito do seu espírito, demonstrando suas propensões, afetos e hábitos. Nesse ponto, as crianças eram divididas entre as de caráter regular e irregular, correspondendo os últimos àqueles que viviam constantemente em divergência com o meio. Nesse aspecto, a relação de regularidade se liga diretamente à noção de normalidade, correspondendo ao menino obediente e ativo, que se adapta facilmente às prescrições, não exigindo maiores cuidados dos professores. Tanto na sala como recreio, o “menino normal” apresentaria um *espírito que vibra, se agita e se diverte, mas contem se, desde que seja necessario*<sup>297</sup>. Enquanto que os irregulares corresponderiam àqueles indivíduos indisciplinados ou apáticos, do tipo inquieto,

Incapaz de um esforço continuado, olhar movediço, instável, que se levanta, assenta, perturba os companheiros e a classe; enfim é o tormento das escolas, onde passa de mão em mão, até ser excluído. (...). O outro typo é o do apathico, ou desfibrado, que é a creança calma, incapaz de movimentos, de vibrações, quase sempre pallida, irascível, senão encolerizavel, que evita o brinquedo, os jogos, por um capricho ou por teimosia. Também pouco ou nada aprende.<sup>298</sup>

Com a finalidade de auxiliar os médicos e os professores na identificação dos espíritos infantis, o Dr. Alfredo Lyra propôs um quadro esquemático de qualificação, assinalando as principais características que poderiam indicar o tipo de criança com a qual estariam lidando:

---

<sup>297</sup> Ibid., p. 140.

<sup>298</sup> Idem.

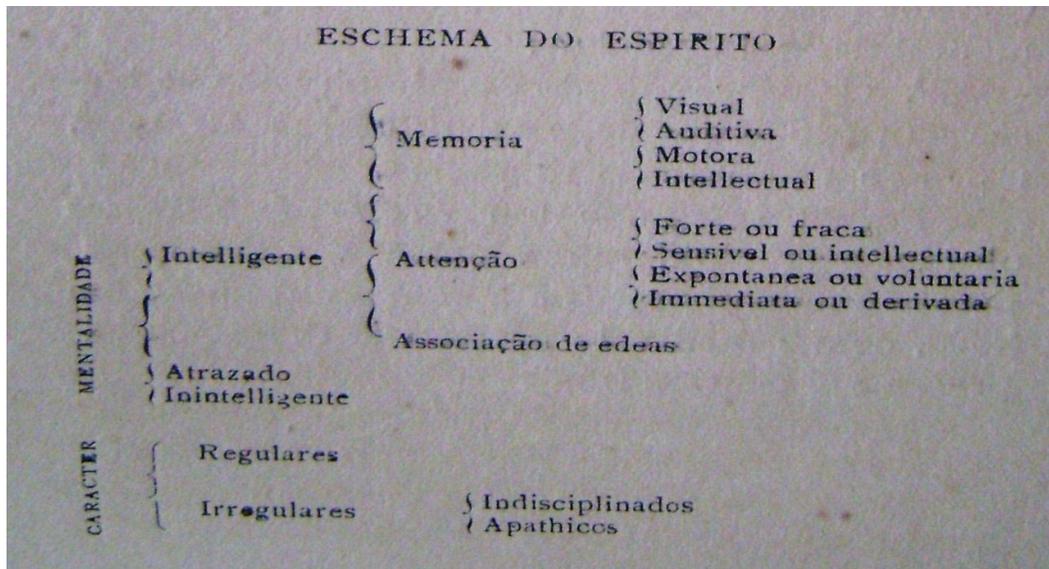


Fig. 13 Esquema do espírito do Dr. Alfredo Lyra

As Inspeções e a coleta de dados gerados por elas deveriam ser renovadas anualmente e arquivadas (Anexo C), para serem utilizados sempre que necessário. Além disso, essas fichas serviriam de base de comparação, com o intuito de perceber a validade e os resultados das intervenções higiênicas e dos métodos pedagógicos empregados.

A ideia de uma Carteira Biográfica Escolar, de Fichas Sanitárias, enfim, de Inspeções Médico-escolares, demonstram, sem dúvida, a confluência de vários saberes que buscavam se tornar disciplinas, como a Antropologia, a Psicologia, a Medicina e a própria Pedagogia. Ao tornar a criança objeto, algumas dessas ciências em construção ajudaram no processo de individualização da infância, não só em relação ao adulto, como também entre seu grupo; não haveria criança nem infância, mas sim crianças e infâncias e para cada uma delas deveria ser estipulado um tipo específico de abordagem. Nesse sentido, mereceu destaque a união entre Psicologia e Pedagogia e como, historicamente, as duas buscaram juntas desenvolver um saber específico sobre o desenvolvimento físico e mental da criança com base em suas fases distintas de desenvolvimento constitutivo – físico e intelectual.

Enquanto ciência, e tentando se distanciar da Filosofia, a Pedagogia, unida a Psicologia, procurou desenvolver seus princípios e métodos a partir de um preparo tanto teórico quanto empírico dos responsáveis pela educação infantil. Nesse caso as “carteiras/fichas sanitárias” tinham o papel também de diferenciação dos indivíduos,

ou individualização dos alunos, como também constituíam-se em roteiros de observação e medida, dando o contorno aos caráter específico de cada aluno e, em seguida, possibilitava o estabelecimento de normas traçadas ao método e à didática para o ensino se pôr em harmonia com a natureza psicológica do escolar<sup>299</sup>.

Por outro lado, as Inspeções médico-escolares também podem nos fornecer outros indicativos, esses ligados ao desenvolvimento da própria Medicina e das possibilidades de novas representações sobre corpo. Dessa maneira, algumas apreciações sobre o conhecimento médico nesse momento merecem nota.

Se por um lado, vemos o surgimento de uma medicina moderna baseada no exame, não apenas visual, mas também por uma observação que ouvia, media, indagava e analisava até o interior do corpo; na empiria, podemos considerar que nessas inspeções a escola também se constituía como um laboratório experimental, tal como as clínicas e hospitais, por exemplo; e na tomada do corpo como objeto, e aqui vale salientar que o corpo passou por um longo processo de fragmentação – cabeça, membros, olhos, boca, língua, músculos, órgãos, ossos, sangue – todas as partes passavam pelo crivo da análise médica - o corpo dividido poderia ser melhor examinado e descrito.

Por outro lado, esses aspectos da medicina moderna poderiam facilmente ser tomados como um processo que culmina numa desumanização do corpo, ou em uma redução do mesmo a uma série de órgãos, de células e de mecanismos gerados por leis psicoquímicas<sup>300</sup>. Contudo, algumas permanências do que seria uma “medicina tradicional”, ainda chamavam o *espírito* para o corpo. As representações médicas desse período também fazem do corpo *um organismo dependente de seu ambiente e do comportamento daquele que o possui*, conforme nos demonstra Olivier Faure.<sup>301</sup>

Se a descoberta microbiana de Pasteur transformava em mito as teorias miasmáticas, também continuava tomando o ambiente como um agente de doenças através de uma conotação inversa. O perigo passava a se constituir no que poderia estar escondido nele e não mais no que estava claramente à mostra. Isso sem

---

<sup>299</sup> Para maior esclarecimento sobre a união entre a psicologia e a pedagogia e como esse processo foi vital para a separação entre criança e adulto e para as modernas práticas pedagógicas de ensino infantil ver: WARDE, Mirian Jorge. Para uma história disciplinar: psicologia, criança e pedagogia. In: FREITAS, Marcos Cezar de; KUHLMANN JR, Moysés. (orgs.). op. cit., 2002.

<sup>300</sup> FAURE, Olivier. O olhar do médico. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (dir.). op. cit., 2008, p. 14.

<sup>301</sup> Ibid., p. 14.

levarmos em consideração a permanência de uma terapêutica visivelmente influenciada pelo Tratado de Hipócrates – *Ares, lugares e águas*, através da contínua utilização das sangrias e purgantes na prevenção e controle das enfermidades e na tomada das variações climáticas como causadora de doenças.

Além disso, o surgimento de uma “cultura liberal” apelava para a esfera da responsabilidade individual sobre os agentes mórbidos que assolavam o próprio corpo<sup>302</sup>, e que também acabava sendo estendida para além do paciente, abarcando a sua vida familiar e, posteriormente, a sua descendência. Não podemos desconsiderar que as fichas sanitárias faziam um inventário de toda a vida do aluno, anterior e posterior ao seu nascimento; localização de sua moradia ou dos lugares que visitava; descrição dos hábitos dentro e fora de casa; como também de sua constituição moral. Podemos considerar essa atitude como uma retomada da união entre corpo e espírito. Sem dúvida, nada poderia tornar o corpo mais humanizado do que essa relação que se estabelecia entre sujeito, corpo e ambiente.

A aproximação entre Medicina e pacientes de esferas sociais cada vez mais distintas, inclusive aquelas que anteriormente estavam fora de sua influência, possibilitou a apropriação de uma nova maneira de representar o corpo, como também de percebê-lo por parte da população. Para responder aos inquéritos médicos, os alunos foram obrigados a olhar para o corpo de maneira diversa, ora como algo naturalizado, ora como espaço exterior observável. Alain Corbin chama nossa atenção para esse longo processo, sobretudo pela influência dos preceitos da cenestesia de Cabanis, que buscava unir os aspectos fisiológicos do corpo à esfera moral, *ao vínculo existente entre a vida orgânica, a vida social e a atividade mental*<sup>303</sup>, através de uma atitude individual que buscava a percepção interior do corpo e do seu conjunto de sensações orgânicas.

Nesse aspecto, podemos atribuir à medicina moderna o desenvolvimento de um discurso para descrever o corpo, assim como a ampliação desse mesmo discurso para além da classe médica. Quando o paciente passa a ser inquirido sobre os sintomas de sua doença e como estes se apresentam em termos de dor, sensações, desconforto, por exemplo, o doente precisa formular todo um conhecimento analítico

---

<sup>302</sup> Ibid., p. 51.

<sup>303</sup> CORBIN, Alain. Bastidores. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. op. cit., 2001, p. 438.

em torno do seu próprio organismo que, nesse caso, também fala e, portanto, precisava ser escutado e melhor observado.

Nesse ponto, conforme assinalou o sociólogo Anthony Giddens, esses novos saberes corporais possibilitaram ao indivíduo tomar o corpo como parte de um sistema de ação em vez de um mero objeto passivo, tornando-se peça central na reflexividade do eu.

A observação dos processos corporais – ‘Como estou respirando?’ – faz parte da atenção reflexiva contínua que o agente é chamado a prestar a seu comportamento. A consciência do corpo é básica para ‘captar a plenitude do momento’, e envolve o monitoramento consciente dos fluxos sensoriais do ambiente, assim como dos principais órgãos e disposições do corpo como um todo<sup>304</sup>.

A responsabilidade do indivíduo sobre seu corpo e a retirada da esfera filosófica às causas das doenças asseguravam ao corpo novas possibilidades, sobretudo a de ser trabalhado.

---

<sup>304</sup> GIDDENS, Anthony. A trajetória do eu. In: \_\_\_\_\_. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002, p. 76.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise de uma dada sociedade pode ser efetivada de inúmeras maneiras, através dos seus hábitos de lazer, da sua relação com a natureza, dos seus aspectos políticos, das suas atividades econômicas, de seus costumes e hábitos, de suas práticas sexuais etc. Enfim, há uma verdadeira infinidade de olhares que nos possibilitam tomar o passado como objeto e explicá-lo, muitas vezes sob o incentivo de diversas inquietações que temos hoje, no nosso tempo presente.

Um pequeno passeio pelas ruas de Natal e nada pode nos parecer mais naturalizado do que crianças vendendo doces na rua, dormindo em calçadas, limpando para-brisas de automóveis em meio aos carros apressados que param a contragosto nos semáforos fechados, “catando” lixo, pedindo esmolas ou sendo mães e pais de outras crianças. Sem dúvida, essa não se constitui uma realidade isolada ou uma característica exclusiva dessa cidade, mas uma realidade que se multiplica na mesma velocidade com a qual nós deixamos de nos incomodar com essa paisagem. Mas, se a infância continua estampada nas diversas propagandas como o futuro promissor da Nação, algo nos parece estar no lugar errado, ou então, esse discurso já não se encaixa nesse tempo.

A impressão é de que a ideia de infância foi se tornando obsoleta para a sociedade na qual estamos imersos, transformando-se muito mais num objeto de nostalgia e contemplação. Não por acaso, proliferam-se pesquisas de caráter o mais diversos possível que têm tomado a infância como objeto de investigação. Contudo, se nos inquietamos hoje, é porque ao longo dos últimos séculos foi se construindo para a criança um sentido social que ia muito além da sua conformação biológica. A imagem de criança a qual nós, ocidentais, estamos acostumados liga-se a uma identidade infantil fortemente idealizada na qual a criança tem como características principais a assexualidade, a vulnerabilidade e a inocência.<sup>305</sup>

Dessa maneira, viramo-nos para o passado através do pressuposto de que a infância se constitui como um artefato social, dizendo muito da sociedade na qual ela

---

<sup>305</sup> HEYWOOD, Colin. op. cit. 2004, p. 12.

está inserida, conforme fora assinalado por Peter Stearns ao dizer – *as infâncias refletem as sociedades em que se inserem e também ajudam a construir essas sociedades, por intermédio dos adultos que surgem das crianças.*<sup>306</sup> Logo, pensar a sociedade natalense no período que se estendeu entre os últimos anos do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX, através das diversas formas utilizadas para representar as crianças naquele período, como também as diversas políticas que se voltaram para essa parcela da sociedade, parece-nos indispensável para compreendermos o momento específico por que passavam a cidade e a sua população, assim como a forma como fora edificada uma imagem de sociedade fortemente idealizada através dos pressupostos de modernização urbana, modernidade cultural e nação civilizada.

Desta maneira, destacamos aqui alguns aspectos que julgamos indispensáveis para se compreender a cidade e a sua vida social no período acima especificado.

A instauração do regime republicano brasileiro, numa escala nacional, veio imbuída da ideia de reforma que deveria modificar praticamente todas as esferas da vida social, fosse em relação aos aspectos políticos, econômicos ou culturais. Essa reforma estaria ancorada, sobretudo, nos princípios de que só através da República é que seria possível a aceleração do advento do progresso e da civilização. A onda modernizadora que havia atingido os países da Europa ainda no século XVIII, pela primeira e, posteriormente, no século XIX, pela segunda Revolução Industrial foi, em certa medida, tomada como modelo a ser alcançado. Um futuro civilizado parecia assim algo já pronunciado, cabendo ao novo regime apenas conduzi-lo sob uma ótica diferente do antigo regime – a ideia de público e a sua ampliação assumiam aí outro caráter. Nesse ponto, a cidade passava a desempenhar na vida das pessoas outra função na mesma medida em que atribuía a cada indivíduo um novo papel social a desempenhar na construção dessa também nova urbanidade.

Conforme demonstramos, os primeiros anos do século XX em Natal não foram tão diferentes das últimas décadas do século XIX – cidade precária, vida urbana pouco desenvolvida, ausência de instituições públicas, fronteiras dissolvidas entre a esfera pública e privada etc. Contudo, e apesar das permanências, algo parecia se tornar incômodo aos olhos da nova classe dirigente da Capital, constituída em sua maioria por intelectuais viajados e, de certa forma, bastante acostumados com

---

<sup>306</sup> STEARNS, Peter N. **A infância**. São Paulo: 2006, p. 20.

a vida na Europa e nos centros urbanos mais desenvolvidos do país, como o Rio de Janeiro e São Paulo.

A cidade de caráter rural e arcaico se tornava um entrave aos ideais republicanos, sobretudo no que dizia respeito à sua participação na construção de uma identidade nacional e ao desenvolvimento de uma vida urbana cosmopolita nos seus mais variados significados. A grande questão que se colocava era a de como essa feição poderia ser ultrapassada. A resposta veio ancorada em três projetos principais: melhoria da infraestrutura urbana, educação escolar e higiene.

Conforme demonstramos, até 1908, pensar Natal como uma cidade, parecia-nos um pouco problemático. O que tínhamos na realidade eram duas localidades, a Cidade Alta e a Ribeira, separadas tanto por fronteiras físicas, quanto por fronteiras simbólicas. A grande dificuldade de comunicação e acesso entre os dois bairros desenvolveram também nos seus moradores identidades locais bem distintas daquela almejada pela República. Não tínhamos natalenses, não tínhamos norte-rio-grandenses, não tínhamos brasileiros. O que tínhamos eram os Xarias e os Canguleiros vivendo isolados em seu entorno, divididos por um alagadiço e ligados por uma precária ponte feita de toras de madeira. A principal identificação desses dois grupos ligava-se, sobretudo, a base alimentar a que tinham acesso, os Xarias habitantes da Cidade Alta, comedores do peixe “xareu”; e os Canguleiros, habitantes da Ribeira, comedores do “cangulo”. Conforme assinalado por Cascudo, a rivalidade entre os dois bairros era velha e durou dezenas de anos. *Moleques, valentões, meninos de escola, desocupados, praças do Exército e do então Batalhão de Segurança mantinham o fogo sagrado dessa separação inexplicável.*<sup>307</sup> Nesse aspecto, a ligação entre os dois bairros através dos bondes puxados a burros e o calçamento da avenida Junqueira Aires, ambos realizados no ano de 1908, foram aos poucos dissolvendo essas identidades locais ao mesmo tempo em que possibilitava o surgimento do *natalense*.

A capital também não oferecia muitas opções de vida urbana para essa população.

Nessa cidade, com aspecto de vila, a casa se tornava o centro de toda a vida social da capital norte-rio-grandense - aniversários, casamentos, bailes dançantes,

---

<sup>307</sup> CASCUDO, Luís Camara. op. cit, 1980, p. 215.

reuniões entre amigos, tudo se dava em torno do ambiente doméstico. Mesmo as festividades que podemos considerar como sendo de caráter público, como a folia de reis, o carnaval, as serenatas, tinham nas residências seu destino certo. Nesse sentido, a calçada também se conformava como o prolongamento da casa, cadeiras distribuídas de acordo com os participantes convidados e estavam feitos os Cantões, em que se discutiam quase tudo, da política ao falatório da vida alheia.

Como centro da vida social, a casa dava à cidade também sua feição. Até mesmo os valores que caracterizariam um bom cidadão estavam relacionados àqueles em que era baseada toda a educação doméstica ofertada às crianças, como a honestidade, a virtude e boa moral. Nesse sentido, o que percebemos é um universo infantil bastante restrito em termos de escolhas. A criança, nessa sociedade doméstica, para usarmos um termo contemporâneo à época, também se constituía como um prolongamento de sua família, não apenas no sentido de herdeiro ou de descendência do clã, mas em todas as possibilidades de sua existência tanto dentro quanto fora do lar.

Todo o processo de socialização da criança com o mundo exterior à sua casa, como também com as “pessoas de fora”, dava-se pelo intermédio da família que, nesse sentido, também se transformava como o lugar da ordem em que eram forjados todos os valores necessários a qualquer realização individual de seus membros, e aqui destacamos o lugar de honra ocupado pela virtude moral.

A rua para essa sociedade, quando não vista como um prolongamento da casa, assumia a feição de perigo. Nesse caso, a delimitação dos papéis sociais a serem desempenhados pelos membros da família estava clara. A mulher estava incumbida da função de protetora e educadora dos filhos na primeira infância, educação essa fortemente ancorada no ensino das virtudes que só por elas era possível ser reproduzido. A idéia de um instinto maternal fortemente idealizado tornava sua reclusão a uma vida doméstica ainda mais imprescindível. O pai assumia a responsabilidade pelo processo de socialização da criança como o mundo exterior e com as pessoas estranhas, quando este atingisse a mocidade que, nessa sociedade, correspondia aos 10 ou 13 anos de idade. Nessa fase, os meninos já podiam usar calças compridas e as meninas já apareciam nas fotografias das revistas em poses adultas, ostentando um vestuário menos assexuado e os cabelos “da moda” e também

já dispostas a um futuro casamento. A vida em Natal se dava assim, sem muitas mudanças ou aspirações.

O início do período republicano em Natal foi por nós escolhido, não como um marco de rupturas bruscas com o passado da cidade, mas antes como um momento de transições possibilitadas por uma cidade que passava a ser tomada como objeto de investimentos, de caráter material e também afetivo.

Historicamente, a implantação do regime republicano no país fora assinalada pela retomada de um antigo projeto democrático de caráter liberal, fortemente influenciado pelo Iluminismo enciclopedista e posteriormente pela Revolução Francesa, como bem nos demonstrou a historiadora Carlota Boto. Esse projeto buscava, entre outras coisas, forjar uma cidadania de caráter moderno sob a égide do desenvolvimento de um espírito público amplamente influenciado por uma pedagogia que via na Educação uma maneira profícua de emancipação como também creditou-se a ela o dever de edificar uma nova sociedade. *A escola como instituição do Estado deveria gerir e proteger a República.*<sup>308</sup>

Em Natal, como em outras partes do país, a influência desse pensamento pode ser percebida através da construção de escolas tipicamente urbanas representadas pelos grupos escolares. A esses grupos cabiam várias funções, entre elas a de simbolizar uma nova cultura letrada e científica.

Por outro lado, e conforme demonstramos, a crença no poder social da educação já fazia parte dos discursos políticos desde os tempos do Império, mas com um impacto infinitamente menor na cidade do que o que acabou sendo desencadeado por ele nas primeiras duas décadas do século XX sob a égide da República. Dessa forma, é possível levantar algumas explicações para o fato de esse início de século ter se constituído como solo fértil para a adoção desses princípios de maneira mais sistemática.

As várias investidas no âmbito público da cidade, encabeçadas pela elite dirigente nesse início de século, como por exemplo, as reformas urbanas efetuadas durante os dois mandatos políticos do governador Alberto Maranhão, proporcionaram um alargamento do que poderíamos considerar como “vida pública”, em que a rua também aparece re-significada. De prolongamento da casa ou de perigo

---

<sup>308</sup> BOTO, Carlota. Op. cit., 1996, p. 16.

eminente, a rua passava a ser associada à novas possibilidades de existência fora do lar para diversos grupos, o que abrangia os homens, as mulheres e as crianças. A construção de novos espaços destinados ao lazer, como as praças, teatros, cinema, bailes dançantes, clubes esportivos, tiravam da esfera privada o total controle sobre a vida, transferindo para outras instituições a função de socialização entre o indivíduo e o mundo exterior. Nesse processo, também foram indispensáveis a proliferação dos “modernos meios de comunicação” como importantes veículos para a construção de uma nova narrativa para a Nação. Sendo assim o que se percebe na cidade em questão é uma profusão de ideias e novos anseios que faziam com que seus habitantes, ou parte deles, olhassem para o passado como um entrave e esperassem do futuro a enfim chegada do progresso. Nesse ponto, a educação baseada num processo de escolarização também tirava da família mais uma função.

A construção dos grupos escolares na cidade, em especial do grupo Augusto Severo e, posteriormente o grupo Frei Miguelinho, também vieram acompanhados dos considerados modernos preceitos pedagógicos, dando ao método intuitivo de Pestalozzi lugar de destaque. A experiência escolar, mesmo que para uma diminuta parcela da população pobre da Capital, pode ser tomada como uma verdadeira revolução para a vida infantil.

Conforme assinalamos, a saída da criança do interior dos lares deu a ela a oportunidade de uma existência mundana, o que por sua vez ajudou a ampliar a sua possibilidade de escolhas e autonomia fora da esfera familiar. Além disso, o aparecimento da criança na cidade a tornava também uma consumidora dessa mesma *urbs*, constituindo-se, muitas vezes, como um público específico a quem estava destinado tanto um espaço exclusivo como uma temporalidade também exclusiva. A escola foi erguida como sua morada e o tempo escolar como delimitação da própria ideia de infância.

As diversas festividades escolares realizadas com o intuito de uma instrução cívica tornavam as crianças visíveis para uma sociedade que se acostumou a vê-las como apenas um prolongamento de sua família ou propriedade dela. Além disso, o método pedagógico adotado, baseado sobretudo na observação e na experiência como formas fecundas de obtenção de conhecimento, transportava para a esfera individual do escolar uma parcela da responsabilidade na relação entre o ensino e a aprendizagem, o que também modificou, em alguns casos, a relação entre o professor

e o aluno. A autoridade professoral quase sempre obtida pela força bruta ia aos poucos cedendo espaço a uma relação negociável e muitas vezes afetiva.

Por outro lado, a proximidade com a década de 1920 viu surgir outro tipo de interesse pela infância na cidade. A Medicina tornava-se importante aliada na educação das crianças, tentando pôr fim aos desvios higiênicos que punham em risco *o capital social da nação*. Unindo corpo e espírito, o saber médico tornava a vida infantil preciosa, numa cidade em que os números de óbitos entre crianças muitas vezes suplantaram os de nascimentos. Todavia, a entrada da intervenção médica na vida social deve ser tomada como fruto de um longo processo de negociação entre a população e os esculápios, em que os primeiros nem sempre creditaram às suas ações a eficiência anunciada.

Contudo, se por um lado essas intervenções na vida infantil empreendidas por diversas instituições, entre elas a família, a escola, as instituições de caráter assistencial e o saber médico, tomaram essa fase da vida como foco de transformação, tentando muitas vezes cristalizar uma imagem ideal de criança e estabelecendo para ela uma identidade infantil diretamente ligada à educação escolar e ao “corpo higiênico”, por outro, deu às crianças determinada autonomia reflexiva, proporcionando a elas verem o mundo também através de olhos de sujeito gerados por um longo processo de individualização e, em certa medida, de autonomia.

Anexo A

**Cadastro Sanitario da Escola**

Escola.....

Localidade..... N<sup>o</sup>.....

Rua.....

A construcção.....

Situação e Orientação.....

Recreios..... { Cobertos.....  
 { Descobertos.....

Dejectorios..... N<sup>o</sup>.....

Mictorios.....

Lavatorios.....

Agua.....

SALA DE CLASSE

Sala N<sup>o</sup>..... Pavimento.....

Capacidade..... { Comprimento.....  
 { Largura..... { Cubagem.....  
 { Altura.....

Numero de alumnos que contem.....

Ventilação { Artificial  
 { Natural

Iluminação { Natural { Direcção.....  
 { Superficie illuminante.....  
 { Artificial { Direcção.....  
 { Natureza.....

Quadros negros, mappas, quadros muraes.....

Moveis escolares { São adaptados ao dest<sup>o</sup> estructural  
 { Unitario.....  
 { Em que distancia estão.....  
 { São fixos no sólo.....

Observações.....

Datado aos.....de.....de 192.....

.....  
 O INSPECTOR.





## LISTAGEM DAS FONTES

### PERIÓDICOS:

**A Republica.** 1 outubro 1910.

**A Republica.** Natal, 10 janeiro 1920. Anno XXXI. Num. 8.

**A Republica.** Natal, 11 julho 1918.

**A Republica.** Natal, 18 julho 1908.

**A Republica.** Natal, 1905.

**A Republica.** Natal, 1905. Num. 1.

**A Republica.** Natal, 1906. Anno XVIII. Num. 14.

**A Republica.** Natal, 1906. Anno XVIII. Num. 16.

**A Republica.** Natal, 27 julho 1908.

**A Republica.** Natal, 3 maio 1920.

**A Republica.** Natal, 9 março 1920. Anno XXXI. Num. 55.

**A Republica.** Natal, julho 1908.

**A Republica.** Natal, quarta- feira, 7 janeiro 1920. Anno XXXI. Num. 5.

**A Republica.** Natal, terça-feira 1910. Anno XXII, Num. 170.

**Boletim de Instrução.** Anno II. Num. 1. Natal, fevereiro 1918.

**Boletim de Instrução.** Anno II. Num. 2. Natal, março 1918.

**Diario de Natal.** Natal, terça-feira, 1 novembro 1904. Anno XII. Num. 2,629.

**Gazeta da Tarde.** Natal, 1 julho 1913.

**Gazeta do Commercio.** 16 abril 1903.

**O Echo.** Natal, 1 maio 1913.

**O Trabalho.** Natal, 30 julho 1905. Anno I. Num. 3.

**Pyrilampo.** Natal, 28 maio 1905. Anno I. Num. 3.

**Tribuna Juvenil:** liberdade e luz. Natal, 11 Agosto 1890. Anno I. N. 1

## FONTES IMPRESSAS:

A REFORMA do ensino: texto e commentario da Lei n. 405, de 29 de novembro de 1916. Natal: Typ. d'A Republica, 1917

ABREU, F. Pinto. RELATÓRIO annual do ensino publico. Natal, 15 junho 1906.

ALBUQUERQUE, José Geraldo (org.). **Henrique Castriciano**: seletas – textos e poesias. Vol. 1. Natal, 1993.

\_\_\_\_\_. **Henrique Castriciano**: seletas – textos e poesias. Vol. 2. Natal, 1995.

ANTUNES, Magdalena. **Oiteiro**: memórias de uma sinhá-moça. 2 ed. Natal: A.S editores, 2003.

AUGUSTO, José (dir.). **A Educação**. Anno I. Num. 3. Rio de Janeiro, outubro 1922.

AUGUSTO, José, discurso proferido em 1955. Apud: ARAÚJO, Marta Maria. **José Augusto Bezerra de Medeiros**: político e educador militante. 2 ed. Natal: EDUFRN, 1999.

BREVE noticia da inauguração da Eschola Domestica de Natal em 1 de setembro de 1914.

CAMARA, Clementino. **Décadas**. Recife: Emp. Jornal do Commercio, 1936.

CÂMARA, Lindolpho. Memórias e devaneios. Apud: MELO, Veríssimo. **Natal há cem anos passados**. 2 ed. Natal: Sebo Vermelho, 2007.

CASCUDO, Luís da Câmara. O doutor Antunes. Apud: ARRAIS, Raimundo (org.). **Crônicas de origem**: A cidade de Natal nas crônicas cascudianas dos anos 20.

CICCO, Januário. **Como se higienizaria Natal**: algumas considerações sobre o seu saneamento. Natal: Atelier Typ. M. Victorino, 1920.

CIGARRA, Natal, 1928-1930.

FAGUNDES, Antonio. **Educação e ensino**: crônicas publicadas no jornal “A Republica” pelo professor Antonio Fagundes, Diretor Geral do Departamento de Educação do Estado do Rio Grande do Norte. Natal: Imprensa Oficial, 1940.

FAGUNDES, Antonio. **Leituras potyguares**. Natal: Sebo Vermelho, 2009.

FALA com que foi aberta a primeira sessão da vigésima primeira legislatura da Assembléia Provincial do Rio Grande do Norte proferida por Antonio dos Passos Miranda. 17 outubro 1876.

FEITOSA, Polycarpo. **Vida Potiguar**. Natal: Sebo Vermelho, (s/data).

FILHO, Antônio Othon. **Meio século da roça à cidade**: cinquentenário de Currais Novos. Recife: Companhia Editôra de Pernambuco, 1970.

GALVÃO, Joaquim Fontes. Pela saúde pública. PALESTRA realizada no Centro Operário natalense no dia 30 de outubro de 1927.

GONDIM, Izabel. **A Lyra Singela**. Rio de Janeiro: editorial Duco, 1933.

\_\_\_\_\_. **Reflexões as minhas alumnas**: para educação nas escolas primarias do sexo feminino. Natal: Typographia de A. Leite, 1910.

INTITUTO de Proteção e Assistencia a Infancia do Rio Grande do Norte. Cinquenta pequenos conselhos de hygiene infantil para uso das mães pobres. Natal: Typ. R. Dourado. (s/d).

LIMA, Nestor dos Santos. **Um século de ensino primário**. Natal: Typ. d' A Republica, 1927

LYRA, Alfredo. **Inspecção Medico-Escolar**. Natal: Atelier Typ. M. Victorino; A. CAMARA & C. 1922.

MELLO, P. de A. Pessôa. **Natal de hontem**. 2. Ed. Natal: Sebo Vermelho, 2006.

MENSAGEM de presidente de Estado proferida pelo governador Adolpho Affonso da Silva Gordo. 8 fevereiro 1890.

MENSAGEM lida perante o Congresso Legislativo na abertura da terceira sessão da terceira legislatura pelo governador Alberto Maranhão, 14 julho 1900.

MENSAGEM apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da segunda sessão da sexta legislatura pelo governador Alberto Maranhão, 1 novembro 1908.

MENSAGEM apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da terceira sessão da sexta legislatura em 1 de novembro de 1909 pelo governador Alberto Maranhão.

MENSAGEM apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da primeira sessão da sétima legislatura em 1 novembro 1910 pelo governador Alberto Maranhão.

MENSAGEM apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da segunda sessão da sétima legislatura em 1 novembro 1911 pelo governador Alberto Maranhão.

MENSAGEM apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da terceira sessão da sétima legislatura em 1 novembro 1912 pelo governador Alberto Maranhão.

MENSAGEM apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da primeira sessão da oitava legislatura em 1 novembro 1913 pelo governador Alberto Maranhão.

MENSAGEM apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da segunda sessão da oitava legislatura em 1 novembro 1914 pelo governador Desembargador Joaquim Ferreira Chaves.

MENSAGEM apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da terceira sessão da oitava legislatura em 1 novembro 1915 pelo governador Desembargador Joaquim Ferreira Chaves.

MENSAGEM apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da segunda sessão da nona legislatura em 1 novembro 1917 pelo governador Desembargador Joaquim Ferreira Chaves.

MENSAGEM apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da primeira sessão da nona legislatura em 1 novembro 1916 pelo governador Desembargador Joaquim Ferreira Chaves.

MENSAGEM apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da segunda sessão da décima legislatura em 1 novembro 1919 pelo governador desembargador Joaquim Ferreira Chaves.

MENSAGEM lida perante o Congresso Legislativo na abertura da primeira sessão da undécima legislatura em 1 novembro 1921 pelo governador Antonio J. Mello e Souza.

MENSAGEM lida perante o Congresso Legislativo na abertura da segunda sessão da undécima legislatura em 1 novembro 1922 pelo governador Antonio José de Mello e Souza.

PINTO, Lauro. **Natal que eu vi**. [edição fac-similar] Natal: Sebo Vermelho, 2003. PROSPECTO da escola Doméstica de Natal. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & C., 1919.

REGIMENTO interno das escolas Rudimentares. Natal: Typ. d' A República, 1925.

REGULAMENTO do Orphanato João Maria. Natal: Typ. Commercial – J. Pinto & C., 1920.

RELATORIO com que instalou a Assembléia Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte por Bonifacio Francisco Pinheiro da Camara, 11 junho 1873.

RELATORIO de abertura da 2ª sessão ordinária da Assembléia Legislativa da província do Rio Grande do Norte proferida por Delfino Augusto Cavalcanti de Albuquerque. 12 outubro 1871.

RELATORIO dos presidentes de província proferida por Cavalcante de Albuquerque 17 fevereiro 1870.

**Revista Pedagogium**. Anno I. Num. 2. Natal, novembro de 1921.

SÁ, F. de S. Meira. LIGA do ensino: programma da Escola Doméstica de Natal –  
Aprovado pela Directoria Geral da Instrução Publica. Natal: Typografia d’A  
Republica, 1914.

SOARES, Luiz. **Revista do ensino**. Anno I. Num. 3. Natal: junho de 1917.

SOUZA, Antonio José de Mello. **Carta familiar**: aos membros da convenção de 24  
de maio pelo candidato que escolheram ao cargo de governador do período. Natal:  
Typ. Commercial J. Pinto & C., 1919.

SOUZA, Eloy de. **Costumes locais**. 2 ed. Natal: Sebo Vermelho, 1999.

VELHO, Pedro. Relatório de Pedro Velho como Inspetor de Saúde pública em 1886

Apud: CASCUDO, Luís da Câmara. **Vida de Pedro Velho**. Natal: EDUFRN, 2008

**Via-Láctea**. De Palmyra e Carolina Wanderley. Natal, 1914-1915.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, Verena; GOMES, Angela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves. **A República no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; CPDOC, 2002.
- ARAÚJO, Humberto Hermenegildo de. **Modernismo anos 20 no Rio Grande do Norte**. Natal: EDUFRN, 1995.
- ARAÚJO, Iaperí. **Januário Cicco: um homem além do seu tempo**. Natal: EDUFRN, 2000.
- ARAÚJO, Marta Maria de. **José Augusto Bezerra de Medeiros: político e educador militante**. Natal: EDUFRN, 1999.
- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.
- ARRAIS, Raimundo (org.). **Crônicas de Origem: a cidade de Natal nas crônicas cascadianas dos anos 20**. Natal: EDUFRN, 2005.
- BARROS, José D' Assunção. **Os campos da História**. Petropolis: Vozes, 2004.
- BASTOS, Maria Helena Camara; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **A escola elementar no século XIX: o método monitorial/mútuo**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BOTO, Carlota. **A escola do Homem Novo: entre o Iluminismo e a Revolução Francesa**. São Paulo: UNESP, 1996.
- BURKE, Peter. **História e teoria social**. São Paulo: UNESP, 2002.
- \_\_\_\_\_. **O que é História Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Variedades de História cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- CACUDO, Luís da Câmara. **História da cidade do Natal**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- \_\_\_\_\_. **Nosso amigo Castriciano**. Natal: Imprensa Universitária, 1965.
- \_\_\_\_\_. **O tempo e eu: confidências e proposições**. Natal: EDUFRN, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Vida de Pedro Velho**. Natal: EDUFRN, 2008.
- CARVALHO, José Murilo de. Introdução. In: \_\_\_\_\_. **Nação e cidadania no Império: novos horizontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

- CASEY, James. **História da família**. São Paulo: Ática, 1992.
- DABAT, Christine P. Y. Rufino; MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. **Catálogo de teses de medicina do Brasil (1841-1948)**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2000.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: vozes, 1994.
- CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a História entre certezas e inquietudes**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.
- \_\_\_\_\_. **A História cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.
- CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (dirs.). **História do corpo: da Revolução Francesa à Grande Guerra. Vol.2**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- DANTAS, George; FERREIRA, Angela Lúcia (orgs). **Surge Et Ambula**. Natal: EDUFRN, 2006.
- DUBAR, Claude. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- DURKHEIM, Émile. **A educação moral**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- ESCOLANO, Agustín; FRAGO, Antonio Viñao. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. 2 ed. Rio de Janeiro: DP & A editora, 2001.
- FAR, Alessandra El. O universo da literatura popular. In: \_\_\_\_\_. **Páginas de Sensação: literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- FERNANDES, Anchieta. **Écran Natalense: capítulos da história do cinema em Natal**. 2 ed. Natal: Sebo Vermelho, 2007.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1986.
- FREITAS, Marcos Cezar (org.). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2001.

FREITAS, Marcos Cezar de; KUHLMANN Jr, Moysés. (orgs.). **Os intelectuais e a história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**: formação da família sob o regime patriarcal. 49 ed. São Paulo: Global, 2004.

\_\_\_\_\_. **Sobrados e mucambos**. 14 ed. São Paulo: Global, 2003.

GAY, Peter. **A experiência burguesa da rainha Vitória a Freud**: a educação dos sentidos. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

\_\_\_\_\_. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

GOUVEA, Maria Cristina Soares; SARMENTO, Manuel. **Estudos da infância**: educação e práticas sociais. Petrópolis: Vozes, 2008.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP & A, 2002.

HEYWOOD, Colin. **Uma história da infância**. Porto Alegre: ARTMED, 2004.

KUHLMANN, Moysés Jr. **As grandes festas didáticas**: a educação brasileira e as exposições internacionais (1862-1922). Bragança Paulista: editora da Universidade de São Francisco, 2001.

\_\_\_\_\_. **Infância e educação infantil**: uma abordagem histórica. 4 ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2007.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **Literatura Infantil Brasileira**. 6 ed. São Paulo: Ática, 2005.

LIMA, Daladier Pessoa Cunha. Liga do ensino do Rio Grande do Norte. In: \_\_\_\_\_. **Noilde Ramalho**: uma história de amor à educação. Natal: Liga do Ensino do Rio Grande do Norte, 2004.

LIMA, Pedro de. **O mito da fundação de Natal e a construção da cidade moderna segundo Manoel Dantas**. Natal: Sebo Vermelho; Cooperativa Cultural UFRN, 2000.

\_\_\_\_\_. **Saneamento e modernização em Natal**: Januário Cicco, 1920. Natal: Sebo Vermelho Edições, 2003.

LIPOVETSKY, Gilles. **A sociedade pós-moralista**: o crepúsculo do dever e a ética indolor dos novos tempos democráticos. São Paulo: Manole, 2005.

MARCÍLIO, Maria Luíza. **História social da criança abandonada**. São Paulo: HUCITEC, 2006.

MONARCHA, Carlos (org.). **Educação da infância brasileira** (1875 – 1983). São Paulo: FAPESP, 2001.

MORAIS, Maria Arisnete Câmara de. (org.). **A mulher em nove versões**. Natal: EDUFRN, 2001.

MOREIRA, Ana Zélia Maria. **Um espaço de modernidade educacional**: grupo escolar Augusto Severo. Dissertação de Mestrado. Natal, 2005.

MOTA, André. **Quem é bom já nasce feito**: sanitarismo e eugenia no Brasil. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NUNES, Brasilmar Ferreira. **Sociedade e infância no Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

OTHON, Sônia Maria Oliveira. **Dramaturgia da cidade dos Reis Magos**. Natal: EDUFRN, 1998.

\_\_\_\_\_. **Vida teatral e educativa da cidade dos Reis Magos** – Natal, 1727 a 1913. Natal: EDUFRN, 2006.

PINHEIRO, Rosa Aparecida. **Educação e modernização em Henrique Castriciano**. Natal: EDUFRN, 2005.

POSTMAM, Neil. **O desaparecimento da infância**. Rio de Janeiro: Graphia, 2002.

PRIORI, Mary del. (org.) **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

\_\_\_\_\_. (org.). **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

RIZZINI, Irene. **O século perdido**: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

ROHDEN, Fabíola. **A arte de enganar a natureza**: contracepção, aborto e infanticídio no início do século XX. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003.

ROMERO, Mariza. **Medicalização da saúde e exclusão social**: São Paulo, 1889 – 1930. São Paulo: EDUSC, 2002.

SCHAMA, Simon. Na república das crianças. In: \_\_\_\_\_. **O desconforto da riqueza**: a cultura holandesa na Época de Ouro. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SEVCENKO, Nicolau (org.) **História da vida privada no Brasil**: República – da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização**: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: UNESP, 1998.

\_\_\_\_\_. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX**: o ensino primário e secundário no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.

STAMATTO, Maria Inês Sucupira. **Recortes:** momentos da educação norterio-grandense. Natal: EDUFRN, 1996.

STEARNS, Peter N. **A infância.** São Paulo: Contexto, 2006.

TEIXEIRA, Luiz Antonio. **Na arena de Esculápio:** a Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo (1895-1913). São Paulo: UNESP, 2007.

VALDEZ, Diane. **História da infância em Goiás:** séculos XVIII e XIX. Goiânia: Alternativa, 2003.

VAZ, Franco. **O problema da infância abandonada em geral:** o que se deve fazer? Rio de Janeiro, 1917.

VIEIRA, Enoque Gonçalves. **A construção da natureza saudável:** Natal (1900 - 1930). Natal, UFRN, 2008, 173 f. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

ZILBERMAN, Regina. **A literatura infantil na escola.** 11 ed. São Paulo: Global, 2003.